

Processos e Desafios sobre a
**INSERÇÃO CURRICULAR
DA EXTENSÃO**
nos Cursos de Graduação das IES
Estaduais e Municipais do Brasil

Organizadores

Anita Bellotto Leme Nagib | Cláudia Gonçalves de Lima | Evandro Salvador Alves de Oliveira | Fabiana Regina Veloso | Fábio Santa Cruz
Flavia Haddad França | Juliene Rezende Cunha | Leonarda Grillo Neves | Leticia Maria Pinto da Costa | Luiz Alberto Rodrigues
Maria Anezilany Gomes do Nascimento | Mayco Moraes Nunes | Moacyr Laterza Filho | Paulo Eduardo Gomes de Barros
Raul Borges Guimarães | Rogério Henrique Ohhira | Rosane Meire Vieira de Jesus | Zilmar Timóteo Soares



isbn

equipe editora

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	11
QUESTÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL - INSTITUCIONALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TRABALHO REMOTO	12
Juliane Rezende Cunha	12
Evandro Salvador Alves de Oliveira	12
Cláudia Gonçalves de Lima.....	12
Paulo Eduardo Gomes de Barros.....	12
Fábio Santa Cruz.....	12
Fabiana Regina Veloso	12
Mayco Moraes Nunes.....	12
Luiz Alberto Rodrigues	12
Rosane Meire Vieira de Jesus.....	12
Letícia Maria Pinto da Costa	12
Flavia Haddad França	12
Rogério Henrique Ohhira.....	12
Raul Borges Guimarães	12
Moacyr Laterza Filho	12
Leonarda Grillo Neves	12
Maria Anezilany Gomes do Nascimento	12
DESAFIOS DOS CURSOS SUPERIORES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE ITUIUTABA, NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	27
Ana Cecília Guedes	27
Elicardo Heber de Almeida Batista.....	27
Marco Miguel de Oliveira	27
A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NA UNIFIMES-GO: DAS ETAPAS DE PLANEJAMENTO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO	43
Evandro Salvador Alves de Oliveira	43
Rodrigo Perissinotto	43
Juliane Rezende Cunha	43
Zaqueu Henrique de Souza.....	43
VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS, VENCENDO DESAFIOS: UM RELATO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS EM COMPONENTES CURRICULARES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UNIDADE FRUTAL	55
Marcela Fernanda da Paz de Souza.....	55
Larissa Rodrigues de Azevedo Câmara	55
Priscila Kalinke da Silva	55
RELATOS DOS DESAFIOS DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIATUBA - UNICERRADO	69
Rogério Henrique Ohhira.....	69
Gilmar Vieira de Rezende.....	69
UNIOESTE E A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO – UM MARCO NA HISTÓRIA	80
Fabiana Regina Veloso	80
Elenita Conegero Pastor Manchope	80
Eurides Küster Macedo Junior	80
Marcos Freitas de Moraes.....	80
INSERÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO: O CASO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	93
Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro.....	93
Odair França de Carvalho.....	93
Rosa Maria Farias Tenório.....	93
Raphael de França e Silva.....	93

INSERÇÃO CURRICULAR EM EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES) – MG: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA (2018-2022)	105
Valéria Daiane Soares Rodrigues	105
Paulo Eduardo Gomes de Barros.....	105
Helena Amália Papa.....	105
Andréa Helena Puydinger de Fazio	105
Valéria de Souza Campagnac	105
Jussara Maria de Carvalho Guimarães.....	105
A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - ONDE ESTAMOS?	118
Maria Anezilany Gomes do Nascimento	118
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNESP: DIVERSIDADE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA	133
Raul Borges Guimarães	133
Célia Maria Giacheti	133
Antônio César Leal	133
Juliana Cortez Barbosa.....	133
Paulo Celso Moura.....	133
Maria Odila Hilário Cioffi	133
Amadeu Moura Bego	133
O PAPEL DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO NA CONDUÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ: RELATO DE EXPERIÊNCIA	144
Leticia Maria P. da Costa	144
Aline Fernanda Lima Ferreira	144
Luzimar Goulart Gouvêa	144
DESAFIOS E AVANÇOS NA ELABORAÇÃO DA RESOLUÇÃO PARA A INCLUSÃO DE CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	160
Vera Regina da Cunha Menezes Palácios	160
Gilvana Kelly Barros Pimentel	160
A INSERÇÃO CURRICULAR NO ENSINO DE SAÚDE DO ADOLESCENTE NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UESC	172
Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt	172
Maria D'ajuda Martins Larcher	172
Bernardina Silva Santos	172
CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNEMAT	186
Joacir Mauro da Silva Junior	186
Leonarda Grillo Neves	186
Tanismare Tatiana de Almeida	186
SOBRE OS AUTORES	195

APRESENTAÇÃO

No início de 2022 a Câmara de Extensão da ABRUEM lançou o desafio de publicar uma Coletânea acerca dos **“Processos e desafios sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação das IES estaduais e municipais do Brasil”**. Uma chamada pública foi direcionada a todas as Instituições de Ensino Superior filiadas à ABRUEM. Muitos trabalhos foram encaminhados à Câmara técnica de Extensão. Os 14 capítulos que compõem esta primeira Coletânea sobre a Inserção Curricular da Extensão advêm da materialização das experiências distintas vivenciadas pelas universidades estaduais e municipais espalhadas nas várias regiões do Brasil.

O capítulo 1 desta Coletânea diz respeito a uma produção coletiva elaborada em 2021 pelos membros da Câmara de Extensão da ABRUEM. Com título **“Questões sobre a extensão universitária no Brasil - institucionalização, implantação e trabalho remoto”**, esse trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com as instituições estaduais e municipais de ensino superior do Brasil sobre a inserção curricular da extensão e o trabalho remoto durante a pandemia.

O capítulo 2, intitulado **“Desafios dos cursos superiores da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Ituiutaba, na curricularização da extensão universitária”**, escrito por Ana Cecília Guedes, Elicardo Heber de Almeida Batista e Marco Miguel de Oliveira, relata e analisa como as ações extensionistas têm sido realizadas e, recentemente, curricularizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, de Tecnologia em Gestão Ambiental, de Licenciatura em Ciências Biológicas e de Bacharelado em Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba, buscando evidenciar os principais desafios da reformulação dos cursos em atendimento à Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018.

O capítulo 3, produzido por Evandro Salvador Alves de Oliveira, Rodrigo Perissinotto, Juliene Rezende Cunha e Zaqueu Henrique de Souza, trata da **“Inserção curricular da extensão da UNIFIMES-GO: das etapas de planejamento ao processo de implantação”**, e objetiva apresentar alguns aspectos sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), especialmente a respeito de como ocorreu a elaboração da Portaria de regulamentação sobre a inserção e as possíveis formas de implementá-la nos projetos pedagógicos. Além disso, os autores buscam contextualizar quem é o Centro Universitário de Mineiros, abordar como a instituição compreende a extensão, refletir sobre a nova exigência de inseri-la nos currículos dos cursos de graduação e expor as suas várias formas de implementá-la, assim como registram alguns apontamentos sobre a extensão como estratégia de ensino.

O capítulo 4, denominado **“Vivenciando experiências, vencendo desafios: um relato da implementação de práticas extensionistas em componentes curriculares na Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Frutal”**, elaborado por Marcela Fernanda da Paz de Souza, Larissa Rodrigues de Azevedo Câmara e Priscila Kalinke da Silva, visa propor uma reflexão trazendo exemplos práticos que possam ser utilizados como instrumento de incentivo e de implementação extensionista aos docentes da UEMG e das universidades integrantes da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABREUM) e demais universidades e instituições de ensino públicas e privadas, considerando as especificidades dos componentes curriculares dos diferentes projetos pedagógicos, cursados pelos discentes, com a carga horária e os créditos já previamente estabelecidos.

O capítulo 5, intitulado, **“Relatos dos desafios da inserção curricular da extensão nos cur-**

os de graduação do Centro Universitário de Goiatuba – Unicerrado”, tem autoria de Rogério Henrique Ohhira e Gilmar Vieira de Rezende. O texto objetiva apresentar de forma sucinta os principais enfrentamentos e desafios da inserção curricular da Extensão, no ambiente acadêmico da UniCerrado, bem como apresentar a UniCerrado e a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

O capítulo 6 foi produzido por Fabiana Regina Veloso, Elenita Conegero Pastor Manchope, Eurides Küster Macedo Junior e Marcos Freitas de Moraes e possui o título **“Unioeste e a inserção curricular da extensão – um marco na história”**. O texto objetiva descrever o processo de inserção curricular da extensão universitária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) ao tempo em que se levantam algumas reflexões sobre este importante marco histórico. Conforme reforçam os autores, a extensão universitária pode ser percebida como uma prática social, um processo que surgiu no contexto das universidades e se materializou em ações concretas como a inserção curricular que deve ser implementada por força de lei até o final do ano de 2022. Um marco importante como este justifica a importância em descrever o processo nos diversos espaços situados, compreender o movimento dos atores e delinear os diferentes entendimentos sobre a execução das ações.

O capítulo 7, intitulado **“A inserção da extensão no currículo: o caso da Universidade de Pernambuco”**, foi escrito por Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro, Odair França de Carvalho, Rosa Maria Farias Tenório e Raphael de França e Silva. O trabalho objetiva esquadrihar o caminho percorrido pela Universidade de Pernambuco no tangente à inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação, de modo a materializar instrumentos para creditação no âmbito dos cursos de graduação, a partir de 2017.

O capítulo 8 apresenta questões sobre a **“Inserção curricular em extensão na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – MG: um relato de experiência (2018-2022)”**. Foi produzido por Valéria Daiane Soares Rodrigues, Paulo Eduardo Gomes de Barros, Helena Amália Papa, Andréa Helena Puydinger de Fazio, Valéria de Souza Campagnac e Jussara Maria de Carvalho Guimarães, com intuito de oferecer um panorama de como está o processo de implementação da inserção curricular em extensão no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), considerando, principalmente, a proximidade do tempo previsto para sua implementação. Os autores realizaram uma consulta atenta aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da instituição e verificaram a literatura que versa sobre a temática a fim de que houvesse subsídios para amparar as discussões, as dúvidas encontradas ao longo do processo de pesquisa e a tomada de decisões sobre resolução para os problemas encontrados.

O capítulo 9, preparado por Maria Anezilany Gomes do Nascimento, apresenta o seguinte título: **“A inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará - onde estamos?”** Trata-se de um texto que objetiva apresentar o processo, os desafios e o status da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Para tanto, a autora considera em sua reflexão proposta, as diretrizes nacionais para esta inserção, e, de modo mais abrangente, a Política Nacional da Extensão, assentada no papel que desempenha a Universidade em um projeto de país, de Estado e de sociedade, e na força da Educação Superior para o enfrentamento das questões sociais, em suas diversas escalas, e para a intervenção dialogada com as demandas da comunidade.

O capítulo 10 foi escrito por muitas mãos e apresenta o panorama da **“Curricularização da extensão na UNESP: diversidade e valorização da cultura”**. O trabalho tem autoria de Raul Borges

Guimarães, Célia Maria Giacheti, Antônio César Leal, Juliana Cortez Barbosa, Paulo Celso Moura, Maria Odila Hilário Cioffi e Amadeu Moura Bego, e objetiva apresentar o relato da experiência de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e sua integração com as ações culturais.

O capítulo 11 foi elaborado por Leticia Maria P. da Costa, Aline Fernanda Lima Ferreira e Luzimar Goulart Gouvêa e discorre sobre **“O papel da Pró-Reitoria de extensão na condução da curricularização da extensão na Universidade de Taubaté: relato de experiência”**. Nele, as autoras buscam participar da coletânea contribuindo com um trabalho que pretende estabelecer um relato de experiências sobre o processo de curricularização e dos desafios que envolveram e envolvem a dinâmica de incluir a extensão como um componente curricular nos cursos de graduação da Unitaú, pontuando o valor da extensão universitária na formação dos alunos, na produção de conhecimentos e na consolidação de uma universidade comprometida com a transformação social.

O capítulo 12 aborda os **“Desafios e avanços na elaboração da resolução para a inclusão de carga horária de extensão na Universidade do Estado do Pará”**. Trata-se de uma discussão elaborada por Vera Regina da Cunha Menezes Palácios e Gilvana Kelly Barros Pimentel que destaca aspectos referentes à adequação das atividades da UEPA, sobretudo no que diz respeito à Resolução sobre a Inserção Curricular da Extensão e ao atendimento da Meta 12.7. Segundo argumentam as autoras foram promovidas estratégias de gestão, como a participação da equipe de gestores da Proex no Fórum de Extensão estadual, reuniões com comissões experts em ações de extensão, bem como análises de documentos, levantamentos bibliográficos e relatórios de ações de práticas de campo realizadas nos últimos três anos.

O capítulo 13 intitula-se **“A inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da UESC”**. Refere-se a um texto produzido por Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt, Maria D’ajuda Martins Larcher e Bernardina Silva Santos, com objetivo de descrever o processo de inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Conforme terão a oportunidade de constatar, a articulação entre ensino e extensão não é uma novidade para o curso de enfermagem, uma vez que, desde os primórdios, na década de 80, a extensão vem se mostrando como laboratório pedagógico para complementação, inovação e/ou aprimoramento do aprendizado curricular.

O capítulo 14 finaliza o conjunto de trabalhos sobre a temática da Coletânea. O texto, preparado por Joacir Mauro da Silva Junior, Leonarda Grillo Neves e Tanismare Tatiana de Almeida, trata da **“Creditação da extensão nos cursos de graduação: a experiência da UNEMAT”**. O objetivo dos autores é apresentar o relato de experiência da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado no que diz respeito à divulgação e conhecimento sobre a Resolução nº 011/2020 – Ad referendum do CONEPE, homologada pela Resolução nº 024/2020 – CONEPE, que dispõe e regulamenta a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da UNEMAT.

São esses 14 textos produzidos coletivamente por diversas instituições de ensino superior do Brasil que inauguram a publicação desta primeira Coletânea de trabalhos sobre processos e desafios acerca da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação. Fica, aqui, o registro de agradecimento pelas contribuições das Universidades e Centros Universitários que tornaram possível a concretização desta obra organizada pela Câmara técnica de Extensão da ABRUEM, são elas: Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidades Ituiutaba e Frutal; Centro Universitário

de Mineiros - GO (UNIFIMES); Centro Universitário de Goiatuba (UNICERRADO); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade de Pernambuco (UPE); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade de Taubaté (UNITAU); Universidade do Estado do Pará (UEPA); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A Câmara de Extensão da ABRUEM também agradece ao Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE), pela editoração desta Coletânea.

Boa leitura!

Câmara de Extensão da ABRUEM

PREFÁCIO

QUESTÕES SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL - INSTITUCIONALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TRABALHO REMOTO

Julienne Rezende Cunha
Evandro Salvador Alves de Oliveira
Cláudia Gonçalves de Lima
Paulo Eduardo Gomes de Barros
Fábio Santa Cruz
Fabiana Regina Veloso
Mayco Moraes Nunes
Luiz Alberto Rodrigues
Rosane Meire Vieira de Jesus
Letícia Maria Pinto da Costa
Flavia Haddad França
Rogério Henrique Ohhira
Raul Borges Guimarães
Moacyr Laterza Filho
Leonarda Grillo Neves
Maria Anezilany Gomes do Nascimento

Introdução

Em 2021 a Câmara de Extensão da ABRUEM foi reconfigurada e passou a ser presidida pela Reitoria do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), instituição situada no sudoeste goiano que oferece cursos de graduação e pós-graduação há 36 anos nos municípios de Mineiros-GO e Trindade-GO. Algumas ações e debates foram realizados no âmbito da Câmara de Extensão e são apresentados de forma sintética neste breve relato.

De imediato, os trabalhos da Câmara tiveram o objetivo de realizar o reconhecimento de todas instituições de ensino superior do Brasil filiadas à ABRUEM no âmbito da extensão. Buscou-se verificar o estado com que o tema curricularização da extensão está sendo desenvolvido, bem como procurou-se identificar como as instituições se organizaram durante o período da pandemia causada pela COVID-19. A estratégia adotada foi a elaboração e posterior encaminhamento de um questionário direcionado às instituições com o período estipulado para devolução entre os meses de agosto e setembro de 2021.

Outra iniciativa a ser ressaltada foi a promoção do Seminário Nacional Sobre a Inserção Curricular da Extensão feita pela Câmara de Extensão da ABRUEM, realizado de forma on-line no mês de setembro deste ano. Esse evento mostrou-se bastante abrangente e relevante, muito em função do nível das discussões ocorridas, que colaboram, e muito, para os trabalhos que atualmente as universidades têm realizado a partir do que identificamos nas pesquisas conduzidas pela Câmara.

1 O capítulo foi produzido no âmbito da Câmara de Extensão da ABRUEM no ano de 2021.

Nesse contexto, apresenta-se o panorama sobre a extensão universitária das instituições estaduais e municipais do Brasil e os objetivos a serem alcançados com este trabalho são: discutir aspectos relativos aos processos que envolvem as diretrizes sobre a institucionalização da extensão na graduação; expor as várias formas de inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos das instituições associadas à ABRUEM e apresentar aspectos sobre o trabalho remoto durante a pandemia nas IES estaduais e municipais.

Aspectos sobre as diretrizes que envolvem a institucionalização da extensão na graduação: a importância do FORPROEX

A título de contextualização, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, enfatiza que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, entende-se que é papel da universidade assegurar a plena articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, valorizando todas as áreas de conhecimento e sem perder de vista a concepção de universidade cidadã. Para isso é preciso que tal articulação promova a transformação da sociedade e da própria universidade por meio de concepções dialógicas e o estudante seja compreendido como protagonista nesse processo, sendo estimulado a se abrir para as experiências e a realidade.

É perceptível que a extensão é uma dimensão da educação superior já anunciada na Constituição Federal desde 1988. No entanto, foi apenas no início do século XXI que as instituições públicas passaram a construir regulamentações específicas que pudessem regulamentar a extensão no território brasileiro.

Em maio de 2012 ocorreu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras (FORPROEX), em Manaus-AM, e durante o evento foi amplamente discutido o tema da extensão. Naquele contexto do Fórum foi publicada a Política Nacional de Extensão Universitária, documento resultante do evento e das discussões ocorridas que possibilitaram a produção deste importante material que contém temas relevantes relativos à extensão e que merecem ser recuperados, como o conceito de extensão universitária, bem como suas diretrizes.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Esse conceito elaborado no FORPROEX (2012), embora tenha sido publicado há nove anos, apresenta-se como uma definição bastante atual. Ou seja, faz-se necessário garantir a não ruptura do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que consideramos viável explorar e partilhar os conhecimentos construídos no âmbito do ensino da graduação, por vezes potencializados por experimentos de pesquisa, com a comunidade. Essa exploração e partilha ocorre por meio do contato com os estudantes e a comunidade externa, por meio de ações interdisciplinares que modificam, afetam e transformam os setores da sociedade.

Parte das constatações apontadas pelos Pró-Reitores está baseada no Plano Nacional de Extensão Universitária – marco legal advindo dos ditames da Carta Magna de 1988. Assim, entende-se que a extensão como prática acadêmica e seu desenvolvimento deve ser feito de forma indissociável com o “Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos,

da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, 2012, p. 16).

É possível observar que existe um objetivo e preocupação em contribuir com o desenvolvimento da sociedade, assim como garantir valores democráticos e de equidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão em suas práticas acadêmicas. Desta forma, as universidades têm buscado cumprir o seu papel ao aproximar comunidade acadêmica e sociedade, visando promover e realizar ações que impactam em transformação social, cultural, humana, ética, econômica, tecnológica, formação cidadã, entre outras dimensões.

De modo concomitante, destaca-se ainda que o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Superior (CES), publicou a Resolução nº 07, em 18 de dezembro de 2014, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. O artigo 3º da Resolução do CNE/CES (2018) enfatiza que:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Pode-se considerar que essa Resolução do CNE valorizou a extensão no âmbito universitário. Pois, entende-se que foi em 2018 com a publicação deste importante documento, determinou que a extensão universitária passasse a integrar a matriz curricular, bem como articulá-la, de alguma maneira, às ações de pesquisa no contexto do ensino superior. Tal recomendação aconteceu, provavelmente, por considerar importante agregar novos valores aos aspectos que se vinculam à formação dos estudantes e, conseqüentemente, com o novo formato do perfil do egresso que as universidades pretendem produzir.

Em outras palavras, a extensão universitária se configura como considerável via de mão dupla para que os estudantes estabeleçam relações entre os conhecimentos teóricos e práticos produzidos na universidade e os setores da comunidade que carecem de tais conhecimentos. Destaca-se que a interação dialógica preconizada nestes documentos significa interagir para construir conhecimento a partir da realidade social, ou seja, é preciso que a universidade se aproxime da comunidade para conhecê-la nas suas demandas e também no que ela tem a oferecer. É um processo em que todos aprendem; o estudante confronta o conhecimento científico e teórico com o cotidiano da comunidade que também oferece uma perspectiva concreta que materializa e consolida o conhecimento; a comunidade explicita suas demandas e tem acesso ao que a universidade constrói por meio de dinâmicas, metodologias, teorias e soluções alternativas para os dilemas sociais; a universidade, no seu papel de contribuir para o desenvolvimento social, se mostra um espaço aberto em que o estudante, o docente “professor e pesquisador” e também a comunidade podem, juntos, transformar um modo de compreender e agir na realidade social.

Essa compreensão já se encontrava explicitada nas diretrizes da extensão universitária apresentadas pelo FORPROEX (2012) e que merecem ser amplamente debatidas: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa

e a extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social. Mas, permanece o desafio de promover a prática extensionista de tal modo em que a extensão ocorra com a articulação entre a pesquisa e o ensino, inclusive é preciso repensar o próprio perfil do egresso.

Para avançar na apresentação dos resultados preliminares, faz-se necessário entender o que é extensão universitária, para depois entender como curricularizar a extensão nos cursos das universidades. Na próxima seção será apresentado um panorama das instituições que participaram da pesquisa aplicada pela Câmara de Extensão da ABRUEM.

Ao falar em curricularizar a extensão – remete-se ao resgate da universidade como espaço para todos, e neste trabalho objetiva-se deixar esse aspecto bem claro quanto à sua importância.

A inserção da extensão universitária: suas várias formas de implementar

O questionário aplicado pelos pares da Câmara de Extensão apresentou 15 questões. Procurou ilustrar a situação da inserção da extensão dos projetos pedagógicos dos cursos das IES públicas municipais e estaduais vinculadas à ABRUEM e suas particularidades; além de identificar as formas de desenvolvimento e avaliação das atividades relacionadas aos projetos de extensão durante o período da pandemia.

O retorno das respostas foi concluído em setembro de 2021. Atualmente há 47 instituições de ensino superior filiadas à ABRUEM, das quais 37 responderam ao questionário que fora encaminhado às Pró-reitorias de extensão, o que representa 78,72 % do total de universidades e centros de ensino associados. De forma pormenorizada, as instituições que participaram da pesquisa foram as seguintes:

Quadro 1. Instituições que responderam ao questionário

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS -UEA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO- FAE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS - UNIFIMES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - UNIRV
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA – UNI-FACEF
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIATUBA - UNICERRADO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE- UNCISAL
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
UNIVERSIDADE DE TAUBATE - UNITAU

Quanto à situação da inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação das Instituições; percebeu-se, no contexto em que foi aplicado o questionário, que a maior parte dos respondentes (22 universidades), está na fase de implantação da inserção curricular da extensão, enquanto 14 delas estão em processo de discussão, como o gráfico 1 ilustra.

Gráfico 1. Atual situação da inserção da extensão nas IES



A pesquisa também buscou saber nas instituições que já iniciaram este processo, a fase em que se encontra tal discussão. A maioria informou que está com debates finalizados, com encaminhamento de proposta final para conselho(s) superior(es), sendo 11 instituições nesta situação.

Gráfico 2. O período em que se encontra o processo de inserção da extensão



Em seguida, o foco foi solicitar às instituições que detalhassem o processo sobre a implantação. Identificamos o seguinte panorama:

- em fase de discussão sobre como implantar a Resolução da Inserção da Extensão com Coordenações e Colegiados de Curso - 11, o que representa a maioria delas;
- em processo de discussão com as Coordenações e Colegiados de Curso, sinalizando que já estão implementando em alguns cursos - apenas 6 instituições;
- com projetos pedagógicos de alguns cursos já reformulados e que ofereceram unidades curriculares da Extensão em alguns cursos - verificou-se que 6 IES estão nesse processo.

Gráfico 3 – Fase de implantação da inserção da extensão



A quinta pergunta do questionário foi relacionada ao conhecimento da Resolução que prorroga o prazo para as instituições implantarem a Curricularização da Extensão. Verificou-se que apenas 1 universidade não possuía conhecimento desta prorrogação.

A respeito da Resolução que prorroga o prazo para as instituições implantarem a Curricularização da Extensão, as universidades informaram o seguinte:

Dezessete delas disseram que a IES pretende implantar a creditação da extensão antes de encerrar o prazo em todos os cursos de graduação, a maioria das instituições.

Em segundo plano, 13 delas informaram que a IES pretende implantar a creditação da extensão antes de encerrar o prazo em alguns cursos de graduação para analisar o desenvolvimento.

Por fim, 7 instituições argumentaram que a IES implantará a creditação da extensão apenas no final do prazo da Resolução, como o seguinte gráfico apresenta.

Gráfico 4. Período que as IES pretendem implantar a curricularização



Como um ponto crucial para a compreensão do processo de inserção curricular da extensão, buscou-se identificar a maneira utilizada pelas IES para realizarem a creditação da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. A maioria das respostas se articulam às seguintes dimensões, a saber:

I - Atividades Específicas de Extensão (AEE) como componente curricular do PPC;

II - Inserção de ações extensionistas como parte de disciplinas e outros componentes curriculares do PPC;

III - Oferta de disciplinas específicas de Extensão, obrigatórias ou optativas.

Onze universidades disseram que foi por meio da transformação de **parte da carga horária de disciplinas** teóricas ou práticas em atividades de extensão. Em segundo lugar, seis informaram que foi por meio da criação de **programas de** extensão. Cinco instituições argumentaram que ocorreu por meio da **criação de disciplina específica de extensão**, enquanto quatro relataram que foi por meio da **criação de projetos** específicos para a curricularização de extensão.

Nesta questão algumas IES assinalaram mais de uma opção, por entenderem que a resolução possibilitou esta dinamicidade. Por outro lado, treze IES preferiram inserir comentários na questão seguinte, que solicitava o relato de outras formas de inserção. Foram observados os relatos de treze IES nesta questão. Alguns comentários apenas informam que a IES utilizou mais de uma modalidade, todos contidos nas opções já mencionadas e detalhavam o processo de formalização e aprovação das atividades. Como acréscimo ao que se possibilitou nas respostas anteriores pode-se citar:

Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado Obrigatório Curricular. Atividades decorrentes do desenvolvimento dos componentes curriculares. Atividades decorrentes de Projeto de Ensino; de Projeto de Extensão; de Projeto de Pesquisa.

Pode-se observar diferentes olhares sobre o processo. Acredita-se que esses olhares decorrem de dois fatores essenciais: a) a ampla possibilidade que as Diretrizes possibilitam, o que de certo modo busca atender as particularidades regionais e institucionais e, b) as leituras particulares sobre a realidade de cada IES.

Nota-se que algumas instituições percebem o espaço do Estágio Curricular como possibilidade para a extensão. Embora não tenha sido objetivo da pesquisa orientar ou discutir a interpretação das IES, sugere-se que um debate possa ampliar as leituras sobre a relação entre a Extensão e o Estágio Curricular e TCC, uma vez que: i) ambos possuem regulamentação específica; ii) o propósito da inserção da extensão é permitir ao estudante o protagonismo nas ações, o que difere de algum modo da proposta de estágio curricular. No entanto, acredita-se que para algumas áreas a possibilidade integradora seja compatível.

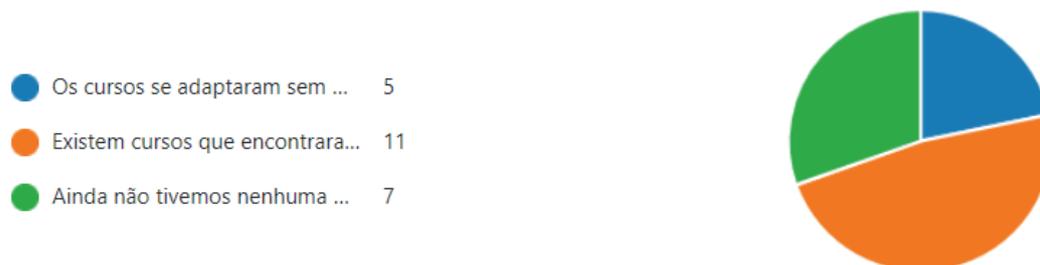
Do mesmo modo destaca-se a possibilidade de inserção da extensão junto a projetos de en-

sino e pesquisa, o que pode ser um avanço para o ensino superior, na medida em que materializa a integração do tripé da formação superior.

Em seguida buscou-se saber quais foram as principais percepções sobre esse processo, destacando-se as facilidades e dificuldades encontradas pelas IES que já realizaram a creditação da extensão nos cursos de graduação.

Onze instituições disseram que existem cursos que encontraram dificuldades para trabalhar a extensão. Sete informaram que ainda não tiveram nenhuma experiência. E cinco instituições disseram que os cursos se adaptaram sem dificuldades.

Gráfico 5. Principais percepções sobre o processo de implantação da curricularização



Para as IES que participaram da pesquisa, as áreas que mais encontraram dificuldades durante a implantação da curricularização da extensão nos cursos de graduação, foram: Em primeiro plano a área das ciências exatas, seguido das humanidades. As áreas da saúde e das agrárias foram as que menos encontraram dificuldades de implementação.

Gráfico 6. Áreas que mais encontraram dificuldades para inserir a extensão



Ademais, é possível observar que apenas 14 instituições foram capazes de informar sobre as dificuldades de implantar a extensão nos currículos, o que representa uma minoria do quantitativo de IES que responderam ao questionário. Muitas outras ainda estão em processo de estudo, elaboração de regulamentação própria e ou fase de implantação dessas modificações que envolvem o trabalho com a extensão nos cursos de graduação.

É fato que a pandemia pode ter colaborado para deixar mais lento ainda esse processo que diz respeito à inserção da extensão, uma vez que envolve estudos, aprofundamentos, debates, reestruturação de diversas ordens no âmbito das IES, a exemplo da parte financeira (formas de financiar), o planejamento da execução de acordo com as realidades de cada curso, entre outros. Mesmo assim, considera-se o cenário caótico causado pela pandemia, as IES além de se reinventarem, tiveram que encontrar meios e alternativas para que o trabalho com/sobre a extensão não fosse totalmente interrompido, tendo em vista a importância e relevância que ele assume.

Trabalho remoto durante a pandemia

Observa-se também que os discursos que sustentam todo o debate sobre a extensão como formação universitária ao perceber que algumas premissas norteiam todo o olhar sobre a realidade que nos cerca. Em síntese, trata-se de um processo em movimento, em construção coletiva. Pois, quando as diretrizes são reportadas se resgata a interação dialógica e de transformação social, pode-se assim entender que a transformação pretendida está intimamente relacionada ao que ocorre no contexto social. Isso vai ao encontro da real necessidade da interação entre universidade (docentes, estudantes) e comunidade; ou seja, pretende-se que esta interação reflita uma aprendizagem conjunta, em que a sociedade possa também influenciar nas formas de ver e fazer o conhecimento.

Do mesmo modo, as condições sociais são de extrema relevância no processo. Ao institucionalizar a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, o cenário da sociedade brasileira era cercado por debates sobre a importância da extensão e as formas de interação que poderiam efetivamente contribuir para a realização das ações interativas. No entanto, o cenário mundial interferiu na condução deste processo, ampliou-se o horizonte das possibilidades em razão da nova práxis do fazer universidade em tempos pós-pandemia.

O Brasil, assim como toda a sociedade mundial foi tomada pela pandemia da Covid-19. E essa pandemia aconteceu numa medida que há muito tempo não se via, pois em princípio as escolas e universidades foram fechadas, aulas suspensas, o comércio e as indústrias sofrem diversos impactos que modificaram aquilo que era considerado “normal” e rotineiro na sociedade. Frente a esse contexto, as instituições de educação, a partir de decretos e documentos oficiais, começaram a se reorganizarem de maneira a garantir as atividades com o ensino. Em meio a esse processo estavam as atividades de pesquisa, de extensão, bem como várias outras relacionadas à educação superior, inclusive o trabalho que já estava sendo feito sobre a curricularização da extensão, que de certa maneira também foi acometido pelos impactos da pandemia.

Esse contingente impactou em todas as instituições sociais, perpassando por todas as esferas: social, política, econômica, etc. Um processo que fora pensado para ter sua fase de implantação concluída em dezembro de 2021 precisou ser repensando, reconstruído. E tudo que a inserção curricular envolve precisou ser adequado e remodelado.

Assim, rapidamente todas as instituições reuniram esforços para remodelar ações antes pensadas para uma atuação presencial, interativa, que buscava uma aproximação com as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Com o distanciamento social e as medidas preventivas para a segurança da saúde da população, muitas ações foram interrompidas, outras foram remodeladas e outras foram criadas na tentativa de manter a essência da extensão no nosso cotidiano.

Com vistas a esse cenário, a ABRUEM também buscou o entendimento e a compreensão das formas como as IES estão conduzindo esse movimento de manutenção e reinvenção da extensão. Com a aplicação do questionário, obteve-se ainda o cenário com que as instituições desenvolveram as suas atividades de extensão de combate à pandemia. Todas as trinta e sete instituições de ensino superior (IES) responderam que sim; ou seja, demonstraram haver preocupação com essa questão.

A Câmara buscou identificar quais atividades vinculadas a programas, projetos ou cursos de extensão as IES realizaram durante o período da pandemia. Identificou-se que as IES realizaram mais de uma das opções disponibilizadas, a saber:

- Serviços de teleatendimento e tele acolhimento;

- Produção de insumos e desenvolvimento de equipamentos/tecnologias: equipamentos de proteção individual - profissionais de saúde (máscaras 3d), álcool em gel, sabonetes, lavadores públicos, respiradores;
- Produção de material educativo e mídias digitais (cards, vídeos curtos, videoaulas, podcast, slidshare, material em libras);
- Utilização das redes sociais para realização de palestras, seminários, atividades culturais e desportivas, debates, oficinas, festivais;
- Orientação financeira, jurídica, acolhimento psicológico, auxílio a idosos e grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A pesquisa também visou conhecer se as IES elaboraram resolução, instrução ou documento de orientação para o período de pandemia. Apenas quatro IES informaram que não produziram tais documentos, enquanto a maioria manifestou ter feito.

Durante a pandemia a maioria das Instituições elaboraram regulamentação própria para o trabalho remoto com a extensão, pois vinte e cinco IES informaram ter elaborado tal regulamentação.

Por fim, identificou-se que são diversas as maneiras que ocorreram o acompanhamento e avaliação das ações de extensão nas IES. Alguns dos exemplos mais citados na pesquisa foram: relatórios e relatos de experiência (a maior parte); uso de sistemas; formulários e google *forms*; planilhas; e-mails, arquivos eletrônicos, entre outros.

Além desses dados apresentados, importa ressaltar que parte da realidade das IES vinculadas à ABRUEM se assemelha, principalmente no que diz respeito às experiências com o trabalho remoto durante a pandemia. As instituições, em geral, reconhecem haver questões positivas e negativas, vivenciadas desde o período de março de 2020, mostrando alguns olhares da gestão e da docência, especialmente sobre as atividades de extensão.

As IES apresentam algumas percepções sobre essa questão levantada por meio de um inventário positivo e negativo sobre o trabalho remoto. O primeiro inventário diz respeito a realização de eventos e palestras com participantes nacionais e internacionais, em que observaram uma maior facilidade em promover encontros com tais palestrantes, já que, no presencial, teriam que se deslocar de suas cidades ou percorrer grandes distâncias até o local do encontro. As ferramentas digitais passaram a ser o veículo de comunicação mais utilizado pelos docentes e discentes na pandemia. O domínio dessas ferramentas foi um fator positivo, possibilitou a realização de encontros de grande porte. A programação dos eventos anuais do Uni-FACEF foi toda preparada na modalidade remota.

Quanto ao segundo inventário, o aspecto negativo, destaca-se alguns pontos, como: a falta de interação entre as diversas comunidades: isolamento social; excesso de horas trabalhadas: utilização das ferramentas digitais no preparo de aulas, palestras e eventos on-line; questões relacionadas ao excessivo uso da tecnologia: ansiedades, insônias, isolamento; desgaste da saúde emocional: depressão, pânico, ansiedade; potencialização das questões da técnica e cerceamento das questões humanas.

Considerações

O objetivo do artigo foi demonstrar como as IES vinculadas à ABRUEM estão realizando o processo de inserção curricular da extensão. Assim, observou-se que todas as IES pretendem concluir o debate e a formalização nos currículos dos cursos até o prazo estabelecido pela Resolução. Pode-se dizer que todas as IES participantes da pesquisa estão atentas aos debates, sendo

que apenas uma IES desconhecia a prorrogação do prazo de implementação. Além disso, várias IES já apresentam suas resoluções internas aprovadas, outras já iniciaram o processo de implantação nos currículos com o destaque para seis IES que já aprovaram PPCs e começaram de fato a desenvolver ações extensionistas como componentes curriculares na formação do estudante.

Observa-se que não há homogeneidade na percepção e na organização do processo de inserção curricular. É certo que o cenário de pandemia pode ter interferido na condução das discussões e da implementação das atividades de extensão. O debate é distinto em cada área do conhecimento, e até mesmo entre IES. São atores diferentes começando a perceber a extensão na sua realidade. Para algumas áreas a percepção da relação com a comunidade é mais visível pelo viés da pesquisa, dos estágios curriculares; mas também se percebe que alguns cursos não tomavam a extensão como cotidiano na formação do estudante.

Apesar do quadro apresentado neste artigo, é relevante reconhecer que este processo está em fase de construção, que por sua vez está trazendo a extensão como um novo olhar para a formação do estudante, para a transformação da sociedade e para o papel da universidade.

Mesmo com o aparecimento de uma pandemia que tomou proporções em nível mundial as instituições procuraram propor alternativas para que os trabalhos com a extensão universitária não fossem tão prejudicados. As IES relataram que houve preocupação com a elaboração de ações de combate à pandemia, bem como foram produzidos documentos que regulamentassem as ações de extensão durante esse cenário assustador. As maneiras de acompanhar e avaliar as atividades de extensão foram diversas e importantes para que os programas, projetos e eventos obtivessem continuidade e novas ações também pudessem ser elaboradas e executadas.

Por fim, é certo que dificuldades ainda surgirão, debates serão necessários, talvez ajustes sobre o que se conseguiu implementar, mas também haverá muitas contribuições sobre novas metodologias e novos olhares sobre a extensão. Será necessário ainda que o processo se realize, finalizando uma etapa para dar início a outras que permitam o avanço da extensão como um processo concreto em todas as áreas do conhecimento. Acredita-se que muitas possibilidades sejam socializadas como as propostas de integração entre ensino, pesquisa e extensão, que poderão ser finalmente operacionalizadas como um processo único e integrado. Estamos todos aprendendo com este processo – o que para nós já significa uma transformação da realidade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 15 out. 2020.

CNE/CES. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de DEZEMBRO de 2018.

FORPROEX. Política nacional de extensão universitária. In: Fórum de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Manaus, 2012.

DESAFIOS DOS CURSOS SUPERIORES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE ITUIUTABA, NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Cecília Guedes (UEMG, Unidade Ituiutaba)²

Elicardo Heber de Almeida Batista (UEMG, Unidade Ituiutaba)³

Marco Miguel de Oliveira (UEMG, Unidade Ituiutaba)⁴

Introdução

Na conjuntura atual, a Universidade caminha timidamente na construção de sua democracia interna e de imprimir claramente sua função social. O tecnicismo dos cursos voltados exclusivamente para o mercado dificulta a (auto)reflexão do Ensino Superior enquanto uma política de enfrentamento dos problemas sociais, voltadas para a melhora na qualidade de vida e para o bem-estar social (GADOTTI, 1992).

Esse processo, denominado mercantilização da educação, transforma uma instituição social de interesse público, a Universidade, em uma rede de empresas de ensino. O tripé ensino-pesquisa-extensão, que em grande medida define a importância e a relação do ensino superior com a sociedade e a produção de conhecimento e/ou tecnologia, é cotidianamente quebrado. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) apresenta o conceito de Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Haverá sempre uma tendência dominante que acompanha a evolução da sociedade: o conflito na Universidade reflete o conflito existente na sociedade. Esse conflito será tanto mais agudo e intenso, quanto for o processo de mudança social. (GADOTTI, 2003, p. 17).

Embora os embates acerca dos modos de se fazer extensão persistam nas Universidades, é consenso que esta deve dar-se na forma de prática emancipatória, superando a simples difusão de conhecimentos. Pelo fato de a Extensão Universitária constituir-se como um campo de disputa no

2 Pós-doutora e doutora Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora de Educação Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ituiutaba, onde também atua como subchefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E-mail: ana.cecilia@uemg.br

3 Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. É professor no Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e nos cursos da área de Ciências Agrárias da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Unidade Ituiutaba). Atua como coordenador do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da mesma Universidade. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

4 Mestre em Imunologia e Parasitologia Aplicadas pela Universidade Federal de Uberlândia. É professor de Educação Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ituiutaba, estando alocado no Departamento de Saúde e Psicologia. Ministra aulas nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Gestão Ambiental. Atua como coordenador de Extensão da UEMG, Unidade Ituiutaba. E-mail: marco.oliveira@uemg.br

processo de mudança da prática acadêmica, questão corroborada pela recente curricularização, tão importante quanto um Plano Nacional de Extensão Universitária e uma Política Nacional de Extensão Universitária, é a compreensão do corpo docente e discente da importância da extensão na formação dos indivíduos.

Santos (2004), ao fazer uma leitura dos desafios da extensão frente ao capitalismo global, atribui à Universidade o papel de refletir sobre as implicações da curricularização na carreira docente, na formação discente e na construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Neste sentido, a discussão sobre a curricularização da extensão não pode ser desconectada dos aspectos históricos, dinâmicas da própria instituição, anseios da comunidade local onde a Universidade está inserida e formas de se garantir sua pluralidade, interdisciplinaridade e participação social.

Assim, neste trabalho nos propomos a relatar e analisar como as ações extensionistas têm sido realizadas e, recentemente, curricularizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, de Tecnologia em Gestão Ambiental, de Licenciatura em Ciências Biológicas e de Bacharelado em Engenharia Agrônoma da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ituiutaba, buscando evidenciar os principais desafios da reformulação dos cursos em atendimento à Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018.

Procurando atingir o objetivo proposto, este capítulo está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira seção descreve a metodologia de coleta dos dados. Posteriormente, discorre-se sobre os principais resultados encontrados e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

Metodologia

Um levantamento quantitativo de dados secundários das ações de extensão da UEMG, Unidade Ituiutaba, foi realizado para permitir a identificação e a caracterização das principais atividades que foram realizadas pela Instituição nos últimos quatro anos (2018 a 2021). Os dados foram obtidos por meio dos relatórios gerados pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UEMG.

A etapa seguinte constituiu-se do levantamento de dados primários, tendo como ferramentas a realização de entrevistas com os presidentes dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) ou Coordenadores dos cursos de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, de Tecnologia em Gestão Ambiental, de Licenciatura em Ciências Biológicas e de Bacharelado em Engenharia Agrônoma da UEMG, Unidade Ituiutaba. A definição das variáveis das entrevistas buscou estabelecer uma relação com o objetivo deste capítulo, sendo feitas, portanto, cinco perguntas: (i) “Como você vê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na instituição? E no curso?”; (ii) “Quais ações de caráter extensionista eram (ou são) realizadas pelo curso?”; (iii) “Quais foram os principais desafios para inserção da extensão no PPC? Como se deu essa inserção?”; (iv) “Quais ações de caráter extensionista foram (ou serão) realizadas no curso após a curricularização? Elas são (ou serão) suficientes? Sugere alguma melhoria?”; (v) “Para você, qual a importância da curricularização da extensão para os discentes?”. A coleta de dados foi realizada entre os dias 28 de março e 4 de abril de 2022, sendo realizada de maneira virtual com cada presidente de NDE e/ou Coordenador de curso.

Vale ressaltar que, para a análise qualitativa dos dados obtidos nas entrevistas, não se partiu de fórmulas ou receitas pré-definidas (GIL, 1996), pois a pesquisa qualitativa preza pela existência de ligações indissociáveis entre “o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 33).

Resultados e Discussão

Esta seção irá discorrer sobre os resultados observados, inicialmente fazendo uma análise das ações de extensão cadastradas no SIGA (2018 a 2021) e, posteriormente, será feita uma análise das percepções sobre o processo de curricularização da Extensão Universitária. Por fim, serão apresentadas algumas estratégias de curricularização da Extensão Universitária.

As ações de extensão desenvolvidas

Criar uma teia que associe as práticas de ensino, pesquisa e extensão é um desafio, excepcionalmente, pelo fato de que a extensão não recebe o devido protagonismo. Assim, defende-se aqui a relevância da extensão e suas práticas, que, juntamente com o ensino e pesquisa, devem percorrer não somente as instituições de ensino, mas o todo que convencionalmente denominamos “comunidade”. Ao ser compreendida para além da apreensão tradicional (cursos e eventos), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (proposição e realização de eventos ou produtos com cunho artístico-cultural), a extensão passa a ser orientada para uma direção oxigênio da vida acadêmica (FORPROEX, 2001, p. 2) e, conseqüentemente, instrumento de transformação social.

A articulação entre universidade e comunidade, sem a pretensão de substituir as funções do Estado através da Extensão Universitária, podem ser um instrumento de enfrentamento das exclusões, desigualdades e vulnerabilidades sociais ao combater as distintas formas de discriminação, tratar de temáticas de cunho social (raça, classe, gênero, etnias etc.), superar o assistencialismo pontual e promover a equidade. Além disso, a Extensão Universitária pode levar a mudanças de hábitos e práticas, de forma a garantir um desenvolvimento sustentável. Pode-se, inclusive, vislumbrar a difusão/construção do conhecimento junto à comunidade, bem como a aplicação de tecnologias de ponta para a solução das questões ambientais. Neste sentido, busca-se uma extensão social próxima aos movimentos sociais e as pautas de promoção das transformações sociais, sempre tentando mesclar ensino, pesquisa e extensão.

Neste contexto, procurou-se identificar quais ações de extensão foram desenvolvidas na UEMG, Unidade Ituiutaba, nos últimos quatro anos (2018 a 2021). Os dados deste levantamento são mostrados na Tabela 1, onde se observa a quantidade de ações de extensão cadastradas, as modalidades desenvolvidas (projeto, programa, curso e evento) e em que cursos de graduação, além das áreas e linhas de extensão informadas nos registros.

Inicialmente, observa-se uma diminuição das atividades de extensão nos anos de 2020 e 2021. Isso se deu em função da pandemia do SARS-CoV2, causador da COVID-19, um dos maiores desafios sanitários das últimas décadas, com repercussões nas esferas sociais, políticas e econômicas vividas até hoje (SILVEIRA, 2021). O isolamento social imposto como medida de prevenção da transmissão do vírus afetou diretamente a Extensão Universitária. As Universidades paralisaram suas atividades presenciais para proteger a comunidade acadêmica, e passaram a elaborar estratégias de manutenção das aulas em formato remoto (PAULA; GUEDES; ALMEIDA, 2021)

A UEMG, através da Portaria n. 34, de 17 de março de 2020, determinou a suspensão das aulas presenciais em todas as Unidades Acadêmicas. Somente após a publicação da Resolução COEPE/UEMG n. 272, de 2 de julho de 2020, as atividades retornaram de forma remota emergencial,

5 Agradecemos aos informantes pelas entrevistas e pela possibilidade de trabalharmos as fontes orais como produção de evidências, entretanto, todo o conteúdo aqui contido é de inteira responsabilidade dos autores.

possibilitando, inclusive, a adequação das atividades de extensão ao contexto pandêmico. Em tal momento, receberam grande destaque eventos e projetos realizados pelas redes sociais e mídias digitais.

Tabela 1: Histórico das ações extensionistas na UEMG, Unidade Ituiutaba (2018 a 2021)

Dimensão avaliada	Categoria	% (n)
Ações extensionistas por ano	2018	33,1 (43)
	2019	30,8 (40)
	2020	18,5 (24)
	2021	17,7 (23)
Modalidade das ações extensionistas	Projeto	33,1 (43)
	Evento	53,8 (70)
	Curso	10,8 (14)
	Programa	2,3 (3)
Cursos de graduação	Bacharelado em Agronomia*	24,6 (32)
	Licenciatura em Ciências Biológicas	27,7 (36)
	Tecnologia em Gestão Ambiental	6,9 (9)
	Tecnologia em Agronegócio**	3,1 (4)
	Tecnologia e Produção Sucroalcooleira	0,0 (0)
Área temática	Mais de um	37,7 (49)
	Educação	16,2 (21)
	Meio ambiente	18,5 (24)
	Mais de uma	46,9 (61)
	Não informada	4,6 (6)
Linha das ações extensionistas	Outras	13,8 (18)
	Alfabetização, leitura e escrita	4,6 (6)
	Comunicação estratégica	3,1 (4)
	Desenvolvimento humano	3,1 (4)
	Desenvolvimento rural e questão agrária	6,9 (9)
	Desenvolvimento tecnológico	5,4 (7)
	Educação profissional	7,7 (10)
	Espaços de Ciência	6,9 (9)
	Infância e adolescência	3,1 (4)
	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	6,2 (8)
	Não possui	5,4 (7)
	Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais	3,1 (4)
	Questões ambientais	15,4 (20)
	Saúde humana	6,2 (8)
	Outra linha	23,1 (30)

* Nome do curso recentemente alterado para Engenharia Agrônoma, conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE)/UEMG n. 331, de 18 de novembro de 2021. ** Nome do curso recentemente alterado para Gestão do Agronegócio, conforme a Resolução COEPE/UEMG n. 298, de 12 de abril de 2021.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UEMG.

Em relação às modalidades dessas ações extensionistas, na UEMG, Unidade Ituiutaba, observa-se uma predominância de eventos (53,8%) e projetos (33,1%), sendo desenvolvidos nos quatro anos apurados. Muitas vezes, a Extensão Universitária ocupa-se pela simples oferta de eventos e cursos ao público acadêmico, em geral desconsiderando o diálogo, produção e troca do conhecimento junto aos setores da sociedade. Não que tais atividades não apresentem valor, porém, se estas visam uma educação emancipatória, devem questionar a prática centrada na simples prática (FÁVERO et al., 2009). Os autores ressaltam, ainda, que as ações de extensão devem pautar-se pela cooperação e equidade na relação entre beneficiados e beneficiários, geração mútua de conhecimento, incentivo entre as partes e participação contínua. Portanto, devemos considerar e ter cautela com a verticalização do conhecimento e dos discursos, o que Paulo Freire destacaria como “coisificação” do público alvo da ação.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta. [...] Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p. 25).

Na UEMG, as políticas institucionais de incentivo às atividades de extensão, especialmente para realização de projetos e cursos (10,8%) de cunho extensionista, estão centradas no Programa de Apoio à Extensão (PAEx), que lança editais de financiamento regularmente. Além disso, tradicionalmente a UEMG realiza o Seminário de Pesquisa e Extensão (P&E), no qual os resultados dos projetos desenvolvidos por docentes e discentes podem ser apresentados, debatidos e socializados entre os polos formados por conjuntos das 20 Unidades Acadêmicas da instituição. Os programas de extensão (2,3%), definidos como um conjunto de ações extensionistas contínuas de igual ou diferentes modalidades, ainda são incipientes na UEMG, Unidade Ituiutaba, principalmente em função da substituição do quadro de docentes, recente efetivação de concursados e da atual estruturação de núcleos, grupos, equipes e ligas acadêmicas que promovem atividades de extensão.

Outro ponto importante, que pode ser observado na Tabela 1, é acerca da proposição das atividades de extensão, em que se observa que 38% são oferecidas e pensadas por mais de um curso de graduação, o que pode ser visto como algo positivo, pois a Extensão Universitária deve ser entendida como um processo pautado no princípio da interdisciplinaridade e interprofissionalidade (FORPROEX, 2012). Com a recente curricularização da extensão e recente departamentalização da UEMG, Unidade Ituiutaba, observa-se certa tendência e interesse dos departamentos em conduzir programas de extensão, de forma a contemplar o cômputo da carga horária destinada à extensão nos cursos que compõem os departamentos. Além disso, essa se mostra uma estratégia que garante a institucionalização das ações de extensão e integração dos cursos.

Em relação aos cursos de tecnologia, que apresentam baixo número de iniciativas, isso se deve ao fato de serem novos e estarem desenvolvendo ações conjuntas com outros cursos. Além disso, o tempo total de integralização (cerca de dois anos) também é um desafio, como será apontado na próxima seção deste capítulo. Assim, reafirma-se a indissociabilidade (ensino, pesquisa e extensão) como uma teia positiva para a curricularização da extensão, pois possibilita que ações com tamanha importância formativa sejam diluídas na grade curricular do discente. Ou seja, uma extensão universitária profundamente integrada aos demais componentes do tripé, positivamente amarrada ao currículo e agenda de pesquisa, poderá trazer bons frutos à instituição, com re-

percussões na comunidade.

Já no que concerne às áreas e linhas das ações extensionistas, pelo perfil e modalidades (tecnologias, bacharelado e licenciatura) dos cursos escolhidos, nota-se uma predominância de ações voltadas ao meio ambiente, educação, desenvolvimento rural e questão agrária, espaços de Ciência, metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem e saúde humana. Estas, portanto, apontam campos estratégicos para o desenvolvimento das atividades de extensão. Por fim, convém ressaltar que, considerando os papéis da Universidade pública, a Extensão Universitária deve ocupar-se, portanto, em promover mudanças na qualidade de vida da população, pautar-se na garantia do acesso à educação democrática e de qualidade, bem como debater o desenvolvimento sustentável em duas diferentes dimensões. Para tal, as relações devem ser regidas de forma horizontalizada, ou seja, não cabendo à academia o papel de “hegemonia” em detrimento dos saberes populares.

Percepções sobre o processo de curricularização do processo de extensão

A extensão coloca-se como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (FORPROEX, 2001, p. 2). Nesse cenário, a extensão deve ser necessária no decurso do processo formativo da “comunidade acadêmica” e deve contribuir para viabilizar transformações para a vida da/na sociedade. Entretanto, as intervenções dos extensionistas nas experiências de vida da população, sobretudo nas estruturas sociais com poucos recursos, não devem colocar a Universidade no papel de substituição das funções de responsabilidade do Estado.

É importante pontuar que no Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001) é necessária uma extensão que produza saberes científicos, tecnológicos, artísticos e filosóficos acessíveis à população. Isto é, a compreensão dos sentidos da Extensão Universitária está bem delimitada, inclusive com a produção de resultados que devem ser acessíveis a populações que não estão matriculadas no Ensino Superior.

Nos PPCs da UEMG, Unidade Ituiutaba, as atividades de extensão estão de acordo com a Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que prevê a curricularização da extensão com carga horária mínima de 10% do total de horas do curso, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. No caso de PPC do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, as Práticas Interdisciplinares de Extensão (PIE) serão realizadas como componentes curriculares, e as Atividades Complementares de Extensão não serão vinculadas às PIEs. Neste mesmo molde, o PPC do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental também elenca as “Atividades de Extensão”. A distribuição das cargas horárias e a implementação das atividades de extensão dos componentes curriculares de extensão estão descritas em suas respectivas matrizes curriculares. Já no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas⁶, a carga horária de extensão será cumprida dentro dos componentes curriculares específicos (e.g. Educação Ambiental terá 18 horas destinadas às práticas de extensão, acrescidas a 36 horas de teoria e prática).

Entretanto, um dos desafios para as atividades de extensão dá-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trechos mais emblemáticos dos gestores aparecem a seguir, em que esses definem o seu olhar sobre a importância da extensão e sua relação com o ensino e a pesquisa, como pode ser observado.

⁶ PPC em vias de aprovação pelo COEPE/UEMG.

Acho importante a extensão estar sempre ligada à pesquisa e ensino. A partir do momento em que se faz uma pesquisa sobre determinado assunto, essa pesquisa não pode limitar-se apenas ao ambiente da Universidade, ela [a pesquisa] deve ser divulgada e, se possível, aplicada na prática [por meio das atividades de extensão]. Os projetos de pesquisa que tenho escrito já têm incorporado alguns aspectos da extensão, ou seja, da divulgação dos resultados obtidos. Não podemos nos limitar a ter apenas o artigo científico como produto final. A extensão facilita inclusive a divulgação da pesquisa, reforçando o papel da Universidade Pública. (Entrevistado A).

A UEMG ainda reflete muito o cenário nacional. Por mais que tenhamos um PPC, um regimento que prevê a indissociabilidade, ainda estamos engatinhando na questão da extensão. Vemos projetos até então muito pontuais e pouco interdisciplinares, bem como iniciativas muito particulares de professores e de cursos, mas não vê comunicação entre diferentes áreas do saber, entre diferentes profissionais, também não se vê a pesquisa dialogando com a extensão. Não há conexão com as pesquisas anteriores [...]. A gente tem ótimos pesquisadores, mas quando esses projetos acabam, não se criam projetos de extensão relacionados a essas pesquisas anteriores, para divulgação dos resultados, para aplicação desses resultados junto à comunidade. (Entrevistado B).

Na instituição, vejo que o tripé ensino-pesquisa-extensão está “manco”. Aqui nós fazemos muito mais ensino e extensão. A pesquisa, no momento, ainda está em construção, muito por falta de infraestrutura nos laboratórios. O caráter da Unidade Ituiutaba sempre foi mais extensionista. (Entrevistada C).

Na minha visão, esse componente curricular [PIE] possibilitou a mobilização dos conhecimentos construídos nas disciplinas para benefício da comunidade, além de despertar o interesse de pesquisas que também venham atender as necessidades da comunidade. Mas há um longo caminho pela frente ainda, muitos ajustes e esforços devem ser feitos para poder falar que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está presente na cultura da Instituição e do curso. (Entrevistada D).

Acredito que a indissociabilidade é uma questão fundamentalmente paradigmática por faltar a compreensão de sua importância pela comunidade acadêmica. Principalmente na tangente da interdisciplinaridade, aos pressupostos da pesquisa e da extensão que devem ser desenvolvidas pela aplicação dos conceitos e seu uso, bem como a aquisição de informações no que se refere à realidade da sociedade e às probabilidades de discutir transformação, envolvendo toda comunidade universitária, contribuindo, assim, para a implantação da Ciência na comunidade, por meio de um envolvimento educativo, cujo alvo metodológico é criar, reconstruir, agregar, conciliar as intenções e valores das ações cotidianas [...]. (Entrevistada E).

Os fragmentos das entrevistas apontam para dois cenários: os gestores reconhecem a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas apontam para os desafios de criar uma teia que amarre o já referido tripé e as práticas relacionadas à formação de bacharéis, licenciados e tecnólogos em cursos superiores. A abordagem fragmentada da extensão deslocada do ensino e pesquisa pode ser entendida pela observação crítica de uma coordenadora,

que afirma que “os resultados das ações extensionistas são mais rápidos e fáceis de se conseguir”. Entretanto, pontua que o perfil das tecnologias (graduação em tecnologias) é “[...] ter discentes que trabalham durante o dia e realizam o curso a noite, então são pessoas que não tem tanto tempo disponível para se dedicar a outras atividades.”

A formação de profissionais autônomos, com capacidade decisória, crítica e pautada na inovação, bem como com percursos formativos baseados em concepções e práticas que estimulem a criticidade, a reflexão, o questionamento sistemático e a intervenção em seu entorno, está baseada no tripé que rege a Universidade Pública. Contudo, as entrevistas apontam para a Extensão Universitária como práticas ainda tímidas, fragmentadas e não raro confundida com o ensino. Em distintos trechos, há o destaque para ações extensionistas como eventos e cursos on-line envolvendo apenas docentes e discentes do curso no contexto pandêmico, mas “acredito que com a reestruturação isso venha a ser modificado” (Entrevistada E).

Segundo Tesche e Icaza (2022), a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação apresenta uma série de desafios para as universidades, tanto políticos como pedagógicos (e.g. não exceder o tempo total de integralização, tornando o curso não atrativo ao público-alvo) e de gestão (e.g. inclusão desta prática como parte dos encargos docentes e não apenas como atividades extraclases). Entre eles, observam-se problemas da compreensão do conceito de extensão e dos condicionantes institucionais para sua valorização e operacionalização, que podem dificultar ainda mais o processo. Isso também pode ser observado abaixo, nas falas dos entrevistados:

A princípio, a inserção da carga horária destinada à extensão não foi fácil. Percebemos certa resistência dos professores quanto a inclusão da carga horária de extensão em seus componentes curriculares, muito em função do não reconhecimento da importância da extensão [...]. Essa curricularização da carga horária de extensão dentro dos componentes curriculares foi escolhida por conta do tempo de integralização do curso. O mínimo de tempo pensado pelo NDE como estratégia para atrair discentes para o curso, foi de 4 anos. Se essa carga horária fosse inserida fora dos componentes, o tempo de integralização poderia exceder. (Entrevistado A).

Então, o primeiro desafio foi descobrir o que era extensão, o segundo foi transformar esses 10% em uma coisa mais constante, que não fosse abrupta, que proporcionasse ao aluno uma formação continuada, que a extensão não fosse levada ao aluno apenas no final do curso como uma coisa obrigatória [...]. Então, os principais desafios foram entender a legislação, o que ela pedia, e encaixar de uma maneira mais fluida dentro da nossa grade. Acho que o terceiro desafio, mas esse não em relação ao projeto pedagógico, mas sim, sobre o nosso corpo docente, vai ser executar o nosso PPC, porque temos professores que não sabem o que é extensão, professores que nunca fizeram ações extensionista, e agora ela é obrigatória dentro de cada período. (Entrevistado B).

A resolução sobre a curricularização da extensão surpreendeu a todos. Por não termos tido nenhuma experiência dessa forma anteriormente, várias foram as interpretações de como a carga horária de extensão deveria ser implementada. [...]. Ou seja, tínhamos três desafios: a carga horária de extensão, as atividades complementares e a implementação do estágio supervisionado. A solução foi aumentar a carga horária total do curso, de forma que o tempo mínimo de integralização passou para dois anos e meio. Este, sem sombra de

Eu acho que foi fenomenal, foi muito feliz essa legislação e essa obrigatoriedade, porque a gente escondia a extensão, a gente fingia que fazia, agora a gente vai começar a pensar, se movimentar para a extensão, já era uma coisa que deveria ter sido feita há muito tempo, mas agora ela saiu do papel, acho que o discente, ele só ganha com isso, porque se ela for cumprida conforme a lei estabelece, o aluno tende a ganhar muito, porque ele vai ter troca cultural, desenvolvimento político, étnico, racial, ambiental, é que se propõe com as atividades de extensão, e isso é fundamental porque ele tende a se formar um cidadão mais consciente, tende a formar um profissional com mais conhecimento da realidade social e cultural brasileira, então para o discente é extremamente importante. E para o docente também é, pois, vai aproximar ele de uma prática que ele não era habituado, e a longo prazo tende a colher bons frutos, os projetos tendem a se tornar mais complexos, mais integrativos, é um primeiro passo para valorizar quem faz extensão, e colocar no mesmo patamar de quem faz pesquisa. (Entrevistado B).

Para o discente, a extensão possibilitará um maior dimensionamento do papel dele como cidadão. Ele poderá desenvolver sua responsabilidade, não só quanto às questões ambientais, mas também sociais, e cidadania. O discente poderá ter a possibilidade de reconhecer seu papel e seu poder de influência no meio onde está. A extensão também contribuirá para uma leitura do mundo como todo. (Entrevistado C).

[...] para mim a da curricularização da extensão para os discentes, embora sua execução seja desafiadora, é muito importante para a formação profissional e cidadã dos discentes, pois propicia aos alunos a mobilização e aplicação de conhecimentos construídos em várias disciplinas no decorrer do curso, além de possibilitar aos estudantes desenvolver habilidades e atitudes acerca de comunicação oral, trabalho em equipe e responsabilidade na execução de atividades. (Entrevistado D).

Estratégias para a curricularização da extensão

A adoção de tal perspectiva de Extensão Universitária pode também contribuir para fortalecer os processos de formação discente, a relação comunidade e Universidade e as pautas de lutas históricas dos grupos que sofrem com marcadores sociais da diferença, diante das tendências gerais de cursos de extensão difusionista de conhecimento. Isso nos leva a considerar a necessidade de adoção de estratégias diferenciadas para vencer obstáculos existentes, entre os quais cabe destacar aqui:

- a) **A necessidade de imersão do agente:** a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo dialógico entre comunidade e Universidade, o conhecimento das distintas realidades locais, o estabelecimento e definição de estratégias e as práticas compatíveis com a realidade, no âmbito da Extensão Universitária, só são possíveis se o agente dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isso não é compatível com a busca de resultados imediatistas e exigências de curto, mas, sobretudo de médio e longo prazo;
- b) **O resgate do conhecimento local:** exige a adoção de metodologias adequadas, capazes de contribuir para o estabelecimento de uma “plataforma de negociação”, criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico. A pers-

pectiva de Universidade detentora do conhecimento deve abrir as possibilidades para outra perspectiva: dialógica e horizontal com os grupos sociais foco da ação extensionista;

- c) **Participação como direito:** a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes entende ser necessária. Participação deve ser entendida como: horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar opiniões e proposições, bem como desenvolvimento de ações. Isso está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos: discentes, docentes, técnicos administrativos e o que se convencionou chamar de “comunidade”;
- d) **O processo educativo:** na Extensão Universitária, tem-se de garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva. Trata-se da ideia de cidade para além do consumo e do empoderamento e participação para além da política partidária. Não se trata de uma extensão apenas difusora de conhecimento, mas de um processo que permita à comunidade desenvolver os conhecimentos e ter acesso a informações suficientes que possibilitem a eleição e a decisão conscientes e consistentes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade social e econômica e das estruturas de dominação e opressão pelas quais se veem afetados.

Considerações finais

A curricularização da extensão através do processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos da UEMG, Unidade Ituiutaba, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, ou o que pode ser também considerado a integralização da extensão, reflete em grande medida as diretrizes e legislações que a balizam. Ou seja, os PPCs, ao se adequarem à legislação, trazem fortemente a proposição de inserção das atividades de extensão no percurso formativo do discente. Entretanto, a curricularização da extensão deve estar alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), às naturezas das atividades de extensão e às práticas interdisciplinares estabelecidas nos PPCs e nos demais documentos normativos próprios.

A pesquisa apresentou evidências que a curricularização da extensão universitária se põe como um grande desafio para a gestão, docência e ensino/aprendizagem, mas também uma ampliação do campo de possibilidades para integrar gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade, com possibilidade de diálogo horizontal na proposição de projeto e superando práticas pedagógicas isoladas na Educação Superior. Por fim, pontuam-se aqui as falas unânimes sobre a importância da extensão universitária e a compreensão de sua função política, como prática com o compromisso social e o elo com o ensino e a pesquisa.

Referências

FÁVERO, R. V. M. et al. O diálogo com uma estratégia de Interação na Formação Docente na EAD. *Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 540-549, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.13602>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/13602/8861>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Rio de Janeiro, RJ: FORPROEX, 2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em: 7 mar. 2020.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.renex.org.br/documentos/2012-07-12-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, M. Diversidade Cultural e educação para todos. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1992.

GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996.

PAULA, M. M.; GUEDES, A. C.; ALMEIDA, E. H. B. Impacto do ensino remoto na formação dos discentes do curso de Engenharia Agrônoma: UEMG Unidade Ituiutaba - MG. Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade, Dourados, v. 2, n. 2, p. 264-285, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.30612/riet.v2i2.14468>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/14468>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, H. E. Cenário da extensão universitária em tempos de pandemia: um estudo das universidades públicas brasileiras. Em Extensão, Uberlândia, Edição Especial, p. 3-17, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v0n00-63838>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63838>. Acesso em: 19 abr. 2022.

TESCHE, D.; ICAZA, A. M. S. Extensão universitária: os desafios da curricularização no curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista Extensão, Cruz das Almas, ed. 21, v. 1, p. 41-53, jan. 2022. ISSN: 2236-6784. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/63838>. Acesso em: 10 abr. 2022.

A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NA UNIFIMES-GO: DAS ETAPAS DE PLANEJAMENTO AO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Evandro Salvador Alves de Oliveira (UNIFIMES)⁷

Rodrigo Perissinotto (UNIFIMES)⁸

Juliane Rezende Cunha (UNIFIMES)⁹

Zaqueu Henrique de Souza (UNIFIMES)¹⁰

Introdução

O presente capítulo objetiva apresentar alguns aspectos sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), especialmente a respeito de como ocorreu a elaboração da Portaria de regulamentação sobre a inserção e as possíveis formas de implementá-la nos projetos pedagógicos.

Este trabalho pretende, também, contextualizar o que é o Centro Universitário de Mineiros, abordar como a instituição compreende a extensão, refletir sobre a nova exigência de inseri-la nos currículos dos cursos de graduação e expor as suas várias formas de implementá-la, assim como registrar alguns apontamentos sobre a extensão como estratégia de ensino.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2021–2025) da UNIFIMES, desde a criação da primeira faculdade, em 1985, ela tem buscado se caracterizar como Instituição que visa oferecer retornos concretos à sociedade por meio de formação de profissionais qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento. Além disso, a UNIFIMES também buscou, ao longo desses 37 anos de existência, realizar intervenções pontuais no ambiente social por meio da execução de projetos culturais e de extensão, bem como de iniciativas científicas e projetos inovadores.

Como terão a oportunidade de constatar neste capítulo, a UNIFIMES começou a pensar o processo de implantação da extensão nos currículos em meados de 2019, que culminou na publicação da primeira Portaria destinada a regulamentar tal modificação nos projetos pedagógicos dos cursos. A posteriori, com a participação da Instituição em vários Fóruns – a exemplo do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) –, seminários, palestras e reuniões que tratavam sobre o tema da extensão curricular em nível nacional, bem como os estudos e atividades realizados no âmbito da Câmara de Extensão da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) (a partir do início de 2021), um processo de reflexão e amadurecimento conceitual ocorreu nos últimos tempos, o que oportunizou a reestruturação e atualização da Portaria sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UNIFIMES. Nos próximos tópicos deste texto teremos a oportunidade de apresentar, brevemente, alguns aspectos sobre esse processo na Instituição.

7 Pós-doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (FE-USP); Doutor em Educação pela Universidade de Uberaba e doutor em Estudos da Criança pela Universidade do Minho (Portugal); Professor Titular do Centro Universitário de Mineiros e Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão da UNIFIMES. E-mail: evandro@unifimes.edu.br.

8 Doutorando e Mestre em Psicologia pela PUC Goiás. Professor Adjunto do Centro Universitário de Mineiros e Diretor de Ensino (UNIFIMES). E-mail: perissinotto@unifimes.edu.br.

9 Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Reitora do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). E-mail: juliene@unifimes.edu.br.

10 Doutorando em Geografia (UFJ). Mestre em Educação para Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás – IFG. Professor no Centro Universitário de Mineiros e Diretor de Extensão, Assuntos Comunitários, Estudantis e Culturais (UNIFIMES). E-mail: zaqueu@unifimes.edu.br

O Centro Universitário de Mineiros: um pouco de sua história, identidade, missão e valores

O Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) foi criado em 1985, com o intuito de atuar a partir de uma perspectiva de inserção social; mas, ao longo do tempo, outros elementos foram inseridos em seu perfil, como a produção acadêmica voltada aos índices de qualificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a formação profissional para atuação em diferentes mercados, para além de sua região de atuação (PDI 2021-2025).

A UNIFIMES é uma Instituição Pública de Ensino Superior municipal, mantida por uma Fundação Pública de Direito Público (Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES). A mantenedora foi criada pela Lei Municipal n.º 278, de 11 de março de 1985, com o propósito de formar profissionais qualificados que atendessem às necessidades da comunidade local e regional, iniciando as suas atividades por meio de faculdades isoladas, com 57 alunos no curso de Administração (PDI 2022-2025).

O estopim da faculdade foi o curso de Administração, e após implementar outros sete cursos de Graduação, em que o status da Instituição foi modificado para Faculdades Integradas, por meio do Decreto Governamental n.º 6.144/2005. A partir desta modificação, as atividades da Instituição de Ensino Superior (IES) foram expandidas, podendo este período da história ser considerado como um percurso de experimentação (PDI 2022-2025). Assim, considerando o expressivo crescimento ao longo da primeira década de 2000, houve a necessidade de reestruturação legal e administrativa para a organização da gestão institucional. Nesse sentido, a entidade mantenedora decidiu desvincular os aspectos pedagógicos de sua gestão e, ao mesmo tempo, alterar o status acadêmico das “Faculdades Integradas” para “Centro Universitário”, criando a entidade mantida “Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES)”, por meio da Lei Municipal n.º 1.495, de 14 de dezembro de 2010, e que posteriormente foi reconhecida e credenciada pelo Governo do estado, por meio do Decreto Governamental n.º 7.333/2011.

Ao longo dos anos, a UNIFIMES buscou construir a sua identidade. E como a identidade não se configura como algo rígido e engessado, ou seja, é modificada e transformada no decorrer do tempo, pois essa transformação da identidade se constrói em um contexto de desenvolvimento constante e de transformações no meio educacional e profissional. Nesta direção, o que temos percebido é que nos últimos anos a UNIFIMES tem buscado participar, cada vez mais, diretamente no desenvolvimento regional, mas não apenas com a formação de profissionais, mas também com a produção e execução, concretas no meio social, de projetos de intervenção.

Nesse sentido, a identidade da nossa Instituição passou a contemplar uma perspectiva de universidade socialmente referenciada, estabelecendo como propósito para a UNIFIMES a construção de uma organização que é parceira da comunidade, e que com isso gera valor público (GIBB; HASKINS; ROBERTSON, 2013). Essa concepção, segundo Araújo Ruiz e Martens (2019), agrega elementos de liderança responsável e articuladora com a comunidade interna e externa, de capacidade de inculcação de uma nova cultura que se alastre pelo meio social local/regional, e de conversão de ações de ensino, pesquisa e extensão em valores econômico, social e cultural para o meio social local/regional. É, pois, uma Instituição que trabalha em prol da sociedade que a cerca, e com isso acaba contribuindo para a própria sustentabilidade (PDI 2021-2025).

Vale ressaltar que o cenário econômico, social e cultural da localidade/região de atuação da UNIFIMES apresenta demandas que podem ser convertidas em possibilidades concretas de intervenção social, aproximando o ambiente acadêmico do social, e, assim, contribuir para a resolução de problemas complexos da sociedade, criação de produtos/soluções, e, consequente-

mente, geração de valor para a própria Instituição. Nesse sentido, enxergamos a extensão como potencial dimensão da educação superior para realizar ações que possam intervir na sociedade de diversas maneiras.

É oportuno destacar o quão julgamos importante o trabalho entre as interfaces ensino, pesquisa e extensão na UNIFIMES, no sentido de colaborar para a construção e difusão do conhecimento por meio de práticas sociais, pedagógicas, educacionais e culturais, voltadas para emancipar pessoas capazes de criar, inovar, empreender, incluir e contribuir com o desenvolvimento dos mais altos valores humanos, para o desenvolvimento da sociedade de modo solidário, colaborativo, científico, produtivo e sustentável: eis a nossa missão.

Além da missão supracitada que a UNIFIMES possui, existe uma visão de futuro, em que ela almeja ser reconhecida como instituição capaz de produzir, socializar, fomentar, disseminar e promover o conhecimento científico e os mais diferentes saberes capazes de desenvolver a cultura e formação de profissionais e pessoas humanas dignas, amorosas, colaborativas, solidárias, cooperativas, competentes e cidadãs, com a capacidade de se inserirem criticamente na sociedade na busca de um futuro comum sustentável e saudável para o estado de Goiás e região.

Antes de partir para o próximo tópico do texto, destinado a refletir sobre o novo desafio das IES quanto ao processo de inserir a extensão enquanto componente curricular, ressaltamos que os pontos aqui apresentados, até então, dizem respeito à UNIFIMES, ao seu processo de criação e crescimento ao longo do tempo. A título de conhecimento, atualmente a Instituição possui 13 cursos de graduação e inúmeros cursos de pós-graduação lato sensu, ofertados na cidade de Mineiros (sede institucional) e no Campus de Trindade, região metropolitana de Goiânia, Goiás. Por meio do tripé que sustenta o ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), o UNIFIMES busca construir e fortalecer a sua identidade sem perder de vista a missão e visão institucional.

A inserção curricular da Extensão: o novo desafio das Instituições de Ensino Superior

A Constituição Federal (CF) de 1988 apresenta, em seu artigo 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um princípio a ser garantido na esfera do ensino superior (BRASIL, 1988). A Câmara de Educação Superior, conjuntamente ao Conselho Nacional de Educação (CNE), publicou em 2018 uma Resolução (n.º 07, de 18 de dezembro) que estabelece diretrizes para que as IES elaborem regulamentações para inserir a extensão como parte da carga horária dos cursos de graduação. Tal Resolução motivou as IES a se organizarem para pensar em estratégias de inserir a extensão como componente curricular nos cursos de graduação. A Resolução, embora tenha mencionado alguns aspectos a serem considerados para tal efetivação da extensão, não foi contundente em afirmar quais as maneiras a serem definidas pelas Instituições, o que de certa forma permitiu que as regulamentações fossem flexíveis. Ou seja, a extensão poderia ser inserida na matriz curricular dos cursos de graduação de diversas maneiras.

Tendo em vista o documento do CNE referente à inserção da extensão, a UNIFIMES iniciou um processo de estudo e discussão sobre o tema para pensar formas pedagógicas que pudessem contemplar a exigência do CNE. O primeiro passo tomado foi interpretar a Resolução com o objetivo de começar a trabalhar na elaboração de uma regulamentação institucional.

Abrimos um parêntese para mencionar que há uma constatação de que algumas Instituições públicas estaduais e municipais do Brasil encontram-se em fases distintas quanto ao processo de implantação da extensão enquanto componente curricular. Uma pesquisa realizada no segundo semestre de 2021, pela Câmara de Extensão da ABRUEM, apontou que a maior parte das

IES estaduais e municipais estão em processo de implantação da inserção curricular da extensão. Ou seja, 22 IES afirmaram estar nesse processo de implementação, das 37 que responderam ao questionário. Os demais sinalizaram estar em processo de discussão sobre o tema e aprovação de regulamentação nos colegiados.

Embora a maior parte das IES pretenda implantar a creditação da extensão antes de encerrar o prazo em todos os cursos de graduação, como a pesquisa da Câmara de Extensão revelou, muitos desafios têm surgido em meio a esse percurso, conforme os Pró-Reitores de Extensão têm compartilhado nas várias reuniões realizadas no âmbito da Câmara de Extensão da ABRUEM, pois existem alguns fatores que interferem nesse processo de organização curricular da extensão, como o seu financiamento. Tal assunto tem sido debatido pelos gestores com o intuito de elaborar um documento coletivo para que seja encaminhado ao Ministério de Educação (MEC) e aos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) do Brasil, ação que a UNIFIMES está bastante empenhada em colaborar e direcionar. O referido documento objetiva manifestar ao poder público a importância e necessidade da publicação de chamadas/editais para financiar a extensão, com as devidas proporções que as esferas do ensino e da pesquisa também recebem.

A seguir apresentamos quais foram os caminhos trilhados para a construção da regulamentação que envolve a inserção curricular da extensão na UNIFIMES. A participação dos colegiados da Instituição foi muito importante, bem como das coordenações dos cursos de graduação, da Diretoria de Extensão, Assuntos Comunitários, Estudantis e Culturais (DEACEC), e da Diretoria de Ensino e Pró-Reitoria de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

Um pouco sobre a construção da regulamentação acerca da inserção curricular da extensão na UNIFIMES

Em novembro de 2020 foi aprovada a primeira Portaria da Pró-Reitoria de Ensino, de Pesquisa e de Extensão (PROEPE), que dispõe sobre a inserção curricular da extensão nos cursos da UNIFIMES. Contudo, após perceber outras maneiras de implementar a extensão nos cursos de graduação, a partir das experiências vivenciadas pelas IES, e tendo em vista as discussões sobre o tema no âmbito de fóruns regionais e nacional, como o Forproex, e até mesmo da própria Câmara de Extensão da ABRUEM¹¹, tal Portaria institucional não chegou a ser implementada. A Semana Universitária da UNIFIMES do ano de 2021 também contribuiu significativamente para isso, pois o tema do evento permeou discussões sobre a inserção curricular da extensão que muito enriqueceu para ampliar a compreensão conceitual sobre a extensão curricular. Por esta razão tal Portaria institucional não chegou a ser implementada e a mesma foi suspensa para que fosse realizado um trabalho de atualização e modificação do documento.

Esse processo de debates, participação em eventos e aprofundamento dos estudos sobre a inserção curricular da extensão ocorreu nos anos de 2021 e 2022, o que oportunizou a aprovação de uma nova redação da Portaria. Para que pudéssemos atender aquilo que a Resolução do CNE recomenda para a inserção curricular da extensão, buscamos refinar conceitos para esclarecer a forma como compreendemos a extensão, visando melhor nortear as diferentes formas que o UNIFIMES utilizará para trabalhar esta dimensão da educação superior a partir do próximo ano letivo.¹²

Conforme consta na PROEPE da UNIFIMES, n.º 06, de 29 de março de 2022, “A extensão é

11 A UNIFIMES assumiu a presidência da Câmara de Extensão da ABRUEM no ano de 2021 (biênio 2021–2022).

12 Importa esclarecer que a UNIFIMES modificará todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação no ano de 2022, aprovando-os nos conselhos competentes, para que o processo de implementação seja iniciado no primeiro semestre do ano de 2023, em todas as turmas do primeiro período dos cursos de graduação.

entendida como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a UNIFIMES e a sociedade, de forma indissociável ao ensino, à pesquisa e à inovação (UNIFIMES, 2022, p. 2)”. A referida Portaria da PROEPE elucida, em seu §1º, que:

As atividades de extensão devem ter como objetivo promover a transformação social e o desenvolvimento da região em que a UNIFIMES está inserida e para isso as ações devem incluir a participação de discentes, docentes e/ou servidores administrativos a fim de atender as demandas da comunidade externa, ou demandas internas que tem potencial para contribuir para melhoria de serviços ou acesso da comunidade externa à UNIFIMES (UNIFIMES, 2022, p. 2).

Além disso, o §2º da Portaria da PROEPE n.º 06/2022 informa que as atividades de extensão “[...] devem ser realizadas na forma de programa, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho” (UNIFIMES, 2022, p. 2), seguindo o que preconiza a política nacional de extensão.

Conforme preconiza a Portaria sobre a inserção curricular da extensão na UNIFIMES, as modalidades para trabalhar a extensão podem incluir, além dos programas institucionais, também os de natureza governamental e não governamental, que atendam às políticas públicas em quaisquer das suas esferas. Além disso, as atividades de extensão podem ser “[...] realizadas por meio de parceria entre cursos e entre instituições de ensino superior, estimulando a interação intrainstitucional e mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes e servidores administrativos” (UNIFIMES, 2022, p. 2). Além disso, os estudantes da UNIFIMES deverão cumprir um mínimo de horas de extensão em atividades relacionadas à área de formação do curso, podendo as outras horas ser realizadas em outras áreas relacionadas à formação, como detalhado mais adiante.

A seguir mostraremos como a extensão pode ser utilizada como estratégia para contribuir com o ensino de conteúdos, visando a construção do conhecimento e, sobretudo, a aplicação desses conhecimentos de forma prática na/com a sociedade.

A extensão como estratégia de ensino e a implantação nos cursos da UNIFIMES

Ao se discutir a inserção curricular da extensão, faz-se necessário que não se perca de vista a sua integração com a matriz curricular e a organização da pesquisa, que juntas constituem pilares da educação superior. Este tripé, sobre o qual se firma o ensino superior, tem como uma de suas finalidades a formação profissional. Neste sentido, tal finalidade precisa ser contemplada quando propusermos, por meio da extensão, processos integrados de natureza interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, que promovam uma interação transformadora entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Neste sentido, ao inserirmos nos currículos do curso ações extensionistas, é imprescindível que não percamos de vista que esta é também uma estratégia de ensino e aprendizagem, mas não se confunde com as disciplinas que trazem o arcabouço teórico e prático do curso, nem com o estágio curricular, que tem como finalidade colocar o acadêmico diante de situações próprias da profissão almejada, para que sob supervisão de um profissional experiente, o estudante em formação dê os seus primeiros passos. No entanto, enquanto estratégia de ensino, é preciso que

os cursos tenham clareza dos conhecimentos, habilidades e competências que se pretendem ensinar por meio da extensão.

Ao elaborar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) nesta perspectiva, as ações de extensão precisam, em alguma medida, se ligar ao perfil do egresso que se pretende. A partir dessa reflexão, a Portaria – lançada pela UNIFIMES sobre a inserção curricular da extensão –, estipulou que “[...] os estudantes deverão cumprir no mínimo 30% (trinta por cento) das horas de extensão em atividades relacionadas à área de formação do curso” (UNIFIMES, 2022, p. 3). Tal recomendação tem como objetivo garantir que o aluno tenha um mínimo de oportunidade para realizar ações extensionistas, aplicando ou desenvolvendo novos conhecimentos, habilidades e competências que lhe serão úteis enquanto profissional.

Nesta perspectiva, faz-se essencial que os cursos da UNIFIMES pensem ações de extensão que desafiem os seus alunos a interagir com a sociedade, com outros profissionais e contextos, sempre se perguntando: Como esta ação está contribuindo para a minha formação profissional? Pode ser útil, no âmbito do curso, pensar, por exemplo, grandes temas motivadores de ações extensionistas que podem ser desenvolvidas em cada semestre, e que se alinhem com a proposta pedagógica. Por exemplo, o curso de Educação Física, nos primeiros períodos, poderia propor ações voltadas para atividades recreativas, e em períodos mais avançados ações relacionadas às práticas esportivas. Estes grandes temas oportunizam que a cada período de curso sejam propostas ações que, de alguma maneira, conversem com o que o aluno já está aprendendo, ao passo que sejam desafiados e motivados a se envolverem nas ações.

São essas as nossas intenções quanto ao desafio de trabalhar a inserção da extensão enquanto componente curricular nos cursos de graduação. No ano de 2022 os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da UNIFIMES encontram-se em fase de reestruturação das matrizes curriculares, utilizando como documento norteador a Portaria da PROEPE. Os 10% da carga horária de extensão serão incorporados nos cursos de graduação com a tentativa de não aumentar a carga horária total do curso, que já se encontra preestabelecida nos PPP.

Os setes desafios que nos aguardam

O processo de inserção curricular da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação traz alguns desafios às IES. Nesse sentido, a UNIFIMES enfrentará esses desafios com o compromisso de empreender seus melhores recursos a fim de contribuir para a formação profissional e a transformação social.

O primeiro desafio diz respeito à mudança de pensamento dos estudantes e dos docentes. Devemos compreender que para muitos professores faltou oportunidades de contato com a extensão durante o processo de formação. Com a nova exigência o desafio da mudança de pensamento se impõe, ou seja, estamos diante de um novo paradigma para pensar o conhecimento, pois para avançar muitas vezes é preciso desconstruir o conhecimento, para construir na coletividade dos saberes uma nova forma de apreender. Essa realidade só mudará com a formação docente e esta será realizada caminhando para construir o caminho.

O segundo desafio refere-se a oportunizar a vivência da extensão enquanto componente curricular a todos os estudantes. Isto diz respeito a um processo que exige conhecimento, habilidades e atitudes e está focado no desenvolvimento de tais competências. Assim, a extensão se realizará no processo da experiência e da troca de saberes construídos a partir do diálogo entre os diferentes saberes existentes.

O terceiro desafio é sobre a construção de pontes, redes ou mecanismos para dialogar com a sociedade, acolhendo seus anseios, de forma que a extensão tenha um papel verdadeiramente transformador para ela, mas não só. Uma vez que os estudantes e docentes que atuam na ação de extensão são também os protagonistas desse processo, a extensão só fará sentido se for transformadora para todas as dimensões envolvidas.

O quarto desafio é criar mecanismos de avaliação para a extensão, pois é preciso que tenhamos indicadores para que possamos fazer a gestão. Contudo, precisamos avaliar o processo na extensão, ou seja, o impacto transformador gerado pela ação de extensão. Caberá a IES criar ferramentas e estratégias pedagógicas capazes de mensurar o imensurável e olhar para além dos números. Assim, compreendemos que o processo também será transformador, uma vez que mesmo experiências não exitosas contribuem de alguma maneira para o desenvolvimento de competências.

O quinto desafio é fazer a gestão da extensão e das possibilidades de geração de projetos que surgem em diálogo com a sociedade. A gestão e certificação das ações de extensão visam atender uma demanda institucional. Entretanto, só será bem-sucedida se o diálogo com a sociedade for estabelecido. Acreditamos que esse processo ocorrerá de forma crescente por 6 anos, até encerrar o ciclo da inserção curricular da extensão na UNIFIMES. Nesse sentido, a melhoria do processo de informatização será muito importante.

O Sexto desafio é sobre o financiamento da extensão. Por um lado, existe a necessidade de ampliação dos investimentos para o financiamento de ações de extensão. Por outro, a necessidade de olhar para a extensão como uma possibilidade de captação de recursos. Vale ressaltar que o financiamento da extensão diz respeito a recursos não apenas para pagamento de pessoal, mas também de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações de extensão. Em outras palavras, o foco dos investimentos será sempre a ação de extensão.

O sétimo desafio diz respeito a olhar para a extensão não como mais uma formalidade a ser cumprida, mas sim como um caminho transformador com possibilidade de romper com o abismo entre as IES e a realidade social na qual ela se insere. Ou seja, vislumbra-se trabalhar de tal modo que a contribuição da IES não será apenas na entrega de graduados ao mercado, uma vez que se busca também construir um processo de transformação constante cujo conhecimento produzido transforme a sociedade e a sociedade transforme o conhecimento a ser produzido. Em outras palavras, estamos frente a um momento ímpar de mudança de paradigmas.

Considerações finais

Neste capítulo buscamos apresentar alguns aspectos sobre a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UNIFIMES, especialmente a respeito de como ocorreu a elaboração da Portaria de regulamentação sobre a inserção e as possíveis formas de implementá-la nos PPP.

A extensão enquanto componente curricular será trabalhada na UNIFIMES de várias formas, a saber: por meio da realização de programas de extensão institucional, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, na condição de que as ações sejam previamente aprovadas pela DEACEC da Instituição, e os estudantes participem das atividades de extensão na condição de organizadores e executores das ações. As atividades serão vinculadas às áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, tal como orientam as Políticas Nacionais de Extensão e as próprias Políticas de Extensão da UNIFIMES.

A meta é que no início do semestre letivo do ano de 2023 a Instituição comece a vivenciar as primeiras experiências práticas sobre o trabalho, com a extensão enquanto mais um componente curricular potente. Acreditamos que o trabalho com a extensão agregará aos cursos de graduação de maneira a contribuir ainda mais para a formação de profissionais capazes de atuar e intervir na sociedade.

Por fim, compreendemos que nos próximos anos vamos precisar nos dedicar bastante e debruçar sobre o trabalho que envolve o processo de inserção curricular da extensão nos cursos, para que tudo isso possa significar um novo patamar no ensino superior.

Referências

ARAÚJO RUIZ, S. M.; MARTENS, C. D. P. Universidade Empreendedora: proposição de modelo teórico. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 48, p. 121-138, 2019. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8249>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 e 50.

GIBB, A.; HASKINS, G.; ROBERTSON, I. Leading the entrepreneurial university: Meeting the entrepreneurial development needs of higher education institutions. In: ALTMAN, A.; EBERSBERGER, B. (Eds.). *Universities in Change: Managing higher education institutions in the age of globalization*. New York: Springer, 2013. p. 9-45.

UNIFIMES. Portaria PROEPE nº 06, de 26 de março de 2022. Inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UNIFIMES. Centro Universitário de Mineiros, 2022. Disponível em: https://unifimes.edu.br/filemanager_uploads/files/documentos/portal_do_aluno/portarias_proepe/37%20-%20Portaria%20PROEPE%2006-2022%20-%20Inser%C3%A7%C3%A3o%20Curricular%20da%20Extens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30 abr. 2022.

VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS, VENCENDO DESAFIOS: UM RELATO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS EM COMPONENTES CURRICULARES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UNIDADE FRUTAL

Marcela Fernanda da Paz de Souza (UEMG-Frutal)¹³

Larissa Rodrigues de Azevedo Câmara (UEMG-Frutal)¹⁴

Priscila Kalinke da Silva (UEMG-Frutal)¹⁵

Introdução

A Universidade Pública é um importante espaço de produção e disseminação de conhecimentos, fundamentada em três pilares de extrema importância e que atuam em perfeita sinergia: ensino, pesquisa e extensão. Nesse cenário a Extensão Universitária é caracterizada como a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Assim como, a construção conjunta do conhecimento a partir das experiências e vivências comunitárias. É a articulação do saber científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades das comunidades local e regional onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

Como reconhecimento da importância das práticas extensionistas, estas ganharam regulamentação e obrigatoriedade através da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14.

A definição de Extensão na Educação Superior Brasileira está descrita no art.3º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, sendo a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Como regulamentação, a curricularização das atividades de Extensão deve compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, regra já anteriormente prevista em 2014, quando da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), devendo constar em todos os novos cursos e os já existentes deverão passar por uma adaptação para garantir o mínimo estipulado, no período de 2014 até 2024.

Com o pensamento extensionista apurado e valorizando a nova regulamentação em vigor, os estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG- Unidade Frutal são incentivados a realizar diversas ações de cunho extensionistas durante a condução de disciplinas curriculares, com o auxílio do corpo docente. Esses relatos e experiências obtidas serão compartilhados durante esse capítulo de livro.

13 Pós-doutora em Estudos Urbanos e Regionais e Doutora em Ciências Sociais. Prof^a Adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. E-mail: marcela.souza@uemg.br

14 Doutora em Zootecnia. Prof^a Adjunta de Educação Superior e Coordenadora do Centro de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais-Unidade Frutal. E-mail: larissa.camara@uemg.br.

15 Doutora em Comunicação Social. Coordenadora do Centro de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, no período de 2020 e 2021. Prof^a Adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. E-mail: priscila.kalinke@uemg.br

Um dos maiores desafios para os professores é compreender que na prática cotidiana da docência, este eixo está muito mais presente do que se imagina. Uma das formas mais exequíveis para a incorporação dos 10% deliberados pela regulamentação das ações de extensão é aliá-las às atividades avaliativas das disciplinas, integrando o eixo ensino e, sempre que possível, pesquisa, tais como os trabalhos de conclusão de curso (TCC) ou de iniciação científica (IC).

A proposta indicada no presente capítulo pode ser adaptada à Resolução UEMG/COEPE, nº 287 de 04/03/2021, art. 5º “Para o cumprimento da carga horária prevista em cada curso para as atividades de extensão, sob orientação docente, poderá ser considerada a participação do estudante em atividades: I - programadas no desenvolvimento dos componentes curriculares”. Diante do exposto espera-se que essa reflexão e os exemplos práticos citados no capítulo possam ser utilizados como instrumento de incentivo e de implementação extensionista aos docentes da UEMG e das universidades integrantes da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABREUM) e demais universidades e instituições de ensino públicas e privadas, considerando-se as especificidades dos componentes curriculares dos diferentes projetos pedagógicos, cursados pelos discentes, com a carga horária e os créditos já previamente estabelecidos.

Metodologia

Para a elaboração do capítulo, utilizou-se o seguinte procedimento metodológico:

- a) Revisão bibliográfica referente às leis e às resoluções do Ministério da Educação e da Secretaria Estadual de Educação; as normas e as portarias dos conselhos superiores da UEMG - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) e Conselho Universitário (CONUN); documentos orientadores da Pró-reitoria de Extensão da UEMG; literatura referente a práticas extensionistas; projetos pedagógicos; ementas; atividades conclusivas de disciplinas e relatórios de extensão;
- b) Indicação das diferentes modalidades e as exemplificações das práticas extensionistas;
- c) Síntese da caracterização geográfica e sociodemográfica dos municípios de Fronteira, Frutal e Planura, municípios nos quais foram realizadas as atividades de extensão;
- d) Serão apresentadas as sugestões de trabalhos desenvolvidos em sala de aula e em conjunto com a comunidade para a realização das atividades de extensão alinhadas aos componentes curriculares. Para cada uma das disciplinas, Comunicação Rural, Jornalismo Cultural e Jornalismo Científico, escolheu-se um produto de extensão para ser abordado no capítulo.

Vencendo desafios: experiências de extensão em componentes curriculares

São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos da Resolução em análise e normas institucionais próprias. A tônica da Extensão é a interação sem mediações entre comunidade acadêmica e público externo, por meio da troca de conhecimento, e, segundo a caracterização indicada nos projetos pedagógicos dos cursos, verificam-se as seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (Quadro I).

As modalidades são fruto de trabalho institucional, mas também, eventualmente de trabalho de natureza governamental, desde que atendam às políticas municipais, estaduais,

distrital e nacional. Segundo o art.17 da Resolução nº 7/2018 também são permitidas parcerias entre instituições de ensino superior.

Quadro 1. Conceito, Caracterização e Práticas de Extensão

Atividade de Extensão	Caracterização	Práticas
Programas	Conjunto articulado de pelo menos dois projetos e demais ações de extensão, desenvolvido de forma processual e contínua e que deve explicitar, necessariamente, a metodologia de articulação das diversas ações vinculadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Integrante da equipe: “Ações de Apoio ao Enfrentamento da COVID-19”, elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão da UEMG e dos respectivos projetos do programa: “Frutal contra a Covid-19” e “Comunicação contra fake-news na Pandemia de Covid-19”.
Projetos	Ação com objetivo focalizado, com tempo determinado, podendo abranger, de forma vinculada, cursos, eventos e prestação de serviços.	<p>Integrantes das equipes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Festival de Vídeo de Maringá; - Encontro Literário; - I Feira de ciências da UEMG Frutal: Inovação e Meio Ambiente; - Implementação de estratégias comunicacionais para a divulgação de atividades de Feira de Ciências na Universidade. <p>Coordenadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Elaboração de Produto Digital como apoio de divulgação das ações promovidas pela Comissão Pró-UEMG”; - Utilização do bagaço da cevada produzido na Cervejaria Império com potencial na alimentação animal no município de Frutal/MG; - Elaboração de currículo, Higiene pessoal, Comunicação e Oratória no trabalho vivenciando conhecimentos em Frutal, MG; - Comunicação como estratégia para a geração de emprego, atendimento ao público e fortalecimento do pequeno comércio, prestação de serviços; - Comunicação como estratégia para a geração de emprego, atendimento ao público e fortalecimento do pequeno comércio, prestação de serviços e cooperativas: da comunicação e oratória ao planejamento das mídias sociais; - Educomunicação: Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente.

Eventos	<p>Ação coordenada da instituição que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico ou tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela universidade. Congressos, Seminários, Ciclos de debates, Exposições, Espetáculos, Eventos esportivos e Festivais são exemplos de atividades de extensão na modalidade evento.</p>	<p>Integrantes das Equipes: Há diversos eventos acadêmicos direcionados ao público externo com temáticas de interesse da comunidade, por exemplo: -“Simpósio de Liberdade de Gênero e Diversidade Sexual”; “Semanas de Comunicação”; “Semana Paulo Freire”. -Seminário de Pesquisa e Extensão: realizado anualmente pela UEMG; Coordenadoras: -I Congresso de Jornalismo da UEMG - A transformação do jornalismo no século XXI; -Mídia, sociabilidades e equidade - os desafios contemporâneos; - I Semana Complementar do Curso de Jornalismo da UEMG-Frutal – des-cortinando horizontes para a formação profissional.</p>
Cursos e oficinas	<p>Ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, presenciais ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 08 horas, critérios de avaliação definidos e certificação. São atividades abertas para o público em geral com o objetivo de aprimoramento, beneficiando pessoas de diferentes níveis de instrução, interesse e disponibilidade de tempo. Dessa forma podem ser ofertados cursos de aperfeiçoamento, atualização, iniciação ou treinamento profissional.</p>	<p>Integrante da equipe: -Abordagens e processos construtores de desigualdade; - Oficina de elaboração de currículo lattes; -Rotulagem de alimentos: avaliação, orientação e confecção frente à legislação pertinente;</p> <p>Coordenadora: - “Curso de Photoshop”: Oferta de curso de software para a manipulação de imagens para estudantes e demais interessados em trabalhar com esta ferramenta;</p>

Prestação de serviços	Ação que representa o estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social, como o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa e como a transferência de conhecimentos ou de tecnologia à sociedade, realizados pelos servidores docentes ou técnico-administrativos em educação, com a participação orientada de discentes, e comprometida com o projeto político acadêmico da universidade. Podemos exemplificar com o atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia, serviços de consultoria, assessoria e curadoria, atividades de propriedade intelectual, bem como os serviços de exames e laudos técnicos, atendimento em saúde humana e animal e atendimento jurídico e judi-	Integrantes das equipes: -Orientação para elaboração de Planejamento de Marketing para uma empresa frutalense, a partir da Empresa de Consultoria Junior “Avance”, da UEMG. - Auxílio na elaboração de manual de Identidade Visual de uma empresa familiar de horta orgânica na região de Frutal, mediante a Agência experimental de Comunicação “Inova”.
Fontes: FORPROEX, 2012; experiências extensionistas das autoras (anos diversos).		
Experiências extensionistas: do ambiente acadêmico à integração com as comunidades de Fronteira, Planura e Frutal		

Caracterização da Microrregião de Frutal

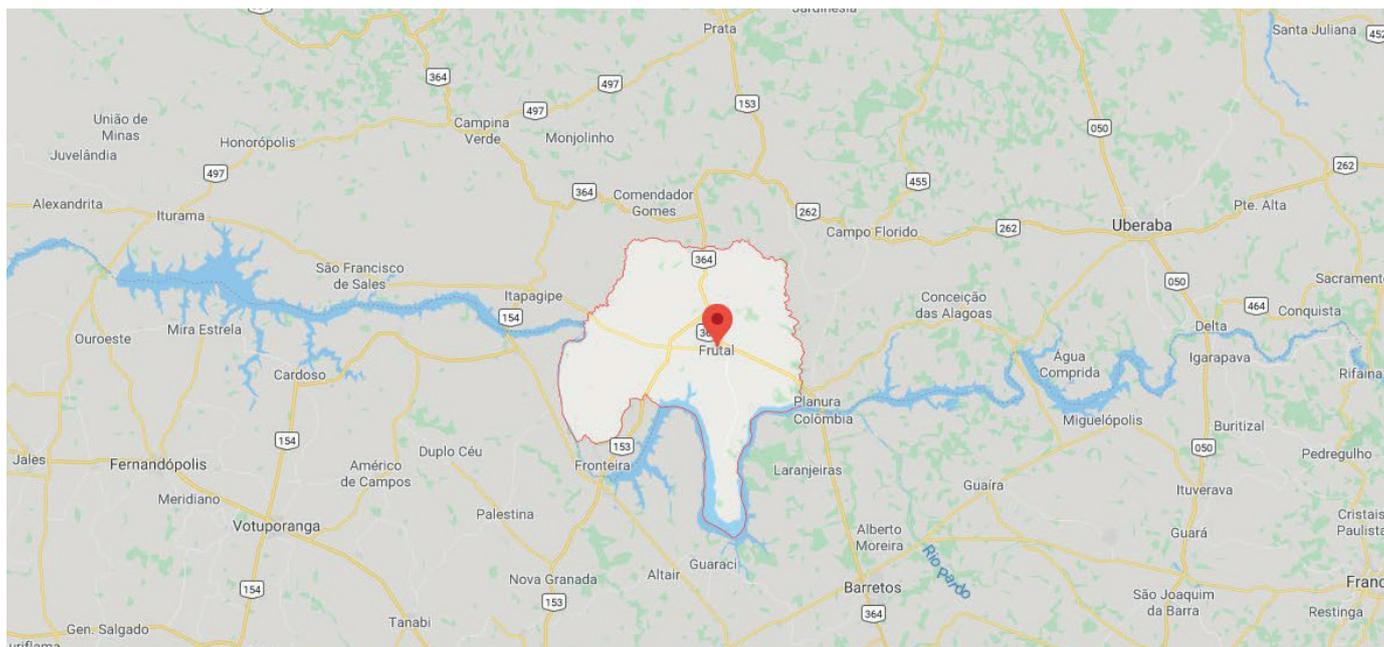
A microrregião de Frutal (Figura 1) se situa no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, compreendida entre as divisas com os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2017). Segundo dados do IBGE, a microrregião de Frutal é composta por 12 municípios, sendo eles Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas, cuja população regional de aproximadamente 180 mil habitantes, com PIB per capita de R\$ 20 mil aproximadamente.

Neste cenário, a UEMG- Unidade Frutal se destaca como polo de educação superior, atraindo discentes de toda a região, especialmente, aqueles provenientes de escolas públicas. Diante do exposto, pode-se observar o grande potencial de desenvolvimento econômico e social que a cidade de Frutal e microrregião possuem, onde diversas ações de extensão Universitária podem ser incorporadas ao contexto.

Comunicação Rural

A proposta da disciplina optativa Comunicação Rural, de quatro créditos, é habilitar os alunos para a atuação do jornalismo especializado na temática rural, com a produção de conteúdo para o rádio, a TV, a internet, Jornal Impresso e Mídias Sociais. A disciplina foi ministrada no primeiro semestre de 2019.

Figura 1 – Microrregião de Frutal, MG.



Fonte: Google Maps (2022).

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-19.9410075,-48.9171099,11z>

Durante as aulas, os alunos tiveram acesso às reportagens para rádio, televisão, jornal impresso e internet referente às temáticas rurais, de uma forma prática e comparativa. Demonstrou-se, também, a dinâmica de produção de matérias sobre esta área de conhecimento, ou para o público-alvo específico da área rural. Também aprenderam a refletir sobre o conteúdo de jornalismo para mídias sociais com público específico no eixo das ruralidades. Em algumas ocasiões, a mesma pauta era apresentada em reportagem para TV e para Jornal Impresso para que os alunos observassem como a temática do Jornalismo especializado tem a sua linguagem própria, conforme o público a ser contemplado com a informação. Em razão das novas tecnologias e das mídias sociais disponibilizou-se para os alunos exemplos de projetos de conteúdo de jornalismo para as mídias sociais.

Com base no conteúdo ministrado em sala de aula, a didática da atividade ocorreu da seguinte forma:

- a) Os discentes foram divididos em grupos de 2 a 5 pessoas, totalizando 6 grupos;
- b) Disponibilizou-se aos discentes a possibilidade de escolher e desenvolverem a atividade que mais se identificavam: podcasts, informativos, Jornal Mural, material para a internet e mídias sociais, matérias para jornais, rádio, conforme a característica do empreendimento escolhido;
- c) Cada grupo escolheu na cidade de Frutal ou nos municípios vizinhos uma atividade comercial voltada para o eixo da disciplina, tais como agricultura familiar, doces artesanais e caseiros, fábricas de laticínio para realizar a análise da comunicação realizada ou para o desenvolvimento prático de um produto de comunicação conforme orienta a ementa da disciplina.
- d) Dos 6 grupos de trabalho, apenas um optou em fazer a avaliação da comunicação da empresa de Laticínios, como o conteúdo do site, com a presença de um dos representantes da empresa em sala de aula para o esclarecimento de dúvidas dos alunos, momento este em

que houve a degustação de queijos pelos alunos. Os demais grupos apresentaram propostas de informativos, criação de mídias sociais e gestão das mídias.

Proposta escolhida para ser apresentada: “Divulgação do doce de leite “Gosto de Minas” no município de Planura em Minas Gerais”.

A equipe formada pelas discentes Isabelle Souza Silva e Stella Vicente, após o mapeamento das possibilidades da realização do trabalho propôs elaborar um produto de divulgação que permitisse ao pequeno negócio de agricultura familiar aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida. A decisão ocorreu pois, ao conversar com os proprietários da fazenda que também são os responsáveis da gestão do pequeno empreendimento, verificou-se que mesmo sendo o rádio o meio de comunicação de maior eficácia para o alcance da população naquela região, para fins da visibilidade do produto, o mais operacional era o grupo do facebook “Planura Precisa de Que?”.

As discentes propuseram realizar uma atividade de comunicação rural que proporcionasse maior visibilidade à marca, justificando-se, assim, a não realização de jornais, revistas e programas para rádio, por exemplo. A fazenda citada neste projeto está localizada entre os municípios de Planura e Frutal. Os responsáveis são um casal e seus dois filhos. No local também são criadas aves (galinhas), mas a principal renda é proveniente do doce de leite.

A ênfase do projeto baseou-se em tecer uma roupagem ao negócio com uma logo e a posterior divulgação do produto. O processo de elaboração da Logo (Figura 2) contou com duas etapas e foi elaborada conjuntamente com a família proprietária, que aprenderam as funcionalidades do programa Canva com o auxílio das discentes.

Criou-se, também, o rótulo (Figura 3) para a comercialização do produto. Mas em razão da restrita verba do empreendimento, no momento da execução do projeto o rótulo não foi impresso para ser colado na embalagem.

Somando-se às postagens do grupo “Planura Precisa de Que?”, criaram-se o instagram e o facebook próprios da marca “Gosto de Minas”. A equipe, em conjunto com as famílias, definição das personas do produto e das editorias das redes sociais. As editorias a) #vocêsabia; b) Divulgação e c) Interação, com seus diferentes propósitos, foram criadas com as seguintes artes:

Figura 2 – Logo



Figura 3 - Rótulo



Figura 4 – Editoria



Figura 5 – Editoria



Figura 6 – Editoria



Jornalismo Cultural

A disciplina Jornalismo Cultural apresentou uma rica experiência de atividade extensionista. A proposta da disciplina é trabalhar de forma teórica e prática com o jornalismo especializado demonstrando o trabalho do jornalista desta área, com experiência de matérias sobre filmes, exposições, livros, expressões e culturas urbanas e tradicionais. Durante as aulas houve a participação dos membros do Museu Municipal de Frutal para a realização de uma sabatina aos discentes e o maior contato com o universo da arte. Demonstraram-se muitos exemplos e solicitou-se aos alunos que produzissem reportagens para os diferentes meios de comunicação em uma linguagem específica.

Para a atividade final da disciplina, solicitou-se aos alunos:

- a) Realizar o trabalho em grupo ou individualmente;
- b) Escolher um meio de comunicação para a produção das reportagens: rádio, TV, internet; mídias sociais e fotorreportagem;
- c) Selecionar a próprio critério, a pauta: culturas urbanas e tradicional; eventos; livros; filmes; exposições; teatro; filmes; artesanato;
- d) Conforme a familiaridade e o interesse pelo tema, os estudantes indicaram as cidades para a produção das pautas. Nos exemplos citados, Fronteira e Frutal.

Proposta apresentada: Exposição Fotográfica nos Caminhos das Gerais

No percurso da realização das atividades da conclusão da disciplina, verificou-se a qualidade técnica e de conteúdo dos trabalhos em desenvolvimento. A docente então propôs que as fotos realizadas para a fotorreportagem fossem apresentadas em uma exposição do Museu de Frutal.

A reportagem fotográfica foi realizada com a apresentação da Folia de Reis pelos discentes Bruno Honorato Benetti, curso de Direito, Vitor Hugo Giroto, do curso de Jornalismo (Figuras 7/8). E, adicionalmente, na cidade de Fronteira, sob a responsabilidade do discente Domingos Heitor Silva Júnior a fotorreportagem versou sobre os pontos turísticos e históricos do a) Bernardão; b) Capelinha de Nossa Senhora Aparecida; c) Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e d) Barra do Monjouro (Figura 8).

Figuras 7 – Diversos



Figuras 7 – Gruta e Barra do Monjoulo



Com a qualidade técnica e de conteúdo, a docente orientadora dos trabalhos propôs que as fotos destas matérias ficassem em exposição e viabilizou junto ao Setor de Cultura da Prefeitura Municipal de Frutal uma exposição fotográfica, gratuita e aberta a toda comunidade, entre os dias 5 a 13 de dezembro de 2018. Realizou-se um coquetel na vernissagem.

Jornalismo Científico

Uma das áreas do jornalismo especializado mais desafiadora é aquela relacionada à notícia da informação científica. Como a linguagem técnica que deve ser “traduzida” em um conteúdo para o público leigo, este processo comunicacional multidimensional entre o pesquisador, o repórter e o público é tensionado.

Na disciplina de Jornalismo Científico, de 4 créditos, semanalmente estudávamos a parte teórica e os alunos levavam em todas as aulas matérias de rádio, tv, internet, impresso e/ou multimídia na editoria foco da disciplina, bem como produziam reportagens para os diferentes meios de comunicação.

Proposta apresentada: Apresentado a ciência para leigos

Por ser uma disciplina optativa, havia alunos do Jornalismo e do Direito. Com as aulas e os debates realizados verificou-se que os conteúdos relacionados ao jornalismo científico são transmitidos em veículos de comunicação públicos, tais como TV Senado, TV Justiça, TV Assembleia e TV Cultura, mas que parte da população não tem o costume de acompanhar a programação destes veículos. Desta forma, programas sobre saúde, utilização de remédios e descobertas científicas, como, por exemplo, das vacinas e tantas outras temáticas que transversalmente permeiam o jornalismo científico podem ser verificadas em muitas pautas destas programações.

Para a entrega do trabalho final, optou-se em elaborar dois banners: a) Informação relacionada à ciência; b) Divulgar programas de televisão que rotineiramente veiculam pautas com ênfase em jornalismo científico para ampliar este perfil de programação e acesso à informação científica de qualidade e gratuita. Neste ponto b é importante destacar que os próprios discentes enfatizaram a necessidade de destacar programas culturais e para o público-alvo jovem, sendo por essa razão, indicados no banner de jornalismo científico. Nesta perspectiva, o argumento é

sobre a possibilidade de verificar e produzir este jornalismo especializado para diversos tipos de públicos e agendas. O principal foco era a divulgação de programas que tivessem acesso na TV aberta, pensando, especialmente, nas pessoas que não possuem condições financeiras de pagar um canal e/ou, ainda, para aquelas pessoas da área rural, em locais de difícil conexão à internet. Ambos os produtos foram idealizados pela discente do curso de Direito Joana Clara de Araújo Gama e pelo discente do curso de Jornalismo Domingos Heitor Silva Júnior.

Um dos produtos foi um banner sobre a Importância da Vacinação que ficou disponibilizado no Posto de Saúde da cidade de Fronteira, MG. Neste caso, além de exposto, o conteúdo do material ficou disponível no site da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Fronteira.

O outro produto foi a própria divulgação dos programas de televisão, rádio e produtos digitais que ficam disponíveis no formato multimídia em linguagem acessível e com divulgação científica. Pensou-se que, em uma proposta de fomento do Jornalismo Científico, divulgar a existência destes programas para um público leigo.

Neste caso, solicitou-se a autorização da Direção do Fórum para colocar o Banner na entrada principal para que a população pudesse verificar o material, a atividade ocorreu em dezembro de 2019.

JORNALISMO CIENTÍFICO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS 30 ANOS

1Domingos Junior; 2Joana Gama; 3Profa. Dra. Marcela da Paz
1- Graduando em Jornalismo - UEMG/Frutal
2- Graduanda em Direito - UEMG/Frutal
3- Docente orientadora - Jornalismo/Profinit - UEMG/Frutal.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que as vacinas evitam entre 2 milhões e 3 milhões de mortes por ano. Mas as pessoas parecem ter esquecido.

Segundo informações da Organização Mundial Da Saúde(OMS), a resistência à vacinação é uma das Dez maiores ameaças a saúde global em 2019.

Os surtos de sarampo, doença altamente contagiosa, aumentaram 300% no mundo todo nos primeiros 3 meses deste ano.

O Brasil registra 4.476 casos confirmados de sarampo até 18 de setembro de 2019, segundo o boletim epidemiológico publicado pelo ministério da saúde

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS 30 ANOS

JORNALISMO CIENTÍFICO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS 30 ANOS

1Joana Gama; 2Domingos Junior; 3Profa. Dra. Marcela da Paz
1- Graduanda em Direito - UEMG/Frutal
2- Graduando em Jornalismo - UEMG/Frutal
3- Docente orientadora - Jornalismo/Profinit - UEMG/Frutal.

COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS, CONSTRUINDO A JUSTIÇA

TV JUSTIÇA
<http://www.tvjustica.jus.br/>

Momento Ambiental
Pequenas iniciativas podem transformar o meio ambiente. Assista ao programa e fique por dentro das dicas e das reportagens para você ajudar a preservar e a cuidar do mundo em que vivemos. SAB 11H15 *

TRABALHO LEGAL
Esclareça todas as suas dúvidas trabalhistas e conheça mais sobre os direitos e deveres do trabalhador. QUA 19H30m *

CONFIRA A GRADE COM TODOS OS PROGRAMAS DA TV JUSTIÇA NO SITE: <http://www.tvjustica.jus.br/>

REPÓRTER
A cultura brasileira na voz de diferentes artistas, nos mais variados gêneros e estilos. Para todos os públicos, para todas as gerações! DOM 21h30 *

Os horários alternativos podem ser verificados na programação da emissora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Acompanhe os debates sobre os temas de interesse do Estado e do cidadão: educação, saúde, meio ambiente, transporte, economia, entre outros assuntos que fazem diferença na sua vida. QUINTA-FEIRA: 12h*

GERAÇÃO
O que é ser jovem hoje? Desfrute de um programa com personalidades, um bate-papo leve e descontraído sobre sexo, cultura, política e outros temas. SÁBADO: 19 h*

MINAS É MUITAS
Se você curte a diversidade cultural regional mineira, assista aos documentários da série MINAS É MUITAS. Aproveite e se informe sobre o desenvolvimento econômico das cidades do nosso Estado. DOMINGO - 19 h*

CONFIRA A GRADE COM TODOS OS PROGRAMAS DA TV ASSEMBLEIA NO SITE: <https://www.almg.gov.br/home/index.html>

Os horários alternativos podem ser verificados na programação da emissora.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS 30 ANOS

É importante considerar que para todas as atividades realizadas, sejam nos exemplos do quadro exemplificativo das modalidades, quanto das ações realizadas com os componentes curriculares, é fundamental conhecer a demanda da comunidade para pensar estrategicamente em formas de se adequar as vocações local e regional da universidade, as competências e aptidões dos docentes e dos discentes e estabelecer parcerias com a comunidade para a realização integrada da extensão.

Considerações finais

Durante o percurso das ações e da construção deste capítulo algumas questões ficaram candentes:

Como realizar as atividades extensionistas aliadas aos componentes curriculares das disciplinas respeitando a atribuição de cada um destes eixos, suas propostas dentro do projeto pedagógico e carga horária? Uma das possibilidades apresentadas é a realização de oficinas, eventos e palestras com o produto, por exemplo, das atividades avaliativas da disciplina ou com o conteúdo aprendido em sala. Outra possibilidade é realizar ações interdisciplinares em praças públicas. Um desafio para as universidades, centros de ensino superior e faculdades do interior pode ser fazer uma programação itinerante nos municípios vizinhos, cuja população gira em torno de até 20.000 habitantes, com distritos e áreas rurais. Esta é uma alternativa que pode ser realizada no final de semana, pois os alunos, pelo menos em sua maior parte não estarão trabalhando e a comunidade da região também poderá participar das ações disponibilizadas.

Muitas possibilidades podem ser vislumbradas, mas um dos caminhos norteadores basilares é conhecer a comunidade, suas demandas e realizar as atividades em conjunto com as mesmas.

Referências

Câmara Municipal de Fronteira. Disponível em: <https://www.camarafrenteira.mg.gov.br/>
Acesso em: 12 abr. 2022.

Caracterização Geral do Município de Fronteira, [2017 e 2020]. Disponível em: <https://www.frenteira.mg.gov.br/uploads/noticia/arquivos/CARACTERIZACAOGERAL-DO-MUNICIPIO-DE-FRONTTEIRA-MG.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Câmara Municipal de Planura. Informações Socioeconômicas. Disponível em: <https://www.planura.mg.leg.br/institucional/municipio/informacoes-socio-econômicas>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: maio 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 05 abril. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades: Planura. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/planura/panorama>. Acesso em: 05 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades: Fronteira. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fronteira/panorama>. Acesso em: 05 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades: Frutal. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - CNE. Parecer nº 608, de 17 de dezembro de 2018a. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cnes-608-2018-10-03.pdf> . Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - CNE. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/12/RESOLU%C3%87%C3%83O-CNE_CES-N%C2%BA-7-DE-18-DE-DEZEMBRO-DE-2018.pdf . Acesso em: 05 abr. 2022.

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, 2015. Disponível em: <http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/Arq20180406120458PP.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RELATOS DOS DESAFIOS DA INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIATUBA - UNICERRADO

Rogério Henrique Ohhira (UniCerrado)¹⁶

Gilmar Vieira de Rezende (UniCerrado)¹⁷

Introdução

O artigo 3º da Resolução nº7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação – CNE, define que a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as Instituições de Ensino Superior - IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa BRASIL (2018).

O Plano Nacional de Educação – PNE, na sua meta nº 12, estratégia nº 12.7 assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

A Resolução nº7 de 18 de dezembro de 2018 do CNE ainda estabelece o prazo de três anos a partir da homologação para que as instituições de ensino superior insiram nos seus currículos os créditos referentes a Extensão, prorrogado por mais um ano em decorrência da Pandemia COVID-19 pela Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2018).

Apesar de não ser um tema novo no ambiente acadêmico, os desafios para a inserção curricular da Extensão nas IES no Brasil, estão sendo grandes, as instituições de forma colaborativa tem promovido amplas discussões sobre a temática, através de Fóruns, Encontros, Conferências e troca de experiências institucionais, cada instituição tem uma realidade e as grandes perguntas que se fazem, são, como inserir no mínimo 10% dos créditos para Extensão sem aumentar a carga horária total do curso, ou excluir disciplinas? Como tornar possível que todos os ingressos cumpram os créditos definidos

para Extensão? Como tornar nosso discente protagonista das ações de Extensão das IES? e, como promover uma mudança de paradigma institucional a respeito do conceito de Extensão.

O objetivo desse capítulo é apresentar de forma sucinta os principais enfrentamentos e desafios da inserção curricular da Extensão, no ambiente acadêmico da UniCerrado, bem como apresentar a UniCerrado e a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido no Centro Universitário de Goiatuba, Estado de Goiás, entre os dias 25 de março a 09 de abril de 2022, a busca de informações foi realizada através de consulta documental e relatos de pessoas diretamente ligadas ao processo de inserção curricular da Extensão da UniCerrado, os resultados e discussão estão descritos no corpo do desenvolvimento desse artigo.

¹⁶ Biólogo, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Pró-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Professor da UniCerrado. rogerioohhira@unicerrado.edu.br.

¹⁷ Educador Físico, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Reitor do Centro Universitário de Goiatuba – UniCerrado. gilmarrezende@unicerrado.edu.br.

Desenvolvimento

O Centro Universitário de Goiatuba - UniCerrado, anteriormente denominado de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba - FAFICH, até 2016, é uma instituição pública municipal, criada pelo Decreto Federal N. 96.776, de 27 de setembro de 1988 e mantida pela Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG). Por outro lado, a FESG, é a mantenedora do Centro Universitário de Goiatuba (UNICERRADO, 2021).

Em 2016, o Conselho Estadual de Educação de Goiás – CEE, credenciou a FAFICH em Centro Universitário, e passou a se chamar, Centro Universitário de Goiatuba - UniCerrado por força do Decreto N. 8.396, de 25 de junho de 2015 do Governo do Estado de Goiás e retificado pelo Decreto N. 8.889, de 15 de fevereiro de 2017 (UNICERRADO, 2021).

Com o credenciamento em Centro Universitário, a UniCerrado, promove uma grande transformação na sua estrutura administrativa, dentre as quais podemos destacar a criação do cargo de Reitor, Vice-reitor e de quatro Pró reitorias, de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Administração e Finanças e Extensão Cultura e Assuntos Estudantis - PROEC, através da Lei Municipal 3.047 de 11 de julho de 2017.

Cinco anos se passaram da criação da PROEC UniCerrado, de acordo com relatos do Reitor daquela época e atual Reitor da UniCerrado, os principais desafios para a Extensão naquele momento era a estruturação da Pró reitoria e a promoção da mudança do conceito acadêmico de Extensão Universitária, que naquele momento, era vista pela sua grande maioria da comunidade com ações assistencialistas ou outros projetos que não encaixavam em projetos de pesquisa.

Muitas estratégias para promover o desenvolvimento da PROEC e a mudança cultural da comunidade acadêmica foram adotadas, como, o incentivo financeiro para desenvolvimento de Projetos de Extensão, a promoção de palestras e treinamentos com Docentes nas semanas acadêmicas e de Planejamento

O Programa de financiamento para os Projetos de Extensão da UniCerrado, é autorizado pela mantenedora, onde o docente pode receber horas aula ou gratificação por Projeto, esse Programa é assegurado na alínea b), inciso II do artigo 32 da Lei 3.079/2018 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal Docente da UniCerrado.

Art. 32 Além do vencimento básico e das vantagens previstas nessa Lei e no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, poderão ser pagas aos docentes do ensino superior por ato do Presidente da FESG¹⁸ devidamente regulamentado pelo CSG¹⁹, as seguintes vantagens.

b) elaboração, coordenação e desenvolvimento de Extensão com Projetos devidamente autorizados pela Reitoria em efetiva execução GOIATUBA (2018).

Os desafios da inserção da Extensão continuam no âmbito da UniCerrado, e após um ano da constituição da PROEC, um novo desafio é lançado para a instituição, a publicação da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do CNE, fixa o prazo para o cumprimento da meta nº 12, estratégia nº 12.7 assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Neste sentido, a PROEC publicou a Portaria nº 009 de 10 de setembro de 2019, constituiu

18 Fundação de Ensino Superior de Goiatuba

19 Conselho Superior de Gestão

uma Comissão para tratar da Curricularização da Extensão na UniCerrado, composta por cinco docentes incluindo o Pró-reitor da PROEC, essa comissão ficou encarregada de propor diretrizes e ações para a Curricularização.

A Comissão de Curricularização da UniCerrado iniciou os trabalhos para a Curricularização, com discussões e estudos da legislação pertinente, não houve produção formal de material dos estudos e discussões realizadas pela comissão até o final do segundo semestre de 2019, no início do primeiro semestre de 2020, a comissão estabeleceu um calendário de estudos e ações para serem desenvolvidas junto à comunidade acadêmica.

Em março de 2020 iniciou o processo pandêmico desencadeado pela COVID-19, por força de Portaria, todas as atividades presenciais da UniCerrado foram paralisadas por tempo indeterminado, nesse momento, a instituição prioritariamente voltou suas atividades para a busca de soluções para a manutenção das aulas em sistema remoto, as outras atividades acadêmicas, como pesquisa e extensão, ficaram para um segundo momento, e conseqüentemente as discussões sobre a inserção da Extensão nos currículos da graduação deixou de ser foco institucional por esse momento.

Em agosto de 2021 o Reitor da UniCerrado realiza a troca do Pró-reitor da PROEC, a nova Pró-reitoria, estabelece como prioridade, a manutenção dos Projetos de Extensão possíveis em sistema remoto e a retomada das discussões sobre a inserção curricular da Extensão nos cursos de graduação, inicialmente foi estabelecido que seria realizado uma campanha institucional com objetivo de inserir a temática no cotidiano da comunidade acadêmica, para isso foi criado um material visual para difusão no site e nas redes sociais da instituição, conforme Figuras²⁰ 01, 02 e 03.

Figura 1



Fonte: UniCerrado 2021

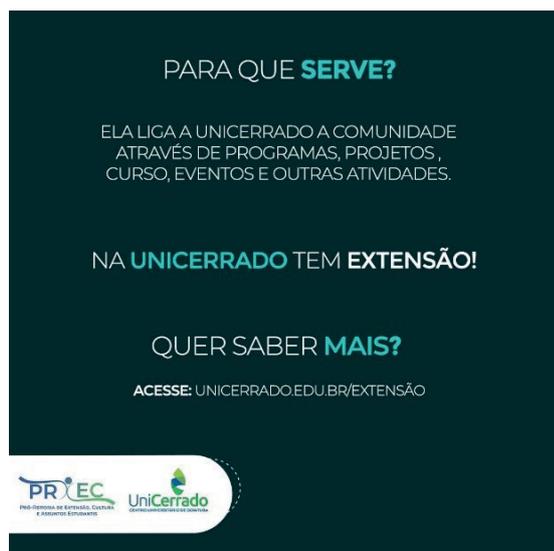
Figura 2



Fonte: UniCerrado 2021

20 Figuras, 01, 02 e 03, campanha institucional para difundir o conceito de extensão na comunidade acadêmica

Figura 3



Fonte: UniCerrado 2021

A nova Pró-reitoria instituiu como prioridade a promoção de um Fórum de Extensão para discutir especificamente a temática da Curricularização da Extensão, para isso, definiu que o Fórum seria realizado ainda no segundo semestre de 2021 e formato on-line, a escolha dos palestrantes se deu por indicação da Câmara de Extensão da ABRUEM, foram escolhidos os Pró-reitores de Extensão da Universidade de Taubaté - UNITAU, da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Figuras²¹, 04, 05, 06, 07 e 08.

Figura 4



Fonte: UniCerrado 2021

Figura 5



Fonte: UniCerrado 2021

21 Material de divulgação do 1º Fórum de Extensão da UniCerrado com o tema, “Os desafios da Curricularização Institucional”.

Figura 6



Poster for Prof. Dra. Adriana dos Santos Marmor Lima. The poster features a portrait of the professor in a white speech bubble. The text includes her name, her title as Pró-Reitora de Extensão da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, the event title "O QUE É EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?", the date and time "25 de Novembro - 20h30", the YouTube link "youtube.com/unicerrado", and the registration information "INSCRIÇÕES: unicerrado.edu.br". The UniCerrado logo is at the bottom.

Fonte: UniCerrado 2021

Figura 7



Poster for Prof. Dra. Letícia Maria Pinto da Costa. The poster features a portrait of the professor in a white speech bubble. The text includes her name, her title as Pró-Reitora de Extensão da Universidade de Taubaté - UNITAU, the event title "CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA", the date and time "26 de Novembro - 19h30", the YouTube link "youtube.com/unicerrado", and the registration information "INSCRIÇÕES: unicerrado.edu.br". The UniCerrado logo is at the bottom.

Fonte: UniCerrado 2021

Figura 8



Poster for Prof. Me. Paulo Eduardo Gomes de Barros. The poster features a portrait of the professor in a white speech bubble. The text includes his name, his title as Pró-Reitor de Extensão da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, the event title "CREDITAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO", the date and time "26 de Novembro - 20h30", the YouTube link "youtube.com/unicerrado", and the registration information "INSCRIÇÕES: unicerrado.edu.br". The UniCerrado logo is at the bottom.

Fonte: UniCerrado 2021

O Fórum de Extensão da UniCerrado foi um importante momento para a troca de experiência entre as instituições, participaram do Fórum 1014 pessoas nos dois dias de evento, sendo, a comunidade acadêmica da UniCerrado e de Goiatuba, além das seguintes instituições: UNEB; UNITAU; UNIMONTES; UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; UNIFAE – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, de São João da Boa Vista - SP; IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina; UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins; UNIFASC – Itumbiara, GO; UFU – Universidade Federal de Uberlândia MG; IF Goiano – Instituto Federal Goiano, GO; COTEC - Colégio Tecnológico do Estado de Goiás Jerônimo Carlos do Prado, Goiatuba, GO; UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros, GO e UNIRV – Universidade de Rio Verde, GO.

Ainda no mês de setembro, uma nova Comissão foi nomeada pela Portaria Conjunta nº 018 de 30 de setembro de 2021, para tratar da Curricularização da Extensão na UniCerrado, formada pelos Pró-reitores de Extensão e de Graduação e todos os diretores dos 13 cursos de Graduação ofertados pela UniCerrado. Até o final de 2021 a comissão se reuniu ordinariamente e concluiu os trabalhos com elaborando uma Minuta de Resolução para a Curricularização da Extensão na UniCerrado, Fotos²²,01 e 02.

Foto 1



Fonte: PROEC 2021

Foto 2



Fonte: PROEC 2021

Foi criado um grupo no WhatsApp, formado pela Comissão de Curricularização, Reitoria e Vice-reitoria, para facilitar a discussão dos assuntos referente a Curricularização, bem como, a troca de materiais e a proposição de temáticas, a criação do Grupo foi muito importante, especialmente para encurtar os caminhos e facilitar o diálogo entre os membros da comissão.

A construção da Minuta de Resolução, intitulada na UniCerrado como, “diretrizes para curricularização da Extensão nos cursos superiores de graduação do Centro Universitário de Goiatuba – UniCerrado”, percorreu três momentos, inicialmente, em reunião ordinária da Comissão de Curricularização, foram discutidas as possibilidades de inserção da Extensão em cada curso de graduação, os diretores de cada curso fizeram um diagnóstico de suas matrizes curriculares, e apontaram alternativas de inserção de programas, projetos e demais ações de Extensão em suas grades curriculares.

Posteriormente, foi distribuído para cada diretor, Minutas de Resolução de diversas instituições brasileiras, públicas, privadas, federais, estaduais e municipais, para que fizessem um estudo e avaliassem como as outras instituições estavam discutindo a temática, foi proposto

²² Foto 01 e 02, memória da reunião ordinária da Comissão de Curricularização da UniCerrado 2021.

para o Diretor do curso discutir com seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e seu colegiado, essas Minutas, e apresentassem uma proposta de acordo com a realidade do seu curso.

Finalmente, com a colaboração dos Diretores dos cursos, foi confeccionada uma Minuta de Resolução, que atendesse as necessidades da Extensão na UniCerrado e as particularidades de cada curso, essa Minuta é um compilado de cada curso de graduação da UniCerrado e experiências de outras instituições, a Minuta será novamente redistribuída à Comissão, para que fazerem a revisão final, que após realizada será submetida para aprovação, prevista para junho de 2022.

Os principais desafios para a Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação na UniCerrado foram:

1. Convencer as direções de curso que a mudança não seria um mero acréscimo de carga horária na matriz ou uma nomenclatura diferente nos programas de curso.

Em agosto de 2021, dez dos treze cursos de graduação da UniCerrado já haviam acrescentado os 10% mínimos de Extensão nas suas matrizes curriculares, contudo, essa inserção não seguiu nenhuma diretriz ou norma institucional, e ao analisar o que foi feito, percebeu que apenas foi distribuída uma carga horária em cada disciplina e aquela carga horária ficaria para os 10% de Extensão, diante disso, houve uma dificuldade maior por parte da Pró-reitoria em convencer os diretores que seria necessário primeiro entender o processo de inserção da Extensão, posteriormente, criar um mecanismo norteador para essa inserção, no caso, a Resolução, e só assim promover a modificação nas matrizes curriculares.

2. Mudar paradigmas conceituais acerca do que é Extensão Universitária.

Há muito se discute o entendimento conceitual sobre a Extensão nas IES, na UniCerrado, permeava o conceito de que qualquer projeto que não encaixava em Pesquisa, seria projeto de extensão, a instituição chegou a ter dezenas de projetos em andamento que não se encaixavam como extensão, projetos voltados para os discentes da UniCerrado, como complemento curricular por exemplo, eram tratados na instituição como projetos de Extensão, contudo, nesse aspecto o 1º Fórum de Extensão da UniCerrado teve um papel muito importante nesse processo de mudança, a primeira palestra foi especificamente com o tema, “O que é extensão Universitária”.

3. Compreender o que pode e o que não pode contabilizar como atividade de extensão nos currículos.

A partir do estudo da Resolução nº 7 do CNE, das Minutas de Resolução de outras instituições, dos relatos de experiência trocados entre as instituições, ficava mais difícil determinar o que poderia ser aceito ou não como componente curricular, exemplo, atividades do Núcleo de Práticas Jurídica, onde temos um Docente tutor, um Discente atendente e um cidadão atendido, essa já é uma atividade curricular, e obrigatória por sinal, contudo, não é também uma atividade de Extensão?

As atividades na Clínica Escola de Fisioterapia e de Odontologia, com o mesmo cenário, um Docente tutor, um Discente atendente e um cidadão atendido, são atividades curriculares, contudo, também não são atividades de Extensão? Há um entendimento do CNE sobre essa sobreposição de carga horária, feita para atender uma demanda da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia MG, que fez os seguintes esclarecimentos.

[...] resta claro no texto da Resolução a definição do percentual de 10% carga horária a elas destinado, a ser calculado com base na carga horária total do curso, não

ocasionando a obrigatoriedade da sua carga horária total, conforme determinada nos termos das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que, por sua vez, deverão orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

[...] destacamos que a Instituição de Educação Superior (IES) poderá complementar o disposto na mencionada Resolução com normas institucionais próprias, desde que atendidas as diretrizes curriculares nacionais e o disposto na legislação vigente. Assim, considerando que o novo marco regulatório das atividades de extensão aplica-se a todos os cursos de graduação, esclarecemos que caberá às IES, no âmbito de sua autonomia, promover as adaptações necessárias para o cumprimento do disposto na norma.

Neste sentido, fica claro que a instituição no âmbito da sua autonomia e respeitando o disposto na norma, pode definir se um componente curricular pode comportar ao mesmo tempo uma atividade curricular e uma atividade de extensão.

Com a aprovação da Minuta prevista para junho, a PROEC em parceria com a PROGRAD e os Diretores dos cursos, irão de imediato instituir que os currículos dos cursos sejam modificados, acrescentando os componentes de Extensão, que os cursos já comecem a aplicarem as mudanças no segundo semestre de 2022 como teste. Está previsto para os dias 19, 20 e 21 de outubro de 2022 o II Fórum de Extensão, a I Mostra de Trabalhos de Extensão, e o I Fórum e I Mostra de Cultura da UniCerrado, na oportunidade, serão discutidos os desafios da Curricularização da Extensão.

Considerações finais

Diante de todas as mudanças vividas pela UniCerrado, desde a sua transformação em Centro Universitário até a criação e da sua estrutura administrativa nesses últimos cinco anos, a Extensão Universitária foi a que sofreu mais transformações, a criação da PROEC em meio a conflitos de conceitos institucionais sobre Extensão, a sua estruturação frente aos desafios de implantação do Centro Universitário e por fim, o processo de inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação em meio a uma Pandemia.

Todas essas situações foram desafiadoras para a implementação da Extensão e da inserção curricular na UniCerrado, contudo, é preciso reconhecer o esforço e o crescimento que a PROEC alcançou durante todas as adversidades, a instituição de Comissões, o debate, e a promoção do Fórum foram decisivas para que a UniCerrado alcançasse o objetivo de construção de uma Minuta de Extensão, documento que norteará todo o processo de Curricularização da Extensão na UniCerrado.

Nesse sentido, a inserção curricular da Extensão, não pode ser tratada apenas no âmbito institucional, é preciso o envolvimento da comunidade e principalmente a parceria e o compartilhamento de experiências com outras instituições, nesse cenário, a Câmara de Extensão da ABRUEM²³, se insere como um ator de ligação entre as instituições e as Pró-reitorias, e contribuirá para os desafios da inserção curricular da Extensão no Brasil.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro

23 Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em 12 abr. 2022.

UNICERRADO. Centro Universitário de Goiatuba. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2015. Disponível em: <https://unicerrado.edu.br/unicerrado/institucional/documentos/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIOESTE E A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO – UM MARCO NA HISTÓRIA

Fabiana Regina Veloso (UNIOESTE) ²⁴

Elenita Conegero Pastor Manchope (UNIOESTE) ²⁵

Eurides Küster Macedo Junior (UNIOESTE) ²⁶

Marcos Freitas de Moraes (UNIOESTE) ²⁷

Introdução

Este trabalho tem por objetivo descrever o processo de inserção curricular da extensão universitária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE ao tempo em que se levantam algumas reflexões sobre este importante marco histórico. A extensão universitária pode ser percebida como uma prática social, um processo que surgiu no contexto das universidades e se materializou em ações concretas como a inserção curricular que deve ser implementada por força de lei até o final do ano de 2022. Um marco importante como este justifica a importância em descrever o processo nos diversos espaços situados, compreender o movimento dos atores, delinear os diferentes entendimentos sobre a execução das ações.

A UNIOESTE, como diversas outras instituições de ensino superior, já aprovou resolução interna e deu início aos trabalhos de implementação da inserção curricular. A universidade é multicampi, compreende 64 cursos de graduação e aproximadamente 1200 docentes atuantes. Um espaço tão amplo, com tantos atores distintos permite diferentes entendimentos. De fato, tem-se atualmente um momento de aprendizagem em que os atores estão estabelecendo espaços, concepções e modos de fazer a inserção da extensão nos projetos políticos pedagógicos dos cursos da UNIOESTE.

A concepção de extensão universitária como uma prática social

Há várias maneiras de entender ou estudar os problemas que se colocam na sociedade. Recentemente as universidades têm destacado a emergência da extensão como fator primordial na formação universitária. Neste artigo propõe-se analisar a extensão

universitária como uma prática social. Nesta compreensão, duas dimensões em especial podem ser destacadas como relevantes na construção do seu significado e das ações correlatas: a história da prática no seu contexto de criação e os atores relevantes no processo de organização da prática. Assim, é relevante compreender a história da universidade e os movimentos que delinearão a extensão que hoje está normatizada pela Portaria N.º 007/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Resolução n.º 07, 18 de dezembro de 2018 (DEUS, 2020).

Na Constituição de 1988, em seu Artigo 207, ficou estabelecido o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, no Artigo 43, estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade.

Ao longo da evolução do ensino superior brasileiro, principalmente das universidades públicas, verificou-se que o conceito de Extensão Universitária passou por várias matrizes

24 Doutora, Pró-Reitora de Extensão, PROEX. Fabiana.veloso@unioeste.br.

25 Doutora, Chefe de Divisão, PROGRAD. Elenita.manchope@unioeste.br.

26 Doutor, Pró-Reitor de Graduação, PROGRAD. Eurides.junior@unioeste.br.

27 Doutor, Chefe de Divisão, PROEX. marcos.moraes@unioeste.br

e diretrizes e, devido a tal desenvolvimento, a extensão passou a ser vista como a responsável pela função social das Universidades, tornando-se uma via de mão dupla entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). Mas esta concepção resulta da ação de diversos atores ao longo da história das universidades.

Borges (2021) apresenta um resumo de suas reflexões sobre a ontologia da extensão. Embora ainda não oficializado em periódico, os argumentos fundamentados do autor revelam que a universidade no contexto europeu e americano tiveram marcas na história da sociedade que contribuem significativamente para as reflexões atuais e para as conquistas obtidas no cenário brasileiro que materializam a extensão universitária.

Pode-se dizer que alguns autores contemporâneos têm atuado para este processo. Suas reflexões trazem a história da universidade e da sociedade com sensibilidade crítica para revelar as ideologias, estruturas de dominação, vulnerabilidades e ações das instituições envolvidas. Almeida-Filho (2018, p. 43) resgata a educação superior vocacional dos séculos XVII e XIX, que se consolida na Europa ocidental como um “modelo de educação superior vocacional onde a instituição universitária, fortemente impregnada pelo poder do clero, tornara-se conservadora e resistia àquele momento histórico de explosão do conhecimento científico”. Uma educação para a vocação profissional, designada a uma minoria da população que detinha o poder de acesso ao ensino superior. A relevância desta história está além da vocação, mas está no modelo de organização da educação que instituiu na modernidade por todas as formas organizacionais existentes. Um modelo de organização compartimentado, que nas universidades se materializa na formação para profissões, com a disciplinarização do conhecimento. Com isso, Almeida-Filho demonstra que houve a “exclusão do conceito de Universidade como formato secular de instituição de formação geral”.

Retomando a História da Universidade, Borges (2021) traz que as universidades europeias foram as precursoras na definição de extensão universitária, com a preocupação de disseminar os conhecimentos técnicos para àqueles que não têm acesso à universidade. Um movimento que trazia os estudantes que ofertavam cursos para os ausentes da instituição. O autor cita a Inglaterra com a preocupação de levar o conhecimento aos setores populares. Um movimento que Almeida-Filho (2018) caracteriza como a primeira de quatro gerações na definição de extensão universitária.

A apresentação deste autor traz o cenário político, econômico e social deste período. Segundo Almeida-Filho (2018, p. 44), houve “nos momentos iniciais da Revolução de 1789, duas medidas radicais que redefiniram os rumos da educação: o fim do monopólio religioso no cenário educacional e a supressão sumária de universidades e academias”. Essas medidas levaram aos movimentos das instituições da sociedade a movimentos que influenciaram na construção de ações extensionistas, inicialmente configuradas como cursos oferecidos a profissionais e ex-alunos. Com a atuação das universidades americanas reforçaram-se as atividades de popularização da ciência e divulgação de resultados de pesquisa e inovação – o que na extensão universitária caracteriza os eventos e cursos. Almeida-Filho (2018, p. 47) retoma a história da Europa Ocidental do século XIX destacando que o cenário político e social deste período fomentou os modelos de educação superior com viés vocacional, “capazes de responder às demandas imediatas da conjuntura econômica, orgânicos à mentalidade religiosa restaurada e, ao mesmo tempo, congruentes com a nascente ideologia burguesa individualista, produtivista e laica (Foucault, 2011)”. Essa caracterização é importante para a reflexão que se propõe neste artigo, posto que as estruturas organizacionais que constituem o cenário moderno que envolve as universidades ainda

mantêm características semelhantes à descrita.

Outro movimento histórico importante visualizado nas universidades americanas revelam a extensão universitária como prestação de serviços na zona rural, o que na classificação de Almeida-Filho (2018b) configura a segunda geração conceitual da extensão rural e ação comunitária. Programas de transferência de tecnologia voltados para a zona rural fizeram parte do cenário da época, “como parte do esforço de guerra e, posteriormente, nos projetos de reconstrução no contexto do Plano Marshall” (Almeida-Filho, 2018b). No pós-guerra incorpora-se um novo elemento a esta concepção de extensão, as ações voltaram-se às áreas socialmente vulneráveis. A realização de atividades comunitárias realizadas por estudantes (da elite que tinha acesso à universidade) continham um discurso das hegemonias que era levado às esferas sociais menos favorecidas.

Borges (2021) apresenta um resumo de suas reflexões sobre a ontologia da extensão. Embora ainda não oficializado em periódico, os argumentos fundamentados do autor revelam que a universidade no contexto europeu e americano tiveram marcas na história da sociedade que contribuem significativamente para as reflexões atuais e para as conquistas obtidas no cenário brasileiro que materializam a extensão universitária.

Pode-se dizer que alguns autores contemporâneos têm atuado para este processo. Suas reflexões trazem a história da universidade e da sociedade com sensibilidade crítica para revelar as ideologias, estruturas de dominação, vulnerabilidades e ações das instituições envolvidas. Almeida-Filho (2018, p. 43) resgata a educação superior vocacional dos séculos XVII e XIX, que se consolida na Europa ocidental como um “modelo de educação superior vocacional onde a instituição universitária, fortemente impregnada pelo poder do clero, tornara-se conservadora e resistia àquele momento histórico de explosão do conhecimento científico”. Uma educação para a vocação profissional, designada a uma minoria da população que detinha o poder de acesso ao ensino superior. A relevância desta história está além da vocação, mas está no modelo de organização da educação que instituiu na modernidade por todas as formas organizacionais existentes. Um modelo de organização compartimentado, que nas universidades se materializa na formação para profissões, com a disciplinarização do conhecimento. Com isso, Almeida-Filho demonstra que houve a “exclusão do conceito de Universidade como formato secular de instituição de formação geral”.

Retomando a História da Universidade, Borges (2021) traz que as universidades europeias foram as precursoras na definição de extensão universitária, com a preocupação de disseminar os conhecimentos técnicos para àqueles que não têm acesso à universidade. Um movimento que trazia os estudantes que ofertavam cursos para os ausentes da instituição. O autor cita a Inglaterra com a preocupação de levar o conhecimento aos setores populares. Um movimento que Almeida-Filho (2018) caracteriza como a primeira de quatro gerações na definição de extensão universitária.

A apresentação deste autor traz o cenário político, econômico e social deste período. Segundo Almeida-Filho (2018, p. 44), houve “nos momentos iniciais da Revolução de 1789, duas medidas radicais que redefiniram os rumos da educação: o fim do monopólio religioso no cenário educacional e a supressão sumária de universidades e academias”. Essas medidas levaram aos movimentos das instituições da sociedade a movimentos que influenciaram na construção de ações extensionistas, inicialmente configuradas como cursos oferecidos a profissionais e ex-alunos. Com a atuação das universidades americanas reforçaram-se as atividades de popularização da ciência e divulgação de resultados de pesquisa e inovação – o que na extensão universitária

caracteriza os eventos e cursos. Almeida-Filho (2018, p. 47) retoma a história da Europa Ocidental do século XIX destacando que o cenário político e social deste período fomentou os modelos de educação superior com viés vocacional, “capazes de responder às demandas imediatas da conjuntura econômica, orgânicos à mentalidade religiosa restaurada e, ao mesmo tempo, congruentes com a nascente ideologia burguesa individualista, produtivista e laica (Foucault, 2011)”. Essa caracterização é importante para a reflexão que se propõe neste artigo, posto que as estruturas organizacionais que constituem o cenário moderno que envolve as universidades ainda mantêm características semelhantes à descrita.

Outro movimento histórico importante visualizado nas universidades americanas revelam a extensão universitária como prestação de serviços na zona rural, o que na classificação de Almeida-Filho (2018b) configura a segunda geração conceitual da extensão rural e ação comunitária. Programas de transferência de tecnologia voltados para a zona rural fizeram parte do cenário da época, “como parte do esforço de guerra e, posteriormente, nos projetos de reconstrução no contexto do Plano Marshall” (Almeida-Filho, 2018b). No pós-guerra incorpora-se um novo elemento a esta concepção de extensão, as ações voltaram-se às áreas socialmente vulneráveis. A realização de atividades comunitárias realizadas por estudantes (da elite que tinha acesso à universidade) continham um discurso das hegemonias que era levado às esferas sociais menos favorecidas.

Finalmente pode-se caracterizar a extensão universitária como um conjunto de atividades e/ou ações realizadas junto à comunidade em que se disponibiliza ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos pela universidade (FORPROEX, 2012). Dessa forma, compreende-se que as atividades de extensão possuem caráter social e tornam-se significativas para todos os envolvidos em tal processo. De acordo com o Plano Nacional Brasileiro de Extensão Universitária (2005), as ações extensionistas são vistas como um processo educativo, cultural e científico, que promovem o ensino e a pesquisa de forma indissociável no meio acadêmico, contribuindo principalmente à formação dos estudantes.

A extensão universitária passou a ser considerada como um processo educativo, cultural e científico indissociada do ensino e da pesquisa por meio de uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade, principalmente, a partir das ações decorrentes do “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” (FORPROEX, 2012).

Neste contexto, a extensão, a pesquisa e o ensino universitário devem atuar juntos com a sociedade e no intercâmbio de saberes voltados para a produção e democratização do conhecimento científico, cultural, tecnológico e de inovação aplicáveis na superação das desigualdades sociais.

A concepção de extensão apresentada nas diretrizes pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão reforçam a missão social da universidade na promoção, na interação e na transformação com a sociedade.

Com atividades de extensão, o estudante tem a oportunidade de complementar sua formação universitária com a experiência da prática de ações junto à comunidade, além de desenvolver uma série de aspectos relevantes que farão parte de seu contexto profissional e social. Com experiência extensionista, é oportunizado ao estudante perceber a realidade social, aproximando-se das necessidades demandadas por ela. Assim, um dos aprendizados é de que o estudante aprende a estabelecer um diálogo com a comunidade na busca de soluções, além de se envolver com as ações que possam produzir impactos na sociedade. Dessa maneira, o estudante, ao vivenciar tais experiências, têm a possibilidade de compreender a realidade bem como todos

os dilemas envolvidos no desenvolvimento social (FORPROEX, 2012 e UNIOESTE, 2017).

Por meio da atividade de extensão, compreende-se que o estudante é incentivado a desenvolver seu potencial de ação enquanto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE é protagonista na relação com a sociedade. Ademais, o estudante desenvolve uma sensibilidade crítica de reflexão sobre si e sobre os processos que o inserem em tal contexto social, juntamente ao contexto de formação universitária. Destaca-se, ainda, a possibilidade de percepção sobre a relação entre o que a universidade oferece no ensino superior, articulada ao conhecimento científico que fundamenta e orienta as práticas sociais, aliada aos modos de efetivamente se inserir e agir na realidade que o cerca (FORPROEX, 2019; UNIOESTE, 2017 e DEUS; 2020).

Assim, a universidade representada pelos professores e representantes institucionais tem a oportunidade de exercer seu papel na formação do estudante e no atendimento às demandas sociais, seja para diagnosticar possibilidades e problemáticas sociais, para desenvolver e propor soluções alternativas, para interagir com a comunidade, buscar parcerias ou então negociar recursos que possibilitem ampliar as perspectivas de ação social. Ainda pode-se destacar a possibilidade de acesso aos participantes sobre o conhecimento a respeito da realidade na forma como se apresenta: diversa, complexa e em constante transformação. Outro ponto a ser ressaltado é de que o conhecimento obtido em tal experiência retorna também ao contexto universitário, influenciando diretamente o modo como o docente faz pesquisa, ensino e extensão (FORPROEX, 2019; UNIOESTE, 2017; DEUS, 2020 e VELOSO et al., 2022).

Finalmente pode-se caracterizar a extensão universitária como um conjunto de atividades e/ou ações realizadas junto à comunidade em que se disponibiliza ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos pela universidade (FORPROEX, 2012). Dessa forma, compreende-se que as atividades de extensão possuem caráter social e tornam-se significativas para todos os envolvidos em tal processo. De acordo com o Plano Nacional Brasileiro de Extensão Universitária (2005), as ações extensionistas são vistas como um processo educativo, cultural e científico, que promovem o ensino e a pesquisa de forma indissociável no meio acadêmico, contribuindo principalmente à formação dos estudantes.

A extensão universitária passou a ser considerada como um processo educativo, cultural e científico indissociada do ensino e da pesquisa por meio de uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade, principalmente, a partir das ações decorrentes do “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” (FORPROEX, 2012).

Neste contexto, a extensão, a pesquisa e o ensino universitário devem atuar juntos com a sociedade e no intercâmbio de saberes voltados para a produção e democratização do conhecimento científico, cultural, tecnológico e de inovação aplicáveis na superação das desigualdades sociais.

A concepção de extensão apresentada nas diretrizes pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão reforçam a missão social da universidade na promoção, na interação e na transformação com a sociedade.

Com atividades de extensão, o estudante tem a oportunidade de complementar sua formação universitária com a experiência da prática de ações junto à comunidade, além de desenvolver uma série de aspectos relevantes que farão parte de seu contexto profissional e social. Com experiência extensionista, é oportunizado ao estudante perceber a realidade social, aproximando-se das necessidades demandadas por ela. Assim, um dos aprendizados é de que o estudante aprende a estabelecer um diálogo com a comunidade na busca de soluções, além de se envolver com as ações que possam produzir impactos na sociedade. Dessa maneira, o estudante,

ao vivenciar tais experiências, têm a possibilidade de compreender a realidade bem como todos os dilemas envolvidos no desenvolvimento social (FORPROEX, 2012 e UNIOESTE, 2017).

Por meio da atividade de extensão, compreende-se que o estudante é incentivado a desenvolver seu potencial de ação enquanto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE é protagonista na relação com a sociedade. Ademais, o estudante desenvolve uma sensibilidade crítica de reflexão sobre si e sobre os processos que o inserem em tal contexto social, juntamente ao contexto de formação universitária. Destaca-se, ainda, a possibilidade de percepção sobre a relação entre o que a universidade oferece no ensino superior, articulada ao conhecimento científico que fundamenta e orienta as práticas sociais, aliada aos modos de efetivamente se inserir e agir na realidade que o cerca (FORPROEX, 2019; UNIOESTE, 2017 e DEUS; 2020).

Assim, a universidade representada pelos professores e representantes institucionais tem a oportunidade de exercer seu papel na formação do estudante e no atendimento às demandas sociais, seja para diagnosticar possibilidades e problemáticas sociais, para desenvolver e propor soluções alternativas, para interagir com a comunidade, buscar parcerias ou então negociar recursos que possibilitem ampliar as perspectivas de ação social. Ainda pode-se destacar a possibilidade de acesso aos participantes sobre o conhecimento a respeito da realidade na forma como se apresenta: diversa, complexa e em constante transformação. Outro ponto a ser ressaltado é de que o conhecimento obtido em tal experiência retorna também ao contexto universitário, influenciando diretamente o modo como o docente faz pesquisa, ensino e extensão (FORPROEX, 2019; UNIOESTE, 2017; DEUS, 2020 e VELOSO et al., 2022).

Observa-se que as atividades de extensão, assim como diversas concepções sociais, deixam uma perspectiva determinista e instrumental e passam a ser encaradas como um processo de construção social, que dialoga com os atores e possibilita a ação ativa e participativa. Portanto, a diversidade conceitual da prática da extensão interfere de forma significativa no pensar e fazer na Universidade apresentando também desafios na institucionalização da extensão universitária (SERRANO, 2013 e VELOSO et al., 2022).

Metodologia

Diante da nova percepção sobre a extensão universitária, as instituições formais envolvidas, tais como os Fóruns Regionais e Nacionais de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, sob orientação do Conselho Nacional de Educação, dos Conselhos Estaduais de Educação e do Ministério da Educação ampliaram as discussões que culminaram na regulamentação do processo da extensão no cenário brasileiro, denominado Curricularização da Extensão. Essas ações confirmam o crescente reconhecimento e visibilidade da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES). (VELOSO et al., 2022).

A trajetória desse processo vem desde os anos 1990 quando as Pró-Reitorias de Extensão (PROEX), em conjunto com as Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e demais envolvidos, passam a organizar seminários, congressos e fóruns de debates para refletir e divulgar a proposta, enfatizando uma nova forma de relação com a sociedade. Desde então, foram sendo colocadas em prática as regulamentações em nível de governo federal: o Programa Nacional de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), a Portaria N.º 007/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Resolução n.º 07, 18 de dezembro de 2018 (DEUS, 2020).

Em 2016, o Fórum Estadual dos Pró-Reitores de Graduação do Paraná-PROGRADES, realizou o I Fórum Estadual das Licenciaturas, em Londrina, no campus da Universidade Estadual

de Londrina. Durante o evento, as sete universidades estaduais participaram do debate sobre a curricularização da extensão, que, naquele momento, ainda era uma incógnita. Como proceder para inserir extensão obrigatória em todos os currículos da graduação? Diante dos desafios postos pela temática indicou-se que as sete universidades estaduais do Paraná, UEL, UEM, UEPG, Unioeste, Unicentro, UENP e Unespar levassem para os conselhos superiores a proposta de criação de uma comissão para trabalhar a temática na instituição. A comissão deveria ser composta por dois representantes da Extensão, dois representantes da Graduação e um representante do Planejamento. Na Unioeste, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE, indicou que dois membros representantes da Pesquisa também deveriam compor a comissão, levando em consideração o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

A partir dos movimentos institucionais a respeito da curricularização da extensão, a UNIOESTE se mobilizou por meio de uma comissão de trabalho formada por professores e professoras das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão, Planejamento e Pós-Graduação.

A comissão realizou reuniões de planejamento para definir a metodologia de trabalho e estabeleceu um cronograma para apresentar a temática para a Comunidade Acadêmica. A Unioeste é uma universidade multicampi, o que demandou um grande trabalho para a comissão. As primeiras reuniões foram realizadas com diretores de centro e coordenadores de curso de cada campus, percorrendo os cinco campi e apresentando a proposta da curricularização da extensão, prevista no Plano Nacional da Educação (2014-2024).

Os trabalhos na Unioeste foram conduzidos apresentando os princípios da extensão e refletindo sobre as possibilidades de alteração dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, tornando-os projetos inovadores. Inicialmente houve muitas resistências em muitos questionamentos: “Vamos ter que diminuir 10% da nossa carga horária? Vai ter financiamento para esse número tão grande de projetos de extensão? Mas já é obrigatório? Se não é exigência legal temos que atender? A cada questionamento, a comissão fazia suas anotações para que estas dúvidas fossem discutidas posteriormente, pois ainda era um momento de apresentação do processo. Nesse período, ainda existiam muitas dúvidas acerca do processo e de como cada instituição de ensino superior (IES) iria transpor estas barreiras e conseguir inserir a curricularização.

A intenção durante os trabalhos foi antecipar o debate e os estudos para no momento em que houvesse as condições propícias, executar a inserção nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), ou pelo menos, não ter surpresas diante de uma exigência legal e ter que promover alterações sem a compreensão dos princípios da extensão na relação com o ensino e com a pesquisa no processo formativo dos estudantes.

Em 2017, a comissão fez outra reunião nos campi, desta vez convidando toda a comunidade acadêmica, professores, estudantes e agentes universitários para o debate sobre a inserção dos 10% de extensão nos currículos da graduação. O debate continuou intenso e com muitas dúvidas quanto às necessidades para a implementação desta ação. A falta de pessoal e de financiamento específico para colaborar com a extensão foram as questões mais levantadas, além das dúvidas quanto à distribuição da carga horária docente, considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Após as reuniões a comissão relatava e sistematizava as contribuições dos participantes de cada campus, e dos respectivos centros.

Concomitantemente, uma ampla discussão no meio acadêmico ocorreu com o intuito de melhor elaborar e implantar essa tomada de decisão, de acordo com cada instituição e suas particularidades.

No decorrer do processo alguns questionamentos foram levantados pelos atores envolvidos, quais sejam coordenadores de curso, Diretores de Centro e as Equipes de Assessoria da PROGRAD e PROEX. Os principais questionamentos levantados em reuniões organizadas na UNIOESTE, foram: a necessidade do envolvimento ativo de toda a comunidade acadêmica; dúvidas quanto à necessidade do aumento de carga horária ou diminuição do conteúdo específico; validação da carga horária mínima; criação de novos projetos e programas específicos; acompanhamento e avaliação; conteúdos interdisciplinares ou específicos de cada Projeto Político Pedagógico (PPP) e como diferenciar a carga horária entre ambos; a forma e o cronograma de implantação e, por último, as capacidades de infraestrutura (UNIOESTE, 2017).

Nesse movimento, ainda é importante ressaltar os avanços apontando para uma mudança de cultura e entendendo-se que as atividades de extensão seriam integradas aos próprios processos de ensino e pesquisa.

Espera-se uma mudança mais qualitativa do que quantitativa em tornar a Extensão num facilitador das atividades pedagógicas e de pesquisa (Unioeste, 2017). Da mesma forma, pontua-se que as mudanças devem ser compreendidas como inovações pedagógicas e não apenas como normativas a serem seguidas. Segundo Deus (2020, p. 27), a extensão tornou-se uma política para a educação e “a sua formalização latino-americana criou uma identidade” que não pode ser perdida.

Desenvolvimento

Em 2020, dando continuidade aos trabalhos realizados e em discussão na Unioeste, as Pró-Reitorias de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Graduação, desenvolveram conjuntamente processo de discussão e elaboraram sugestões que se constituíram na minuta da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação da Unioeste, documento que é enviado para análise e novas contribuições dos Colegiados de Curso e pelos respectivos Conselhos de Centro.

Em 2021, após amplos debates, mesas redondas em seminários de extensão, acompanhamento do processo das outras IES e muitas reuniões sobre a curricularização, iniciou-se definitivamente o processo.

A partir da minuta da curricularização da extensão, fez-se a sistematização das sugestões da comunidade universitária e a tramitação na câmara de ensino e posteriormente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, originando a resolução 085/2021 - CEPE, que regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, na Unioeste. Desta forma, se regulamentou as diretrizes da curricularização da extensão.

A partir da resolução aprovada, vários cursos iniciaram os trabalhos para modificar os PPPs por meio dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), incorporando a extensão nos currículos, contemplando o que a resolução prevê. Neste processo, os NDEs contaram com o apoio das Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão.

Para colaborar com os NDEs, a PROGRAD em conjunto com a PROEX, realizaram o 1º Seminário de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão sobre a curricularização na UNIOESTE em fevereiro de 2022, onde foram apresentadas as primeiras propostas de PPPs enviadas à PROGRAD de alguns cursos com alteração da curricularização para servirem como base para os demais, além de mesas redondas e palestras para abordar o tema e aprimorar o processo dentro da UNIOESTE.

As atividades de extensão definidas nos PPPs dos cursos de graduação da UNIOESTE, podem ser creditadas pela resolução das seguintes formas: em disciplinas de extensão; em conteúdos

de diferentes disciplinas da matriz curricular do curso denominados conteúdos curriculares de extensão; em programas de extensão curricular na forma de projetos, cursos, eventos e prestação de serviços que integram as áreas de extensão; em projeto de extensão; estágio curricular do curso e/ou trabalho de conclusão de curso. (RES. 085, 2021)

Considerações finais

A UNIOESTE está num estágio de inserção da curricularização da extensão universitária. Todo o processo iniciado pela comissão da universidade em 2016 começa a tomar forma e os cursos estão propondo os novos PPPs com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ainda há necessidade de desenvolver com mais detalhes o processo referente ao registro no sistema acadêmico e a forma correta de registro dos projetos e programas de extensão na PROEX. O Sistema acadêmico automatizado está em construção na universidade, buscando atender o registro das diversas possibilidades apresentadas na resolução interna. Por outro lado, algumas dúvidas têm levantado detalhes que precisam ser novamente revisitados pela PROEX e PROGRAD como o formato da tramitação que mais se adeque a essa realidade.

Mas, diante de todas as dúvidas, questionamentos e aceitação da curricularização por parte da comunidade universitária da UNIOESTE, o processo está se dissipando e se incorporando gradativamente. No entanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema de informações integrado e compatível aos registros, a gestão, a certificação e avaliação da curricularização da extensão universitária, formatado de acordo com a política institucional de extensão.

A parceria entre os setores e os professores que farão a extensão na universidade permitiram uma reflexão e um aprendizado ainda em construção. Junto às demandas apresentadas, a UNIOESTE está empenhada em desenvolver um processo que dinamize as ações, sem perder conteúdo e forma, mas que também facilite a tramitação e desburocratize algumas etapas. Com isso espera-se envolver a comunidade acadêmica para que a essência da inserção curricular seja incorporada de fato, no cotidiano da formação acadêmica, no dia a dia da relação universidade e comunidade, na transformação da sociedade.

Os próximos passos serão fundamentais, até o final de 2022, todos os cursos deverão ter aprovados seus PPCs, e ao início de 2023 deverão dar início às ações efetivas da inserção curricular. Na sequência, PROEX e PROGRAD já estão organizando instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo. Serão promovidos eventos para debates, formulários de registro e pesquisa de autoavaliação, modificações nos Sistemas Internos para contemplar os detalhes necessários como indicadores apropriados e vinculados aos Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, vinculação de resultados a Programas e Projetos entre outros detalhes.

A PROEX também está promovendo a socialização das atividades extensionistas pelo Seminário de Extensão da UNIOESTE – SEU, como pela ampliação do Projeto Unioeste na Comunidade que promove a integração e organização de um banco de dados dos parceiros da comunidade, em que os docentes podem conhecer novos parceiros para suas ações e, por outro lado, para que a comunidade possa conhecer e receber mais projetos e ações de extensão, assim como possibilitará um diálogo mais intensivo entre as partes para a construção de novos projetos que atendam a realidade social da comunidade.

Também está sendo organizado um programa de formação extensionista que será direcionado a públicos distintos (docentes, estudantes, gestores e avaliadores), com o objetivo de fortalecer a cultura extensionista na universidade.

Assim também PROEX e PROGRAD deram início a eventos conjuntos para discutir a inserção curricular, levantando as demandas internas, alinhando possibilidades, e compartilhando experiências.

Por fim, a autoavaliação da curricularização da extensão constituir-se-á em importante instrumento para demonstrar a qualidade e a credibilidade do que se produz na extensão; deve abranger as ações relacionadas aos programas, projetos, eventos, cursos, atividades acadêmicas e prestações de serviço; ter continuidade e participação da comunidade universitária e da sociedade; bem como, que os resultados obtidos sejam considerados no planejamento e na tomada de decisão da Instituição. Trata-se de um processo que apenas começou, os resultados ainda serão vistos e sentidos no decorrer dos próximos anos. A sensação é de aprendizagem coletiva, estamos todos curiosos, ansiosos e motivados para que a essência da extensão faça parte da formação do estudante da UNIOESTE, que a comunidade sinta-se acolhida pela universidade e faça parte do processo de construção das nossas ações e que o reflexo de todo o processo se vislumbre na mudança social.

Referências

ALMEIDA Filho, N. Reforma Cabanis (Circa 1800): uma reforma universitária sem universidades, esquecida na história da educação. *Revista Lusófona de Educação*, v. 39, p. 41-54, 2018.

BARBOSA, V. C. Extensão Universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. (Doctoral dissertation, Mestrado em Administração). 2021.

DA SILVA, W. P. Extensão universitária. *Revista Extensão & Sociedade*, 11(2). 2020.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces-Revista de Extensão da UFMG*, 1(1), 5-23. 2013.

DEUS, S. D. F. B. D. Extensão universitária: trajetórias e desafios. 2020.

DEUS, S. de. Soberania e Integração latino-americana. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM. 2020b.

DOS SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, 6(1), 10-15. 2010.

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus. Recuperado de: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. 2012.

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Relatório Final. Mapeamento da Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

Recuperado de: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/RELAT%C3%93RIO_FINAL_MAPEAMENTO_INSERTAO_EXTENSAO_FINAL.pdf. 2019.

FREIRE, P. Extensão e comunicação. (13a. ed.) São Paulo: Paz e Terra. 2006.

MEC - Ministério da Educação. Diretrizes da Extensão: diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei nº 13.005/2014. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Rede Nacional de Extensão. (2018). Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira 2018. Recuperado de: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/documentos>>.

SARTI, R. Extensão Universitária, Educação Física e Produção Docente. Revista Extensão & Sociedade, 11(2). 2020.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, 13(8), 01-15. 2013.

RES. 085. Resolução nº 085/2021-CEPE de 20 de maio de 2021. UNIOESTE. Cascavel, 2021. Disponível em <https://www.unioeste.br/portal/comunidade-unioeste/legislacao>

VELOSO, F. R., Bernardon, M., Junges, D. M. e Frohlich, S. A Extensão Universitária no Curso de Secretariado Executivo da UNIOESTE: O antes e depois das Diretrizes. SCRIBES - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies, 2(2). <https://doi.org/10.33228/scribes.2021.v2.13598>. 2022.

INSERÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO: O CASO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro (UPE)²⁸

Odair França de Carvalho (UPE)²⁹

Rosa Maria Farias Tenório (UPE)³⁰

Raphael de França e Silva (UPE)³¹

Introdução

No início dos anos 1960, a história brasileira é marcada por crises e incertezas, geradas pelas disputas políticas, no âmbito da sociedade, a partir das reverberações ideológicas da Guerra Fria (1947-1991). Nesse contexto, o ensino superior brasileiro começava a pensar a extensão universitária enquanto componente basilar junto ao ensino e à pesquisa.

Nesse momento, destacamos a atuação de Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (antigo nome da UFPE). Essa atuação embrionária, desenvolvida com experiências dialógicas e interacionistas, revolucionou o próprio conceito de extensão, ao impulsionar um grupo de estudantes a ser protagonista de uma ação que fez o levantamento do universo vocabular da população de Angicos- RN(1963), resultando na criação de vários círculos de cultura, como a experiência de alfabetização de jovens e adultos camponeses, em defesa de uma educação popular, materializando a práxis extensionista que daria origem a um conceito contemporâneo de extensão.

Não só o Nordeste, mas todo o país fervilhava com transformações, a partir de movimentos rurais, como as Ligas Camponesas, a inserção de pastorais sociais da Igreja Católica, voltadas para uma teologia libertadora, destacando-se o MEB (Movimento de Educação Popular), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler e, na cidade do Recife, o Movimento de Cultura Popular (MCP).

No entanto, em 1964, de forma abrupta, esse processo democrático foi interrompido com o golpe civil militar, que promoveu retrocesso na discussão e desenvolvimento das ações voltadas à Educação Popular. Esta ruptura democrática também impactou a maturação da Extensão Universitária no contexto brasileiro. Desta maneira, o processo de consolidação da Extensão, que compõe o tripé universitário, juntamente à pesquisa e ensino, permaneceu paralisada até fins do século XX, quando o debate acerca da curricularização da extensão volta à tona através do Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX) e, mais recente, também encampado pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) para consolidar a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, que investe em

assegurar, no mínimo, 10% em número do total de créditos curriculares exigidos para a Graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Nessa retomada, a Universidade de Pernambuco (UPE) procurou desenvolver dispositivos

28 Doutor em Educação, Professor Associado e Pró-reitor de Extensão e Cultura da UPE.

29 Doutor em Educação, Professor Adjunto e Coordenador Geral de Extensão da UPE.

30 Mestra em Educação, Professora Assistente e Coordenadora Pedagógica de Extensão e Cultura da UPE.

31 Mestre em Educação Matemática e Tecnológica, Coordenador de Mídias Pedagógicas na Extensão e Cultura da UPE.

normativos, a fim de regulamentar o debate interno de suas unidades, promovendo o debate a partir da Câmara de Extensão e Cultura Universitária.

Diante do cenário exposto, o presente artigo objetiva esquadrihar o caminho percorrido pela Universidade de Pernambuco no tangente à inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação, de modo a materializar instrumentos para creditação no âmbito dos cursos de graduação, a partir de 2017. Alicerçou-se em uma abordagem qualitativa, ancorada nos procedimentos metodológicos de um Estudo de Caso, de natureza descritiva e analítica, tendo os documentos oficiais e a observação participante dos pesquisadores como dados principais, perscrutados através da análise de conteúdo.

Nessa direção, o artigo está organizado em quatro seções: a primeira se trata desta introdução; a segunda aborda a metodologia; a terceira seção se detém na análise e discussão dos dados; enquanto a quarta trata das considerações finais, apontando caminhos e percalços da extensão universitária na UPE.

Metodologia

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa, que segundo Creswell (2014) se trata de uma investigação científica que transcorre a partir do contato dos pesquisadores com o cenário onde ocorre o fenômeno a ser estudado.

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas de pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa de investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas (CRESWELL, 2014, p. 49-50).

Na esteira de Creswell (2014), o cenário estudado nesta análise se substancializa no campo de atuação dos gestores da UPE no delineamento das políticas públicas que surgem como suporte à materialização da extensão universitária. Portanto, este estudo compreende uma triangulação interpretativa entre a observação participante dos pesquisadores enquanto gestores públicos, documentos institucionais normatizadores e as concepções teóricas que amparam a práxis na extensão universitária da UPE.

Para isso, no que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de um Estudo de Caso (YIN, 2010), de natureza descritiva e analítica, cujos dados representados pelos documentos oficiais e pelas observações participantes dos pesquisadores, foram tratados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011; FRANCO; 2005). Como categoria de análise, procuramos unitarizar as formas pelas quais a extensão operacionalizou a inserção da extensão no currículo, ao longo dos últimos 5 anos, no âmbito da UPE.

Análise e discussão dos dados

A política de extensão da UPE nos últimos 5 anos transitou em torno de três documentos basilares: a Resolução CEPE nº 68/2017, que regulamentou a política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UPE; a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, do Ministério

da Educação, que estabeleceu as diretrizes para extensão na Educação Superior Brasileira; e a Resolução CEPE nº 49/2021, que altera a política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UPE, revogando a Resolução nº 068/2017.

A Universidade de Pernambuco está celebrando seus trinta anos. Trata-se da única universidade estadual do estado de Pernambuco, que procura vivenciar os desafios da atualidade, pensando em uma universidade que está inserida no contexto desafiador da Educação, diante dos diversos aspectos geradores da crise social que configura o período que compõe seus trinta anos de existência.

Buscando cumprir seu papel de primar por uma universidade que promove uma educação transformadora e humanista, a UPE procura cultivar a excelência na tríade: ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária integra o processo dialógico, entre a comunidade acadêmica, composta por docentes, discentes e técnicos, e a sociedade brasileira, marcada pelo contexto de crises de ordem econômica, político-ideológica, moral etc.

Nesse contexto, um campo de debate que foi delineado, trata do processo educativo em que a universidade extrapola seus muros internos e leva seu conhecimento transformado em ação a ser desenvolvida com a comunidade externa. Um dos debates da Universidade de Pernambuco, ao balizar seu processo extensionista, trata da preocupação em não transformar suas ações em atividades assistencialistas, debate este já traçado há décadas e norteado por pensadores como Freire (1983) e Gadotti (2017), reivindicando políticas públicas educacionais que dialoguem com os preceitos epistemológicos da construção do conhecimento e interação dialógica no âmbito da extensão universitária, em que a extensão é entendida como “comunicação de saberes”, levando em consideração que os seres humanos são inacabados e que o aprendizado é mútuo, tanto por parte dos extensionistas, quanto por parte da comunidade em que as atividades são desenvolvidas, como afirma Gadotti (2017).

A Universidade de Pernambuco, já nos idos anos 2008, definiu em seu estatuto, o conceito de extensão a ser por ela adotado, baseado no Plano Nacional de Extensão Brasileira (1987), afirmando ser a Extensão

entendida como processo educativo, cultural e científico, que articula-se com ensino e pesquisa e se destina a viabilizar as relações mútuas e de complementaridade entre a Universidade e a sociedade (Estatuto da UPE, 2008, artigo 73).

Nesse percurso, a UPE objetivava

- Articular a Universidade com a sociedade, estabelecendo compromissos, parcerias e ações múltiplas na transferência de conhecimentos, tecnologias e competências aos diversos segmentos sociais.
- Incentivar ações de cultura e manifestações artísticas que procurem resgatar as raízes culturais de grupos organizados em âmbito regional, nacional e internacional (Estatuto da UPE, 2007).

Ainda nessa direção, a UPE propunha a curricularização de 10% da matriz curricular dos seus cursos de graduação, por meio de disciplinas mistas. As disciplinas mistas eram compreendidas como disciplinas que possuíam uma carga teórica de conteúdos de ensino e uma carga prática

voltada à extensão, a exemplo de muitos componentes curriculares na área das humanidades, que deveriam contemplar uma temática a partir do plano de ensino.

Ressaltamos, nesse ínterim, que a Universidade de Pernambuco esteve presente nos últimos anos no cerne das discussões que resultaram, de forma pioneira, na materialização da política nacional de extensão, com a participação de seus educadores na equipe gestora do FORPROEX, assim como nos eventos promovidos pelo Fórum, em níveis estadual e nacional.

Respeitando os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantidos no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, na concepção de currículo estabelecido na LDB e no cumprimento da meta 23 do PNE 2001/2010, materializou-se na Universidade, em 2017, como produto resultante desse movimento que envolveu o FORPROEX, os órgãos colegiados da Universidade (NDE, colegiados de cursos e órgãos gestores), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Pernambuco aprovou a Resolução CEPE nº 068/2017, que regulamentou a Política de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco. Nesse sentido a Resolução reconhecia as modalidades de atividades extensionistas (Programas e Projetos).

A partir dos caminhos percorridos para constituição da extensão, no âmbito da Universidade de Pernambuco, foram estabelecidos apenas dois formatos de extensão a serem contabilizadas no currículo:

Ação Curricular de Extensão (ACE), como um conjunto de atividades planejadas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os estudantes são protagonistas na organização, execução e avaliação da ação.

Componente Curricular Misto, aquele que inclui, além das atividades teóricas e/ou teórica e prática, já previstas, também atividades teóricas e/ou práticas de extensão (UPE, 2017).

Enquanto a ACE mantém o formato tradicional da extensão universitária, com projetos interdisciplinares, envolvendo estudantes de diversos cursos e turmas, o Componente Curricular Misto se configurou como uma disciplina de ensino, que determinava um percentual mínimo de 15h (1 crédito) para exercício da extensão universitária. De modo que todas as atividades deveriam ser registradas no histórico escolar do estudante, indicando a carga horária vivenciada na ACE, ou, a carga horária do componente curricular misto destinada à extensão.

Em nível de exemplo, um Componente Curricular Misto com 90h, poderia se constituir a partir 75h de ensino, acrescidas de 15h destinadas às atividades de extensão.

Observou-se que, em função desta resolução, cerca de 10 cursos inseriram a extensão no currículo, sendo quatro dos quais utilizaram o formato das ACEs e Disciplina mista, e os demais apenas mencionaram no PPC o compromisso em atender a resolução. Observou a partir de então duas problemáticas:

- 1) efetivamente apenas os cursos que inseriram componentes curriculares de extensão no formato de ACEs e Componente Curricular Misto, vivenciaram atividades extensionistas. Os demais, que apenas afirmaram o compromisso de desenvolver a extensão no currículo, não o fizeram;
- 2) uma baixa compreensão, no âmbito conceitual, por parte dos pares, do que vem a ser uma atividade extensionista.

As problemáticas destacadas reforçam um fenômeno que naquele momento era vivenciado não só a nível local, mas em âmbito nacional, conforme identifica PAIVA (2018)

[...] o tripé ensino-pesquisa-extensão é desequilibrado em várias universidades brasileiras, especialmente em relação ao eixo extensão, em decorrência de pelo menos dois aspectos: a) reduzido reconhecimento de mérito às atividades extensionistas, que, em geral, são vistas institucionalmente como atividades menores “nobres” da tríade; b) desconhecimento do que é extensão universitária pelos próprios extensionistas, já que muitos dos programas, projetos e ações são voltados prioritariamente para o público interno, quando o público externo à Universidade deveria, por definição, ser o foco. Outro aspecto decorrente desse desconhecimento é o fato de que muitas ações extensionistas sejam pautadas pela simples transmissão de conhecimento, quando a relação deveria ser dialógica com a comunidade (2018, p. 23).

A partir dessa constituição normativa extensionista, a Universidade de Pernambuco, seguiu como regra a Resolução nº 068/2017, até a publicação da resolução nº7/2018 pelo MEC, provocando a necessidade de novos diálogos que, a partir de sua maturação, gerou a necessidade de mudanças em sua normatização, posteriormente consolidadas na UPE a partir do surgimento da Resolução CEPE nº 049/2021.

A Resolução nº 07/2018 foi considerada novo marco regulatório da extensão universitária, tornando obrigatória a curricularização de no mínimo 10% da extensão universitária no âmbito da estrutura curricular dos cursos de graduação. Essa regulamentação governamental ocorre em linha com o PNE 2014-2024, que previa a curricularização da extensão em suas metas, tendo por objetivo consolidar a extensão, equilibrando o tripé universitário, cuja predominância até então abrangia a pesquisa e o ensino.

Neste sentido, a meta 12.7 do PNE 2014/2024 (2012) apontou o seguinte objetivo:

assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (PNE, 2012).

Inscrita nesse cenário, a resolução do Ministério da Educação surge como resposta a provocação realizada a partir dos debates exercidos no âmbito do FORPROEX e da RENEX, enquanto organizações que reúnem e/ou reúnem os gestores das instituições públicas responsáveis por delinear o conceito de extensão universitária a ser incorporado na legislação. Desse modo, a resolução estabeleceu estruturas regulamentares que obrigaram as instituições de ensino superior a efetivar a curricularização da extensão universitária, institucionalizando-a enquanto política pública para o ensino superior, cujo conceito compreende uma

atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, s/p).

Assumindo, também, por sua vez, que a atividade extensionista está amparada em quatro preceitos basilares:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018, s/p).

Desta maneira, como podemos observar, a resolução serviu como um ponto de partida para balizar os debates nas instituições de ensino superior, cuja autonomia na definição dos seus projetos pedagógicos de curso passou a dialogar com a diretriz estabelecida pelo MEC, criando as condições propícias para as alterações curriculares necessárias à inserção curricular da extensão em seus cursos de graduação.

Desta forma, coube às instituições, reforçando sua autonomia universitária, definir as formas como se desenvolveriam as atividades de extensão no âmbito dos seus currículos. Criando meios para sua consolidação como componente curricular por meio de disciplinas de extensão, ou, por meio de atividades como eventos, projetos, programas, cursos ou oferta de serviços pautadas em uma visão que superasse a perspectiva disciplinar em busca de horizontes mais flexíveis e interdisciplinares que visam uma construção de conhecimento mais rizomática.

Nesta perspectiva, ao avançar nos debates acerca da curricularização da extensão à medida que também caminhava como a elaboração de dispositivos que permitissem computar os créditos das atividades extensionistas — a UPE iniciou uma avaliação institucional para analisar a efetividade das formas de compor extensão delineadas pela Resolução do Conselho Universitário nº 068/2017, compostas basicamente por atividades de extensão (projetos, programas) e os componentes curriculares mistos.

A partir das diretrizes nacionais para extensão universitária, instituídas pelo MEC em 2018, a comunidade acadêmica promoveu uma dinâmica de reflexão coletiva, ocorrida no âmbito dos NDEs, Colegiados de Curso, Fóruns sobre a Creditação e Extensão Universitária juntamente com Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com objetivos de analisar os dois formatos institucionalizados em 2017.

Como resultado dos debates, chegou-se à conclusão pela manutenção da Atividade Curricular de Extensão (ACE), sob regulação e financiamento, quando aplicável, através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/UPE). Desta forma, as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição, integrando estudantes de diferentes turmas e cursos, em ações extensionistas configuradas em formato de programas e projetos, manteve seu formato delineado em 2017.

Por sua vez, os Componentes Curriculares Mistos foram descontinuados, tendo em

vista a dificuldade de substancializar a extensão universitária em um componente curricular com predominância do ensino. Esta problemática foi levantada pelos colegiados dos cursos que implantaram os componentes mistos em suas matrizes, alegando que poucas horas eram dedicadas de fato à atividade de extensão universitária, além de dificultar a ida do estudante ao campo extensionista. Levando em consideração que as disciplinas, enquanto componente curricular, costumam se organizar com horários e turnos específicos, a depender do curso, com forte interdependência entre os horários, dificultando, desta forma, intervenções extensionistas mais complexas.

Em substituição aos Componentes Curriculares Mistos, foi criada a Disciplina Curricular de Extensão (DCExt), cuja composição favorece o exercício de atividades extensionistas em um componente curricular inserido na estrutura curricular dos cursos. Neste sentido, uma DCExt deve ser uma disciplina com carga horária voltada às atividades de extensão, permitindo uma carga horária teórica menor ou igual às atividades práticas. Em outras palavras, a DCExt inverte a lógica de um Componente Curricular Misto, configurando-se a partir de uma predominância da carga horária destinada à extensão universitária.

Neste processo de transição, antes da aprovação da resolução CEPEn^o 68/2021, a UPE materializou um Guia de Creditação de Atividades de Extensão (UPE, 2020) que norteava a construção da práxis extensionista, desenvolvendo meios para organização dos componentes curriculares, ACE e DCExt. Documento esse, que objetiva orientar a reelaboração dos PPCs dos cursos de graduação da instituição, institucionalizando dinâmicas de creditação das atividades no campo teórico e prático. Efetivando, desta forma, o caminho da curricularização à creditação da extensão na UPE.

Em decorrência da política delineada na Resolução CEPE n^o 68/2021 chegou-se ao final de 2021, com 13 cursos (cerca de 22% do total) efetivando a extensão no currículo, em formato de componente curricular no formato de Disciplina Curricular de Extensão (DCExt) ou Atividade Curricular de Extensão (ACE).

Considerações finais

Diante do exposto, buscamos, neste artigo, esquadrihar o caminho percorrido pela Universidade de Pernambuco no tangente à curricularização da extensão universitária, juntamente a materialização de instrumentos para creditação no âmbito dos cursos de graduação, entre 2017 e 2021. Para isso, analisou-se os documentos oficiais da instituição, em diálogo com as diretrizes nacionais.

A experiência da UPE a partir de 2017 demonstrou que alguns passos são fundamentais para a efetivação da inserção da extensão no currículo: a) o planejamento deve ser detalhado no PPC do curso, de modo a comprometer o colegiado a buscar o seu pleno desenvolvimento; b) a interação entre componentes do currículo, docentes e discentes, de modo a reservar o tempo necessário para as atividades. Isso implica considerar não apenas o tempo acadêmico, mas o tempo da comunidade, na qualidade de sujeito efetivo na extensão; c) o financiamento necessário para o êxito das atividades, seja por conta dos deslocamentos, da demanda material, alimentação e outros; d) a construção de relações de cooperação entre a universidade e os entes sociais, sobretudo com instituições de maior proximidade com ações de solidariedade e enfrentamento aos problemas sociais da população.

Ainda, no que se refere à efetivação da práxis extensionista, o contexto da pandemia

trouxe grande desafio ao ensino superior público, reverberando na execução das atividades de extensão universitária. Esse contexto fez emergir uma série de experiências nascidas no cerne do isolamento social, a partir das quais a extensão foi efetivada por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), substancializando-se por meio de atividades remotas. Essas experiências criaram possibilidades para exercício da extensão após a pandemia, reforçando as redes e mídias sociais como possibilidade de realização da extensão, visto que as novas tecnologias são amparadas por interfaces de comunicação dialógica, relacionando-se com os preceitos da extensão universitária.

Para além das experimentações da extensão através das TDIC, as tecnologias ainda permitiram a superação das barreiras geográficas, servindo para integrar dialogicamente diferentes regiões do estado, provocando a interação intercultural entre os sujeitos envolvidos no processo e socializando as diversas unidades, espalhadas pelo estado. Com isso, superou-se um dos maiores gargalos da extensão, no que se refere ao financiamento para cobrir os custos logísticos para ocupação dos espaços onde a extensão é desenvolvida.

Contudo, diante das inovações tecnológicas implementadas, faz-se necessário ressaltar que o processo avaliativo precisou de modificações, visando se adequar às novas perspectivas de acompanhamento e avaliação através das TDIC. O que constituiu um convite à reflexão coletiva, acerca da distância existente entre a extensão remota, híbrida e presencial.

No mais, no que tange aos aspectos relacionados às TDIC, a UPE também refletiu sobre a necessidade de desenvolver um sistema automatizado para gestão das atividades extensionistas, compreendendo desde os processos de submissão, avaliação, certificação, assentamento e financiamento das atividades. Processo que se encontra em construção, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco.

No âmbito das DCExts, surgiu um debate acerca das dinâmicas de avaliação dos planos das atividades de extensão desenvolvidas no contexto de um componente curricular cristalizado na estrutura curricular dos cursos. Desta forma, a UPE caminha no desenvolvimento de protocolos para avaliação e legitimação dos planos de ensino extensionista das disciplinas, reconhecendo a legitimidade da Pró-reitoria de Extensão em validar as atividades, ainda que sejam disciplinas vinculadas ao ensino.

Neste constante ir e vir, marcado pelo profícuo debate coletivo, envolvendo os diversos atores da comunidade acadêmica, os órgãos colegiados e as instâncias de gestão, em um contínuo processo de construção e reconstrução, a política pública de extensão universitária da UPE segue em processo de consolidação, em permanente diálogo com o cenário nacional, através da ABRUEM, FORPROEX e da RENEX.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução LA Reto e A. rev. e ampl. São Paulo: Edições, v. 70, 2011.

BRASIL. Resolução nº 7, 2018. Publicado no DOU em: 19/12/2018, Edição: 243, Seção: 1, Página: 49.

_____. *Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024)*. Brasília, 2014.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco*

abordagens. Penso Editora, 2014.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. Autores Associados, 2005.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

PAIVA. Cláudio Cesar de (org.). Extensão universitária, políticas públicas e desenvolvimento regional [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

UPE. Estatuto da UPE. Recife, 2008. Disponível em: http://www.upe.br/images/industriX/arquivos/institucional/documentos/estatuto_atualizado.pdf . Acesso em 09 abr. 2022.

_____. Resolução CEPE N° 068/2017. Recife, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1aBZMrLnF7BcjHLJMckRfWpOYsB2fhz0e> . Acesso em 10 abr. 2022.

_____. Guia de Creditação das Atividades de Extensão. Recife, 2020. Disponível em: http://www.upe.br/anexos/extensao/documentos/Guia_de_creditacao_da_extensao.pdf . Acesso em 10 abr. 2022.

_____. Resolução CEPE N° 049/2021. Recife, 2021. Disponível em: http://www.upe.br/anexos/extensao/documentos/Resolucao_CEPE_N_049_2021.pdf . Acesso em 10 abr. 2022.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

INSERÇÃO CURRICULAR EM EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES) – MG: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA (2018-2022)

Valéria Daiane Soares Rodrigues (Unimontes)³²

Paulo Eduardo Gomes de Barros (Unimontes)³³

Helena Amália Papa (Unimontes)³⁴

Andréa Helena Puydinger de Fazio (Unimontes)³⁵

Valéria de Souza Campagnac (Unimontes)³⁶

Jussara Maria de Carvalho Guimarães (Unimontes)³⁷

Introdução

A extensão universitária configura-se com uma possibilidade determinante na formação de estudantes e professores envolvidos nas atividades relacionadas à promoção de projetos, programas, cursos, eventos e prestação de serviços, oportunizando, em consequência, que o conhecimento produzido na Universidade seja revertido em prol da sociedade. Tal relevância proporcionou uma preocupação legal em relação à obrigatoriedade de que a inserção curricular em extensão estivesse prevista no currículo e nos documentos oficiais que norteiam as ações dos diversos cursos de graduação das universidades brasileiras. Nesse sentido, sua obrigatoriedade, está prevista nos seguintes aparatos legais: Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que trata do Plano Nacional de Educação; Resolução nº 7 MEC/CNE/CES de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta a referida lei; e, em nível institucional, a Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, que Estabelece Normas para a Implantação da Creditação Curricular em Extensão - Registro e Inclusão das Atividades de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), nas Modalidades Presencial e a Distância e suas atualizações.

Considerando tal contextualização, esse capítulo tem como objetivo oferecer um panorama de como está o processo de implementação da inserção curricular em extensão no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), considerando, principalmente, a proximidade do tempo previsto para sua implementação. Além de uma consulta atenta aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da instituição foi importante verificar a literatura que versa sobre a temática, a fim de que houvesse subsídios para amparar as discussões, as dúvidas encontradas ao longo do processo de pesquisa e a tomada de decisões sobre resolução para os problemas encontrados.

Estruturalmente, esse texto está organizado em uma descrição da metodologia que orienta

32 Prof^a Ma. do Departamento de Estágios e Práticas Escolares (DEPE), Pró-reitora Adjunta de Extensão. E-mail: daiane.rodrigues@unimontes.br

33 Prof. Me. do Departamento de Educação Física e do Desporto (DEFD), Pró-reitor de Extensão da Unimontes. E-mail: paulo.barros@unimontes.br

34 Prof^a Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Pró-reitora de Ensino (PRE) (2019-2022) da Unimontes. E-mail: helena.papa@unimontes.br

35 Prof^a Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Coordenadora de Graduação/ PRE (2019-2022) da Unimontes. E-mail: andrea.fazio@unimontes.br

36 Pedagoga e servidora técnico-administrativo da Pró-reitora de Extensão – UNIMONTES. valeria.campag@unimontes.br

37 Prof^a Dra. do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais (DMTE) da Unimontes. E-mail: jussara.guimaraes@unimontes.br

o processo de escrita, discussão sobre os avanços da inserção curricular em extensão no âmbito da Unimontes, em diálogo com o referencial teórico subjacente ao tema, seguido de algumas considerações finais.

Metodologia

Este texto foi elaborado, inicialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica que trouxe para discussão aspectos teóricos relacionados à extensão universitária e sua importância para formação dos estudantes. Na continuação, foi feito um levantamento sobre o percurso inicial para implementação da creditação curricular em extensão, no âmbito da Unimontes. Para tanto, foram analisadas as resoluções elaboradas em nível institucional que versam sobre a temática. Por fim, foram analisados e discutidos à luz das teorias e legislações, a inserção curricular da extensão nos PPCs dos seguintes cursos de licenciatura: Geografia, Matemática, Letras Português, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Teatro, Ciências Biológicas e Física (em implementação); e bacharelados: Medicina, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária (estes últimos em processo de implementação).

Extensão Universitária: o que é? Para quem?

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Tal conceito surgiu a partir das discussões empreendidas pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, em 2012. Observa-se, dessa forma, a extensão possibilitando uma concepção de universidade em que o espaço de produção do conhecimento se torna amplo, sem as amarras da sala de aula tida como tradicional, ou seja, o extensionista tem a oportunidade de imersão em um processo de ensino-aprendizagem que lhe permite vivenciar o fluir da universidade em sintonia com o que ocorre no campo social.

Realizando um breve retrospecto, e considerando as ponderações de Moacir Gadotti (2017), é importante sinalizar que a ideia de curricularizar a extensão universitária surgiu, inicialmente, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, o qual já determinava a integralização de 10% da carga horária dos cursos, sob forma de ações extensionistas. Essa obrigatoriedade reaparece no PNE de 2014-2023, trazendo como novidade o que ele conceitua como “uma visão mais popular e emancipatória”, dada a ideia de priorizar a realização de atividades em áreas de relevância social. Gadotti sinaliza ainda, que, somente por volta da década de 1950, a universidade brasileira despertou para um compromisso social, a partir da influência de movimentos sociais, tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), do trabalho de educadores como Paulo Freire, responsável pela criação do Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife – que, com a integração ao sistema federal de ensino em 1965, passou a ser nomeada como Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) –, entre outros movimentos.

Nesse contexto, a extensão começou a ser vista como indissociável do ensino e da pesquisa, fato que passou a ser reafirmado pela reforma universitária de 1968; por movimentos populares e organizações não governamentais surgidas nas décadas de 1970 e 1980; pela criação do Fórum

de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” - o FORPROEX (1978); pela Constituição Federal de 1988; e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 (Lei no 9.394/96).

Sobre o assunto, Gadotti menciona, também, o confronto entre duas vertentes da extensão universitária: “uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista” (GADOTTI, 2017, p. 2). Para o estudioso, a primeira vertente desconsidera a cultura e o saber da comunidade na qual atua fazendo com que o movimento seja unilateral, isto é, o conhecimento vai da universidade em direção à comunidade em uma via de mão única. Já a segunda vertente, mais próxima à concepção freiriana de educação, seria uma via de mão dupla, em que são levadas em consideração todas as possibilidades de imersão cultural, convertendo a produção de conhecimento em troca de saberes.

Nesse processo, todos – estudantes, professores, servidores técnico-administrativos e sociedade – se beneficiam dessa possibilidade de troca de experiências, pois esta relação se dá, de fato, conforme “uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação” (NUNES; SILVA, 2011, p. 120). Esses influxos dizem respeito, principalmente, a um capital cultural que precisa ser discutido nos distintos cursos de formação profissional para que, posteriormente, esses profissionais sejam capazes de contribuir, de fato, para o bem-estar social (BORDIEU, 2007).

Importante sinalizar que os resultados relacionados aos reflexos da extensão universitária na formação profissional precisam ser mensurados a fim de oferecer subsídios para aprimoramento das práticas extensionistas. Nesse contexto, Geraldo Ceni Coelho (2011) discute, a partir do texto O papel pedagógico da extensão universitária, alguns aspectos que merecem ser mencionados, como por exemplo, uma categorização em grupo acerca de algumas capacidades que podem ser adquiridas pelos estudantes a partir da participação em práticas extensionistas. O autor salienta que essa categorização tem caráter arbitrário, mas pode ser útil para avaliação de instrumentos de pesquisa que tenha como intuito mensurar os ganhos relativos à participação em ações extensionistas. Nesse sentido, define quatro possíveis categorias: profissional; afetivo-comportamental; cívica e política; e cognitiva.

No que tange à categoria profissional, os itens de avaliação seriam: “aquisição de conhecimentos que favorecem o desempenho da atividade profissional; desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados à profissão” (COELHO, 2014, p. 19). Quanto à afetivo-comportamental, a avaliação se daria em torno de “autoconfiança; autoestima; capacidade de relacionamento interpessoal; confiança na sua escolha profissional; autorrealização; valorização da formação, participação em eventos e outras atividades acadêmicas de formação” (COELHO, 2014, p. 19). Sobre a categoria cívica e política, poderia ser avaliada a “capacidade de participar e interferir em questões da esfera política e social; compreensão sobre essas esferas; empatia” (COELHO, 2014, p. 19) e, por fim, a categoria cognitiva daria conta dos aspectos: “aprender a aprender; capacidade de expressão escrita; desenvolvimento da memória, capacidade de articular diferentes dimensões de conhecimento” (COELHO, 2014, p. 19). As categorias elencadas são importantes e merecem ser mencionadas na medida em que podem servir de base para as pesquisas relacionadas aos reflexos da extensão universitária na formação dos estudantes das universidades brasileiras.

Inserção curricular da extensão na Unimontes: percurso inicial

Valéria de Souza Campagnac e Jussara Maria Carvalho Guimarães publicaram, em 2018, um artigo intitulado Relato referente ao processo de implantação da creditação curricular em extensão na Universidade Estadual de Montes Claros, por meio do qual disponibilizaram um condensado sobre como se deu o percurso inicial para implementação da creditação curricular em extensão, no âmbito da Unimontes. Conforme as autoras, as discussões tiveram início no ano de 2015, a partir da criação da Comissão de Estudos sobre Creditação Curricular em Extensão Universitária, formalizada por meio da Portaria nº 082 – Reitor/2015; responsável por conduzir as discussões junto à comunidade universitária (centros acadêmicos, campi, departamentos e coordenações de cursos).

Entre os anos de 2015 a 2018, os diálogos se intensificaram, a comissão se reuniu com os distintos grupos e tanto a Pró-reitoria de Extensão quanto a Pró-reitoria de ensino trabalharam no sentido de discutir, junto aos distintos cursos, sobre a necessidade de inserir nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPCs a forma como a extensão universitária seria operacionalizada. Como fruto dessas discussões, foi elaborada uma minuta de resolução encaminhada para análise dos membros que compõem o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão - CEPEX, resultando na publicação da Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, que estabeleceu “Normas para a Implantação da Creditação Curricular em Extensão - Registro e Inclusão das Atividades de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), nas Modalidades Presencial e a Distância”, no âmbito da Unimontes.

A resolução supracitada estabeleceu, entre outros aspectos, que ações de extensão seriam denominadas como Atividades Integradas de Extensão – AIEx e que deveriam ser direcionadas conforme orientações das diretrizes pactuadas no FORPROEX: “1. Interação dialógica; 2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 3. Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão; 4. Impacto na formação do estudante; 5. Impacto na transformação social” (Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, Art.3º). Sobre a execução das atividades, estabeleceu que essas poderiam ser realizadas por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços e que deveriam contemplar um mínimo de 10% de carga horária total de cada curso de graduação e/ou pós-graduação.

Considerando as especificidades dos cursos ofertados pela Unimontes, sugeriu que a participação dos estudantes poderia ser efetivada:

- I - Em programas e projetos de extensão, coordenados por docentes ou técnicos administrativos na Unimontes, com participação estudantil voluntária ou bolsista;*
- II - Em cursos de extensão ou não, por meio da organização destes, ministrando oficinas, palestras, entre outras modalidades;*
- III - Em eventos, com apresentações artísticas que contemplem as áreas de artes visuais, música, teatro e dança, e/ou na organização e realização dos mesmos;*
- IV- Em LIGAS Acadêmicas;*
- V- Em Estágios Extracurriculares realizados na área de formação acadêmica ou em áreas afins;*
- VI - Em Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) e/ou programas similares;*
- VII - Em Empresas Juniores;*

Além das possibilidades elencadas acima, a orientação é de que os cursos contemplem, em seus respectivos PPCs, as especificidades dos distintos cursos oferecidos pela Instituição. Importante registrar que as discussões relacionadas à temática continuaram mesmo após publicação da Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, tanto que, em 2021, foi publicada a RESOLUÇÃO CEPEX/UNIMONTES N° 088, de 19 de agosto de 2021, por meio da qual “atualiza, suprime o Inciso II do artigo 4º, o artigo 11 e o artigo 15 e altera o artigo 13 da Resolução nº. 100 - CEPEX/2018”. Entre os aspectos atualizados, convém ressaltar a importância atribuída aos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e Colegiados de Coordenação Didática, que passaram a definir a melhor forma de acompanhamento das AIEs, em seus respectivos cursos.

Necessário ressaltar, também, que a Pró-reitoria de Extensão idealizou e está trabalhando na elaboração de um sistema específico que terá como finalidade registrar e acompanhar as ações de extensão realizadas pelos acadêmicos da Unimontes. Tal sistema já está fase final de estruturação e a expectativa é de que seja integrado diretamente ao sistema da secretaria geral, para efetivo registro no histórico acadêmico.

Inserção curricular da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da Unimontes

Com a publicação das normatizações internas da Unimontes relativas à inserção da extensão universitária nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da instituição, o que ocorreu a partir da já citada Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, as instâncias responsáveis, na organização administrativa institucional deram continuidade ao trabalho de acompanhamento, monitoramento e assessoria junto aos colegiados didáticos dos cursos de graduação presencial. Essas instâncias colegiadas passaram, então, a analisar as suas especificidades, visando aplicabilidade e implementação da extensão universitária em seus respectivos currículos, uma vez que a normativa institucional já estava estabelecida, conforme percurso abordado no item anterior, *Inserção curricular da extensão na Unimontes: percurso inicial*³⁸.

Durante o 3º Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Graduação da Unimontes, ocorrido em julho de 2020, organizado pela Pró-reitoria de Ensino, foi discutido com os coordenadores didáticos dos cursos o andamento da inserção da extensão nos PPCs, visando pactuar um cronograma para tramitação interna junto às instâncias hierárquicas deliberativas competentes. A metodologia de trabalho no Fórum na instituição prioriza reunir os coordenadores das diversas áreas do conhecimento a fim de compartilharem experiências e propostas. A mesma lógica se estabelece no caso das trocas realizadas entre os cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogos.

Importante ressaltar que, após a normatização institucional, todos os PPCs que tramitaram no Conselho Superior da Unimontes, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, seja com o propósito de adequar as diretrizes de cursos já ofertados ou de ofertar cursos novos, inseriram a extensão universitária como componente curricular conforme a legislação vigente. Dessa forma, ao mesmo tempo que os colegiados acompanham as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas

38 Para maior aprofundamento no assunto, vide: CAMPAGNAC, Valéria de Souza; GUIMARÃES, Jussara Maria de Carvalho. Relato referente ao processo de implantação da creditação curricular em extensão na Universidade Estadual de Montes Claros. Intercâmbio, Unimontes, vol.13, p.166-174, 2018.

de cada curso, devem fazer o mesmo com a extensão, ou seja, inserir as ações extensionistas como parte da estrutura curricular.

Nesse processo de tramitação interna, visando a aprovação dos PPCs, a Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Extensão estão em articulação constante, uma vez que, para resguardar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, faz-se necessário, igualmente, que essas esferas congreguem em variados processos de planejamento das estruturas curriculares, almejando um maior imbricamento na relação de ensino-aprendizagem. Conseqüentemente, a inserção da extensão nos cursos passa a ser compreendida por todos os membros da comunidade, inclusive a acadêmica, com maior envolvimento dos docentes no debate, e não somente daqueles que ocupam os cargos de gestão, alcançando um maior espaço qualitativo e quantitativo nos processos de ensino-aprendizagem. Sobre o assunto, Bernadete Maria Damolin et al. apresenta que:

O ensino, na perspectiva que se está tratando e por seus atributos, se capilariza como ação programática da docência, pela extensão e pela pesquisa. [...] Decorre daí que extensão é muito mais amplo que ações transmitivas de dados ou informações. Trata-se de diálogo no qual os saberes são partilhados num movimento pedagógico marcado pela reciprocidade (DALMOLIN et al, 2017, p. 24).

No que diz respeito a inserção da extensão Universitária nos PPCs da Unimontes, temática deste capítulo, apresenta-se abaixo a Tabela 1, contendo quantitativo total de PPCs da Unimontes, considerando 1 (um) PPC para as diferentes ofertas de um mesmo curso, no caso de cursos ofertados em mais de 1 (um) Campus; PPCs já aprovados nas instâncias regimentais, considerando cursos em andamento e cursos em processo de implementação; e PPCs em processo de aprovação em diferentes instâncias da universidade. É importante enfatizar que, para além dos cursos mencionados, cujos Projetos Pedagógicos já foram aprovados, ou em vias de aprovação nas instâncias regimentais, os NDEs e Colegiados Didáticos de todos os cursos encontram-se em estudos internos, tendo sido realizadas diversas reuniões junto à Pró-reitoria de Ensino e de Extensão.

Tabela 1

QUANTITATIVO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS PRESENCIAIS (PPCs) DA UNIMONTES COM A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO								
NÚMEROS TOTAIS (contabilizou-se um PPC para as diferentes ofertas de um mesmo curso)			PPCs APROVADOS COM INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (cursos em andamento e em processo de implementação)			PPCs EM TRAMITAÇÃO PARA APROVAÇÃO NAS INSTÂNCIAS (conforme acompanhamento da PRE, estão em fase adiantada de tramitação)		
Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
15	19	2	9	5	0	4	5	1

Fonte: Dados consolidados da Pró-Reitoria de Ensino/Unimontes

Os cursos de Licenciatura, cujos Projetos Pedagógicos contemplam a inserção da extensão são: Geografia, Matemática, Letras Português, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Teatro, Ciências Biológicas e Física (em implementação).

De forma geral, os cursos de licenciatura estão inserindo a extensão em seus Projetos Pedagógicos pontuando atividades e ações, protagonizadas pelos estudantes, as quais encontram-

se em diálogo direto com as disciplinas e atividades diversas previstas no curso, preocupadas com a área de atuação do profissional, sem necessariamente compor a carga horária, ou parte, destas disciplinas. De forma inovadora para os cursos de Licenciatura na instituição, o Projeto Pedagógico do Curso de Artes Visuais prevê, em sua estrutura curricular, 4 (quatro) disciplinas com carga horária de 18h/a cada destinadas para ações extensionistas. As disciplinas foram nomeadas como Laboratório Curatorial: Criação/Pesquisa/Arte (1 a 4), cuja proposta é abordar, na prática, a produção e curadoria de eventos, organização de espaços de exposição, preparação de catálogos, dentre outras ações.

O processo de reformulação dos PPCs de Licenciatura ocorreu concomitantemente às adequações necessárias para contemplar as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores vigentes, a saber: a Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, a qual foi revogada pela Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

É importante destacar que, quando os Projetos Pedagógicos começaram a ser implementados com a inserção da extensão Universitária, no âmbito da Unimontes, as Diretrizes Curriculares vigentes eram as estabelecidas na Resolução N° 2/2015, a qual contemplava de forma ampla e destacada a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, abordando esta como princípio pedagógico para os processos formativos, oferta de ensino de qualidade, exercício e aprimoramento profissional. Na referida Resolução, a qual foi a base para a organização dos Projetos Pedagógicos na Unimontes ao longo do ano de 2019, a extensão compunha, de forma clara, os conteúdos previstos no núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais e no núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular. Ademais, a carga horária correspondente ao núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional estariam diretamente em consonância com a ação extensionista nos cursos, visto que este núcleo contempla o aprofundamento e a aplicação do conhecimento, tanto na atuação acadêmica quanto profissional de forma mais ampla.

Uma vez publicada a Resolução CNE/CP N° 2/2019, foram desenvolvidos novos estudos sobre as normativas, possibilitando a continuidade da reformulação dos PPCs, ainda à luz da inserção da extensão. Neste momento, notamos uma redução significativa do espaço destinado à extensão na referida resolução, passando de 12 menções nas normativas de 2015 para apenas 2 menções na nova Resolução. Apesar desta redução, as discussões sobre a inserção da extensão nos PPCs da Unimontes seguiam se ampliando e aprimorando, bem como o acompanhamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Colegiados Didáticos por parte das Pró-Reitorias de Ensino e Extensão. Ademais, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seguia compondo as normativas, o que possibilitou a continuidade dos encaminhamentos que já estavam em curso.

No caso dos cursos de Bacharelado, os Projetos Pedagógicos aprovados entre 2019 e 2022 foram: Medicina, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária (estes últimos em processo de implementação). Foi perceptível que os cursos de Bacharelado apresentaram mais facilidade para adequar os Projetos, tanto devido à maior flexibilidade que as Diretrizes de cada curso apresentam quanto à contabilização da carga horária de composição curricular, quanto por, em grande medida, já desenvolverem atividades extensionistas ligadas à

estrutura curricular, tanto nas disciplinas, quanto por meio de projetos, programas, empresas júnior e prestação de serviços à comunidade. O Projeto Pedagógico do curso de Medicina, por exemplo, contempla uma prática extensionista de forma distribuída por toda a estrutura curricular e presente na carga horária dos módulos. Enquanto o Projeto do curso de Engenharia Florestal propõe a extensão universitária por meio da carga horária da disciplina “Extensão e Comunicação Rural” e ações protagonizadas pelos estudantes do curso, os Projetos dos cursos de Ciências Contábeis, Ciências Sociais e Medicina Veterinária direcionam suas ações para projetos e programas desenvolvidos pelos professores do curso, nos quais os estudantes podem protagonizar atividades voltadas, também, à associação teoria e prática compatíveis com o mercado de trabalho.

De forma geral, em todos os cursos da Unimontes, as atividades de natureza extensionista previstas nas estruturas curriculares, ou mesmo aqueles em processo de discussão para sua inserção, compondo ou não a carga horária das disciplinas, tem como prerrogativa a participação ativa e protagonismo dos estudantes, conforme sempre enfatizado pela Pró-Reitoria de Extensão em todos os diálogos relativos ao tema com a comunidade acadêmica, almejando o processo emancipatório, formador da cidadania e da ética do discente, levando em consideração sua vivência e compreensão da sua realidade social. Por fim, ressaltamos que, durante todo o processo aqui exposto, a Unimontes sempre prezou pela autonomia dos colegiados de base e as especificidades dos cursos.

Considerações finais

Buscamos, conforme mencionado na introdução deste texto, oferecer um panorama do processo de implementação da inserção curricular em extensão, no âmbito da Unimontes. Para embasar as discussões, lançamos mão da contribuição de teóricos que abordam aspectos relacionados ao conceito de extensão universitária e outros aspectos que lhe são inerentes. Nesse contexto, torna-se importante destacar a atuação do FORPROEX, responsável por iniciar e conduzir importantes discussões relacionadas à temática, além da contribuição de teóricos como Gadotti (2017) que discute a perspectiva de uma extensão que supere o puro assistencialismo.

No tópico Inserção Curricular da Extensão na Unimontes: percurso inicial, apresentamos e discutimos alguns aspectos das resoluções oficiais - Resolução nº. 100 – CEPEX/2018 e RESOLUÇÃO CEPEX/UNIMONTES Nº 088/2021 -, fruto das discussões promovidas junto à comunidade universitária, que buscam oferecer subsídios para que os cursos consigam incluir em seus PPCs as orientações relacionadas ao cumprimento das AIEs, conforme determina a legislação vigente.

O último tópico Inserção Curricular da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da Unimontes, apresenta uma análise relacionada a inserção curricular em extensão, conforme disposto nos PPCs dos cursos de graduação. Desse tópico, alguns aspectos merecem ser ressaltados. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que todos os PPCs tramitados no CEPEX, após as normatizações, incluíram as AIEs, o que consideramos um ponto positivo. Merece ser mencionado, também, a inserção curricular em formato de disciplina (Licenciatura em Artes Visuais) e com carga horária distribuída ao de toda a estrutura curricular (Medicina).

Por fim, entendemos que a Unimontes conseguiu, ao longo desses anos (2018 a 2022), avanços significativos em relação à inserção curricular como atividades que integram o processo formativo de nossos estudantes. Sinalizamos, contudo, que não se trata de um processo acabado, mas em constante transformação e/ou aprimoramento, contribuindo, dessa forma, para efetivação da lei e, conseqüentemente, oportunizando aos nossos estudantes uma formação significativa e

condizente com sua realidade social.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília: MEC, 2018.

CAMPAGNAC, Valéria de Souza; GUIMARÃES, Jussara Maria de Carvalho. Relato referente ao processo de implantação da creditação curricular em extensão na Universidade Estadual de Montes Claros. Intercâmbio, Unimontes, vol 13 n. x, p.166-174, 2018.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. Revista Em Extensão, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 11-24, 2015. DOI: 10.14393/REE-v13n22014_art01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DALMOLIN, Bernadete Maria et al. Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. In: SANTOS, Pedro Floriano; RIFFEL, Cristiane Maria. Extensão universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na Educação Superior. Itajaí: Univali, 2017.

FORPROEX - Política Nacional de Extensão Universitária. Versão publicada em julho/2012.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 12 de abril de 2022.

NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade, Ano IV, n. 7, Barbacena, julho/dezembro 2011.

UNIMONTES. Resolução nº. 100 – CEPEX/2018, que Estabelece Normas para a Implantação da Creditação Curricular em Extensão - Registro e Inclusão das Atividades de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), nas Modalidades Presencial e a Distância.

UNIMONTES. Resolução nº. 088 – CEPEX/2021, que atualiza, suprime o Inciso II do artigo 4º, o artigo 11 e o artigo 15 e altera o artigo 13 da Resolução nº. 100 - CEPEX/2018 que estabelece

Normas para a Implantação da Creditação Curricular em Extensão - Registro e Inclusão das Atividades de Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação e PósGraduação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), nas Modalidades Presencial e a Distância

A INSERÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - ONDE ESTAMOS?

Maria Anezilany Gomes do Nascimento (UECE)³⁹

Introdução

Pretende-se, por meio deste texto, apresentar o processo, os desafios e o status da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Consideram-se, na reflexão proposta, as diretrizes nacionais para esta inserção, e, de modo mais abrangente, a Política Nacional da Extensão, assentada no papel que desempenha a Universidade em um projeto de país, de Estado e de sociedade, e na força da Educação Superior para o enfrentamento das questões sociais, em suas diversas escalas, e para a intervenção dialogada com as demandas da comunidade.

O texto se divide em quatro partes: a Introdução, situando a extensão da Uece no contexto da política nacional de Extensão e das diretrizes para esta política; O fortalecimento de uma política de extensão na Uece: conquistas e desafios, aludindo à base extensionista em que se constrói a inserção curricular da extensão; a curricularização da extensão na Uece: histórico e metodologia do processo, com foco na organização metodológica, normativa e nas agendas de reflexão, (re) formulação curricular e implantação, assim como no lugar da extensão na construção do Projeto Pedagógico Institucional e Considerações Finais: os desafios do processo.

Ao longo dos 47 anos de existência, a Uece tem se firmado como uma universidade multicampi, integrando unidades em Fortaleza e no interior do Ceará, situadas nomeadamente em 08 municípios e 10 campi (como se pode ver nas figuras 1 e 2 a seguir), nos quais se estabelecem 74 cursos de graduação, 46 cursos de pós-graduação stricto sensu e 138 laboratórios.

Figura 1



Fonte: Uece em números, 2019

Figura 2



Fonte: Uece em números, 2019

Importa dizer que esta Universidade vivencia um histórico momento de expansão acadêmica, com a criação de mais duas faculdades, a Faculdade de Ciências da Saúde do Sertão Central (Facisc),

³⁹ Phd em Ensino de Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - IGOT/Ulissboa/CNPQ-GDE Exterior. Pró-Reitora de Extensão da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: lana.nascimento@uece.br

no município de Quixeramobim, que ofertará o curso de Bacharelado em Medicina, e a Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé (Fecisc), que disponibilizará os cursos de Bacharelado em Administração e de Licenciatura em Pedagogia. Trata-se de uma universidade essencialmente marcada pela interiorização da educação superior, com estrutura multicampi focalizada no semiárido cearense, buscando ampliar e democratizar o acesso das populações do interior ao conhecimento, à cultura e às oportunidades de preparação e qualificação para o mundo do trabalho, sem perder de vista, nesse processo formativo, o compromisso social inerente a essa formação.

Neste contexto, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex), alinhada à Política Nacional de Extensão e às diretrizes defendidas pelo ForProex, assume que planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de Extensão, somente se faz possível quando esses processos estão alicerçadas nas demandas da realidade, na formação dos(as) graduandos(as), tendo o protagonismo estudantil como referência das ações extensionistas, na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa e na perspectiva transversal, interdisciplinar e interprofissional que atravessa essa interação dialógica com a sociedade.

O fortalecimento da política de extensão na UECE: conquistas e desafios

Considerando, portanto, os pressupostos indispensáveis da Política de Extensão, a Uece, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e de sua comunidade extensionista, vem buscando fortalecer suas ações:

- na contribuição da Extensão Universitária para intervir nas questões socioambientais, artístico-culturais e político-econômicas, envolvendo territórios e regiões diversas do estado do Ceará;
- na criação de condições para a participação da Universidade na elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas do estado;
- no ensejo a novos meios e processos de produção, inovação e difusão de conhecimentos, em caráter relacional, multi e interdisciplinar/interprofissional, o que pressupõe o envolvimento de diversos setores da Universidade e da sociedade, de modo que as práticas extensionistas incorporem as grandes áreas da extensão;
- na luta pelo reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão cada vez mais imprescindível da atuação acadêmica e do intrínseco projeto político-institucional, sobretudo quando agora compõe a centralidade do currículo;
- no desenvolvimento de ações com foco na sustentabilidade desse desenvolvimento, especialmente no âmbito da implantação da agenda 2030 e nos ODS como norteadores da atividade extensionista;
- na valorização das redes, parcerias e formas de cooperação para o fortalecimento dos projetos e programas de extensão interinstitucionais, visando ao intercâmbio e à solidariedade;
- na consolidação do movimento de interiorização e internacionalização da Uece, especialmente por meio da atuação da extensão, de forma solidária, para a cooperação internacional e territorial local.

Tendo como filosofia de atuação o diálogo e canalização de demandas sociais, a Uece tem se consolidado ao longo de sua história, fortemente por meio da extensão, no reconhecimento

de saberes sociais e culturais produzidos, na multiplicidade de ideias e na dialogicidade inerente aos processos formativos e interventivos. Isso pode ser percebido pela existência e crescimento de programas e projetos, cursos e eventos, de ações desenvolvidas em comunidades diversas, em parceria com escolas, instituições e movimentos sociais e populares.

A necessidade de institucionalizar os programas e projetos de extensão fez com que em 2018 se aprovasse a Resolução no 4228/2018/Cepe, que estabelece os procedimentos estabelecidos para essa institucionalização. Nela, designa-se o programa de extensão, que consiste o conjunto articulado de projetos e outras ações de Extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. Designa-se também o projeto de extensão, que por sua vez, constitui uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, conforme preconizam as diretrizes nacionais de Extensão.

A Resolução nº 4228/2018/Cepe foi fundamental para que se estabelecessem nesta Universidade algumas premissas essenciais para a organização, o fluxo, a vigência e o fortalecimento dos programas e projetos de extensão. Esta Resolução tem orientado os trabalhos da Extensão em aspectos importantes, como:

- a formalização e a existência dessas atividades extensionistas realizadas na UECE junto à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, à Coordenação de Curso de Graduação e ao Centro ou Faculdade onde o(a) docente(a) coordenador(a) dessas ações está, respectivamente, vinculado(a) e lotado(a);
- a inclusão da carga horária prevista para o desenvolvimento do programa ou projeto no Plano de Atividade Docente (PAD), conforme resolução vigente;
- a organização, o fomento e a divulgação das atividades extensionistas da UECE na comunidade acadêmica, científica e na comunidade externa;
- a consolidação da articulação da Universidade com a comunidade.

Uma importante conquista no impulsionamento dos programas e projetos de extensão desta Universidade tem sido a realização contínua de chamadas de bolsas publicadas ao final de cada ano. São elas:

- *Chamada Pública do Programa de Bolsas de Extensão Universitária*, que destina bolsas de extensão, como auxílio financeiro, ao(à) estudante de graduação vinculado(a) a um Projeto e/ ou Programa de Extensão. Esse Programa visa apoiar o desenvolvimento de ações de Extensão, com vistas à formação cidadã e à transformação social; viabilizar a participação de discentes no processo de interação entre a universidade e outros setores da sociedade através de atividades extensionistas que contribuam para a sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania; promover a interação transformadora entre a UECE e os demais setores da sociedade; fomentar o interesse em Extensão Universitária, assim como contribuir para a formação e a qualificação de cidadãos(ãs) socialmente comprometidos(as) e fortalecer projetos e/ou programas que tratem da inclusão das pessoas com deficiência e/ou abordem a acessibilidade, tendo em vista a destinação de cotas específicas para esta demanda na referida Chamada. Na última chamada pública (64/2021), além das diretrizes pactuadas na Política Nacional de Extensão, mencionadas no início deste texto (interdisciplinaridade; indissociabilidade com o ensino e a pesquisa; impacto na formação do(a) estudante; interação

dialógica e impacto e transformação social), orientou-se que as propostas dialogassem com um ou mais objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, proposta pela ONU.

Consideramos fundamental esse reconhecimento dos projetos e programas extensionistas que se desenvolvem na Uece articulados aos ODS, tendo em vista nossa missão de produzir e disseminar conhecimento e formar profissionais com foco não apenas na produção, difusão e transposição de fronteiras para o conhecimento, mas também na busca por um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, na redução das desigualdades e na preocupação com a pauta socioambiental.

Neste sentido, a adesão da Uece à Rede ODS Brasil, em agosto de 2021, bem como ao Programa Carbono Zero, em dezembro de 2021, são iniciativas que fortalecem nossas ações extensionistas, integradas ao ensino e à investigação e na interface com a comunidade externa, para uma democratização e implementação da Agenda 2030.

A articulação entre esses projetos e programas e a adesão às redes parceiras, instituições e iniciativas de apoio à implementação da Agenda 2030 são ações que permitem ao mesmo tempo reconhecer as metas globais e os desafios das realidades territoriais locais. Esta é uma importante pauta para referenciar nossas políticas e para (re) orientar nossa forma de ser, de produzir, de consumir.

- *Chamada Pública do Programa de Iniciação Artística da Uece*, visando institucionalizar as atividades artísticas na UECE por meio da Extensão, bem como gerar conhecimentos artísticos, por meio da produção artística e de pesquisa básica e divulgar a pesquisa em arte na comunidade acadêmica, científica e cultural da UECE e fora dela.
- *Chamadas públicas dos Programas de Bolsas da Banda Sinfônica da UECE e da Orquestra Sinfônica da Uece*, os quais destinam bolsas, como auxílio financeiro, a estudantes de cursos de graduação da UECE ou a membros da comunidade externa à UECE, com os objetivos de: gerar conhecimentos musicais por meio da produção artística e de pesquisa básica, aplicada à extensão; divulgar a pesquisa em arte e a atividade artística na comunidade acadêmica, científica e cultural da UECE e fora dela; estimular a vocação artística incentivando talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de extensão; introduzir o conhecimento científico e a pesquisa em arte no desempenho de atividades sócio artísticas e grupos de performance; qualificar graduandos(as) na área artístico-musical, articulando-os(as) às comunidades envolvidas nos projetos de extensão; estimular pesquisadores(as) envolvidos(as) com a comunidade a engajarem estudantes de graduação, otimizando a capacidade de orientação artística na UECE.
- Em 2021, além dos quatro editais supramencionados, que já são realizados anualmente, conseguimos efetivar uma *Chamada Pública para o Coral da Uece*, o qual tem por objetivo geral oferecer aos(as) estudantes do Curso de Música da UECE um projeto de iniciação artística com caráter de Extensão que promova a integração desses alunos(as) com a comunidade universitária e externa à ela, por meio de um grupo coral sinfônico de referência artística. A capacitação de coralistas com técnica vocal e conhecimento musical adequados à interpretação de repertório diversos; o enriquecimento de experiências pessoais e afetivas, por meio da promoção do canto coletivo e o desenvolvimento atividades de canto que favoreçam as relações interpessoais e a consciência coletiva dos valores humanos significativos e do respeito ao outro estão entre os propósitos desse Projeto. O desafio é que nos próximos anos a Proex consiga manter a realização da Chamada Pública do Coral, constituindo-se assim, 5 chamadas específicas, permanentes e

contínuas voltadas à extensão e à iniciação artística nesta Universidade.

Uma importante conquista desse início de 2022 foi a ampliação de bolsas para a Extensão, pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), do Governo do Estado. Essa ampliação fortalece nossos programas e projetos, consolida o protagonismo estudantil na intervenção extensionista ucecana e também robustece nosso diálogo com as demandas sociais.

A curricularização da extensão na UECE: histórico e metodologia do processo

A inserção curricular da extensão é considerada por nós elemento central da Política de Extensão porque consiste, essencialmente, em uma conquista histórica engendrada pelo movimento universitário, e resulta na instituição de um paradigma progressista e libertário de currículo, de ensino e de produção de saber, no qual as questões, inquietações, os conteúdos, as metodologias e as abordagens emergem também do seio da sociedade e não apenas dos muros da universidade. Quando a extensão universitária está na centralidade do currículo, por meio de componentes curriculares, equilibrando-se ao ensino e à pesquisa, ela reconhece um projeto de desenvolvimento profissional com base na formação cidadã e na função social do saber, e isso constitui inegavelmente um novo paradigma para a educação superior brasileira.

A Universidade Estadual do Ceará, atenta a estes dispositivos, realizou nos últimos quatro anos reuniões setoriais, seminários e consultas à comunidade em diversos campi, com o objetivo de construir caminhos para a materialização das ações previstas na reformulação curricular, envolvendo a inserção da extensão, em conformidade com a Resolução no 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

Inclui-se neste histórico o Colóquio de socialização de programas e projetos de extensão, bem como das experiências de curricularização, realizado no campus Itaperi, pelas Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação, em 2019.

Neste mesmo ano, em novembro, a Uece elaborou um marco normativo fundamental: a Resolução nº 4476, aprovada pelo órgão colegiado superior de ensino, pesquisa e extensão, o CEPE.

A Resolução nº 4476/2019/CEPE estabelece os procedimentos pedagógicos e administrativos para a inserção curricular da extensão na UECE, fundamentada na Resolução 07 (CNE/CES). Parte, assim, de 5 princípios fundamentais, que estão na base da Política de Extensão:

- a indissociabilidade (ensino-pesquisa-extensão);
- a interação dialógica universidade - sociedade;
- a formação integral do(a) estudante;
- a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade no desenvolvimento das ações de extensão;
- o Compromisso social, considerando as grandes áreas da extensão (educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça e trabalho).

Sabemos que o processo de curricularização da extensão constitui um desafio à comunidade acadêmica nacional e demanda o envolvimento conjunto e dialogado de toda a universidade. São diversas as questões e preocupações advindas principalmente das coordenações de cursos de graduação, dos Núcleos Docentes Estruturantes, além daqueles(as) que têm maior atuação com a extensão universitária.

São indagações de ordem pedagógica, organizacional, logística, dentre outras. Entendemos

que a normativa que nos disciplina, apesar de orientadora, não elimina as dificuldades na formulação e implantação de uma reforma de significativa dimensão. É neste sentido que a Pró-Reitoria de Extensão tem se colocado à disposição e à mobilização para o diálogo e acompanhamento desse processo, especialmente no momento singular de reformulação e implantação dos currículos à luz dessa reforma.

Encontramo-nos no estágio de reestruturação curricular e atendimento às orientações e implantação dos novos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), incluindo a extensão com os devidos ajustes que serão necessários para a gestão da participação do estudante, incorporando elementos como a carga horária, a ação extensionista, o local, dentre outras informações que serão validadas no histórico escolar.

Alguns cursos estão mais avançados neste processo de reorganização curricular, outros menos. Essa diversidade tem sido um traço do movimento nacional de reformulação nas graduações das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Neste sentido, a Proex/Uece, por meio de sua Coordenadoria de Política de Extensão, tem acompanhado diretamente nos cursos de graduação o processo particular de curricularização da Extensão, à luz da Resolução nº7/2018 (MEC/CNE/CES) e da Resolução nº 4476/2019 (CEPE/UECE).

Com a participação da Presidente Nacional do ForProex, foram realizados em outubro de 2021 e março de 2022 o *I e o II Seminário de Curricularização da Extensão*, objetivando dialogar sobre o status de inserção da Extensão nos currículos dos bacharelados e licenciaturas e socializar experiências sobre a efetivação do percentual mínimo de 10% da carga horária de todos os cursos, à luz das resoluções vigentes. Na segunda edição do Seminário, focalizaram-se as metodologias de inserção curricular pelos cursos dos centros e faculdades; ou seja, as modalidades de inserção aderidas, bem como se discutiram as oportunidades de integralização curricular e os maiores desafios.

O foco desses encontros, para além de metodológico, tem sido reforçar a importância dessa ação não como mera determinação a ser cumprida, mas como um ambiente pra grandes transformações; pra repensarmos concepções curriculares, o papel social da universidade e da conexão desta com a comunidade; pra intervirmos a partir da potência de nossas ações, nossos cursos e saberes no sentido da transformação social, do exercício da cidadania e dos princípios que demarcam nossa política de extensão universitária.

Com base na Resolução nº 4476/2019, a Proex elaborou em 2021 o *Guia de Curricularização da Extensão na Uece*, disponível em: <http://www.uece.br/proex/guia-de-curricularizacao-da-extensao-na-uece/>. O Guia detalha as três vias fundamentais pelas quais a inclusão de ações extensionistas no PPC e no histórico escolar dos(as) estudantes dos cursos de graduação pode ocorrer: as Ações Específicas de Extensão (AEE); a creditação pela inserção de disciplinas ou outros componentes curriculares já existentes e a criação de disciplinas específicas de extensão. Também no guia são abordados quatro aspectos centrais que envolvem a curricularização da extensão:

a) o protagonismo estudantil, preconizado no art. 9 da Res. 4476/2019, ao orientar que a carga horária a ser contabilizada como extensão será aquela em que o estudante possa comprovar sua participação enquanto sujeito ativo da ação extensionista. Aliás, esse aspecto é um consenso construído e assentado na Política Nacional de Extensão Universitária. Ou seja, ainda que seja imprescindível o lugar e o papel do(a) professor(a) na coordenação da(s) atividade(s), os(a) estudantes são os sujeitos protagonistas, promotores, organizadores, ministrantes, e não meros participantes, ouvintes das ações realizadas. É, inclusive, esta característica que distingue a

atuação estudantil nas atividades extensionistas em relação às atividades complementares. Para o cômputo da integralização como atividade extensionista, eles(as) precisam participar do planejamento, organização, execução e avaliação da ação, envolvendo a comunidade;

- b) o envolvimento da comunidade externa: a inserção curricular da extensão não pode se abster do diálogo de saberes, posto que reafirma a superação da hegemonia acadêmica para um movimento horizontal de encontro aos setores, organizações sociais, sujeitos e culturas diversas. Disso resultará a produção científico-acadêmica, articulada às realidades regionais e territoriais, à democratização desse conhecimento e à participação efetiva da comunidade nessa produção. O princípio da interação dialógica, demarcado na Política Nacional de Extensão, assume que os atores sociais diversos participem da ação, “sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária” (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 17);
- c) a creditação única de cada atividade, de modo a evitar duplicidade de integralização, em relação a qualquer outro componente curricular;
- d) o princípio da mobilidade e do intercâmbio estudantil, nomeadamente no artigo 11, no qual se estabelece que atividades de extensão podem ser realizadas em parceria com outras instituições de ensino superior, estimulando a mobilidade de estudantes e docentes, e no artigo 12, que versa sobre aproveitamento da carga horária das ações de extensão comprovadas por outras instituições de ensino superior, no Brasil ou no Exterior.

Também objetivando aprofundar a discussão sobre a relevância da extensão na centralidade do currículo, em abril de 2022, no seio da construção do Projeto Pedagógico Institucional, a Proex realizou o Fórum de Política de Extensão. Para orientar o debate, considerando a densidade temática que envolve essa política, encaminhou-se questões para a comunidade ueceana sobre 6 temas, no sentido de direcionar o diálogo e a recolha de informações:

- o papel da extensão universitária da Uece no desenvolvimento social, cultural e econômico do Ceará;
- O apoio da Uece na vinculação de seus estudantes ao mundo do trabalho e às práticas sociais;
- o protagonismo estudantil na formação acadêmico-científico-cultural e cidadã dos(as) profissionais em formação nesta Universidade;
- o reconhecimento, nas nossas ações extensionistas, dos membros da comunidade externa como sujeitos capazes de colaborar na identificação de problemas, no enfrentamento destes e na proposição de possíveis soluções;
- o incentivo à interdisciplinaridade e à interprofissionalidade na proposição e desenvolvimento de ações extensionistas;
- o papel da extensão da Uece na agenda articulada ao desenvolvimento, numa perspectiva sustentável, do ponto de vista econômico, ambiental, social, político e cultural.

Responderam ao questionário 127 membros da comunidade ueceana, dos quais 90 estudantes, 35 servidores(as) docentes e 2 servidores(as) técnico-administrativos(as). Para a imensa maioria dos(as) respondentes, nomeadamente 82,6%, o apoio ao protagonismo estudantil no desenvolvimento de modalidades extensionistas, conforme preconizam as diretrizes da

Política Nacional de Extensão, constitui ação prioritária para fortalecer a extensão em nossa universidade. Este é um dado que precisa ser observado à luz do que dispõe tanto a Res. 7 do CNE/CES quanto a Res. 4476/2019/CEPE/UECE. É preciso engajamento de toda a comunidade para propiciar esse protagonismo, seja na ampliação de programas e projetos de Extensão, nos quais os(as) estudantes participem como bolsista ou voluntário(a); na oferta de cursos de Extensão, nos quais os(as) discentes participem na condição de organizador(a) e/ou ministrante; na proposição e realização de eventos em que os(as) estudantes atuem na condição de organizadores(as), ministrantes, palestrantes ou facilitadores(as) e em demais ações de extensão, mobilizadas no âmbito de disciplinas ou outros componentes curriculares que prevejam a inserção da extensão, nos quais o(a) estudante comprove sua atuação como protagonista.

Também para uma grande maioria (74%), uma ação fundamental para fortalecer a extensão na Uece é reconhecer, em nossas ações extensionistas, os membros da comunidade externa como sujeitos capazes de colaborar na identificação de problemas, no enfrentamento destes e na proposição de possíveis soluções. Este elemento é crucial para pautar em nossa política de extensão a ampliação dessa democratização do conhecimento, da incorporação, dialogicidade e valorização acadêmica dos saberes diversos. Este exercício nos põe diante de questões fundamentais: nossa atuação como extensionistas tem se dado sempre em interação *com* as comunidades ou *sobre* as comunidades e *para estas*? Quando fazemos extensão, temos reconhecido os membros da comunidade como sujeitos capazes de colaborar na identificação de problemas, no enfrentamento destes e na proposição de possíveis soluções? Como alargar a borda de nossas universidades para privilegiar a entrada de novos conhecimentos? Que iniciativas institucionais e sociais possibilitam valorizar saberes tradicionais no contexto acadêmico, tendo em vista que a diretriz *Interação Dialógica* é elemento central da dimensão ética que envolve a Extensão Universitária?

O incentivo à interdisciplinaridade e à interprofissionalidade na proposição e desenvolvimento de ações extensionistas é considerada uma ação prioritária para 65,3% dos(as) que responderam às questões relativas à extensão. Compreendemos essas duas dimensões como necessidades epistemológicas e premissas da realidade contemporânea, que é extremamente plural, diversa e complexa, dado o conjunto de conteúdos, atores sociais e conexões que atravessam essa realidade. Cada vez mais temos percebido o quanto alcançar as problemáticas que envolvem os territórios e as comunidades nos impele a abordagens e diálogos interdisciplinares e interprofissionais. Tanto a Resolução 4228/2018/ CEPE/UECE, que estabelece nossas diretrizes para a institucionalização de projetos e programas, quanto a Resolução 44476/2019/CEPE/UECE, que nos orienta acerca da inserção curricular da extensão, consideram e possibilitam essa dimensão interdisciplinar e interprofissional na proposição e desenvolvimento das atividades extensionistas.

Considerações finais: os desafios do processo

Dentre os vários desafios postos a esse processo, destacamos três que têm centralizado nossas preocupações na Universidade Estadual do Ceará:

- o primeiro deles é assegurar que esta conquista se efetive em todas as realidades curriculares, tendo em vista inclusive que a extensão precisa compor obrigatoriamente os currículos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, conforme preconizam as resoluções vigentes, e que nos cursos de graduação na modalidade à distância, estas

atividades devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o(a) estudante esteja matriculado(a). Compreende-se como um dos maiores desafios assegurar a participação, o protagonismo e o envolvimento dos(as) estudantes, especialmente no que se refere àqueles(as) com perfil trabalhador e/ou que residem longe dos campi onde estudam.

- a gestão do processo, no que se refere à construção de um sistema fluido, integrado e eficaz na integralização e lançamento desta no histórico escolar. A Universidade ainda não dispõe de sistema integrado que facilite este processo.
- financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas, inclusive para viabilizar o crescimento e a continuidade qualificada dos programas e projetos, que são centrais à curricularização da extensão, dado seu caráter orgânico-institucional, que os permite retroalimentar as diversas vias de inserção curricular entre os componentes existentes no currículo.

Em 2021 a Uece ativou sua Câmara de Extensão, a Camex, uma instância de planejamento, proposição, discussão e avaliação das políticas de Extensão na UECE e que tem na sua composição uma representação multicampi e multissetorial. Dentre os trabalhos importantes da Câmara, têm se destacado a construção e revisão de Resoluções importantes, para alinhar as orientações acerca dos programas, projetos, cursos, eventos e outras ações extensionistas, como as ligas acadêmicas, à efetivação da inserção curricular da extensão. A Camex também terá papel fundamental no acompanhamento e avaliação dessa curricularização, movimento que, como dissemos, precisará se dar de maneira integrada, colegiada e colaborativa em toda a universidade.

O que nos fortalece neste processo é saber que os desafios, especialmente nessa fase inicial de transição curricular, não se sobrepõem à unicidade desse momento histórico, no qual se reconhece, cada vez mais, a necessidade de um projeto de nação e de universidade que: atravesse a retomada de políticas brasileiras progressistas; enfrente qualquer movimento de retomada de sistemas autoritários; combata os retrocessos nas conquistas alcançadas para o bem-estar social e os direitos fundamentais.

Esse momento de centralidade da extensão no currículo é imprescindível para por em pauta as políticas que aproximam a Universidade de outros setores da sociedade, notadamente os setores mais empobrecidos, e que reafirmam nossas instituições como promotoras de ações voltadas, como nos lembram Freire (1992) e Santos (2004), para a coesão social, para o fortalecimento da democracia, para a luta contra a exclusão social e a degradação ambiental e para a defesa da diversidade cultural e da transformação social.

Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIORES BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 11 nov 2021.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

SANTOS, Boaventura S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Resolução no 4476, de 11 de novembro de 2019, que estabelece os procedimentos pedagógicos e administrativos da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/12/RES-4476-CEPE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Resolução no 4228, de 05 de fevereiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a institucionalização de programas e projetos de extensão, disponível em: <http://www.uece.br/wp-content/uploads/2019/04/RES-4228-CEPE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Guia de Curricularização das ações de Extensão dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pró-Reitoria de Extensão, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Chamada Pública 64/2021, Programa de Bolsas de Extensão, exercício 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Chamada Pública 70/2021, Programa de Bolsas para Banda Sinfônica da Uece, exercício 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Chamada Pública 70/2021, Programa de Bolsas para Orquestra Sinfônica da Uece, exercício 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Chamada Pública 72/2021, Programa de Bolsas para Orquestra Sinfônica da Uece, exercício 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Chamada Pública 65/2021, Programa de Bolsas de Iniciação Artística, exercício 2022.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNESP. DIVERSIDADE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Raul Borges Guimarães (UNESP)⁴⁰

Célia Maria Giacheti (UNESP)⁴¹

Antônio César Leal (UNESP)⁴²

Juliana Cortez Barbosa (UNESP)⁴³

Paulo Celso Moura (UNESP)⁴⁴

Maria Odila Hilário Cioffi (UNESP)⁴⁵

Amadeu Moura Bego (UNESP)⁴⁶

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo o relato da experiência de curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e sua integração com as ações culturais.

Criada em 1976, a partir da reunião de institutos isolados de ensino superior que existiam em várias regiões do estado de São Paulo, a UNESP atualmente é formada por 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no interior, uma na capital e uma no litoral paulista. O grande desafio para a Curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação foi a elaboração de uma proposta que considerasse a realidade multicampi e a diversidade de formações históricas dessas unidades acadêmicas da Universidade sem perder a coerência entre as diferentes propostas curriculares.

Não seria aqui pertinente aprofundar o debate a respeito da concepção de currículo. Na medida em que se trata de um termo polissêmico, a abordagem curricular depende do entendimento do papel da Educação na sociedade. No caso específico da proposta elaborada pela UNESP, foram consideradas a definição proposta pela UFRB (2021), a forte articulação entre as Pró-reitorias de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) e de Graduação (PROGRAD) e os amplos debates realizados com a comunidade interna, especialmente em suas instâncias colegiadas, que resultaram na concepção de curricularização da Extensão Universitária expressa no Art. 1º da Resolução Unesp nº 41/2021. Neste capítulo a curricularização é concebida como o “processo de inserção de atividades de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de Graduação, na forma de componente curricular, compreendido como o conjunto de atividades formativas que articulem ensino, pesquisa e extensão, de natureza dialógica, interdisciplinar e interprofissional, que possibilitem a geração e o compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnológicos e a imersão real do graduando na sociedade”.

40 Professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Pró-reitor de Extensão Universitária e Cultura, UNESP, raul.guimaraes@unesp.br

41 Professora Titular do Departamento de Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Pró-reitora de Graduação, UNESP.

42 Professor Assistente-doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, assessor da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, UNESP.

43 Professora Assistente-doutora do Curso de Engenharia Industrial Madeireira do Instituto de Ciência e Engenharia de Itapeva, assessora da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, UNESP.

44 Professor Assistente-doutor do Departamento de Música do Instituto de Artes de São Paulo, assessor da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, UNESP.

45 Professora associada do Departamento de Materiais e Tecnologia da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, assessora da Pró-reitoria de Graduação, UNESP.

46 Professor Assistente-doutor do Departamento de Química Analítica, Físico-química e Inorgânica do Instituto de Química de Araraquara, assessor da Pró-reitoria de Graduação, UNESP.

Dessa maneira, a curricularização não foi compreendida como sinônimo de “creditação” ou “inserção curricular” da extensão. Mas, de maneira mais ampla, curricularizar a extensão significa tornar as ações extensionistas na graduação como parte fundamental e insubstituível dos cursos e da formação dos estudantes universitários.

Em vista do exposto anteriormente e conforme o Plano Nacional de Extensão Universitária - PNExt - 2011-2020 (RENEX, 2012), a UNESP considerou os conhecimentos gerados a partir das reais necessidades da sociedade fazendo mudanças e adaptações ao ensino e à pesquisa para, em conjunto com os outros setores da sociedade, identificar e elaborar soluções para os problemas de grande relevância social. Neste contexto, procurou-se reforçar o papel da Universidade no processo de transformação social em conjunto com outros setores da sociedade, credenciando-se como espaço privilegiado de produção e compartilhamento do conhecimento para superação das desigualdades sociais existentes.

Metodologia

Para o relato da experiência de Curricularização da Extensão universitária nos cursos de graduação, foi tomado como referência as origens históricas da política extensionista e as normas elaboradas pela UNESP, assim como o processo de discussão sobre a Resolução CNE/CES nº 07/2018, que envolveu a Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura, a Pró-reitoria de Graduação, as Unidades Universitárias, com suas Comissões Permanentes de Extensão Universitária e Cultura e as Coordenações de Cursos de Graduação da Universidade.

Origens históricas da extensão universitária na UNESP

A estruturação da Extensão Universitária na UNESP se iniciou em 2000 com a elaboração da Resolução UNESP 102/2000 que estabeleceu seu conceito em conformidade ao definido pelo Fórum Nacional de Pró-reitores. Naquela oportunidade, documentos foram sistematizados com o objetivo de orientar a formulação, operacionalização e acompanhamento das iniciativas de Extensão.

A partir desse marco, inúmeros projetos de Extensão foram iniciados pelos docentes e a Universidade, dentro de suas possibilidades, estabelecendo-se uma política de apoio financeiro aos mesmos, uma vez que, apesar dos esforços, órgãos de fomento voltados exclusivamente para este fim não existiam. Esta ainda é uma das dificuldades a serem enfrentadas no processo de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no país.

Na UNESP, desde 2005 e apesar das dificuldades, estabeleceu-se uma política de Extensão Universitária de apoio aos projetos e aos alunos de graduação, com concessão de bolsas, para desenvolverem com os docentes projetos de Extensão, fazendo com que a universidade tivesse naquela época um marcante trabalho extensionista distribuído por todo o estado de São Paulo.

A partir de 2010, com a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Extensão Universitária passou a contar com recursos garantidos para os programas e projetos e, conseqüentemente, com maior motivação dos docentes para realizarem seus projetos. Esse avanço da Universidade estava em consonância com as diretrizes do PNExt (2011-2020), sendo neste sentido pioneira entre as Universidades Brasileiras. Também a inclusão das atividades de Extensão Universitária para a progressão na carreira docente contribuiu para a valorização desta dimensão acadêmica pela UNESP, configurando-se como mais uma medida de incentivo aos docentes para a execução dessas ações.

Em 2012, ainda na gestão da Profa. Dra. Maria Amélia Máximo de Araújo, a UNESP publicou

o novo Regimento Geral da Extensão Universitária em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária. Durante a gestão da Profa. Dra. Mariângela Fujita (2013-2016), foram estabelecidos projetos estruturantes de grandes temas de relevância social relacionados à gestão dos recursos hídricos, preservação do meio ambiente e segurança alimentar, além da consolidação de um sistema de gestão de dados acerca das ações extensionistas (SISPROEX). E, na gestão da Profa. Dra. Cleópatra da Silva Planeta (2017-2020), foram instituídas, em colaboração com os vice-diretores das diferentes Unidades acadêmicas da UNESP, ações para aprimoramento de critérios rigorosos para avaliação de projetos de extensão, com ênfase no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Igualmente importante foi a institucionalização da política cultural da UNESP no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, que incorporou em sua gestão as ações culturais realizadas na universidade.

Finalmente, a partir da gestão iniciada em 2021, a proposta de curricularização da extensão na graduação da UNESP ganhou corpo com a aprovação da Resolução Unesp nº 41/2021 e definição das Atividades Curriculares de Extensão Universitária (ACEU) como componente curricular e as possibilidades de sua curricularização em diferentes alternativas, com base nas experiências vivenciadas nos cursos de graduação e no perfil dos estudantes a serem formados, conforme a caracterização estabelecida nos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Considerou-se para isso as seguintes modalidades, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 07/2018 e Resolução Unesp nº 41/2021: Programas, Projetos, Cursos e Oficinas, Eventos e Prestação de Serviços (Figura 1).

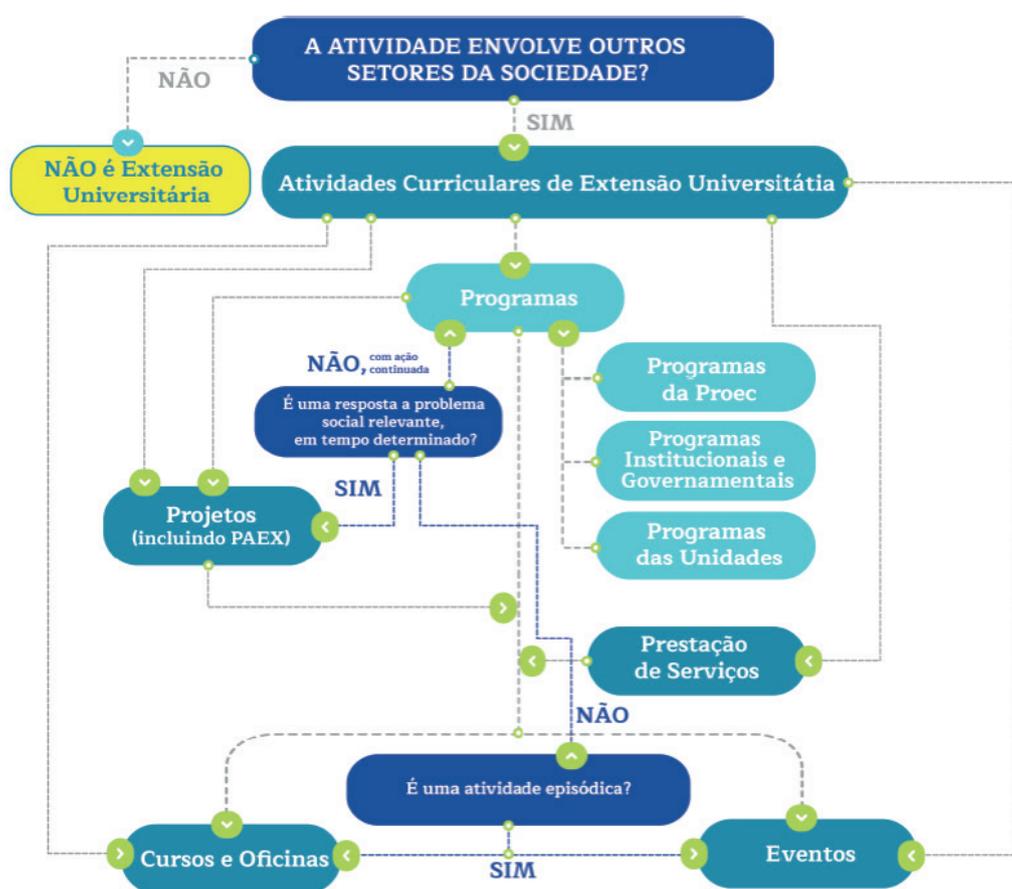


Figura 1 - Atividades curriculares de extensão - árvore de decisão.

Fonte: UNESP – PROEC/PROGRAD. Guia de Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UNESP. São Paulo, outubro de 2021.p. 12

Visando o delineamento das propostas curriculares de cada curso de graduação, com base nas experiências históricas em cada uma destas modalidades, buscou-se fortalecer a interação entre a gestão central e as unidades universitárias; proporcionar a troca de experiências entre elas; incentivar a realização de ações e atividades processuais contínuas e não apenas eventuais e efêmeras; e compartilhar conceitos e diretrizes próprias ao contexto da gestão universitária.

Nesse contexto, a ampliação do escopo de atuação da reitoria reflete outra importante reflexão: a distinção, e simultânea articulação, entre realizações artístico-culturais com consistência extensionista e ação cultural de forma mais ampla.

A importância da institucionalização do campo da cultura na UNESP

A partir das diretrizes extensionistas discutidas e estabelecidas pelo FORPROEX ao longo das últimas décadas, há que se atentar para o fato de que nem toda ação cultural se caracteriza como extensionista – ainda que possa contemplar a interação com grupos externos à universidade.

Com o processo de Curricularização da Extensão Universitária em pleno andamento, e considerando a necessidade dessa interação que promove a inserção dos ambientes universitários no cenário cultural dos municípios, é importante distinguir um campo do outro – e considerar, como já dito, suas possíveis e desejáveis interações que se consubstanciam não em uma zona cinzenta, mas verdadeiramente multicolorida.

Por “Política Cultural”, no bojo de um conceito mais amplo – Políticas Públicas - já se entendeu um “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (TEIXEIRA COELHO, 2004, p. 293). Em momento posterior, não apenas as necessidades, carências e demandas integraram o temário afeito a esse universo; passou-se a contemplar também as potências de ação dos diversos atores envolvidos, que passaram a ser vistos como sujeitos de seu próprio desenvolvimento (TURINO, 2009, p. 63-82). Assim, o documento intitulado “Em direção a uma nova Política Cultural para a Unesp”, de 2017⁴⁷, foi o início dessa nova etapa da vida cultural da universidade.

No que se refere ao escopo da operacionalização do conceito de Ação Cultural (TEIXEIRA COELHO, 2004, p. 32), e de sua implementação no ambiente universitário, duas direções foram seguidas:

- 1) Reconhecimento, apoio e estímulo sistemático a ações culturais no maior número possível de Unidades Universitárias. São lançados anualmente editais que possibilitam a realização de programações culturais nos mais diversos segmentos: produção e difusão artístico-cultural, formação de público, apropriação de modos de produção cultural, letramento e difusão de conteúdos científicos e humanistas; ao mesmo tempo, são realizados encontros anuais (os Encontros de Cultura) para alinhamento e troca de experiências.
- 2) Institucionalização das instâncias e sistema de representação do campo da Cultura junto às estruturas de gestão - locais e central. A Pró-Reitoria de Extensão teve alterada sua atribuição: agora, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Foram instituídos os Comitês Locais de Ação Cultural (os CACs locais), o Comitê Central de Ação Cultural (CAC Central) e o Comitê dos Espaços Museológicos e Centros de Ciência. No colegiado central (Câmara

⁴⁷ Em direção a uma nova Política Cultural para a Unesp. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex-politica-acaocultural>.

Central de Extensão e Cultura) e nos colegiados locais (Comissão Própria de Extensão e Cultura) há representação dos membros dos CACs. O Regimento Geral da Extensão passou a incluir também o campo da Cultura, e terá muito em breve uma nova revisão/atualização.

Assim, nos cursos em que as realizações artístico-culturais são o próprio fundamento das dinâmicas acadêmicas (como nas áreas de Música, Teatro, Artes Visuais, Audiovisual, Design, Literatura) o desafio é tornar consistente sua dimensão extensionista, aproximando seus docentes e estudantes dos demais grupos que compõem a sociedade; proporcionando uma formação acadêmica mais ampla e conectada com as muitas realidades sociais; e contribuindo para que a universidade também se renove nesse processo.

De outra parte cabe à PROEC – junto a todos os cursos da Unesp - contribuir não apenas para ampliar o acesso a bens culturais (incentivo à leitura, oferecimento de programação artístico-cultural) mas também e principalmente oferecer possibilidades de apropriação de modos de representação simbólica. Trata-se de ampliar o acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal por meio de cursos, oficinas, montagens e exposições a partir das quais qualquer pessoa possa exercer em plenitude seu potencial expressivo – cantando, tocando, escrevendo, dançando, fotografando, pintando, filmando etc. Dessa forma, considera-se, aqui, também fundamental o conceito de cidadania cultural, expresso ainda de forma difusa em nossa Constituição: que todos tenham direito não apenas à liberdade de expressão (no artigo 5º), ou de ser reconhecido como autor (no artigo 5º e na Lei do Direito Autoral – Lei 9.610/1998), mas também de exercer os direitos culturais previstos no artigo 215, que traz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Em suma, trata-se de reconhecer o acesso à Cultura, seus bens e suas práticas como parte integrante e indissociável do exercício pleno da Cidadania. Dessa maneira, as ações culturais desenvolvidas nas diferentes unidades acadêmicas da UNESP têm proporcionado o fortalecimento de uma dimensão fundamental da extensão universitária - a dialogicidade, na perspectiva freireana da comunicação entre os sujeitos que se conhecem mediatizados pelo mundo:

O eu antidualógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado num mero “isto”. O eu dialógico, pelo contrário, sabe que exatamente o tu que o constitui. Sabe, também, que, constituído por um tu – um não-eu – esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. (FREIRE, 1983, p. 196)

O respeito às diferenças no processo de Curricularização da Extensão

O sucesso da implementação da Curricularização da Extensão depende da elaboração de uma proposta que possibilite a realização de ações extensionistas de acordo com as demandas regionais, potenciais produtivos, ações culturais e diálogo com a comunidade. É preciso também considerar parcerias com municípios, consórcios municipais, órgãos governamentais, associações etc.

A presença da Unesp em todas as regiões do estado de São Paulo proporciona o contato com diversos problemas sociais que demandam por respostas da universidade. Para isso, foi

estabelecido um intenso processo de discussão sobre a Resolução CNE/CES nº 07/2018, envolvendo a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura, a Pró-Reitoria de Graduação, as Unidades Universitárias, com suas Comissões Permanentes de Extensão Universitária e Cultura, as coordenações de Cursos de Graduação, com apoio da Comissão de Curricularização da Extensão e de equipes técnicas, dentre outros. Como resultado, foi elaborada e, após consultas às Unidades e Cursos, aprovada na Câmara Central de Extensão Universitária e Cultura e na Câmara Central de Graduação, em reunião conjunta, e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a Resolução Unesp nº 41/2021, que dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp.

Para sua aplicação, foram realizados o evento interno de divulgação e esclarecimentos, reuniões com as coordenações de cursos. Elaborou-se ainda um Guia da Curricularização (UNESP-PROEC/PROGRAD, 2021) e um Roteiro de apresentação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) com a Curricularização da Extensão inserida, seguindo um calendário previamente definido. Na sequência, foram organizadas equipes para análises técnicas dos PPPs dos 136 cursos de graduação da Unesp, incluindo um roteiro sobre a aplicação da Resolução Unesp nº 41/2021, para fins de subsidiar a avaliação e a aprovação dos PPPs pelos órgãos colegiados competentes.

Ressalta-se que, de acordo com a Resolução Unesp 41/2021, Artigo 3º §2º, “as Atividades Curriculares de Extensão Universitária devem ter suas propostas e desenvolvimento devidamente registradas, documentadas e certificadas, de acordo com normas vigentes na Unesp, de forma integrada nos sistemas da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (Proec), para que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, a frequência e a avaliação dos estudantes pelo(s) professor(es) responsável(is) e sua respectiva creditação”.

Dessa maneira, espera-se garantir o respeito às diferentes experiências curriculares, com flexibilidade para a combinação das ações extensionistas considerando a competência de cada curso, sem perder a coerência na formação dos estudantes de graduação no conjunto dos cursos oferecidos. Para isso, será necessário estabelecer um rigoroso processo de avaliação das propostas de alteração ou reestruturação curricular, com destaque para as experiências mais valorizadas; assim como a análise das práticas sociais e de valores compartilhados na comunidade e a discussão dos problemas que precisam ser enfrentados e o desenvolvimento de atividades de cooperação com a comunidade.

Outras ações importantes nesse processo, em andamento, de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Unesp são:

- a) o aprimoramento do Sistema de Gestão da PROEC, para agilizar o cadastro, trâmite, avaliação e certificação das ACEU, e sua integração ao Sistema de Gestão da PROGRAD, para fins de creditação das ACEUs no histórico escolar dos alunos;
- b) o aprimoramento do marco legal da extensão universitária da Unesp com a revisão e atualização de portarias e resoluções existentes e sua compatibilização com a Curricularização da Extensão, bem como a aprovação de novas normas, como a portaria de criação de Programas e de Redes Temáticas de Extensão Universitária nas Unidades, com papel relevante a serem exercidos no desenvolvimento de ACEUs;
- c) o planejamento descentralizado e participativo da Extensão Universitária, com a inclusão de programas e ações voltadas à Curricularização da Extensão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a elaboração de Planos Locais de Extensão

Universitária em cada Unidade, com sua integração aos outros níveis de planejamento da Extensão na Universidade; e

- d) a participação de colegiados nas Unidades e centrais na avaliação das ACEUs, para sua creditação aos estudantes.

O fortalecimento das ações extensionistas na formação dos alunos favorece a escolha de um objeto de estudo ou de um problema que exige planejamento para análise, a coleta de informações em grupo, a cooperação e o sentido do trabalho coletivo.

O resultado obtido com este processo é de valorização da diversidade cultural, empatia e atenção aos outros, aptidão para comunicação, cooperação e troca de saberes, favorecendo a compreensão crítica da realidade.

Considerações finais

Para a efetivação das mudanças propostas nos cursos de graduação da UNESP, será preciso aprofundar a compreensão e avaliação das necessidades da comunidade, assim como a análise das diferentes opções para tratar os problemas socialmente referenciados. Será preciso também a realização de ações que sejam pertinentes para resolver tais problemas e, ao mesmo tempo, favorecer a reflexão sobre a experiência de aprendizagem e avaliação das atividades realizadas.

Sem dúvidas, a institucionalização do campo da Cultura na Unesp foi um processo fundamental para favorecer a elaboração de uma proposta curricular, em especial no contexto da Curricularização da Extensão, ao mesmo tempo flexível e que valoriza a diversidade assentada sobre inúmeras experiências pregressas em suas Unidades distribuídas por municípios paulistas. Essa grande diversidade de histórias, narrativas identitárias e tradições trouxe também uma ampla gama de demandas e expectativas que se traduzem em um grande desafio para a implantação de uma Política Cultural para a universidade, ao mesmo tempo que oferecem um universo de experiências e práticas inseridas nessas muitas realidades.

Está previsto para 2023 a implementação de um novo sistema de gestão (SISProec) que deverá permitir o cadastramento de 100% das propostas nas modalidades de extensão definidas nos cursos de graduação, tanto pelo(s) professor(es) quanto pelo(s) servidor(es) técnico-administrativos. O aluno poderá se inscrever nas atividades de extensão de seu curso ou de outros cursos e Unidades da Unesp, que forem previamente cadastradas e aprovadas. Os atores externos, da mesma forma, poderão se inscrever para participar das modalidades de extensão. É a curricularização da extensão universitária com flexibilidade e valorização da diversidade de experiências curriculares de uma universidade viva e plural.

Referências

BRASIL, Constituição Federal, 1988.

BRASIL, Lei 9.610/1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 12e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Curricularização da Extensão: O que é? <https://ufrb.edu.br/proext/o-que-e> - acesso em abril de 2022.

RENEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.

TEIXEIRA COELHO, José. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 2004.

TURINO, Célio. Pontos de Cultura – o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESP. RESOLUÇÃO UNESP 102 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000. Regimento Geral da Extensão Universitária na UNESP.

UNESP – PROEC/PROGRAD. RESOLUÇÃO UNESP Nº 41, DE 31 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp.

UNESP – PROEC/PROGRAD. Guia de Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UNESP. São Paulo, outubro de 2021.

O PAPEL DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO NA CONDUÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Leticia Maria P. da Costa (UNITAU)⁴⁸

Aline Fernanda Lima Ferreira (UNITAU)⁴⁹

Luzimar Goulart Gouvêa (UNITAU)⁵⁰

Introdução

A curricularização da extensão nas universidades brasileiras teve início a partir de datas mais remotas e viu-se premida a ser instituída oficialmente, uma vez que, em diversas situações, já tinha tido avanços e recuos nos contextos de diversas instituições.

A partir de 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação, iniciaram-se, nessas instituições, os esforços no sentido de inserir a extensão como elemento curricular.

A Universidade de Taubaté (doravante Unitau), como Autarquia Educacional de regime especial (vinculada à municipalidade de Taubaté-SP), desde esse período, vem acompanhando essa discussão e atuou diretamente na elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária, versão 2012, anteriormente à aprovação do Plano, em 2014.

A partir das diretrizes dadas pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de novembro de 2018, a Unitau, com a condução da sua Pró-Reitoria de Extensão, começou a ultimar esforços, pessoas, recursos para a inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação.

A partir de então, a Pró-Reitoria de Extensão vem direcionando o processo que envolveu a criação de uma comissão de professores representantes para a discussão e atuou diretamente na elaboração dos documentos basilares normativos da curricularização da extensão na Unitau.

Apresentado esse contexto e atendendo à chamada da Abruem, objetivamos participar da coletânea com a redação de um capítulo em que se pretende estabelecer um relato de experiências do processo de curricularização e dos desafios que envolveram e envolvem a dinâmica de incluir a extensão como um componente curricular nos cursos de graduação da Unitau, pontuando o valor da extensão universitária na formação dos alunos, na produção de conhecimentos e na consolidação de uma universidade comprometida com a transformação social.

Metodologia

A metodologia descreve de forma clara e consistente os procedimentos utilizados para atingir o objetivo do trabalho.

Com vistas a apresentar a experiência da estruturação da curricularização da extensão universitária desenvolvida pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade de Taubaté ao longo dos anos 2019 e 2021, o presente artigo contemplou em sua metodologia instrumentos como reflexões teóricas de documentos de outras IES, normativas externas e internas sobre o tema Curricularização da Extensão.

Também utilizou das informações coletadas no questionário institucional para mapeamento das atividades de extensão presentes nos cursos de graduação da UNITAU, uma pesquisa quantitativa, com questionário estruturado, aplicada aos diretores dos cursos de graduação da

48 Professora doutora, Pró-reitora de extensão, Professora Assistente). E-mail.: leticiampcosta@gmail.com

49 Professora mestra, membro da comissão especial para curricularização da extensão na Unitau, professora assistente II). E-mail.: lima.alinef@gmail.com

50 Professora Mestre, difusor cultural da PREX Unitau, prof. Assistente II). E-mail.: luzimargoulartgouvea@gmail.com

Unitau no ano de 2020.

Por fim, relatou o desenvolvimento das diversas iniciativas desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão no que se refere à reflexão, pesquisa, troca de informações com a comunidade acadêmica e a elaboração de documentação própria sobre a questão da curricularização da extensão.

Bases da Curricularização da Extensão na Universidade de Taubaté

A Universidade de Taubaté (Unitau) foi criada em 1974 e é uma instituição municipal de ensino superior, sob a forma de autarquia educacional de regime especial, conforme já enunciamos. Com 45 cursos de Graduação, 30 cursos de Especialização, 10 cursos de Mestrado, três cursos de Doutorado e aproximadamente 10 mil alunos, a Instituição dispõe de 99 laboratórios, um acervo bibliográfico com mais de 240 mil exemplares, além de 53 grupos de pesquisa nas áreas de Humanas, de Biociências e de Exatas. Sua atuação alcança cidades do Vale do Paraíba, da Serra da Mantiqueira e do Litoral Norte no estado de São Paulo, integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, além de cidades do estado do Rio de Janeiro e do Sul de Minas Gerais. Atualmente, com a expansão do Programa de Educação a Distância, a Unitau passa a estar presente em vários estados brasileiros: Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão.

A Unitau desenvolve programas e projetos de ensino nos cursos de graduação e de pós-graduação, pesquisa e uma ampla gama de atividades de extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento, apresentando propostas pedagógicas inovadoras, que atendem as atuais demandas de formação e que correspondem aos anseios e às necessidades da comunidade local e regional. Essa articulação entre Universidade e sociedade possibilita a formação de profissionais adequados às necessidades do mercado de trabalho e atentos às demandas sociais.

O órgão responsável por dirigir as ações extensionistas na Universidade de Taubaté é a Pro-reitoria de Extensão, que responde pela formulação, pela coordenação e pela implantação de políticas e de atividades extensionistas no âmbito da Universidade, com vistas a promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fomentar a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Prex vem, desde o surgimento da Universidade, desenvolvendo inúmeras iniciativas de articulação com a comunidade local e regional, seja por meio da realização de programas e de projetos de extensão, seja por meio da gestão de serviços, como as clínicas, o sistema de bibliotecas, os núcleos, os centros e os escritórios, as ligas acadêmicas e a editora universitária, os quais atendem tanto a comunidade interna quanto a externa. Também responde pela realização dos cursos de extensão, dos eventos universitários; pela orientação de acordos, de convênios e pela internacionalização, atividades que abrem as portas da Universidade para diversas demandas da comunidade.

Integrante do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) desde 2006, a Pro-reitoria de Extensão da Unitau vem acompanhando e contribuindo com as discussões sobre o valor da extensão universitária para a sociedade brasileira bem como sobre o papel da extensão como elemento indispensável na formação do estudante de graduação. Participou diretamente da construção da Política Nacional de Extensão Universitária, versão 2012, tendo sido coordenadora da Câmara de Extensão da Abruem, entre os anos de 2018 e 2020.

Com base nesse histórico e nessa configuração e na necessidade de adequação às novas

diretrizes para a extensão da educação superior brasileira regimentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que consolida a extensão como um importante instrumento de democratização do conhecimento no seio da sociedade e aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005 de 2014) em sua Meta 12.7, a Universidade de Taubaté, no ano de 2019, iniciou os trabalhos para a inserção da extensão nos currículos de graduação.

Sobre o Plano Nacional de Educação e a meta 12.7, tem-se:

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014 [Brasil 2014], contempla vinte metas nacionais relacionadas à melhoria da educação no Brasil. Dentre elas, a Meta 12 está relacionada com a democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, e se desdobra em 21 estratégias prioritárias para atingir esse objetivo. Dessa maneira, a estratégia 12.7 está relacionada com a obrigatoriedade da inclusão de carga horária curricular nos cursos de graduação [...] (ARAUJO, et al, 2021)

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014, p.7).

A creditação mínima obrigatória de 10% da carga horária do estudante na extensão, além de outras orientações contidas na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, certamente apontam para o reconhecimento e para a valorização da extensão no interior das IES.

Ainda, de acordo com a referida resolução, as universidades passaram a ter o prazo de três anos para a implantação da creditação da extensão, o que ocorreria em dezembro de 2021. No entanto, devido à situação de pandemia, o prazo foi prorrogado em mais um ano, conforme Parecer CNE/CES nº 498 de 2020, sendo a data limite para implantação da curricularização da extensão o mês de dezembro de 2022. Essa realidade mobilizou a Pró-reitoria de Extensão da Universidade de Taubaté na promoção de iniciativas que assegurassem o êxito desse processo e, dessa forma, foram realizadas, entre os anos de 2019 e 2022, as inúmeras ações que serão agora apresentadas.

a) Comissão Especial para a Curricularização da Extensão

Os esforços da Universidade de Taubaté na implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação têm sua origem no início do ano de 2019 com a participação da Pró-reitora de extensão como secretária da Câmara de Extensão da Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais), promovendo o intercâmbio de informações entre a Unitau e outras IES que apresentavam resultados positivos na aplicação de suas propostas.

Embora a Universidade estivesse envolvida e atenta à temática da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, participando de atividades junto a outras instituições, o início dos trabalhos deu-se oficialmente no começo do segundo semestre do ano de 2019, com a constituição de uma Comissão Especial de Professores, denominada Comissão Especial para a Curricularização da Extensão na Universidade de Taubaté. O objetivo dessa comissão era o de iniciar as reflexões sobre o assunto e representar as diversas instâncias dos cursos de graduação na condução das atividades necessárias para a implantação da curricularização da extensão na Unitau, posicionando-se como personagem central na deliberação das questões. A comissão presidida pela Pró-reitora de Extensão, primeiramente, foi composta por quatro professores

representantes de setores, como a Pró-reitoria de Extensão, a Pró-reitoria de Graduação, os cursos de graduação presenciais, os cursos de graduação EAD e um representante pedagógico.

Os primeiros trabalhos da Comissão Especial consistiram na realização de reuniões de estudo de documentos e de leis relacionadas à extensão universitária, sobretudo do pleno conhecimento dos direcionamentos apontados na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o que envolveu muito debate por parte dos professores membros. Também foi função dessa comissão, nesse primeiro momento, conhecer experiências de outras IES sobre a dinâmica da curricularização e, sobre essa questão, foram feitas inúmeras pesquisas em sites que orientaram o estudo dos modelos desenvolvidos por elas. A Unitau também participou, presencialmente, de eventos relacionados ao tema, como o VII Fórum de Escolas da ABEn SP, com o tema Curricularização da Extensão, realizado em 10 de outubro de 2019, no Senac São Paulo, e o 65º Fórum Nacional dos Reitores da ABRUEM, mediando o painel “O papel e o valor da creditação para o desenvolvimento da Universidade brasileira: da retórica à práxis”, realizado em 23 e 26 de outubro 2019, em São Luís/MA.

É importante apontar que a troca de vivências e o acesso às experiências de outras IES do Brasil auxiliaram muito na compreensão daquilo que poderia ser ou não creditado como atividade extensionista, orientando a Comissão a construir um caminho condizente às exigências legais, mas consoante com a realidade da Universidade de Taubaté.

No avanço das atividades, e já tendo realizado um evento interno para os professores da Instituição no mês de outubro, no final do ano de 2019, a Comissão entendeu que era necessário ampliar o número de membros como forma de permitir uma maior participação de professores das diferentes áreas do conhecimento (biociências, exatas e humanas). Dessa forma, a Comissão Especial para a Curricularização foi reestruturada e passou a contar com a participação de dois professores representantes de cada uma das áreas, passando a contar com 10 membros.

Com a ampliação da equipe, o papel da Comissão também foi redefinido, passando a considerar, além dos propósitos de estudo e do conhecimento legal, as questões apresentadas abaixo:

- Promover o diálogo com diretores de curso, coordenadores pedagógicos e membros dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, a fim de identificar as realidades e necessidades dos cursos;
- Refletir sobre o melhor modelo de curricularização da extensão para a realidade da graduação da Universidade de Taubaté;
- Articular junto a outras instâncias (administração superior, cursos, NDE's e outros setores) da Unitau todas as ações necessárias para a curricularização da extensão;
- Auxiliar os cursos de graduação a aplicarem o modelo de creditação da extensão proposto, dirimindo todas as dúvidas e problemas;
- Implementar a curricularização das atividades de extensão na Unitau, criando os documentos e os procedimentos regulamentadores que forem necessários.

Ao longo dos anos de 2020 e 2021, com o desafio imposto pela pandemia do Coronavírus, e, apesar da necessidade de rever seu plano de trabalho, a Comissão Especial para a Curricularização avançou nas ações. Os encontros do grupo passaram a ser remotos e a aproximação junto aos cursos ocorreu a partir do uso de instrumentos tecnológicos; foram reuniões e eventos remotos, articulação por meio de aplicativo de mensagem, de *e-mails*, dentre outras formas de contato.

Nesse período, foram realizadas ações voltadas para a sensibilização da comunidade

acadêmica sobre o tema curricularização da extensão, além de ações de conhecimento da realidade extensionista dos cursos com a aplicação de uma pesquisa quantitativa junto aos diretores. A partir dos resultados da pesquisa, de uma série de reuniões e de discussões, chegou-se à elaboração do principal documento orientador da Curricularização da Extensão na Unitaú, a Deliberação CONSEP nº 27/2021, normativa que apresenta o componente curricular ACE e determina as modalidades de atividades de extensão a serem validadas na Universidade de Taubaté. Outro material produzido foi o texto Orientações para a Curricularização da Extensão na Unitaú, conteúdo informativo que objetiva nortear o trabalho dos cursos na elaboração dos projetos de extensão a serem inseridos nos projetos pedagógicos.

A Comissão Especial, ao longo desses dois anos, vem realizando um trabalho de sensibilização, de reflexão e de orientação da comunidade acadêmica sobre o tema, caracterizando-se como o principal agente na condução desse processo na Unitaú, conforme as orientações e as expectativas da Pró-reitoria de Extensão.

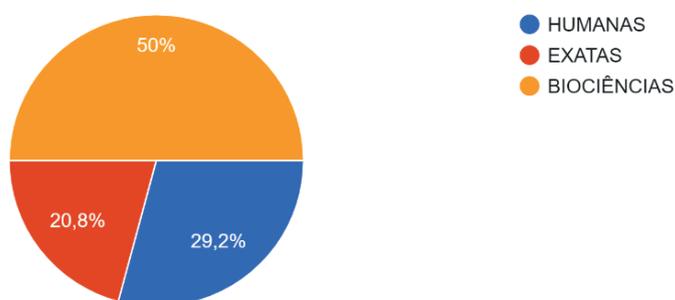
b) Questionário institucional para mapeamento das atividades de extensão presentes nos cursos de graduação da UNITAU

No início das atividades do ano de 2020, a fim de tornar a regulamentação da extensão um processo sólido e democrático, a Comissão para Curricularização da Extensão realizou uma pesquisa junto aos diretores dos cursos. Essa coleta de dados se fez necessária para identificar a compreensão do conceito de extensão e para levantar quais atividades de cunho extensionista são realizadas além daquelas oferecidas pela Pró-reitoria de Extensão, seja com seus acertos, seja com seus equívocos. Para o levantamento dessas informações, elaborou-se uma pesquisa quantitativa, com o recurso de um questionário estruturado, composto por vinte e duas perguntas e aplicado de forma online aos diretores dos cursos de graduação presencial.

O processo de coleta de dados aconteceu entre os meses de maio e junho de 2020, obteve o retorno de 24 respostas de um universo de 24 diretores e, dentre os resultados atingidos, destacamos algumas informações.

Figura 1: Gráfico de apresentação da área de conhecimento dos cursos entrevistados

Área de conhecimento dos cursos do Departamento.
24 respostas



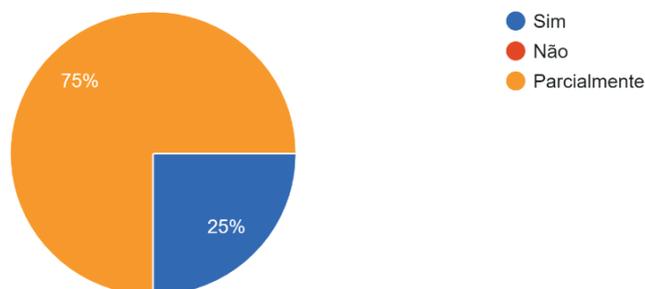
Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1nI1hkenIoS-wwX_h_7DTd8W-fmbjJbjoiDAdJc6KxhU/edit?ts=5f58e914#responses.

Conforme resultados levantados pela pesquisa, 50% dos cursos de graduação presencial da Unitau são da área de biociências, seguidos de 29, 2% da área de Humanas e 20,8% da área de Exatas, o que representa a composição real dos cursos de graduação presencial da Instituição.

Figura 2: Gráfico do conceito de extensão universitária dos estudantes

O aluno do curso que você coordena compreende o conceito de extensão universitária?

24 respostas



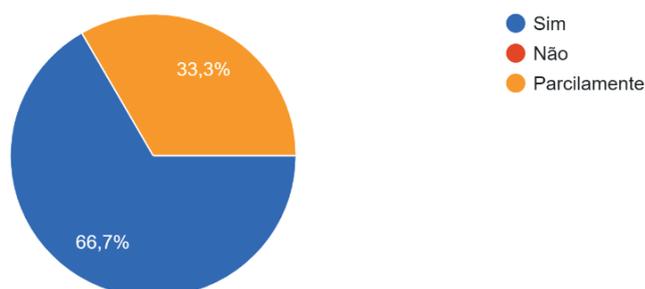
Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1nI1hkenIoS-wwX_h_7DTd8W-fmbjJbjoIDAdJc6KxhU/edit?ts=5f58e914#responses.

Os 24 diretores entrevistados apontaram que 75% dos estudantes têm uma compreensão parcial do conceito de extensão universitária, enquanto 25% o conhecem plenamente. Essa informação reforça o desafio da sensibilização da comunidade acadêmica sobre o assunto.

Figura 2: Gráfico do conceito de extensão universitária dos professores

O professor do curso que você coordena compreende o conceito de extensão universitária?

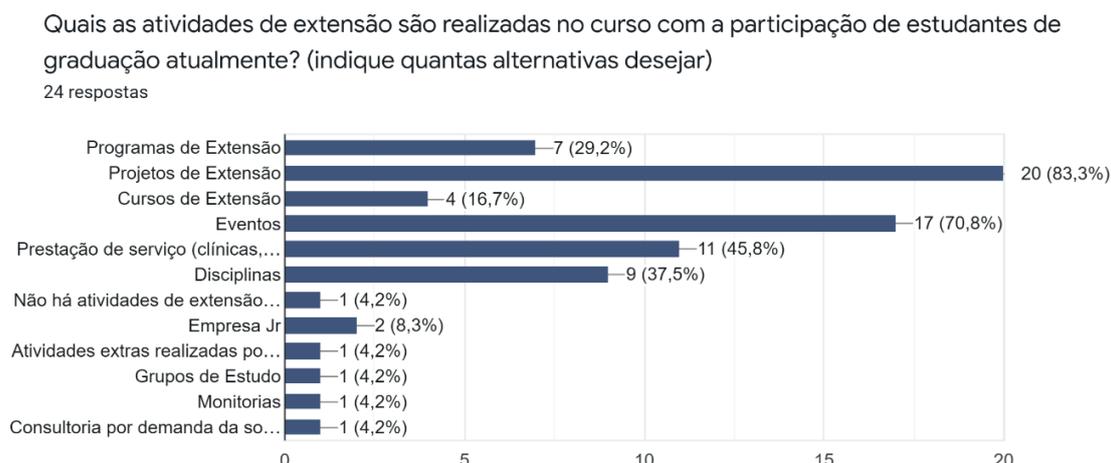
24 respostas



Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1nI1hkenIoS-wwX_h_7DTd8W-fmbjJbjoIDAdJc6KxhU/edit?ts=5f58e914#responses.

Questionados sobre o conhecimento dos professores da Unitau sobre o conceito de extensão universitária, 66, 7% dos respondentes indicam que os professores entendem o que isso significa, enquanto 33,3 % apontam que esse conhecimento é parcial. A Universidade de Taubaté tem 496 professores atuantes nos cursos de graduação presencial.

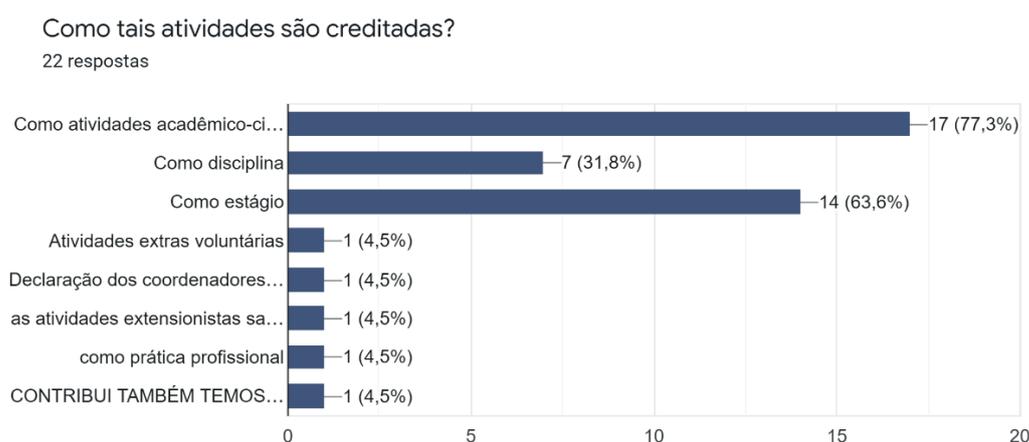
Figura 3: Gráfico das atividades de extensão realizadas pelos cursos de graduação presencial, autoria da pesquisa.



Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1nI1hkenIoS-wwX_h_7DTd8W-fmbjBjoiDAdJc6KxhU/edit?ts=5f58e914#responses.

Nessa questão, numa abordagem de múltipla escolha, em que o resultado ultrapassa os 100% dos respondentes, levantou-se quais são as atividades extensionistas realizadas pelos cursos. A partir dos apontamentos, verifica-se que dentre as mais realizadas, estão as tradicionais atividades de extensão, sendo elas: projetos (83,3%), eventos (70,8%), prestação de serviços (45,8%), programas (29,2%) e cursos (16,7%). No entanto, outras ações, que nem sempre cumprem com a proposta da extensão, também foram citadas, as quais destacamos: disciplinas (37,5%), empresa júnior (8,3%), e outras situações (grupos de estudos, monitorias, consultorias e atividades extras), todas com 4,2% dos apontamentos.

Figura 4: Gráfico das formas de creditação das atividades extensionistas



Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1nI1hkenIoS-wwX_h_7DTd8W-fmbjBjoiDAdJc6KxhU/edit?ts=5f58e914#responses.

Uma questão importante a ser mapeada foi a forma como as atividades desenvolvidas pelos cursos são creditadas. Sobre esse cenário, também numa pergunta de múltipla escolha, 77,3% dos entrevistados apontaram as AACC (Atividades acadêmico-científico-culturais) como

principal forma de creditação, seguida pelo estágio, com 63,6% das respostas, e pelas disciplinas, com 31,8%. Com 4,5% das indicações apareceram outras formas de oficialização, como atividades extras voluntárias, declaração dos coordenadores e prática profissional.

Verifica-se que a realização dessa pesquisa foi de grande importância para a compreensão da realidade extensionista da Universidade e para a orientação dos trabalhos da curricularização da extensão; ela identificou a forte presença da extensão na vida universitária bem como o papel da Pro-reitoria de Extensão na condução das ações extensionistas da UnitaU, assumindo as principais atividades junto aos professores propositores de projetos, programas, cursos e prestação de serviços, questão que impacta diretamente a prática extensionista dos cursos. Por outro lado, a pesquisa também apontou para a necessidade de uma melhor compreensão do conceito extensionista, haja vista a visão equivocada de algumas práticas acadêmicas que deverão ser corrigidas pelas orientações, documentos e normativas a serem propostos.

c) Documentos orientadores da Curricularização da Extensão na Universidade de Taubaté

Um dos principais desafios da construção da curricularização da extensão na Universidade de Taubaté foi a elaboração dos documentos normativos e orientadores. A Comissão Especial, assessorada pela Pro-reitoria de Extensão com apoio direto de representantes da Pro-reitoria de Graduação, empenhou-se na compreensão dos documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), documento elaborado pelo Governo Federal que estabelece as diretrizes para o campo da educação para o período de 2014 a 2024 e que prevê, na meta 12, estratégia 7, o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares para a graduação em programas e projetos de extensão universitária e da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7.

Considerando os documentos acima, que concorrem para a curricularização da extensão universitária, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade de Taubaté precisou regulamentar essa norma de forma que a Instituição apontasse os caminhos para a inserção da extensão como prática obrigatória nos projetos pedagógicos dos cursos. Como resultado dos estudos, das pesquisas e das discussões que envolveram os cursos e os membros da Comissão Especial para a Curricularização da Extensão, em março de 2021, após um longo período de reflexões e proposições de texto, foi aprovada, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UnitaU, a Deliberação CONSEP nº 27/2021, determinando a inclusão obrigatória das ações extensionistas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, por meio de regulamento, até o final do ano de 2022 e apresentando o componente curricular Atividades Curriculares de Extensão – ACE – nas cinco modalidades (programas, projetos, eventos, cursos e oficinas e prestação de serviço), que deverão compor 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos. A Deliberação também apontou a característica principal da ação extensionista, a intervenção em comunidades externas à IES.

Art. 2º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à UNITAU, que estejam vinculadas à formação do discente e que promovam a interação dialógica com as comunidades, por meio da prática dos estudantes, de forma indissociável do ensino e da pesquisa. (UNITAU, 2021)

Outras questões como a realização de atividades em outras IES ou organizações, as parcerias interinstitucionais, a participação da pós-graduação, a realização das ações de extensão nos cursos a distância bem como o papel das Pró-reitorias de Extensão e Graduação na condução desse processo também foram tratadas na Deliberação citada.

Mais à frente, identificada a necessidade de um documento que orientasse os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE’s – na elaboração dos projetos de extensão e dos regulamentos de ACE (Atividades Curriculares de Extensão) a serem anexados aos Projetos Pedagógicos dos cursos, alguns membros da Comissão Especial para a Curricularização da Extensão desenvolveram o material “Orientações para a Curricularização da Extensão na Unitau”, um conteúdo didático-informativo que retoma as principais orientações da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e da Deliberação CONSEP nº 27/2021 e complementa com informações sobre o conceito de extensão universitária, sobre as áreas temáticas da extensão, além de apresentar exemplos de ações extensionistas nas cinco modalidades previstas na Deliberação Consep nº27/2021 . Esse material foi apresentado aos professores membros dos NDE’s de todos os cursos presenciais e a distância da Unitau num evento presencial de formação no início do ano letivo de 2022.

Ainda, como forma de oferecer conteúdo de base sobre a Curricularização da Extensão aos professores da Unitau, foi preparado um outro material didático denominado “Trilha de aprendizagem: conhecendo mais sobre a curricularização da extensão”. A proposta desse material disponibilizado na plataforma EVA (espaço virtual de aprendizagem) foi a de oferecer a todos os professores da Instituição uma compreensão sobre o que é a curricularização da extensão e o que a Unitau propõe sobre essa questão, indicando conteúdos e links de documentos, leis e normativas; ao final, apresenta, ao leitor, uma ferramenta de avaliação dos assuntos tratados e disponibiliza um certificado de conclusão da trilha.

Por fim, é preciso destacar que um outro documento importante está sendo desenvolvido pela Comissão Especial para Curricularização, o qual é chamado de “Diretrizes para a elaboração dos regulamentos das atividades curriculares de extensão na Unitau”. Esse material, em fase de conclusão, objetiva trazer os conteúdos-base que devem compor os regulamentos de ACE específicos de cada curso, buscando uniformizar o texto de questões fundamentais da curricularização da extensão na Unitau que não poderão ser modificadas pelas NDEs.

Diante do exposto, verifica-se, no período de 2020 e 2021, o empenho da Pro-reitoria de Extensão, numa ação conjunta com a Comissão Especial, na elaboração dos documentos orientadores e reguladores da Curricularização da Extensão, especialmente em tempos tão atípicos como os da pandemia.

d) Realização de eventos sobre o tema curricularização da extensão

Uma forte característica da Universidade de Taubaté, sobretudo na condução das suas práticas extensionistas, é a criação de espaços de diálogo e de participação, e sobre o tema curricularização da extensão não foi diferente. Desde o começo das atividades, houve a criação de momentos de interação com os professores e os eventos caracterizaram-se como uma ação presente nos esforços para refletir, orientar e apresentar as propostas da Unitau à comunidade acadêmica.

Desde o ano de 2019, quando a Pro-reitoria de Extensão, na figura da pró-reitora Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa, assumiu o desafio de implementar a inserção da extensão nos currículos, fazendo cumprir a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, foram realizados, dentre inúmeras atividades, seis eventos institucionais sobre o tema, os quais apresentaremos brevemente:

- Mesa “Curricularização da extensão”, no Seminário de Extensão, evento integrante do VIII CICTED – Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

da Universidade de Taubaté, realizado em 20 de outubro de 2019. O evento objetivou introduzir tema no espaço universitário, apresentar os principais assuntos da Resolução CNE/CES nº 7 bem como a Comissão Especial para Curricularização da Extensão e seu plano de trabalho para o triênio 2019-2021;

- Treinamento “Curricularização da extensão na graduação presencial e a distância da Unitau”, realizado no Profoco 2020 – Programa de Formação Continuada da Universidade de Taubaté, em 12 de fevereiro de 2020. O encontro dirigido para professores da Unitau trouxe para reflexão o conceito de curricularização da extensão e as principais modalidades de atividades extensionistas previstas no Art. 8º da Resolução CNE/CES nº 7;
- Painel “Curricularização da extensão”, realizado de maneira remota em 05 de novembro de 2020 para professores da Universidade de Taubaté no XV Semex, Seminário de Extensão, promovido pela Pró-reitoria de Extensão da Unitau. O evento retoma os principais temas da Resolução CNE/CES nº 7 e apresenta os resultados da pesquisa com os diretores sobre a prática extensionista nos cursos de graduação;
- Palestra “A extensão no novo currículo”, realizada de maneira remota em 11 de novembro de 2021 no XVI Semex. Seminário de Extensão promovido pela Pró-reitoria de Extensão da Unitau. Nesse encontro, a Pro-reitora de Extensão apresenta aos professores e diretores os documentos internos Deliberação Consep nº 27/2021 e “Orientações para a Curricularização da Extensão na Unitau”;
- Palestra “Curricularização da Extensão Universitária”, evento de abertura do Profoco 2022 – Programa de Formação Continuada da Universidade de Taubaté –, realizado em formato híbrido no dia 8 de fevereiro de 2022. No evento, a Pro-reitora de Extensão destaca o valor da curricularização da extensão para a formação do estudante de graduação, sensibilizando a comunidade acadêmica sobre o tema e apresenta um panorama dos esforços da Universidade nesse quesito;
- “Oficinas de ideação sobre Curricularização da Extensão”. Evento presencial realizado nos dias 9 e 10 de fevereiro no Profoco 2022 – Programa de Formação Continuada da Universidade de Taubaté –, dirigido para diretores de Departamento, coordenadores pedagógicos e membros dos NDE’s dos cursos de graduação presencial e a distância da Unitau. As oficinas tiveram como objetivo levar o público a vivenciar a proposição de projetos e de atividades de extensão, atendendo aos modelos de planejamento propostos nos documentos da Unitau.

Diante do apresentado, podemos afirmar que os eventos realizados foram os principais instrumentos de sensibilização e de formação dos professores e demais interessados sobre o tema. Com eles, foi possível reunir o grande contingente de professores, dos diferentes cursos e empenhar uma rica reflexão sobre o tema, questão que certamente contribuirá para aquilo que se almeja alcançar, a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Unitau pautada por um comprometimento real com a efetivação da extensão como prática acadêmica voltada para a transformação social.

Considerações finais

O presente capítulo apresentou um relato de experiência do processo de sensibilização, de planejamento e de elaboração dos documentos normativos para a implantação da curricularização da extensão na Universidade de Taubaté. Como forma de atender a legislação vigente e de

vislumbrar o surgimento de uma “nova Universidade”, a Pró-reitoria de Extensão, numa gestão renovada no segundo semestre de 2018, assumiu o compromisso de conduzir essa dinâmica.

Embora estivesse atenta às questões da extensão brasileira, foi a partir do ano de 2019 que a PREX empenhou esforços para inserir a extensão como elemento obrigatório nos currículos dos cursos de graduação. Ao longo de três anos e meio, dentre as inúmeras ações desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão, é possível apontar as conquistas, como a criação da Comissão Especial para Curricularização da Extensão, grupo representativo de diversos setores e áreas do conhecimento que, de maneira dialógica e participativa, orientou as principais ações do processo. Também é importante destacar as iniciativas de coleta de dados e de mapeamento da realidade e, dentre elas, estão a realização de uma pesquisa junto aos diretores dos cursos de graduação e a realização de inúmeros estudos e pesquisas que resultaram na elaboração de importantes documentos de orientação e normatização da curricularização da extensão na Unifae e que hoje instruem a comunidade acadêmica. Os eventos institucionais acerca do tema geraram espaços para refletir e para dialogar com professores sobre extensão, sobre curricularização da extensão, mas sobretudo sobre a Universidade que se deseja construir.

Diante do exposto, verifica-se que uma significativa parcela dos objetivos propostos pela Pro-reitoria de Extensão da Universidade de Taubaté foi alcançada, sobretudo porque todo esse processo foi percorrido em meio a um contexto excepcional, o contexto da pandemia do Coronavírus, situação que exigiu revisão do plano de trabalho, o distanciamento físico do grupo de profissionais envolvidos e a adequação ao uso de recursos tecnológicos para a realização das tarefas. Dessa forma, finaliza-se uma etapa e inicia-se outra, a adequação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação, momento que descortina outros tantos desafios.

Referências

ARAÚJO, Rafael D.; FARIA, Elaine R.; MARTINEZ, Ana Claudia; SOUZA, Jefferson. Curricularização da Extensão nos Cursos de Sistemas de Informação na Universidade Federal de Uberlândia: Um Relato de Experiência. In: Fórum de educação em sistemas de informação [19:11, 20/04/2022], 17., 2021, On-line. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 205-208. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbsi.2021.15380>.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p.1, 26 jun. 2014. Edição Extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1frPSFZEs2s1e3eHYlCWXLBEBAYqhNHBt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

POLÍTICA Nacional de Extensão Universitária. In: Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, 2012, Manaus. Anais [...]. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Deliberação Consep N° 027/2021. Dispõe sobre as Diretrizes

para a implementação das atividades de extensão nos cursos de graduação, presenciais e a distância da Universidade de Taubaté. Taubaté: Unitau, 2021. Disponível em: https://unitau.br/arquivos/deliberacoes/consep_027_2021.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. Orientações para a Curricularização da Extensão na Unitau. Disponível em: <https://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/book/53>. Acesso em: 19 abr. 2022

DESAFIOS E AVANÇOS NA ELABORAÇÃO DA RESOLUÇÃO PARA A INCLUSÃO DE CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Vera Regina da Cunha Menezes Palácios (UEPA)⁵¹

Gilvana Kelly Barros Pimentel (UEPA)⁵²

Introdução

Tendo em vista o cumprimento da Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018, a Universidade do Estado do Pará – UEPA, por meio da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, buscou traçar diversas estratégias para construção da normativa que norteia as atividades de extensão na graduação, levando em consideração as atividades já realizadas pela instituição, assim como as dificuldades encontradas para concretização das deliberações dispostas na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 (PNE 2014 -2024).

A Universidade Contemporânea fundamenta-se na tríade ensino, pesquisa e extensão no contexto da formação acadêmica a fim de atender as necessidades da sociedade e considerando ainda a Universidade como locus privilegiado para reflexão e construção de conhecimento e seu Projeto Político-Pedagógico deve atender questões de relevância social.

A Resolução N° 7, DE 18 de dezembro de 2018, *vem sendo bastante discutida no meio acadêmico nos últimos anos, pois estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 (PNE 2014 -2024), consolidando a inserção dos discentes no processo de troca de conhecimento e fortalecendo as questões sociais, que vão além dos muros das IES.*

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a sociedade, constituindo-se como um elo permanente entre as duas. Segundo Ana Lúcia Nunes e Maria Batista Silva (2011), funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência às comunidades e recebe delas influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações, aprendendo com o saber dessas populações.

As universidades foram criadas no Brasil para atender às necessidades do país, tendo sido distribuídas por todo o território nacional sempre associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Vem se constituindo em locus privilegiado para a produção e divulgação do conhecimento e para a qualificação para o exercício da cidadania. Segundo SILVA (2018):

O ensino pesquisa e extensão têm sido fundamental para formar profissionais com habilidades em diferentes áreas e com uma visão mais crítica da sociedade. Estudantes engajados na graduação, que se dedicam às aulas, monitoria, iniciação científica, palestras, cursos extras, possuem um perfil profissional diferenciado e se destacam no mercado de trabalho.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

51 Doutora em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Pró-Reitora de Extensão da UEPA, Professora Efetiva da UEPA . E-mail. verapalacios@uepa.br

52 Graduada em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia /UEPA, Técnica A – Biologia, Servidora Temporária. E-mail. gilvanapimentel@uepa.br

Nesse sentido, para compreender a complexa relação entre a instituição universidade e a sociedade, é preciso não só resgatar a perspectiva da extensão universitária enquanto um processo da comunidade que permitiria a participação de alguns dos muitos excluídos na história, como também reconhecer a trajetória da UEPA e sua relação com a sociedade paraense.

A Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, vem como uma perspectiva de concretização da comunicação entre universidade e sociedade, envolvendo 100% dos alunos da graduação em ações extensionista. Estabelecido no art. 4º da Resolução citada às atividades acadêmicas deverão compor, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação (por centro).

Neste sentido, as ações de extensão já promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará (Proex/Uepa), através da aplicação de metodologias ativas da aprendizagem, asseguram a geração de conhecimentos capazes de promover transformações nos processos de ensino-aprendizagem com prestação de serviços de saúde, educação, cultura, esporte e tecnologia à população através da abordagem integral do processo ensino e serviço.

Para adequação das atividades da UEPA, à Resolução e ao atendimento da Meta 12.7 foram promovidas estratégias de gestão como, participação da equipe de gestores da Proex no Fórum de Extensão estadual, reuniões com comissões experts em ações de extensão, documentos, levantamentos bibliográficos e relatórios de ações de práticas de campo realizadas nos últimos três anos.

Através do estudo, foi possível nortear a construção da Minuta do documento que pretende estabelecer as normas para inserção da carga – horária nos currículos dos cursos de graduação no âmbito da UEPA, fortalecendo assim o princípio da indissociabilidade entre o ensino pesquisa e extensão.

Metodologia

Para este estudo foram realizadas leituras, análise de artigos, relatórios e documentos diversos, envolvendo extensão universitária e sua inserção na graduação, proporcionando reflexões e síntese sobre o assunto.

Após estudo e escolha de publicações mais relevantes sobre o tema, se formou uma comissão de 13 (treze), docentes com expertise em extensão universitária, incluindo a equipe de funcionários da Pró-Reitoria de Extensão da UEPA – PROEX, com experiência de organização e execução de ações.

Em uma sequência 05 reuniões mensais programadas para construção da Minuta da Resolução, foram socializadas as leituras escolhidas, documentos com dados contendo números de Professores, quantitativo de alunos nos campi da UEPA, e relatórios de ações realizadas nos anos de 2019 a 2021, em vários municípios.

Diante dos dados adquiridos por meio dos setores responsáveis pelas informações (Diretoria de Controle acadêmico – DCA e Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP), se identificou o quantitativo de alunos matriculados na graduação e o quantitativo de professores atuantes na capital e no interior. Posteriormente através de dados da PROEX, ocorreu a identificação dos campi onde são desenvolvidas as ações de extensão e os campi que necessita de maior atenção na execução das atividades.

Depois de identificar os campi com menores atividades extensionistas, buscou-se também através dos relatórios encaminhados por coordenadores das ações, detectar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento e execução das atividades.

A identificação se deu por meio de tabelas e gráfico mostrando as regiões de integração menos atuante na extensão.

Perante a análise das informações coletadas, construiu-se a Minuta de Resolução que estabelece as normas para a inserção da carga-horária de extensão nos currículos dos Cursos de Graduação no âmbito da Universidade do Estado do Pará, visando à inclusão com êxito de todos os campi da UEPA.

Desenvolvimento

A Universidade do Estado do Pará – UEPA está presente nas diversas regiões do estado, oferecendo cursos de graduação, seja na modalidade presencial e/ou à distância, bem como desenvolvendo a extensão por meio de suas ações. Ao cumprir sua Missão de produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos com responsabilidade social, para o desenvolvimento da Amazônia, a Universidade contribui também para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Hoje, a UEPA encontra-se presente nas seis mesoregiões geopolíticas do Estado do Pará, com 5 campi concentrados na capital e 18 no interior do Estado, conta com 1.245 docentes e 11.480 alunos de graduação, distribuídos na capital e interior como mostra as tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 – Quantitativa de Campi, cursos e docentes da UEPA – ano 2021

CAMPI	CAMPUS	CURSOS POR CAMPUS	DOCENTES
CAPITAL	5	31	708
INTERIOR	18	56	537
TOTAL GERAL	23	87	1.245

Fonte: DCA, DGP/UEPA

Tabela 2 – Quantitativo de alunos matriculados – ano 2021

ALUNOS MATRICULADOS	Masculino	Feminino	Total	Manhã	Tarde	Noite	Integral	Total
CAPITAL	2.431	2.892	5.323	1.563	1.377	1.320	1.063	5.323
INTERIOR	2.715	3.442	6.157	1.838	1.901	1.100	1.318	6.157
TOTAL GERAL	5.146	6.334	11.480	3.401	3.278	2.420	2.381	11.480

Fonte: DCA, DGP/UEPA

As ações de extensão executada pela PROEX visam aplicar atividades que integram as questões sociais, culturais e ambientais aos processos decisórios, atuando diretamente na formação de seres humanos, os quais serão peças chave na edificação de novos e melhores tempos. A melhor forma de ensinar/ educar comunidade, portanto, é fazer com que sejam alvos de reflexão e de vivências, dando ênfase na teoria e na prática, o exemplo, a convivência e a reflexão sobre o meio, em situações reais que farão com que os participantes desenvolvam atitudes coerentes com os valores significativos para sua formação não só da comunidade, bem como da Universidade como todo.

Para tal feito, a PROEX promove ações através de Programas, Projetos, atividades, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações pautadas na Resolução N° 3228/17 – CONSUN, que regulamenta a institucionalização, acompanhamento, avaliação e execução das ações no âmbito da UEPA, como mostra as ilustrações abaixo.

Figura 1: Projeto Pré-vestibular e Educação Popular



Fonte: Agência Pará de Notícias



Fonte: Agência Pará de Notícias

É nesse contexto que a PROEX/UEPA, baseando-se nos estudo e experiências de ações de extensão buscou a construção da Minuta da Resolução para o cumprimento da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201.

Com os dados dos relatórios encaminhados por coordenadores/professores, foi possível construir uma tabela, fazendo um balanço das ações de extensão realizadas nas regiões de integração da UEPA, assim como obter o quantitativo de pessoas envolvidas, contando principalmente com Docentes e discentes dos cursos de graduação. A Tabela abaixo apresenta, as regiões, municípios, professores e alunos que desenvolveram extensão nos anos de 2019 a 2021.

Tabela 3 – Ações de extensão nos anos de 2019 a 2021 / UEPA

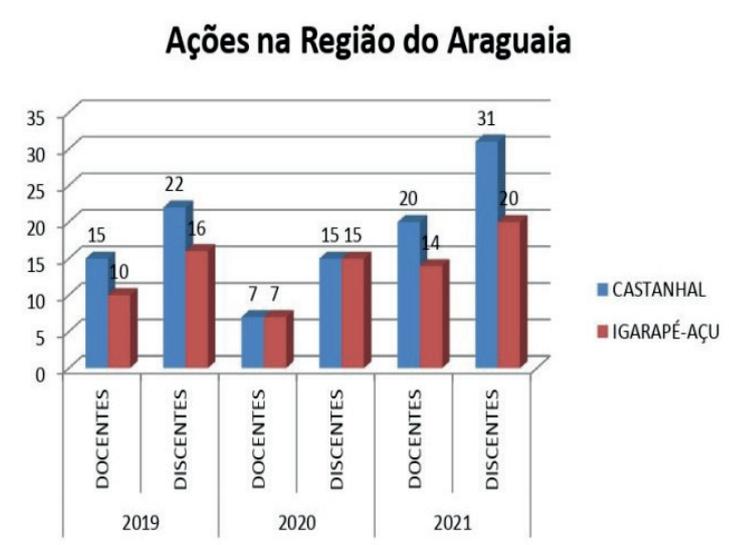
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	AÇÕES					
		2019		2020		2021	
		DOCENTES	DISCENTES	DOCENTES	DISCENTES	DOCENTES	DISCENTES
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	4	12	7	15	30	61
	REDENÇÃO	8	20	7	15	16	24
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	20	26	7	15	16	28
CARAJÁS	MARABÁ	6	13	7	15	8	13
	PARAUPEBAS	5	13	7	15	10	21
GUAJARÁ	BELÉM	130	201	7	15	150	302
	ANANINDEUA	0	0	7	15	10	22
GUAMÁ	CASTANHAL	15	22	7	15	20	31
	IGARAPÉ-AÇU	10	16	7	15	14	20
	SÃO MUGUEL DO GUAMÁ	9	15	7	15	14	25
	VIGIA DE NAZARÉ	6	18	7	15	10	22
LAGO TUCURUÍ	TUCURUÍ	16	25	7	15	21	44
MARAJÓ	SALVATERRA	4	16	7	15	8	32
RIO CAETÉ	BRAGANÇA	1	6	7	15	2	8
	BONITO	0	0	0	0	0	0
RIO CAPIM	BUJARÚ	10	32	7	15	22	40
	PARAGOMINAS	4	12	7	15	8	12
TAPAJÓS	JACAREACANGA	0	0	7	15	0	0
TOCANTIS	BARCARENA	4	10	7	15	6	8
	CAMETÁ	4	16	7	15	6	18
	MOJU	2	8	7	15	2	12
XINGU	ALTAMIRA	2	9	7	15	2	10
TOTAL		260	490	147	235	315	753

Fonte: PROEX/UEPA

Como informado à tabela de dados mostra ações desenvolvidas em 22 municípios que fazem parte da região de integração da UEPA. Esses dados mostram em números municípios, professores e alunos envolvidos em ações de extensão, durante os anos de 2019 a 2021. *Destaca-se na tabela o aumento das atividades a partir do ano de 2020, ano esse mais afetado em todos os sentidos devido à pandemia provocada pela COVID -19, no entanto identificou-se também a intensificação de atividades remotas trazendo conhecimento, desafios e dificuldades a serem superadas, além de tudo incentivou a busca por novos métodos de se fazer o ensino, pesquisa e extensão. Todas as dificuldades encontradas foram reinventadas pela procura de novos meios alternativos de se fazer atividades, essa condição ajudou também na elabora da Resolução em questão que viu na forma digital a oportunidade de unir ainda mais capital e interior avançando na inclusão total dos alunos na extensão.*

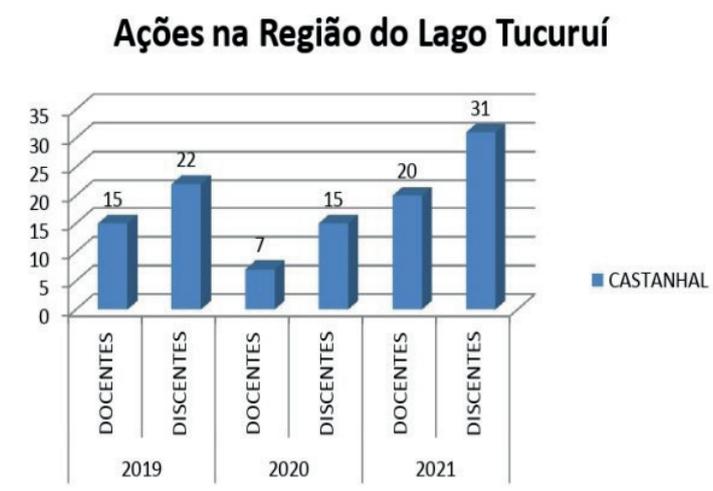
Os gráficos ilustrados abaixo apontam os avanços das ações de extensão nas regiões de integração, assim como os municípios que precisam impulsionar as atividades para o alcance de 100% da inclusão dos graduandos nas atividades extensionista:

Gráfico 1



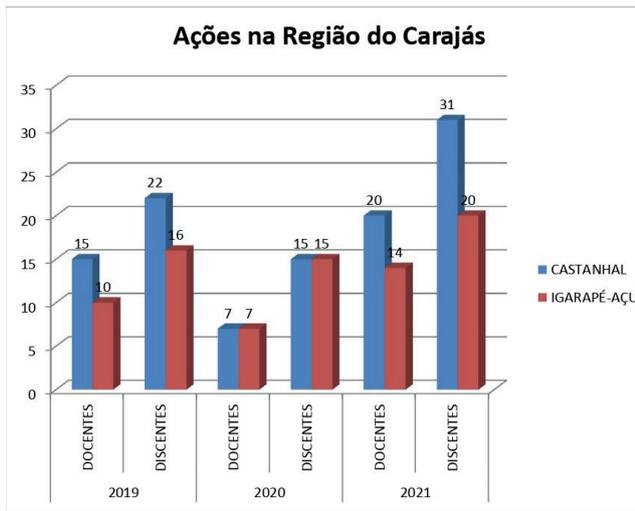
Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 2



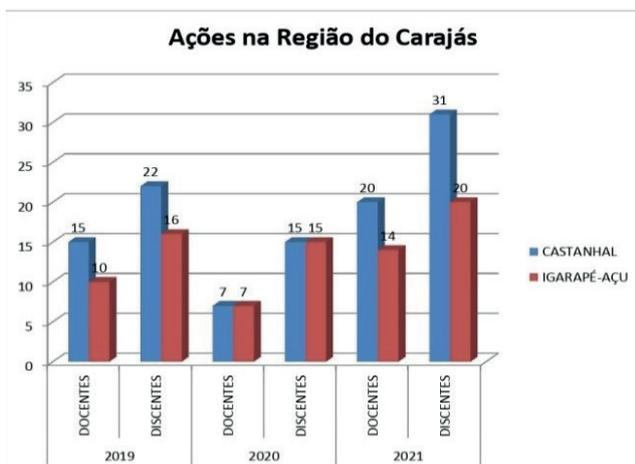
Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 3



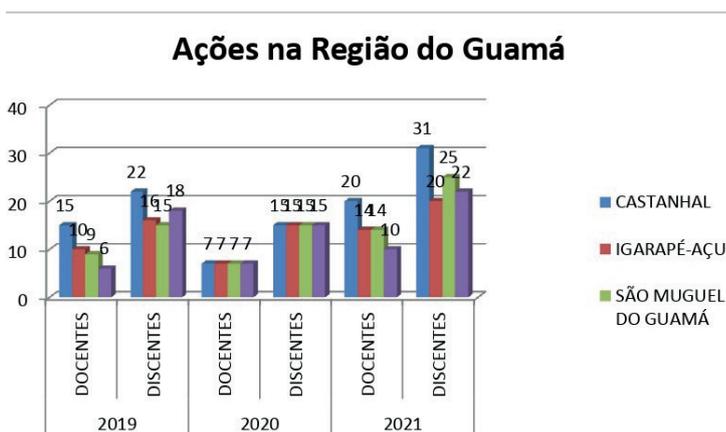
Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 4



Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 5



Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 6



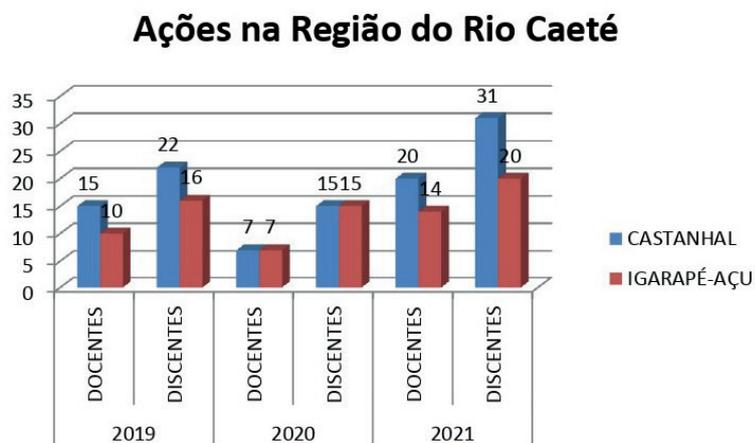
Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 7



Fonte: PROEX/UEPA

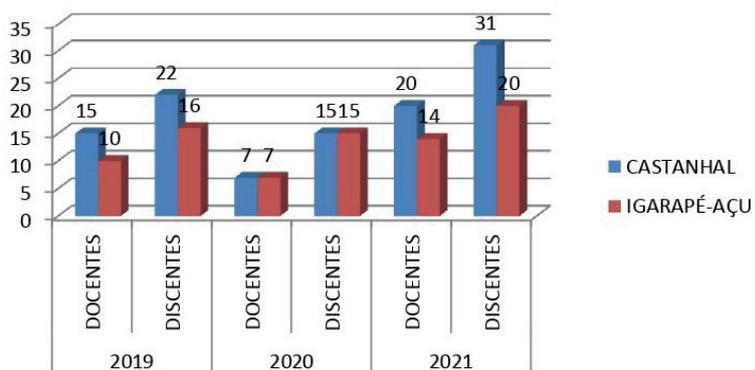
Gráfico 8



Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 9

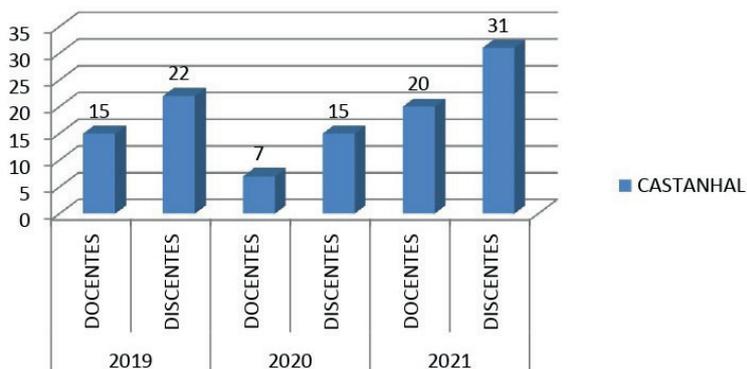
Ações na Região do Rio Capim



Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 10

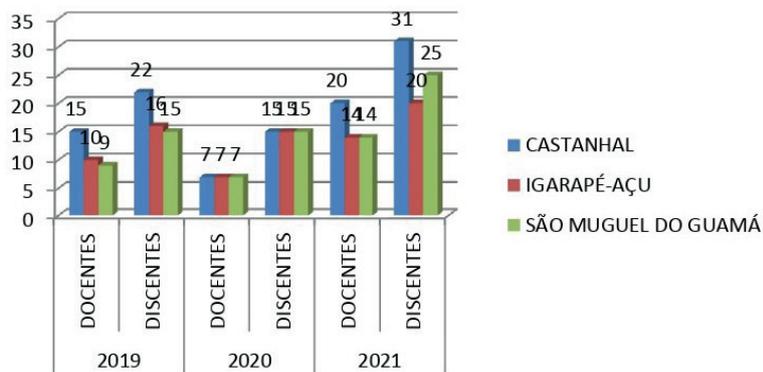
Ações na Região do Tapajós



Fonte: PROEX/UEPA

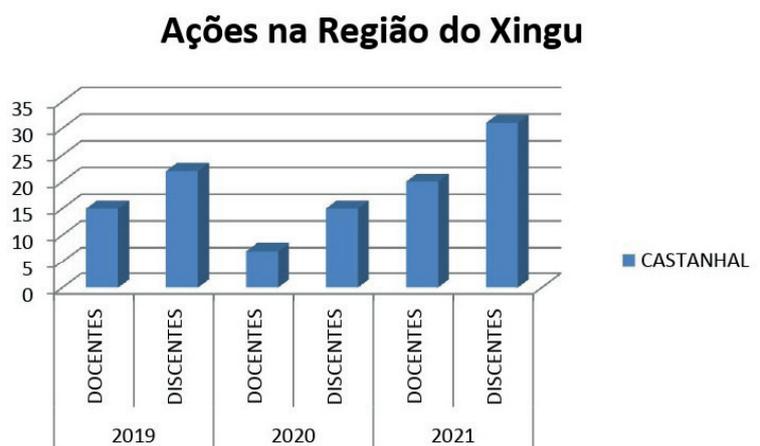
Gráfico 11

Ações na Região do Tocantis



Fonte: PROEX/UEPA

Gráfico 12



Fonte: PROEX/UEPA

Os gráficos apresentados foram divididos em regiões de integração, e depois da análise dos mesmos percebeu-se que as atividades de extensão cresceram significativamente nos últimos anos, como a extensão está bastante presente nos municípios, passou-se a atenção para as dificuldades apresentadas em relatório, pois esses obstáculos prejudicam no processo de inclusão tanto dos docentes, quanto dos discentes, levando em conta que o professor também é ferramenta fundamental nas ações de extensão, buscando focar nessas dificuldades foi construído o quadro denominado de quadro da Dificuldade, instrumento relevante para finalização da Resolução de carga horária de extensão na graduação da UEPA. Conforme mostrado a seguir:

Quadro 1 – Relatos de dificuldades

QUADRO DAS DIFICULDADES		
DADOS EXTRAÍDOS DE RELATÓRIOS		
1	Definição sobre ensino, pesquisa e extensão	Muitos docentes e discentes confundem o tripé, fazendo com que desenvolvam atividades ligadas à pesquisa e ao ensino, não sabendo que a extensão utiliza-se dos conhecimentos adquiridos com o ensino e a pesquisa.
2	Falta de Recursos	Um dos maiores problemas encontrados, pois devido às crises nas universidades por dependerem dos recursos repassados pelo governo, diminuem consideravelmente as ações tanto de pesquisa, ensino e extensão.
3	Carga horária de alunos e Professores	Os alunos acabam passando a maior parte em aulas teóricas, com pouca oportunidade de interagir com a sociedade
4	Logística	Longa distância e difícil acesso a os municípios, devidos a geografia local, infraestrutura de rodovias, transportes fluviais e terrestres precários
5	Acompanhamento / orientação	Falta de coordenadores/ orientadores no acompanhamento das ações

Fonte: PROEX/UEPA

Diante da identificação das informações que dificultam a execução das ações de extensão por alunos e professoras, construiu-se uma minuta com as seguintes regras a serem atendidas, baseadas nas dificuldades apresentadas no quadro 1:

- 1. A Resolução será descrita de forma clara e objetiva, a fim de auxiliar docentes e discentes no entendimento de sua normativa;*
- 2. Art. 25°. Em consonância com a Política Nacional de Extensão caberá às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018;*
- 3. §1°. As atividades de extensão na forma de unidades curriculares de extensão não deverão exceder 1/3 da carga horária da disciplina onde for implementada e nem ultrapassar 50% da carga horária total destinada as ações de extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso. §2° As unidades programáticas de extensão terão perfis e carga-horária variável de acordo com o tipo de ação a ser realizada*
- 4. Caberá a Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão o apoio material e logístico para a realização e execução das ações de extensão.*
- 5. A coordenação de curso deverá designar uma comissão constituída por docentes e assessoria pedagógica do curso, responsável por orientar, acompanhar o desenvolvimento e validar a participação do estudante nas ações de extensão (programáticas), assim como encaminhar para registro do controle acadêmico, a carga horária a ser atribuída ao discente semestralmente.*

A Resolução ainda encontra-se em processo de construção alinhando o que é necessário para o sucesso e desenvolvimento das Universidades.

A Instituição ao concretizar a construção desse documento, estará cumprindo vários de seus princípios básicos, contribuindo para formação de seus alunos e para o desenvolvimento sustentável do Estado, o que, aliás, está de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária que assinala que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, Boaventura de Souza, 1995).

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Através da nova normativa visando os projetos sociais, a universidade socializará seu conhecimento e disponibiliza seus serviços de uma forma mais extensa, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerações finais

A UEPA acredita que a cidadania é imprescindível na formação dos alunos, na perspectiva de transformação social, iniciando pela construção de um processo de organização da comunidade, uma vez que estando consciente de seus direitos enquanto cidadão, ela será capaz de promo-

ver significativas e profundas mudanças na sociedade em que está inserida.

Nessa acepção, a universidade reconhece a Meta 12 não só como números a serem atingidos, mas principalmente como uma importante ferramenta de desenvolvimento, aprendizagem e transformação, pois estimula o estudo, o diálogo e a construção de uma nova perspectiva na relação universidade e sociedade, além massificar a integração de seus docentes e discentes da graduação, para que juntos tornar-se-ão agentes na construção de um novo ciclo, proporcionando o protagonismo de um conjunto de ações cujas atividades ultrapassarão de forma mais abrangente os muros da universidade e permitirão aos universitários perceberem na pragmática, as teorias vivenciadas em sala de aula.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 d. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 e. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e Regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional e educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 abr. 2022.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e sociedade*, v. 4, n. 7, p. 119-133, 211. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60>. acesso: 22 abr de 2022.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA. Gabriela. Ensino, pesquisa e extensão: o que são e como funcionam? Entenda como esse elemento influenciam o ensino superior. *Educa Mais Brasil*. Publicação 19/11/2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/ensino-pesquisa-e-extensao-o-que-sao-e-como-funcionam>. Acesso em: 21 de abr. 2022.

A INSERÇÃO CURRICULAR NO ENSINO DE SAÚDE DO ADOLESCENTE NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UESC

Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt (UESC)⁵³

Maria D'ajuda Martins Larcher (CES)⁵⁴

Bernardina Silva Santos (SMS)⁵⁵

Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever o processo de inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Bem verdade, que a articulação entre ensino e extensão não é uma novidade para este curso, uma vez que, desde os primórdios, na década de 80, a extensão vem se mostrando como laboratório pedagógico para complementação, inovação e/ou aprimoramento do aprendizado curricular. Tal prática foi institucionalizada no Projeto Político Pedagógico – PPP de 2014, através da Resolução CONSEPE 57/2014 (UESC, 2014).

Contudo, quando a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 foi apresentada aos docentes como fundamentação para a sua institucionalização, destacando que esta estabelece que é preciso “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014), foi como se estivessem sendo apresentados a algo muito novo, que seria necessário aprender demandando muitos esforços para operacionalizar.

Nem mesmo os docentes que já desenvolviam a articulação ensino e extensão desde o início do curso conseguiam identificar a inserção curricular. Certamente, esta não é uma realidade, apenas da graduação em enfermagem da UESC. Tal situação deve ocorrer em outros cursos e instituições.

Por isso a presente coletânea torna-se tão importante. É a materialização da afirmação de Thiollent (2016), de que a divulgação de processos e procedimentos para desenvolver atividades extensionistas é uma das estratégias para melhorar a qualidade da extensão universitária. E, certamente, imprescindível para implantar e implementar a inserção curricular.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo. Segundo Dyniewicz (2014), o relato de experiências é um método de observação sistemática que promove o diálogo entre as evidências emergentes da realidade e arcabouços teóricos. É uma dissertação narrativa de experiências vivenciadas pelos autores. Ressalta, ainda, que o relato de experiência possibilita que acontecimentos da prática não se percam por falta de documentação como é muito comum nas práticas extensionistas.

Tem como abordagem metodológica os princípios da gestão de projetos do modelo Project

53 Mestre em Enfermagem, Docente da disciplina Enfermagem na Atenção à Saúde do Adolescente, na Graduação de Enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Coordenadora do Núcleo Jovem Bom de Vida – NJBV. E-mail: aomartins@uesc.br.

54 Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Professora e Ex-diretora do Colégio Estadual de Salobrinho, município de Ilhéus-BA. E-mail: md.larcher13@gmail.

55 Especialista em Saúde Escolar, Enfermeira da Unidade de Saúde da Família do Salobrinho I, da Secretaria Municipal de Ilhéus-BA. E-mail: bernardinassantos@gmail.com.

Management Institute - PMI (Instituto de Administração de Projetos) o qual abarca nove áreas de conhecimento: gestão de integração, gestão do escopo (abrangência), gestão do tempo, gestão de custos, gestão de qualidade, gestão de recursos humanos, gestão de comunicações, gestão de riscos e gestão de aquisições (MOURA; BARBOSA, 2013).

A técnica de coleta de dados foi a observação participante descritiva a qual, segundo Minayo (2013), permite o registro livre, desde que mantenha o foco do objeto do estudo.

Também foi utilizado princípios da análise documental, a partir das ementas das disciplinas: Enfermagem Pediátrica, Prática de Enfermagem Pediátrica, Enfermagem na Atenção à Saúde do Adolescente, assim como dos módulos de aprendizagem das referidas disciplinas, disponibilizados no site da UESC.

O cenário foi o bairro do Salobrinho no município de Ilhéus, na Bahia, onde estão o campus da UESC, a Unidade de Saúde da Família do Salobrinho I e o Colégio Estadual de Salobrinho_CES.

Os participantes envolvidos foram os discentes matriculados nas disciplinas: Enfermagem Pediátrica, Prática de Enfermagem Pediátrica e Enfermagem na Atenção à Saúde do Adolescente no período de 2007 até 2022.1 (em andamento).

Importante ressaltar que durante a mudança curricular, as disciplinas Enfermagem Pediátrica e Prática de Enfermagem Pediátrica sofreram mudanças, sendo divididas em duas novas: Enfermagem na Atenção à Saúde da Criança e Enfermagem na Atenção à Saúde do Adolescente.

O Processo de inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da UESC

A disciplina

A disciplina apresentada neste capítulo tem como objeto de aprendizagem o:

“estudo da produção do cuidado de enfermagem ao adolescente e sua família nos três níveis de atenção à saúde, a partir das interfaces do processo de enfermagem. Adolescências; Crescimento e Desenvolvimento; Consulta de Enfermagem Hebiátrica; Políticas Públicas voltadas para o Adolescente”. (BITENCOURT et al., 2020, p. 7).

A mesma possui 60h, das quais 30h (2 créditos) são destinadas à teoria e 30h (1 crédito) à prática. Está inserida no sétimo semestre da nova matriz curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem da UESC, o qual pode ser considerado um semestre de concentração de especialidades, uma vez que é composto, também, pelas disciplinas Enfermagem na Atenção ao Indivíduo em Situações Críticas, Enfermagem na Atenção à Saúde do Idoso, Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher II e Práticas Pedagógicas em Saúde.

É importante destacar que a saúde do adolescente nem sempre esteve presente na matriz curricular da graduação em enfermagem e que a sua inserção só foi possível graças à ação de extensão Núcleo Jovem Bom de Vida - NJBV. Esta aconteceu em duas etapas...

A primeira foi em 2007, quando partindo do argumento de que as Diretrizes Curriculares da graduação em enfermagem preconizam que:

os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente [grifo nosso], ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e

ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem (BRASIL, 2001).

Considerando que a ementa da disciplina Enfermagem Pediátrica, naquele momento, dizia que: “a disciplina visa compreender o processo de cuidar de enfermagem da criança e do adolescente, no intuito de atendê-los nos níveis primário, secundário e terciário da saúde” (BITENCOURT et al., 2014, p. 10).

E, partindo do pressuposto de que segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP e a Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras – SOBEP, a Pediatria se dedica a cuidar, ensinar e pesquisar na área da criança e do adolescente, a carga horária específica para o ensino da adolescência, enfim, foi conquistada.

Assim, na graduação em enfermagem da UESC, o ensino do cuidado a esta população, naquele momento, ficou distribuído em duas disciplinas, ambas, do 6º semestre do curso, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas que abordam o processo de cuidar do adolescente no Curso de Graduação em Enfermagem da UESC.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA POR ÁREA	C.H. TOTAL
Enfermagem Pediátrica	Criança na Atenção Básica – 20h	60h
	Criança na Atenção Hospitalar – 20h	
	Adolescência – 20h	
Prática de Enfermagem Pediátrica	Criança na Atenção Básica – 20h	90h
	Criança na Atenção Hospitalar – 20h	
	Adolescência – 20h	

A conquista desta carga horária foi cheia de questionamentos sobre o local onde as práticas seriam desenvolvidas, considerando que na realidade local a saúde do adolescente não estava e, ainda não está, institucionalizada nos serviços da rede básica de saúde.

Partindo da reflexão do FORPROEX (2006) sobre a necessidade de ampliar o conceito de sala de aula, tendo a extensão como espaço de aprendizagem, a resposta foi tornar a ação extensionista NJBV um laboratório pedagógico.

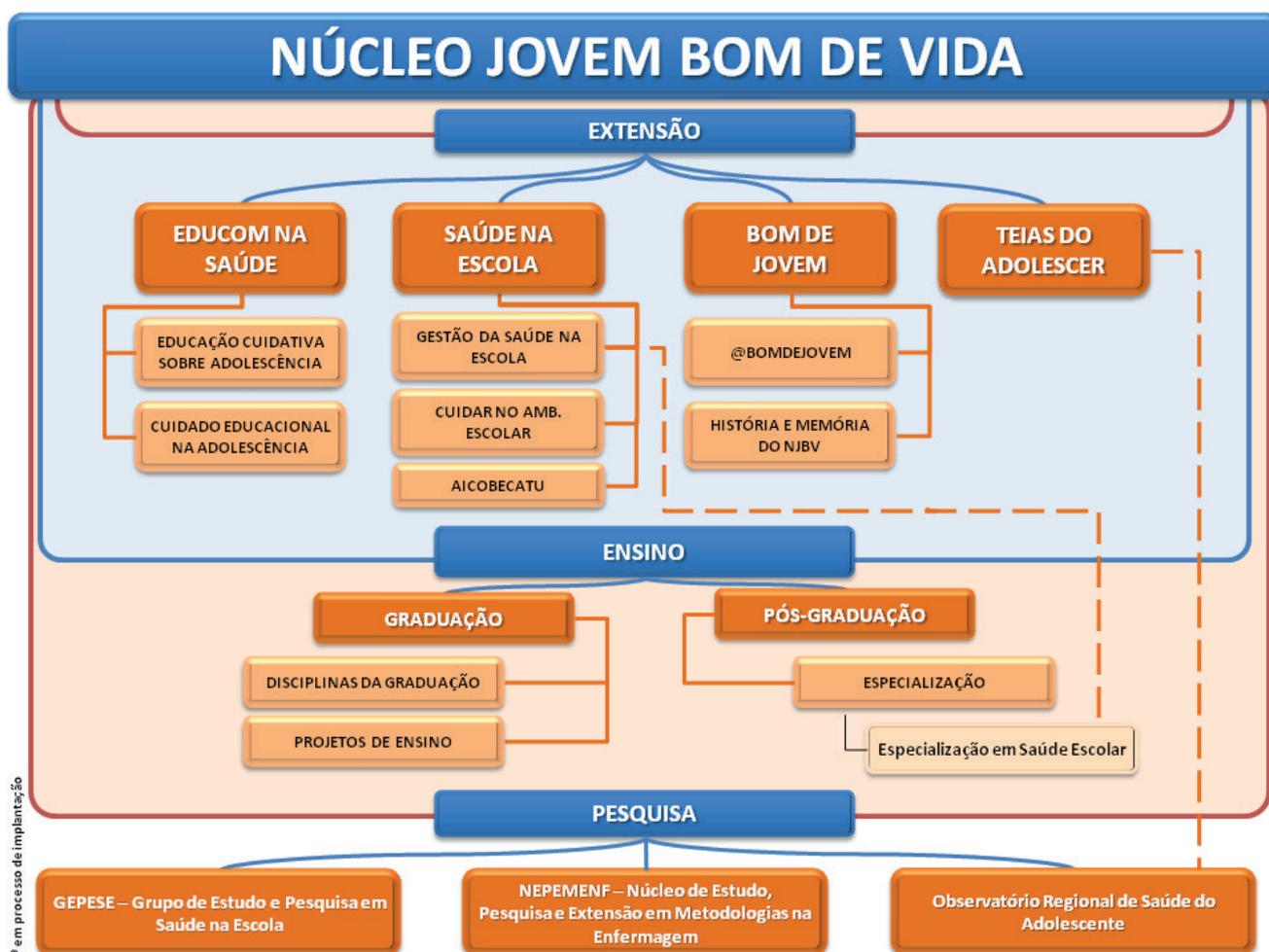
A Ação Extensionista

O NJBV é uma ação extensionista da UESC, aprovado pelo CONSEPE em 1º de março de 1998, está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e lotado no Departamento de Ciências da Saúde – DCSAU. Tem como objetivo promover a atenção à saúde na adolescência, atuando junto aos adolescentes e às redes sociais que interagem no seu processo de cuidar, articulando, assim, ensino, pesquisa e extensão (UESC, 2022).

Ao longo de 24 anos, vem realizando ações educativas, consultas de enfermagem com os adolescentes, consultorias, assessorias, capacitações com profissionais que integram a sua rede de cuidado (saúde, educação e desenvolvimento social, entre outros), dentre outras atividades que possam subsidiar a implantação/implementação do serviço de atenção à saúde do adolescente. Todas as intervenções são organizadas e realizadas a partir das políticas públicas voltadas para esta população (BITENCOURT et al., 2013).

Buscando atender às diretrizes da extensão universitária, preconizadas pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) de Interação dialógica; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão; Impacto na formação do estudante; Impacto e transformação social o NJBV está organizado em linhas de ação, delimitadas por objetos e áreas específicas dentro do processo de cuidar do adolescente, as quais são compatíveis com linhas de pesquisa, no intuito de estimular e subsidiar a produção científica, sendo elas ilustradas na figura 1 (UESC, 2022).

Seu processo de trabalho está organizado conforme a figura 1.



A estrutura do NJBV evidencia a incessante busca pela articulação e indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa.

As atividades de ensino envolvem algumas disciplinas da graduação no processo de inserção curricular (a exemplo da apresentada neste capítulo) e projetos de ensino. Outra articulação do ensino se dá através da Especialização em Saúde Escolar com a disciplina Metodologia da Extensão

e o Projeto de Intervenção (desenvolvido no NJBV), componentes curriculares do Curso.

A pesquisa está presente, também, através da referida especialização, uma vez que os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC's são produções científicas que emergem dos projetos de intervenção; de pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa e pelo Observatório Regional de Saúde de Adolescentes.

As linhas de ação que organizam a atividades de extensão são:

EDUCOM NA SAÚDE: busca estratégias para construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos com vistas ao processo de crescimento e desenvolvimento científico de estudantes e profissionais, bem como a qualidade de vida de adolescentes e seus familiares.

BOM DE JOVEM: desenvolve projetos temáticos diversificados relacionados à adolescência bem como às redes sociais que interagem no seu processo de cuidar.

TEIAS DO ADOLESCER: busca a (re) organização da rede de atenção à saúde do adolescente. Onde está inserido o Observatório de Saúde do Adolescente, atividade de pesquisa e extensão, em parceria com o Núcleo Regional de Saúde do Sul da Bahia - NRS Sul. Estes produzem trimestralmente a produção técnica intitulada, Boletim Regional de Saúde do Adolescente, a qual contribui com a produção e divulgação de informações sobre a saúde do adolescente a partir da análise dos dados dos Sistemas de Informação em Saúde.

SAÚDE NA ESCOLA: desenvolve e assessora ações de saúde em ambientes escolares, através de três sublinhas. A Gestão na Saúde na Escola, a qual é desenvolvida em articulação com a Especialização em Saúde Escolar; a Aicobecatu (Aicobé ou aikobé= viver, existir; catu ou katu = bom, são, sadio, em uma tradução livre de bem-viver. Em uma denominação correlata ao Jovem Bom de Vida), em processo de implantação junto à adolescentes de comunidades indígenas; e cuidar no ambiente escolar desenvolvido no Salobrinho, a partir do Colégio Estadual do Salobrinho, cenário da inserção curricular descrita no presente texto.

O Laboratório Pedagógico para a Inserção Curricular da Extensão

Até 2006 o NJBV atendia às demandas espontâneas da comunidade. E embora atendesse a uma média de 1.000 a 1.500 pessoas por ano, não tinha uma rotina que possibilitasse a articulação sistemática com o ensino.

De fato, já se vinha discutindo sobre a necessidade de desenvolver um trabalho mais completo e continuado, em apenas uma instituição, no intuito de poder impactar de verdade uma comunidade. A equipe chegou a enviar ofícios para mais de 50 escolas no município de Itabuna e uma do Salobrinho, propondo a discussão do desenvolvimento de atividades continuadas. Mas, nenhuma delas respondeu a esta proposta. Continuaram solicitando, apenas, atividades pontuais para apagar pequenos “incêndios”, sem mesmo permitir que fosse feito um “rescaldo”⁵⁶. Esta falta de continuidade já vinha incomodando e desestimulando a equipe...

No final de 2006, a necessidade do NJBV de tornar-se campo de prática para o ensino de saúde do adolescente, já no 1º semestre de 2007, reacendeu o desejo de delimitar uma demanda organizada com atividades de fluxo contínuo criando uma rotina de cuidado. E mais uma tentativa foi feita.

No bairro Salobrinho, município de Ilhéus-Ba, onde o campus da UESC está localizado, estava sendo inaugurado o Colégio Estadual de Salobrinho_CES, com aproximadamente 450 adolescentes a partir o 6º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Por coincidência ou não, a diretora desta instituição tinha sido entrevistada para uma pesquisa do NJBV em 2003, quando

⁵⁶ Fase do combate a incêndio em que se localizam focus de fogo escondidos ou brasas que poderão tornar-se novos focus.

atuava na Escola Municipal do Salobrinho. Naquela oportunidade, ela disparou cobrando que aquele estudo se tornasse intervenções concretas na comunidade. E, no fundo, no fundo, era esta voz que ecoava na equipe no NJBV quando estava buscando se estabelecer em uma instituição escolar.

Este foi, então, um encontro de desejos. E desde então, o NJBV se instalou no CES de tal modo que atualmente, faz parte do Projeto Pedagógico desta unidade escolar.

O próximo passo foi buscar a Unidade de Saúde da Família_ USF. A enfermeira⁵⁷ da época logo se engajou na proposta. A articulação com a USF permanece até hoje, mesmo com as mudanças de enfermeiras que aconteceram ao longo desses anos.

A partir daí, o próximo passo foi reorganizar os processos de trabalho do NJBV, de modo que este acabou se tornando um laboratório pedagógico para o desenvolvimento de um modelo de inserção curricular da extensão.

O processo durante muito tempo foi intuitivo a partir da formação e das experiências dos envolvidos. Até a equipe conhecer o modelo PMI de gestão de projetos e logo perceber que este já vinha sendo implementado.

Moura e Barbosa (2013) destacam que embora o modelo PMI geralmente seja utilizado no setor produtivo, é possível aplicá-lo, também, em projetos educacionais, mediante transposições conceituais e metodológicas para adaptá-lo ao contexto educacional, as quais foram feitas pelo NJBV.

O Quadro 2 demonstra as transposições feitas pelo NJBV para aplicação de princípios do modelo PMI na inserção curricular da extensão no ensino de saúde do adolescente, uma adaptação a partir de Moura e Barbosa (2013).

57 A enfermeira da época era Priscilla Sousa Silva. Atualmente, a USF do Salobrinho conta com duas equipes e as enfermeiras Bernardina Silva dos Santos e Ellen Fernanda da S. Vieira.

Quadro 2: Aplicação de princípios do modelo PMI na inserção curricular da extensão adaptado de Moura e Barbosa (2013).

Área na Gestão de Projetos (Modelo PMI)	Descrição	Inserção curricular da extensão
1- Gestão da integração	Coordenar corretamente os vários elementos do projeto; desenvolvimento do plano de projeto, sua execução e controle.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar quais os conteúdos, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina que podem ser vivenciados no âmbito da ação extensionista. - Discutir com a equipe da ação extensionista de que modo os conteúdos, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina podem ser vivenciados no âmbito da ação extensionista. - Definir qual a carga horária e os quantos créditos da disciplina serão considerados como inserção curricular. - Assegurar que as atividades desenvolvidas pela disciplina não comprometam o desenvolvimento da ação extensionista. E que as demandas da ação de extensão não comprometam o andamento da disciplina.
2- Gestão do escopo (abrangeção)	Garantir que o projeto inclua todos os trabalhos previstos; definição, planejamento, verificação e revisão do escopo do projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que o escopo da ação extensionista seja compatível com a ementa da disciplina. - Garantir que as atividades da disciplina desenvolvidas no âmbito da ação extensionista atendam aos objetivos, conteúdos e carga horária da disciplina.

<p>3- Gestão do Tempo</p>	<p>Concluir o projeto no tempo previsto; definição de atividades, sequenciamento das atividades, estimativas de duração de atividades, desenvolvimento e controle de escalonamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir o processo de inserção curricular com a equipe de extensão, sempre antes do início do período letivo. - Sempre que possível participar do processo de planejamento das atividades extensionistas com a comunidade onde as atividades da disciplina serão desenvolvidas. Favorecendo, assim, ajustes de horários e datas. - Assegurar que as atividades da extensão que serão desenvolvidas em articulação da disciplina sejam desenvolvidas dentro do calendário acadêmico da disciplina, respeitando, o máximo possível, os dias e horários da disciplina.
<p>4- Gestão de custos</p>	<p>Concluir o projeto dentro do orçamento previsto; planejamento de recursos, estimativas e controle de custos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sempre que possível, as atividades desenvolvidas pela disciplina devem ser compatíveis com os recursos orçamentários da ação extensionista. - Quando o desenvolvimento de atividades de uma disciplina passa a fazer parte da rotina da ação de extensão, torna-se possível que estas passem a integrar o planejamento de recursos da mesma.
<p>5- Gestão da qualidade</p>	<p>Garantir que o projeto atenda às necessidades para as quais ele foi planejado; planejamento e controle da qualidade</p>	<p>É preciso estabelecer critério para definir a qualidade do processo de inserção curricular no que se refere:</p> <ul style="list-style-type: none"> - À Disciplina - Aos estudantes - À ação de extensão - À comunidade <p>- Ter em mente os processos, nos produtos, nos resultados e nos impactos.</p>

6- Gestão de recursos humanos	<p>Obter o melhor aproveitamento das pessoas envolvidas no projeto; planejamento, organização e desenvolvimento de equipes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ter clareza de que a equipe do projeto é composta pelas pessoas da disciplina e da ação extensionista tais como: Estudantes matriculados na disciplina; Bolsista de Projetos de Ensino e de Iniciação à Docência (quando houver); Bolsista de Extensão; Discente voluntário de extensão. - Mobilizar a equipe de modo a deixá-los motivados, instigados para participarem das atividades. - Os componentes teóricos, geralmente, contemplam o desenvolvimento da equipe. - Se necessário, promover oficinas complementares, com participação da equipe da extensão. - Acompanhar o desempenho da equipe, especialmente, os discentes matriculados na disciplina. - Identificar e resolver possíveis problemas que podem acontecer durante o desenvolvimento das atividades. - Definir, previamente, instrumentos de avaliação, compatíveis com o objeto e os objetivos da disciplina, para as atividades que serão desenvolvidas na extensão
-------------------------------	--	--

7- Gestão de comunicações	Garantir a produção, coleta, disseminação, armazenamento e provimento de informação sobre o projeto; planejamento da comunicação, distribuição da informação e relatórios	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer e divulgar as estratégias de comunicação do projeto para manter toda a equipe conectada (incluindo a comunidade). - Definir quais informações devem ser compartilhadas e com qual frequência. - Definir os responsáveis por compartilhar informações para evitar ruídos. - Definir quais serão os canais de comunicação: whatsapp, telegram, instagram, etc. (considerando as mais apropriadas e para cada grupo). - Definir quem ficará responsável por finalizar e revisar o relatório. - Definir estratégias de divulgação dos resultados das atividades: relatório, relatos de experiências, dentre outros.
8- Gestão de riscos	Identificar e analisar riscos; identificação, quantificação de riscos na execução do projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os riscos possíveis relacionados às disciplinas, aos estudantes matriculados pela disciplina; à ação de extensão e à comunidade. - Planejar estratégias para responder aos riscos - Implementar as respostas aos riscos quando e se necessário. - Monitorar os riscos (os conhecidos e os desconhecidos, que podem surgir)
9- Gestão de aquisições	Contratar bens e serviços externos à organização; planejamento de aquisições, seleção de fornecedores e administração de contratos	<ul style="list-style-type: none"> - Otimizar os bens e serviços existentes na própria instituição e através de parcerias. - Evitar o condicionamento de atividades de inserção curricular à contratação de bens e serviços externos à organização. Sob pena de inviabilizá-las.

A gestão da integração no caso da inserção curricular do ensino de saúde do adolescente aqui descrita tem um facilitador que é o fato da docente da disciplina, também, ser integrante do NJBV. Conhecedora das necessidades e possibilidades de ambos.

A primeira discussão se deu junto com a equipe do NJBV levantando as necessidades dos adolescentes do CES e do Salobrinho. Logo foi evidenciado que a escola seria um local estratégico para prevenção e promoção de saúde de adolescentes e que a implantação do acompanhamento de crescimento e desenvolvimento – CD era uma prioridade, conforme preconizado pelas políticas voltadas para esta população. A partir daí, a linha Saúde na Escola passou a desenvolver as seguintes estratégias: participação na jornada pedagógica do CES; realização de consultas hebiátricas de enfermagem; atividades educativas; participação em reuniões entre pais/responsáveis e a equipe escolar; e visita domiciliar (BITENCOURT et al., 2011).

Através do NJBV foi possível identificar as demandas de cuidado da comunidade e dos serviços que precisam de profissionais qualificados para, enfim, implantarem serviços de atenção à saúde de adolescentes. Tal informação subsidiou a revisão dos conteúdos prioritários da disciplina que possibilitarão a formação de enfermeiros que sejam capazes de atender às demandas da comunidade e dos serviços de Saúde tais como: “Adolescências; Crescimento e Desenvolvimento; Consulta de Enfermagem Hebiátrica; Políticas Públicas Voltadas para o Adolescente” (BITENCOURT et al., 2020, p. 7).

A decisão foi trabalhar com um número menor de conteúdos para ter como aprofundar, explorar e exercitar cada um deles.

Após este processo de reorganização identificou-se que todos os conteúdos, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina poderiam ser vivenciados no âmbito do NJBV.

Apesar de todo o conteúdo ser compatível com as atividades do NJBV, depois de muitas reflexões ponderou-se considerar, apenas as 30h referentes ao crédito prático da disciplina.

A gestão do escopo e de tempo tem sido imprescindíveis para assegurar que tanto os objetivos da disciplina quanto do NJBV sejam atendidos dentro do calendário acadêmico e, principalmente, do calendário do CES.

A gestão de qualidade precisa ser aprimorada, porque, embora os indicadores de avaliação dos estudantes utilizados pela disciplina estejam muito bem estabelecidos e divulgados, assim como os produtos a serem produzidos, os critérios da gestão de qualidade referentes ao processo de inserção curricular ainda não são bem definidos, dando margem para subjetividades.

Para a gestão de comunicação é estabelecida um grupo de trabalho a cada semestre, formado pelo bolsista de extensão, cujo plano de trabalho seja na linha de saúde na escola, pelo bolsista de ensino da disciplina Enfermagem na Atenção à Saúde de Adolescentes e o representante/líder da turma.

A gestão de riscos é permanente, em especial, pelo compromisso e responsabilidade com a comunidade, com os adolescentes do CES, para que estes não se sintam como meros objetos de aprendizagem.

No que se refere à aquisição de material, as ações do NJBV e da disciplina estão bem alinhadas, não sendo esta uma atividade extra que demande novos materiais e outros. Os discentes se tornam equipe executora do NJBV durante o período da disciplina.

Outro ponto que demandou um amadurecimento foi o processo de certificação dos discentes da disciplina, de modo que não houvesse sobreposição com as Atividades Acadêmico Curriculares

Complementares - AACCC's. A solução encontrada foi providenciar para que o certificado seja emitido destacando que trata-se de uma atividade de inserção curricular (Curricularização da Extensão na Disciplina Enfermagem na Atenção à Saúde do Adolescente – Graduação em Enfermagem UESC); Considerando como período da atividade, o período letivo e carga horária 30h (referente ao crédito prático da disciplina); e a categoria é discente colaborador.

E assim, já são 15 anos construindo inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da UESC, agora, cientes de que o PMI adaptado para o contexto educacional tem norteado este processo.

Ao discutir a inserção curricular, DEUS (2020) destaca a contradição entre a necessidade de currículos dinâmicos, flexíveis e transformadores com, pelo menos, três aspectos da realidade:

“I) os currículos fechados entre quatro paredes, em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; II) o acomodamento tanto docente quanto discente; e III) a própria estrutura universitária, que se coloca distante do cotidiano, dos movimentos sociais e das demandas gerais da sociedade.” (DEUS, 2020, p. 18 - 19)

Após conhecer a experiência aqui descrita, pode-se pensar que esta estava em realidade distinta da destacada pela autora citada acima. Por isso é muito importante que se saiba que esta, também, esteve diante de um currículo com muitas disciplinas, quase todas obrigatórias estruturadas em créditos e com carga horária a ser cumprida. Contudo, o processo de mobilização docente e discente a partir da vivência junto à comunidade possibilitou que a mesma fosse e continue sendo implementada.

Sendo assim, pode-se afirmar que a inserção curricular depende muito mais dos atores envolvidos do que da estrutura curricular propriamente dita. O que não isenta, por outro lado, a necessidade de apoio institucional às ações de extensão para que estas possam se tornar ambientes de aprendizagem curricular.

Considerações finais

Este capítulo descreveu o processo de inserção curricular no ensino de saúde do adolescente na graduação em enfermagem da UESC, aplicando como abordagem metodológica os princípios da gestão de projetos do modelo PMI.

Embora haja discussões sobre o formato dos currículos centrados em carga horária e creditação como obstáculo para a inserção curricular da extensão, o que este capítulo apresentou foi uma estratégia compatível com todos os contratemplos vigentes e sem custos extras para as instituições.

Também, vale ressaltar que não é possível esperar um contexto perfeito para começar. O modelo apresentado, embora não seja perfeito, é o resultado de 15 anos de tentativas, erros e acertos os quais permitiram aprimorar a disciplina Enfermagem na atenção à Saúde do Adolescente e, principalmente, o próprio NJBV.

Esta experiência se deu e se dá a partir de uma integração e mobilização de mão dupla: o repensar de uma disciplina e a reorganização de uma ação extensionista respondendo às demandas de uma comunidade.

Uma troca de saberes que possibilitou a reorganização dos processos de trabalho do NJBV

com conseqüente melhoria na resposta aos adolescentes do Colégio Estadual de Salobrinho - CES. Além do aprimoramento dos processos didático-pedagógicos da disciplina levando a uma maior consciência metodológica da apreensão dos conteúdos, bem como das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes.

Não se pode esperar uma condição institucional perfeita, uma fórmula ou protocolo para fazer a inserção curricular. Até porque, cada área, cada disciplina, tem a sua singularidade. O importante é começar! Porque como diria Paulo Freire (1997, p. 79) “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Referências

BITENCOURT, A. O. M.; BORGES. M. A. S. F.; SANTANA, R. M.; SILVA, V. G.,
Saúde do escolar no Jovem Bom de Vida: normas operacionais para a prática extensionista – Ilhéus, BA: UESC, 2011.

BITENCOURT, A. O.M.; SANTANA, R. M.; SILVA, E. C.; BORGES, M. A. S. F.; SILVA, N. C.; SILVA, D. de O.; ARAUJO JÚNIOR, J. C.; SILVA, M. R. da; SILVA, V. G. da. Teias do adolescer: (re) pensando o processo de cuidar do adolescente. Ilhéus, BA: UESC, 2013.

BITENCOURT, A. O. M.; BORGES. M. A. S. F.; SANTANA, R. M.; SILVA, V. G.,
Adolescentes: construindo o conhecimento sobre o processo de cuidar. Ilhéus, BA: UESC, 2014.

BITENCOURT, A. O. M.; BORGES. M. A. S. F.; SANTANA, R. M.; SILVA, V. G.,
Adolescentes: construindo o conhecimento sobre o processo de cuidar. 2ª Ed.. Ilhéus, BA: UESC, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n.º 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 nov. 2001.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. ISBN 9788540204140. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/editora>. Acesso em: 07 mai. 2016

DEUS, S. de. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020.

DYNIWICZ, A. M. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. Difusão Editora. 2a. ed. São Caetano do Sul: 2014.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, P.. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 13ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

MOURA, D. G. de; BARBOSA, E. F. Trabalho com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THIOLLENT, M. J. M.. Por uma Melhoria da Extensão Universitária. CCNEXT - Revista de Extensão, Santa Maria v.3 - n.1, 2016, p. 44 – 49. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM. IISSN on-line: 2179-4588

UESC. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE. Resolução CONSEPE 57/2014 - Aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem.

UESC. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC). Núcleo Jovem Bom de Vida. Disponível em: <http://www.uesc.br/nucleos/bomdevida/> Acesso em: 14 abri. 2022

CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNEMAT

Joacir Mauro da Silva Junior (UNEMAT)⁵⁸

Leonarda Grillo Neves (UNEMAT)⁵⁹

Tanismare Tatiana de Almeida (UNEMAT)⁶⁰

Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o relato de experiência da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado no que diz respeito à divulgação e conhecimento sobre a Resolução nº 011/2020 – Ad referendum do CONEPE, homologada pela Resolução nº 024/2020 – CONEPE, que dispõe e regulamenta a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação desta Instituição de Ensino Superior.

A partir da publicação da resolução, surgiu a preocupação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade do Estado de Mato Grosso acerca da novidade normativa sob o ponto de vista docente. Neste sentido, surgiu o seguinte questionamento norteadora deste estudo: Como os docentes da UNEMAT assimilaram a obrigatoriedade de inclusão da creditação da extensão nos cursos de graduação?

Portanto, este estudo apresenta as discussões realizadas com o quadro de docentes da universidade, por meio de reuniões virtuais realizadas ao longo do ano de 2021.

Este trabalho está dividido nas seguintes seções: Introdução, Metodologia, Discussão, Considerações Finais e Referências. Justifica-se em razão da necessidade de compartilhar os relatos dos docentes de uma instituição de ensino a respeito dos anseios e sensações despertadas a partir da obrigatoriedade da inclusão da creditação da extensão, visto que a troca de experiências impulsionará, a nível nacional, a discussão sobre o tema.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa podem ser traduzidos como o planejamento inicial que idealiza quais passos serão seguidos para que os objetivos propostos no trabalho sejam alcançados. A definição desses procedimentos é essencial ao desenvolvimento do trabalho. Gil (2008) compreende a metodologia como a forma de chegar a um determinado conhecimento, sendo determinada pelo tipo de objeto investigado e pelo que o estudo se propõe a encontrar.

Portanto, este estudo categoriza-se como uma pesquisa do tipo relato de experiência. Aponta Mussi et al (2021) que:

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção.

58 Mestre em Políticas Públicas e Gestão de Educação Superior, Presidente da Comissão Especial de Atividade Acadêmica e Creditação da Extensão, Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: joacir@unemat.br

59 Doutora em Genética e Melhoramento, Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: leonardaneves@unemat.br

60 Doutora em Fitotecnia, Assessora de Extensão, Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: tanismaresilva@unemat.br

Discussão

Ao tratar da curricularização da extensão, Gadotti (2017) afirma que o assunto faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Assim, a Resolução nº 011/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão na UNEMAT, foi publicada com fundamento no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); e na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação.

É válido destacar que a PROEC criou uma Comissão de Atividades Acadêmicas e Creditação da Extensão, tratada como o Eixo 2 da Câmara de Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que foi incumbida de realizar algumas ações, abaixo discriminadas na Tabela I.

Tabela I – Ações da Comissão de Atividades Acadêmicas e Creditação da Extensão

AÇÕES

Implementar a curricularização da extensão

Adequar a Resolução 52/2016 da PROEG

Conhecer experiências de outras IES

Verificar em outras instituições o andamento do processo de curricularização

Orientar e monitorar a curricularização da extensão nos cursos dos diferentes campi em conjunto com a PROEG

Sugerir e auxiliar em alterações nos projetos políticos pedagógicos

Ampliar a política institucional de creditação

Flexibilizar a matriz curricular

Implementar a extensão na formação acadêmica em todos os cursos de graduação

Integralizar no currículo créditos de atividades extensionistas

Criar política que permita a execução de projetos por discentes

Construir ou normatizar formas de participação do estudante nas ações de extensão

Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o consequente empenho institucional.

Levantar as ações de extensão por meio de avaliação dos documentos já existentes - Extensão em números e elaboração de procedimento de coleta de dados

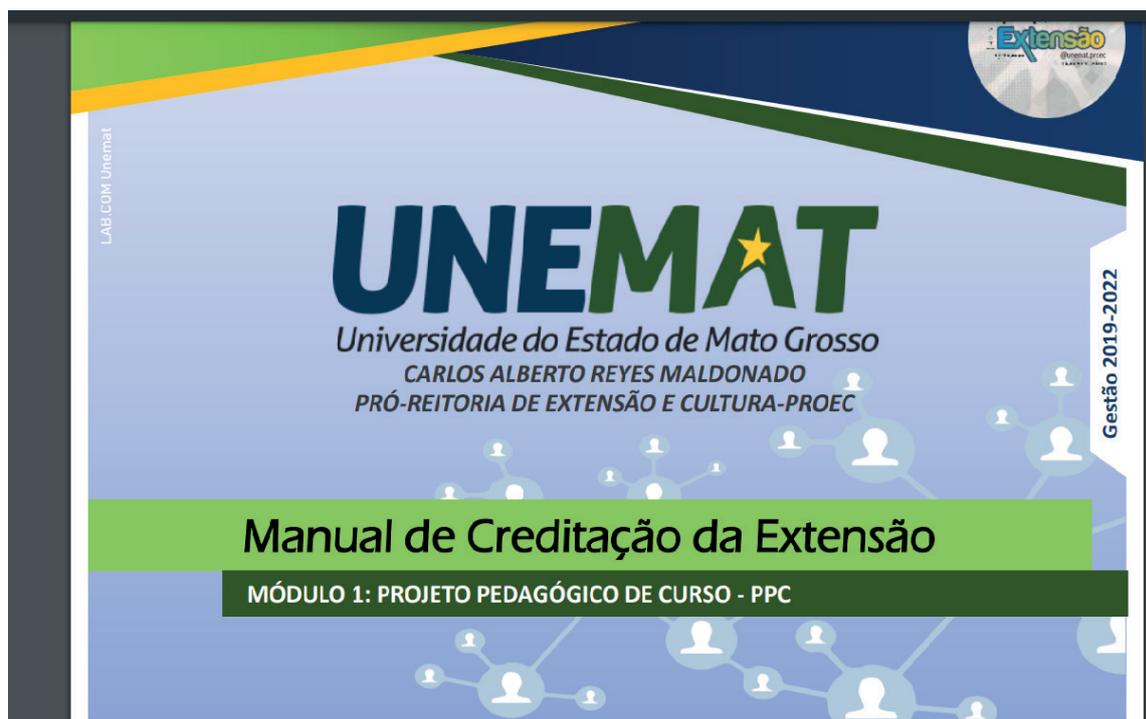
Criar de comissão interna para estudos sobre a Creditação

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Desse modo, alinhado com essas ações, a partir da publicação da Resolução nº 011/2020, a preocupação da gestão universitária passou a ser a divulgação de tal resolução na comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT, ainda no ano de 2020,

confeccionou e deu publicidade a uma cartilha denominada “Manual de Creditação da Extensão”.

Imagem I - “Manual de Creditação da Extensão”



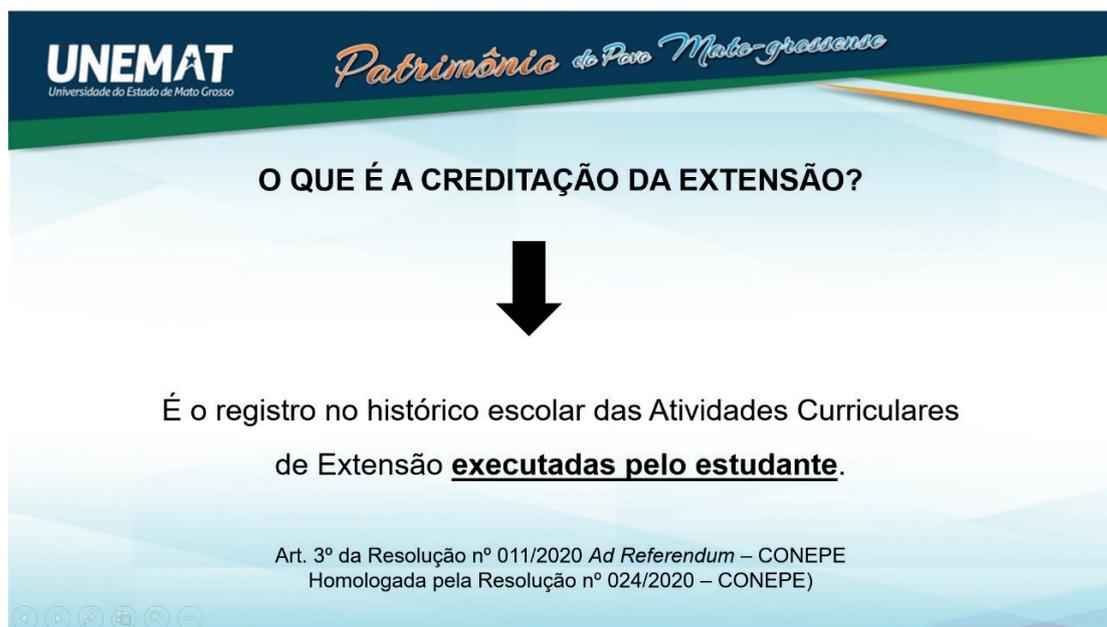
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Ato contínuo, no ano de 2021, a PROEC optou por tratar do assunto junto ao quadro de docentes e, por conseguinte, realizou reuniões virtuais com os professores de todos os cursos de oferta contínua no período de março a junho do ano de 2021.

Com efeito, foram realizadas 60 (sessenta) reuniões, sendo 59 (cinquenta e nove) encontros com os cursos de oferta contínua e uma com a FAINDI – Faculdade Indígena Intercultural para contemplar os 2 (dois) cursos de graduação – Pedagogia Intercultural e Licenciatura Intercultural, todas de forma remota (virtual) por meio da plataforma Google Meet. A primeira reunião ocorreu no dia 03 de março de 2021 e a última se deu em 17 de junho de 2021.

As reuniões envolviam, em um primeiro momento, uma apresentação a respeito da resolução, com destaque aos principais pontos da norma. A seguir, era aberto espaço para que os docentes se manifestassem. Segue abaixo duas imagens da apresentação realizada pela equipe da PROEC.

Imagem II – Apresentação sobre o conceito de creditação da extensão



Dados da pesquisa (2022)

Imagem III – Apresentação sobre a creditação da extensão no sistema acadêmico



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Nos encontros, os professores elogiaram a dinâmica adotada pela PROEC de oportunizar um momento para esclarecimento com todos os docentes da UNEMAT, bem como destacaram a apreensão com a novidade da creditação para os acadêmicos.

Ainda, paira a preocupação sobre o atendimento da quantidade de Ações Curriculares de Extensão a ser ofertada para atender a demanda de todos os acadêmicos da instituição, tendo sido, em algumas reuniões, alegado que a junção de Atividades Complementares e Creditação irá configurar uma carga horária excessiva, de forma a dificultar a conclusão do curso pelos acadêmicos trabalhadores, que dispõe de pouco tempo para atividades além do ensino (sala de aula).

Contudo, o que foi argumentado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura foi que desde o primeiro momento a realidade dos estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso foi levada em consideração, de modo que foi prevista a possibilidade para o discente destinar um período de um dia para dedicar às atividades de um projeto de extensão, que tem a duração mínima de 1 (um) ano.

Outro ponto de questionamentos foi a tramitação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) que reestruturaram as matrizes curriculares para prever expressamente a carga horária de 10% para Creditação de Extensão sobre a carga horária total do curso de graduação (curricularização da extensão). Há uma preocupação dos cursos a respeito da aprovação dos PPCs em prazo hábil. Diante de tal preocupação, a PROEC transmitiu a informação que a Comissão de Atividades Acadêmicas e Creditação da Extensão – Eixo 2 da Câmara de Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT está acompanhando o processo de aprovação dos PPCs.

Recorrente foi a arguição em torno da possibilidade de docente substituto (contratado por meio de processo seletivo), institucionalizar projeto de extensão, tendo em vista que, há uma obrigatoriedade normativa de que o lapso temporal do projeto deve ser compatível com o lapso temporal do contrato. Todavia, os contratos estão sendo firmados com prazo menor de 01 (um) ano e o prazo para o projeto de extensão tem que ser de no mínimo 1 (um) ano. Diante de tal cenário, que obsta o professor interino de coordenar ações de extensão, foi relatada uma grande preocupação por alguns cursos onde há a maioria do quadro docente preenchida por contratados.

Foram recebidas sugestões para que Projetos de Pesquisa com interface na Extensão possam ser institucionalizados em um único trâmite, de forma a desburocratizar a institucionalização das ações e atender a indissociabilidade na Universidade, entre ensino, pesquisa e extensão.

Foi ainda sugerido um diálogo entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Assuntos Estudantis para inserir nas recepções aos acadêmicos o tema “creditação de extensão”.

Reivindicaram, ainda, a devida avaliação da extensão pela COPAD – Comissão Permanente de Avaliação Docente, para que a efetivação da Creditação se torne real e mais célere. Além disso, outro ponto apresentado foi que o Barema para os seletivos de professores contratados reconheça as atividades de extensão no mesmo patamar das atividades de pesquisa e ensino.

Houveram solicitações para a criação e publicação de tutoriais para auxiliar na institucionalização das Atividades Curriculares de Extensão no sistema de gestão acadêmica – SIGAA, conforme capítulo II da Resolução 011/2020. E também, tutorial das atividades do aluno a ser desenvolvidas no SIGAA, no que diz respeito à creditação.

E, por fim, registraram quase que unanimemente, as/os coordenadoras/es dos cursos, a inexistência de instrumento capaz de obrigar os docentes a ofertarem as Ações Curriculares de Extensão – ACE's, insurgindo sobre o tratamento justo entre todos os docentes que estão sob o mesmo regime jurídico. Destacando ainda, a necessidade de instrumentos de incentivo para docentes em cargo de gestão contribuírem com a extensão, haja vista que atualmente basta o cumprimento de 30h na gestão e mais uma disciplina – ensino.

Ao final de cada reunião, foi transmitida a informação que a PROEC permanecerá à disposição para auxiliar a todos os cursos na implementação da creditação da extensão, considerando a obrigatoriedade a partir do ano de 2023.

Considerações finais

O presente estudo buscou apresentar um relato de experiência da inserção da creditação

da extensão, regulamentada pela Resolução nº 011/2020-CONEPPE, sob o ponto de vista dos docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso.

A questão que norteou o desenvolvimento do trabalho foi como os docentes da UNEMAT assimilaram a obrigatoriedade de inclusão da creditação da extensão nos cursos de graduação.

Com as reuniões realizadas pela PROEC com os cursos de graduação, foi possível alcançar o objetivo proposto, visto que foram compartilhados vários relatos dos professores envolvendo dúvidas, experiências e inquietações.

É papel da gestão acadêmica refletir e executar ações baseadas nos apontamentos apresentados pelos professores, visto que, a partir da obrigatoriedade da creditação da extensão a partir do ano de 2023, tais dificuldades deverão sair do plano teórico e partir para o plano prático.

Como desafios para estudos futuros está o relato de experiências com os discentes da instituição. Vale destacar que já está em curso ações na UNEMAT para dar voz a estes estudantes a respeito da creditação da extensão.

Ainda, as opiniões apresentadas pelos docentes podem auxiliar a gestão universitária na tomada de decisões sobre o tema, especialmente em relação a assuntos delicados como as ações de extensão desenvolvidas por professores interinos.

Há um longo caminho a percorrer, mas o que se espera com a efetividade da creditação da extensão é a ampliação do interesse e importância da extensão junto à comunidade acadêmica, para que assim a instituição de ensino possa aumentar a integração da universidade com a sociedade mato-grossense.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Diário Oficial da União, n.248, p.833-841,1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 de junho de 2014. Edição extra, p. 1-8, 2014.

Gadotti M. “Extensão Universitária: Para quê?” Brasil: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 22 abr. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Resolução nº 011/2020, de 16 de março de 2020. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPPE). Dispõe e regulamenta

sobre a obrigatoriedade da inclusão da creditação da Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.. Disponível em: < http://portal.unemat.br/media/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Credita%C3%A7%C3%A3o%20011_2020.pdf >. Acesso em: 22 abr. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Adriana dos Santos Marmorini Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (1991). Especialista em Alfabetização (FAEBA/IAT), Especialista em Informática Educativa - UEFS (1997). Mestre em Educação e Contemporaneidade-UNEB (2009). Doutora pelo Programa Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento UFBA (2018). Atuou como Multiplicadora do Núcleo de Tecnologia Educacional -NTE/08 do Estado da Bahia. Professora Assistente da UNEB . Exerceu os cargos de: Diretora do Campus IX-Barreiras (2000-2003), Gerente de Extensão Universitária (2006), Pró-reitora de Extensão da UNEB (2007-2011/2018-2021) Vice-Reitora da UNEB (2012-2013) , Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia (2014). Possui experiência nas áreas de Educação, com ênfase em formação de professores, Tecnologias de Informação e comunicação aplicada à educação, extensão universitária e gestão pública universitária. Em 2017 participou do Programa de Doutorado Sanduíche na Universidade de Aveiro Portugal pesquisando sobre Gênero e Gestão por mulheres. Atualmente exerce a função de Reitora da UNEB e integra os grupos de pesquisas: ENLACE - Estudos sobre gênero e Sexualidade, EDUCATIO- Planejamento e Gestão e educacional e NGEALC Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Culturas, ambos registrados no cnpq. Presidiu o Fórum de Pro-reitores de Extensão das Instituições públicas de Educação Superior do Brasil (FORPROEX /2019-2020) atualmente vice-presidente do mesmo.

Cláudia Gonçalves de Lima

É Professora Adjunta da Faculdade de Educação – EDU - da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2011); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (1988). É Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro PR3/UERJ, gestão 2020-2023. Tem importante experiência no estudo, análise e Planejamento das Políticas Públicas de Estado, especialmente, na área da Educação Superior brasileira, na Política educacional como todo e na área de Serviço Social. Sua produção foca na expansão e desenvolvimento das Universidades Públicas no Brasil e ainda na análise permanente dos temas: Estado e Políticas Sociais, Capitalismo, Política Educacional, Educação Superior, Reforma do Estado, Capital, Educação, Trabalho, Banco Mundial e sua materialidade nas políticas urbanas e os novos desafios para as cidades.

Fábio Santiago Santa Cruz

Possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade de Brasília. Já lecionou em instituições privadas de ensino superior e na Universidade de Brasília. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Goiás. Dedicar-se principalmente aos estudos de História do Brasil, com ênfase no período imperial.

Flavia Haddad França

Mestra do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Área Interdisciplinar do UNI-FACEF (Centro Universitário de Franca), Possui Graduação em Ciências - Habilitação Plena em Matemática pela Universidade de Franca (1986), Graduação em Ciências - Habilitação Plena em Física pela Universidade de Franca (1984) e Graduação em Pedagogia pela Faculdade de

Educação Antonio Augusto Reis Neves (1994). Atualmente é docente nos cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Produção do Centro Universitário de Franca.

Mayco Moraes Nunes

Possui graduação em Bacharel Em Fisioterapia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999) sendo especialista em Fisioterapia Ortopédica pela UDESC(2001) e Mestre em Ciências do Movimento Humano (2008). É professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina desde 2002, atuando no Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID. Tem experiência na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com ênfase em Fisioterapia Aplicada Às Disfunções Ortopédicas e Traumatológicas, atuando no Estágio Supervisionado em Ortopedia, Traumatologia e Reumatologia. Foi Coordenador do Curso de Fisioterapia da UDESC entre o período de fevereiro de 2006 a agosto de 2007. Foi Chefe do Departamento de Fisioterapia entre março de 2008 a março de 2010. Foi também Representante docente do CONSEPE (suplente), CONSAD (titular) e CONSUNI até outubro de 2010. Foi Vice-Presidente do SINCAFITO (Sindicato Catarinense dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais) e Representante do CREFITO-10 no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS-SC entre os anos 2008/2010. Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade da Udesc gestão 2012-2016. Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI).

Moacyr Laterza Filho

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), Mestrado em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Letras (2003). Atualmente é professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Fundação de Educação Artística (Belo Horizonte, M. G.). Tem experiência na área de Artes, com ênfases em Música e Educação Musical, atuando principalmente nos seguintes temas: música, música barroca, arte, educação, literatura oral, literaturas de língua portuguesa e Padre Antônio Vieira. De janeiro de 2011 a dezembro de 2012 trabalhou em projeto de pesquisa que visava à catalogação, análise, divulgação e publicação do acervo de partituras da Rádio Inconfidência (BH, MG). em 2018 desenvolveu o projeto “Transcrição, para dois, violões da Suíte Francesa BWV 814, de J. S. Bach”, com fomento da FAPEMIG. Em 2019, na mesma linha, desenvolve o projeto de transcrição, e edição crítica, para três violões, da Bachianas Brasileiras n. 04, de Heitor Villa-Lobos.

Rosane Meire Vieira de Jesus

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Faculdade de Educação da UFBA (2012), Mestre em Educação pelo mesmo Programa (2007) e Comunicóloga pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (1999). Líder do grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/CNPq), lotado no Departamento de Educação/Campus XIV da UNEB. Professora do mesmo departamento da Universidade do Estado da Bahia, vinculada ao Colegiado do curso de Comunicação Social, com habilitação em Rádio e Televisão. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED). Atualmente, Pró-Reitora de Extensão da UNEB.

Ana Cecília Guedes

Pós-doutora e doutora Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora de Educação Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ituiutaba, onde também atua como subchefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E-mail: ana.cecilia@uemg.br

Elicardo Heber de Almeida Batista

Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. É professor no Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e nos cursos da área de Ciências Agrárias da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Unidade Ituiutaba). Atua como coordenador do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio da mesma Universidade. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

Marco Miguel de Oliveira

Mestre em Imunologia e Parasitologia Aplicadas pela Universidade Federal de Uberlândia. É professor de Educação Superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ituiutaba, estando alocado no Departamento de Saúde e Psicologia. Ministra aulas nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Gestão Ambiental. Atua como coordenador de Extensão da UEMG, Unidade Ituiutaba. E-mail: marco.oliveira@uemg.br

Evandro Salvador Alves de Oliveira

Pós-doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Educação pela Universidade de Uberaba (2019), linha de pesquisa: Desenvolvimento profissional, trabalho docente e processos de ensino-aprendizagem. Doutor em Estudos da Criança pela Universidade do Minho (2020) - Portugal - linha de pesquisa: Educação Física e Saúde Infantil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014) - Campus Universitário de Rondonópolis, linha de pesquisa: Linguagens, cultura e construção do conhecimento. Especialista em Educação Especial e Inclusão no Espaço Escolar pela Organização Mundial para a Educação Pré-escolar - OMEP/AJES (2008). Especialista em Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior pela UNIFIMES (2016). Graduado em Educação Física pela UNIFUNEC - Centro Universitário de Santa Fé do Sul - SP (2006). Membro associado da Anped. Membro do Centro de Investigação em Estudos da Criança - CIEC - UMinho (Portugal). Membro do GEIJC (Grupo de pesquisa em Infância, Juventude e Cultura Contemporânea - UFR). Membro do NEPEM (Núcleo de Estudo e Pesquisa Multidisciplinar/UNIFIMES), membro do LEPEJ (Laboratório de Estudos em Pedagogia do Jogo), membro do GEPETTES (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho Docente, Tecnologia e Subjetividade - UNIUBE/MG) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gesto, Expressão e Educação (GEPGEE) da Faculdade de Educação da USP (Feusp). Professor Titular na UNIFIMES (Centro Universitário de Mineiros). Coordenou o curso de Educação Física da UNIFIMES (2016 a 2018). Atuou como Diretor de Ensino na mesma Instituição (2019 a 2020). Atualmente é Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão na UNIFIMES/GO e Secretário da Câmara de Extensão da ABRUEM. Tem experiência na área da Educação, Educação Física, Estudos da Criança, infância, mídias, tecnologias, cultura digital e trabalho docente.

Rodrigo Perissinotto

Psicólogo, doutorando em Psicologia (PUC Goiás), mestre em Psicologia (PUC Goiás),

especialista em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e graduado em filosofia e teologia e psicologia (PUC Goiás). Professor do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) onde atua em cursos de graduação. Professor convidado do Instituto de Pós Graduação e Graduação (IPOG), onde ensina o método de Rorschach (R-PAS) no curso de Especialização em Avaliação Psicológica. É pesquisador filiado ao Grupo de Pesquisa em Avaliação e Intervenção Psicológica em Saúde (GPAIS) da PUC Goiás no qual investiga a relação entre traços de personalidade, psicopatologia e comportamentos desviantes, bem como propriedades psicométricas de testes projetivos. É membro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo), possui proficiência em aplicação e codificação do Rorschach pelo Rorschach Performance Assessment System (R-PAS) e atua com revisor de proficiência em Aplicação neste sistema.

Juliene Rezende Cunha

Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Gestão Tributária, Auditoria e Controladoria pela Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto Brasileiro de Pós-graduação e Extensão (IBPEX). Especialista em Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Docente efetiva no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: Contabilidade, Avaliação no ensino superior, Semana Universitária, Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Professores de Contabilidade do Ensino Superior e Orientação para o crédito. Experiência em gestão acadêmica: Pró-Reitora de Ensino, de Pesquisa e Extensão (2013/2016) e Pró-Reitora de Administração e Planejamento (2017/2020). É Reitora do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES - 2021/2024).

Zaqueu Henrique de Souza

Bacharel em geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG Campus Jataí. Mestre em Educação para Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás - IFG. Doutorando em geografia pela Universidade Federal de Jataí - UFJ. Atuou como professor na Universidade de Rio Verde - UniRV Campus Caiapônia de 2010 até 2015. Atualmente é professor no Centro Universitário de Mineiros - Unifimes e Diretor de Extensão. Atua com pesquisas em educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e bacias hidrográficas, e relação saúde e meio ambiente.

Marcela Fernanda da Paz de Souza

Professora Adjunto VI B no curso de Comunicação Social - habilitação Jornalismo na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Professora Permanente do Mestrado de Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). Bolsista de Produtividade em Pesquisa - Chamada 01/2021 - UEMG. Pós-doutora em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista PNPd - linha Estado e Políticas Públicas. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Linha Políticas Públicas e Desigualdade Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Realizou doutorado sanduíche em Sociologia no Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Clássica de Lisboa, com a bolsa Capes/PDSE out/2012-fev/2013. Mestre em Ciências Sociais/Linha Políticas Públicas e Desigualdade Sociais (PPGCSO/

UFJF). Especialista em Planejamento e Gestão Social (360h)/UFJF. Aperfeiçoamento em Gestão Pública para Gênero e Raça (300h)/UFMG. Aperfeiçoamento em Estatística SPSS/150h. Bacharel em Comunicação Social pela UFJF. Pesquisa as áreas de gênero, raça e grupos étnicos; desigualdades; comunicação pública. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Equidade registrado no Diretório do CNPq e na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UEMG. Bolsista de Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Larissa Rodrigues de Azevedo Câmara

Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK (2006) e Mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (2010), atuando principalmente nos seguintes temas: aditivos nutricionais, nutrição e fisiologia de ruminantes. Concluiu o Doutorado na Universidade Federal de Viçosa em janeiro de 2017, atuando principalmente na área de nutrição, reprodução e manejo de pequenos ruminantes, modelos mecanicistas aplicados na Zootecnia e metodologias de análises laboratoriais na nutrição animal (LANA - Laboratório de Nutrição Animal -UFV). Atuou como Professora / Tutora na Universidade Online de Viçosa e na Faculdade Sudamérica. Atualmente, atua como revisora na Revista Brasileira de Zootecnia- RBZ e na Nucleus Animalium, subcoordenadora do Complexo Experimental Multidisciplinar UEMG Frutal e ocupa o cargo de Professora Efetiva na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Frutal, ministrando disciplinas para os cursos de Engenharia Agrônômica e Administração. Além disso, desde 2021 ocupa o cargo de Coordenadora do Centro de Extensão da UEMG- Unidade Frutal e Avaliadora Ad Hoc da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais - PROEX/UEMG. Também atua no Conselho Departamental da mesma Unidade.

Priscila Kalinke da Silva

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2012), pós-graduada em Comunicação e Educação (2009) pela FCV, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (2007), graduada em Comunicação Social pelo Centro de Ensino Superior do Paraná (2005).

Rogério Henrique Ohhira

Graduado em Biologia pelo Centro Universitário do Triângulo (2003), Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela UNITAU SP. Especialização em Educação Ambiental pela Faculdade Católica de Uberlândia, Especialização em Gestão Ambiental, Especialização em Licenciamento Ambiental. Foi Vice-Reitor do Centro Universitário de Goiatuba - UniCerrado (2016 - 2020), Professor nos cursos de Tecnólogo em Gestão Ambiental, Agronomia e Pedagogia. Foi Coordenador da Comissão Própria de Avaliação CPA/FAFICH (2014 - 2016), Foi Presidente da Ouvidoria FAFICH (2014 - 2016). Foi Assessor Institucional e Coordenador do Curso de Ciências Biológicas da FAFICH (2006). Foi Funcionário da Prefeitura de Uberlândia de 1996 a 2014. Foi Chefe da Seção de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Uberlândia (2001 - 2006) foi encarregado do Zoológico Parque do Sabiá. Foi Diretor Técnico de Planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiatuba. Atua como Educador Ambiental desde 1996, Atua na OhhiraGreen Soluções Ambientais nas áreas de Meio Ambiente, Licenciamento Ambiental, Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas -

PRAD, Projetos Ambientais, tem experiência de atuação nas áreas de Ecologia, Zoologia, Botânica, Educação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Licenciamento Ambiental, Zoologia Geral e de vertebrados e Morfologia Vegetal. É consultor técnico nas áreas relacionadas ao Meio Ambiente tendo executado trabalhos nas áreas de Licenciamento Ambiental, Planejamento Ambiental, Plano de Manejo de Unidade de Conservação.

Gilmar Vieira de Rezende

Graduado em Educação Física, Especialização em Didática e Teorias da Educação, Especialização em Fisiologia e Metodologia da Atividade Física Personalizada, bem como Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Atualmente é professor efetivo e exerce a função de Reitor do Centro Universitário de Goiatuba-UniCerrado.

Fabiana Regina Veloso

Graduada em Secretariado Executivo Bilíngüe pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1995), Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (2003), Doutora em Administração pela Universidade Positivo (2017). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pró-Reitora de Extensão da UNIOESTE (2020 a 2023). Atua como docente e pesquisadora principalmente nos seguintes temas: secretariado executivo, comunicação empresarial, assessoria e consultoria, estudos organizacionais, significados culturais e teoria da prática.

Elenita Conegero Pastor Manchope

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1991) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2002) e doutorado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2016). Foi Pró-reitora de Graduação da UNIOESTE (2016-2019) professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Desde 2000) e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação superior-GEPEs. A partir do ano de 2020 desenvolve o trabalho de Assessoria Pedagógica na Prograd da Unioeste Tem experiência na área de Educação e atua nos seguintes temas: história da educação, educação superior, formação de professor, literatura, memória e literatura infantil..

Eurides Küster Macedo Junior

Possui graduação em Agronomia pela UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina (1989), mestrado em Engenharia Agrícola pela UFLA - Universidade Federal de Lavras (1993) e doutorado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, lotado no Centro de Ciências Agrárias, Campus de Marechal Cândido Rondon - PR. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Irrigação e Drenagem, atuando principalmente nos seguintes temas: irrigação, manejo de culturas irrigadas e estatística experimental.

Marcos Freitas de Moraes

Possui graduação em Licenciatura Plena Em Matemática pela Universidade Estadual

do Centro-Oeste (2002), mestrado e doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná (2005). Professor Adjunto Nível D da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus de Toledo. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Métodos Numéricos, atuando principalmente nos seguintes temas: métodos numéricos, educação matemática, meio ambiente e preservação.

Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro

Graduado em filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1987), Especialista em Educação Popular pela FAFIRE (1992), Especialista em Associativismo pela UFRPE (1994), mestre em Planificación Y Gestion Organizacional pelo Instituto Universitario de Administración de Empresas/ UAM (1999), doutor em Educação pela UFPE (2009). Professor Associado e livre docente da Universidade de Pernambuco, membro do colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação da UPE, pesquisador da área de gestão e políticas públicas em educação. Exerceu função de direção de Campus Universitário no período de 2002 a 2014. Membro da Academia Pernambucana de Educação e Cultura. Pró-reitor de Graduação da Universidade de Pernambuco (2015-.2018). Atual pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco.

Odair França de Carvalho

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2002) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006) e Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU foi orientando da Professora Dr. Selva Guimarães e no estágio de doutoramento(PDSE) co-orientado pelo professor Joan Pagès na Universidade Autônoma de Barcelona - UAB. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco-UPE. Membro do colegiado de Pedagogia e Coordenador de Extensão da Universidade de Pernambuco. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Adultos em prisões, Educação em espaços não escolares e Gestão Educacional. De 2019 - 2021 foi coordenador da área temática Educação no FOPROEX. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4864-4510>

Rosa Maria Farias Tenório

Concluiu mestrado em Educação pela UFPE na linha Educação e Espiritualidade (2013). Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco (1987). Especialização em História pela Universidade de Pernambuco. Atualmente é professora Assistente da Universidade de Pernambuco, compondo o Colegiado de Licenciatura em Educação Física. Tem experiência na área de História, Educação e Filosofia, com ênfase em História; Na graduação lecionou as disciplinas História Antiga, História Medieval, História Moderna e História e Gênero, História da Educação, Filosofia da Educação. Atualmente leciona Iniciação ao Pensamento Científico. Nesse momento concentra suas pesquisas sobre estudo de gênero, tendo como aporte principal o teórico Michel Foucault, em sua última fase, quando tratou A História dos Prazeres e nos últimos seminários, no Collège de France (1982-1984), a Hermenêutica do Sujeito, em que faz abordagem sobre a ética do cuidado de si. Através da reconstituição de memórias, busca as alternativas de sujeitos periféricos? as mulheres, os idosos- como forma de constituírem a si, construindo resistências ao ideário do biopoder. Investiga gênero, cultura, cidadania, na perspectiva da subjetividade humana da estética da existência. Atuou como Assessora da Direção da UPE/Campus Garanhuns (2007 a 2010), foi coordenadora de polo de cursos técnicos à distância

pelo IFET- Polo Garanhuns e Coordenadora de Polo do Curso Superior de Biologia - Polo Garanhuns. Foi coordenadora geral da Comissão Permanente de Concursos Acadêmicos de janeiro de 2019 a junho de 2021. Foi membro da Câmara de Graduação da UPE. Coordenadora Pedagógica da Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Autora do livro - Entre as flores do Café e os espinhos da vida: vozes femininas e processos de formação humana

Raphael de França e Silva

Atualmente é Doutorando em Educação Tecnológica (EDUMATEC/UFPE), tendo obtido o título de mestre pelo mesmo programa (2019). Possui Licenciatura em História (2013) e Especialização em Educação em Direitos Humanos (2015) ambas pela UFPE. Atua profissionalmente como Coordenador de Mídias Pedagógicas na Extensão da UPE, além de ser Coordenador de EAD do PREVUPE 2021. Atua no ensino superior, lecionando disciplinas relacionadas à educação, tecnologias digitais na educação e educação a distância. Também atua na formação continuada de professores, do nível básico ao superior, nas temáticas relacionadas à utilização de tecnologias na educação, metodologias ativas e ensino híbrido. Trabalhou na TVPE como educador nos projetos de educomunicação desenvolvidos pela empresa, entre eles o TVPE Escola; Atua principalmente nos seguintes temas: Tecnologias na Educação; ensino híbrido; Metodologias Ativas na educação; Avaliação de aprendizagem com tecnologias digitais, educação a distância, educação tecnológica, mídias na educação, educomunicação, direitos humanos e formação audiovisual; Metodologia científica, TCC.

Valéria Daiane Soares Rodrigues

Doutoranda em Letras - Estudos Literários, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em Letras\ Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Graduada em Letras Português pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES. Especialista em Linguística: Leitura e Produção Textual pelas Faculdades Santo Agostinho. Especialista em Mídias Na Educação, pela Universidade Estadual de Montes Claros e especialista em Educação a Distância pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

Paulo Eduardo Gomes de Barros

Graduado em EDUCAÇÃO FÍSICA pela Universidade Federal de Viçosa (1987) e Mestrado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (2003). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros, Coordenador e professor do curso de educação física das Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE, ministrando as disciplinas de Estágio curricular Supervisionado, Educação Física Escolar e Políticas Públicas. Coordenador da Equipe 12 de Colaboradores do Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes de 2008 a 2016. Pró-Reitor de extensão da Unimontes desde dezembro de 2018 até a presente data.

Helena Amália Papa

Professora de História Antiga no Departamento de História e membro permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - MG. É doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UNESP/Franca (Bolsista FAPESP). Possui o título de Mestre em História (2009) pelo mesmo programa (Bolsista

FAPESP) e de Bacharel/ Licenciatura Plena em História (2006) pela UNESP/Franca (Bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP); todos com orientação da Prof^a Dr^a Margarida Maria de Carvalho. Atua principalmente nos seguintes temas: História Antiga e Medieval, Antiguidade Tardia, Roma Oriental, Conflito Político-Religioso, Padres Capadócius, Correspondências, Ortodoxia, Heterodoxia, Nicenos e Arianos.

Andréa Helena Puydinger de Fazio

Professora efetiva de História da América no Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros - MG. Doutora em História pela UNESP/Assis, bolsista FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos da Unimontes. Graduada e mestre (Bolsista FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) em História pela mesma instituição. É membro dos seguintes Grupos de Pesquisa: História Visual, Artistas e Intelectuais, da UNESP/Assis; História e Mídias Eletrônicas, da UNESP/Assis e Estudos e Pesquisa em História &Arte, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Atua na área de História das Américas, Cultura visual, História Política e Cultura Visual com ênfase em cinema mexicano e estadunidense.

Valéria de Souza Campagnac

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (2006) . Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem.

Jussara Maria de Carvalho Guimarães

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1992); Especialização em Supervisão Educacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais -PUC\MG; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001) ; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Pós-Doutorado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho-Braga-Portugal (2010). Professora Efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes atuando em cursos de Graduação e Pós Graduação. Coordenadora Geral do Programa de Capacitação de Professores - PROCAP. Coordenadora Geral do Projeto Veredas - Formação Superior de Professores. Foi Supervisora Educacional e Secretaria Adjunta de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros\MG. Professora Formadora e Conteudista dos Cursos de Extensão e Graduação da Universidade Aberta do Brasil-UAB. Tem experiência e trabalhos publicados na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: criança, escolas públicas e privadas, professor, educação ambiental, educação infantil, Sociologia da Infância, desenho infantil. Atuou enquanto Coordenadora Geral do Curso de Capacitação de Gerentes Sociais e do Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direito - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Editora Master da Revista Intercâmbio da Pró-Reitoria de Extensão. Pró Reitora de Extensão da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2009 -2018). Coordenadora Geral do Program Multidisciplinar de Ampliação de Saberes - BIOEDUCAR/FAPEMIG. Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos das Infâncias e Adolescências - NINA/Unimontes. Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste - FORPROEX- 2016. Membro da Câmara de Extensão da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM,- 2016-2018). Conselheira da Câmara de Ensino Superior e da Câmara de Planos e Legislações do

Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.(2020 até a presente data).Vice Presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerias. Membro do Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais - FEPEMG. Membro do Fórum Nacional de Conselheiros de Educação- FONCED. Membro do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG.

Maria Anezilany Gomes do Nascimento

Doutora em Geografia (Ensino de Geografia) pela Universidade de Lisboa (IGOT/Ulisboa) (CNPq Modalidade Pleno no Exterior), tendo participado da formação Geo Future School Excellence Programme (Universidade de Utrecht/Holanda/ Erasmus GFEP Programme). Investigadora associada do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Mestre e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Geografia da FAFIDAM/Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é Pró-Reitora de Extensão da UECE. Editora da Revista Brasileira de Educação em Geografia. Membro, desde 2014, da equipe do Projeto Ibero-americano de educação geográfica “Nós propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica” (Universidade de Lisboa). Foi Coordenadora de área (Geografia) do PIBID UECE edição 2012-2014 e no ano de 2020. Atua no ensino de geografia, com ênfase na formação de professores, trabalhando como os temas formação docente e currículo, saberes docentes, relação universidade-escola e metodologias do ensino de geografia. Participou do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2017, 2019, 2020 e 2021 (Objeto 1).

Raul Borges Guimarães

Possui graduação em Geografia - Licenciatura e Bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), mestrado em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP (1994), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela mesma faculdade em 2000 e livre docência pela Faculdade de Saúde Pública da USP em 2008. Desenvolveu dois programas de pós-doutorado: em 2001, no Laboratório de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis da Universidade do Oeste da Inglaterra (UWE), em Bristol (Reino Unido); em 2009, no Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente. Coordena o Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Saúde, atuando também nos seguintes temas: geografia regional e urbana, política pública e cartografia temática. É bolsista produtividade do CNPQ, nível 1D e editor adjunto da Revista Saúde e Sociedade.

Célia Maria Giacheti

Professora titular (MS 6) do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP-Marília-SP. Atual Pró-reitora de Graduação da UNESP. Graduação em Fonoaudiologia - Faculdades do Sagrado Coração (1984)Especialização em Distúrbios da Comunicação Humana pela Escola Paulista de Medicina(1986), Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana pela Escola Paulista de Medicina (1992) e doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de São Paulo (1996). Livre docente em “Diagnóstico fonoaudiológico” pela Universidade Estadual Paulista-UNESP-Marília-SP (2006). Realizou estágio de pós-doutorado no Laboratório de Neuropsicofisiologia da Universidade

do Minho, Braga, Portugal, em 2008. Professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília desde 2011. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília de 01 de janeiro de 2011 até 03 de fevereiro de 2020. Foi professora colaboradora e orientadora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciências (Genética) do Instituto de Biociências da UNESP-Botucatu-SP no período de 2003 a 2012. Pesquisadora associada do Setor de Genética Clínica do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo desde 1990 até julho de 2019. Membro pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-INCT-UFSCAR-São Carlos e vice-diretora de pesquisa desde 2014. Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (08/2004 a 02/2008); (01/03/2010 a 27/02/13), (01/03/2013 a 27/02/16), (01/03/2016 a 27/02/19) e (01/03/2019 a 27/02/22) . Líder do grupo de pesquisa “Avaliação da fala e linguagem”. Coordenadora do Laboratório de Estudo, Avaliação e Diagnóstico Fonoaudiológico-LEAD, com sede no Centro Especializado de Reabilitação- CER II e Centro de Estudos da Educação e Saúde-CEES-UNESP-Marília-SP. Vice-presidente do Fórum da área 21-CAPES, representando a Fonoaudiologia de 2012/16. Presidente do Fórum da área 21-CAPES de 2017 a agosto de 2019. Membro da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e vice-presidente (gestão 2014-2017-fev). Sócia titular da Sociedade Brasileira de Genética Médica. Membro da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas- RENEZIKA, desde 2016. Reconhecimento de pesquisa Giacheti syndrome: publicada no OMIM em 31/ 08/2009, como síndrome nova. Editora associada da Revista CoDAS desde 2013 e revista ACR desde julho de 2015. Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão os temas mais citados são: avaliação fonoaudiológica, diagnóstico fonoaudiológico, linguagem, genética, síndromes genéticas e Zika-virus.

Antônio César Leal

Possui graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1989), mestrado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), especialização em Ensino de Geociências (1996) e doutorado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: gerenciamento de recursos hídricos, gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, planejamento ambiental de bacias hidrográficas, educação ambiental e ensino de Geografia. Professor da UNESP, junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente (a partir de 1996); Professor (desde 2000), Coordenador (junho/2007 a maio/2010 e jun/2013 a jul/2014) e Vice-Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia (agosto/2014 a maio/2017); Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia -mestrado Profissional (desde 2011) e do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (desde setembro/2016). Assessor da Pró-reitoria de Extensão Universitária da UNESP (agosto/2014 a janeiro/2017); Representante da UNESP no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, de 2006 a 2010. Representante da Unesp no Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (a partir de 1996), no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (dez/2012 a dez/2016) e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (a partir de abril/2015); Chefe do Departamento de Geografia (a partir de fevereiro/2020). Coordena o Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS); Coordenou o Grupo de Trabalho do CBH Rio Paranapanema (2014 a

2016) para acompanhamento da elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da UGRH Paranapanema e o GT-Acompanhamento da Execução desse Plano. Coordena a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do CBH Paranapanema (início em 2019). Chefe do Departamento de Geografia da FCT/UNESP de fevereiro/2020 a janeiro/2021. Assessor da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp a partir de janeiro/2021.

Juliana Cortez Barbosa

Possui graduação em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1992), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professora no curso de Engenharia Industrial Madeireira da Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus de Itapeva e orientadora no Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, na Faculdade de Ciências Agrárias da Unesp de Botucatu (FCA). É orientadora externa também no programa de pós graduação da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Tecnologia da madeira e bambu, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento industrial de produtos lignocelulósicos, habitação, sistema construtivo e mobiliário em madeira e bambu e desenvolvimento sustentável no ambiente construído. Foi tutora do Programa de Educação Tutorial PET LIGNO (2011-2017) orientando em média 12 alunos bolsistas, cujos temas de pesquisa estão relacionados especialmente ao desenvolvimento: de compósitos lignocelulósico reforçados com lâminas de bambu para aplicação na indústria moveleira e da construção, design de móveis sustentáveis voltados a industrialização, design de produtos para pessoas com necessidades especiais, sistemas industrializados de baixo custo para habitação e aproveitamento de resíduos. A partir destes temas, a professora obteve o registro de 3 patentes junto a Agencia Unesp de Inovação (AUIN), sendo 2 relacionados a produto de tecnologia assistiva e um de aproveitamento de resíduos. Em 2015, realizou uma especialização, por um período de 2 meses, na China, intitulado “2015 Training Course on Bamboo Industry Development for ITTO Member Countries”. Coordena atualmente o projeto de desenvolvimento tecnológico “Cultivo e transformação do bambu como alternativa sustentável para geração de renda na agricultura familiar, financiado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Inclusão Social (MCTI/SECIS). Em função deste projeto foi convidada, em 2017, a participar do treinamento “Technical training of bamboo shoot processing, na China Academy of Forestry, CAF e em 2018 no Seminar on High Value-added Bamboo use for ITTO Member Countries, na China, ambos financiados pelo, Ministry of Commerce Peoples Republic of China. A professora foi convidada a ser conferencista em diversos eventos nacionais e internacionais abordando temas sobre bambu, em países como: Peru, Índia, Filipinas, Panamá e Colômbia

Paulo Celso Moura

Doutorado em Música (2012), Mestrado em Artes/Música (1999) e Bacharelado em Composição e Regência (1989) pelo Instituto de Artes da UNESP. Tem experiência no campo de Cultura e Artes, com ênfase em Canto Coral (prática e regência) e Cultura Brasileira, sendo professor do Instituto de Artes da Unesp/São Paulo com disciplinas nessas áreas. Desenvolve atividades extensionistas e de gestão como Assessor Técnico da Pró-Reitoria de Extensão (Proex/Unesp). Foi regente do Coro Juvenil da Fundação Osesp (Sala São Paulo entre 2013-2017); coordenador do Núcleo de Ação Cultural da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS - 2008-

2014) onde realizou projetos em parcerias (SESC SP, Sec.Cultura São Caetano do Sul) e convênios junto ao Ministério da Cultura. Na área de Políticas Culturais, participou como membro efetivo do Conselho Municipal de Política Cultural de São Caetano do Sul (2011) e membro do Núcleo Executivo Municipal para elaboração do Plano Municipal de Cultura desse município (2012), processo que contou com assessoria técnica advinda de convênio MinC/Escola de Administração da UFBA. Atividades atuais: - Assessor Técnico de Gabinete junto à Pró-Reitoria de Extensão - Proex/Unesp; - professor do Instituto de Artes da Unesp (SP), nas disciplinas Regência I, Regência Coral, Voz e Expressão, Coro de Câmara, Culturas Brasileiras, Laboratório de Criação Coral, Repertórios Corais em São Paulo (pós-graduação).

Maria Odila Hilário Cioffi

Possui graduação em Engenharia Química pela Escola de Engenharia de Lorena EEL-USP (1992), mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP (1996) e doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Universidade de Nápoles “Federico II” (2001). Atualmente é professor associado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho campus Guaratinguetá e vem desempenhando o papel de assessor da pró-reitoria de graduação. Tem experiência na área de Engenharia de Materiais e Metalúrgica, com ênfase em desenvolvimento de compósitos para aplicação aeronáutica e em compósitos naturais para aplicação secundárias, nas linhas: processamento RTM, comportamento em fadiga, análise dinâmico mecânica, ultrassom C-Scan. Em 2020 foi professor visitante no centro de materiais compósitos da Universidade de Delaware (CCM/UDEL), onde trabalhou com material de auto reparo micro-encapsulado para compósitos

Amadeu Moura Bego

Possui Licenciatura em Química (2005) e mestrado em Química Inorgânica (2007) pelo Instituto de Química da UNESP, Câmpus de Araraquara, SP; é doutor em Educação para a Ciência pela Faculdade de Ciências (2013) da UNESP, Câmpus de Bauru, SP. Tem pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP de São Paulo (2017). Atuou como Professor Visitante na Harvard Graduate School of Education no ano de 2020. Atualmente é Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Química Analítica, Físico-Química e Inorgânica (QAFI) e professor do Programa de Pós-Graduação em Química do Instituto de Química da Unesp, Câmpus Araraquara, SP. Atualmente é Assessor da Pró-reitoria de Graduação da Unesp. Atuou como coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede (PROFQUI-Araraquara) entre 2017 e 2021. No período de 2014 a 2018 foi coordenador da área de Química do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Unesp de Araraquara. Em 2016 recebeu o Prêmio Professor Rubens Murillo Marques da Fundação Carlos Chagas como melhor experiência educativa inovadora para formação de professores. É também membro de Comitê Editorial e árbitro em várias revistas nacionais das áreas de educação e de educação em ciências, além de assessor da FAPESP e da Fundação Carlos Chagas (FCC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase no Ensino de Química e em Formação de professores de Química, atuando principalmente nas seguintes temáticas: (1) parcerias público-privadas na educação; (2) Trabalho Docente, Aprendizagem da Docência e Desenvolvimento Profissional de Professores; (3) processos e materiais educativos na Educação em Ciências/Química. É líder da Rede de Inovação e Pesquisa em Ensino de Química (RIPEQ).

Leticia Maria P. da Costa

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (1996) e Publicidade & Propaganda (1994) pela Universidade de Taubaté, mestre (2002) e doutora (2007) em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é Pró-reitora de Extensão da Universidade de Taubaté, professora assistente-doutora, concursada, coordenadora do curso de pós-graduação (lato sensu) em Comunicação e Marketing Político da Universidade de Taubaté, professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté e dos cursos de Pós-graduação em Gestão de Pessoas, em Gestão de Marketing e em Administração da FAAP - São José dos Campos. Tem experiência na área de Comunicação Corporativa, com ênfase em Assessoria de Imprensa e Relações Públicas.

Aline Fernanda Lima Ferreira

Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas pela Universidade de Taubaté (1999), especialista em Gestão de Recursos Humanos pelo INPG/ Unitau (2002) e mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo (2007). Professora Assistente III do curso de Relações Públicas da Universidade de Taubaté nas disciplinas de Administração em Relações Públicas, Teoria de Relações Públicas, Organização e Execução de Eventos, Relações Públicas Comunitárias e Projetos em Comunicação. Lecionou no curso de Relações Públicas das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila/ Fatea/ Lorena nas disciplinas de Pesquisa em Comunicação e Relações Públicas Governamentais e Internacionais. Atualmente coordena o curso de Relações Públicas e as áreas de Estágio e Atividades Complementares do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté, integra o NDE do curso e atua como assessora da Pró-reitoria de Extensão da mesma universidade

Luzimar Goulart Gouvêa

Cursou graduação em Licenciatura Plena Letras pela Universidade de Taubaté (1988) e mestrado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Professor concursado pela Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, aposentado. É professor concursado ? Professor Assistente II, na Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Portuguesa, Monteiro Lobato, cultura caipira, Mazzaropi, leitura e produção de textos, Literatura e Cinema, Renato Teixeira.

Vera Regina da Cunha Menezes Palácios

Doutorado em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários (BAIP) pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Biologia Parasitária na Amazônia (Universidade do Estado do Pará e Instituto Evandro Chagas). Residência médica em Dermatologia (Universidade do Rio de Janeiro). Especialização em Medicina do Trabalho (Universidade Camiliana - Rio de Janeiro). Especialização em Saúde Coletiva (UEPA). Docente Adjunta do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará; Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UEPA. Médica Sanitarista (Prefeitura Municipal de Belém). Docente colaboradora no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna em Belem, no Internato de Saúde Coletiva do curso de medicina da UEPA. Médica do Corpo Clínico da Urgência da UNIMED Belém (UE-BR). Dermatologista (Medical Care). Graduada em Música Clássica, com habilitação em Piano pela Fundação Carlos Gomes-PA.

Gilvana Kelly Barros Pimentel

Graduada em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), desenvolveu atividades de Estágio como Monitora de Biologia no Centro de Ciências e Planetário do Pará, no ano 2017, ocupou o cargo de Coordenadora de Programas e Projetos de Extensão - UEPA/PROEX, exercendo ações de Extensão, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Meio Ambiente, Saúde e Sociedade pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará, e Ministrou aula de Biologia no Cursinho Preparatório para o Enem PREPARA, atualmente Coordenadora de Programas e Projetos da Universidade do Estado do Pará.

Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Especialização em Educação em Saúde - UESC, Especialização em Docência na Saúde - UFRGS e Mestrado em Enfermagem - Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora assistente do Departamento de Ciências da Saúde, da UESC. Tem experiência na área de Saúde do Adolescente e Educação na Saúde. Coordena o Núcleo Jovem Bom de Vida, ação Extensionista da UESC, cujo objetivo é promover a atenção à saúde na adolescência, atuando junto aos adolescentes e às redes sociais que interagem no seu processo de cuidar, articulando, assim, ensino, pesquisa e extensão. Coordena o Laboratório de Educação e Comunicação na Saúde do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Metodologias de Enfermagem - NEPEMENF.

Maria D'ajuda Martins Larcher

Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1988). Atualmente é efetivo - Secretária de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Em 2005, especializou-se em Metodologia de Ensino Superior, em 2006, participou do curso Gestar II em Língua Portuguesa. Dirige, desde abril de 2007, o Colégio Estadual de Salobrinho.

Bernardina Silva Santos

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz(2001), especialização em Metodologia de Ensino na Educação Superior pelo Fundação Visconde de Cairu(2005) e especialização em Especialização em Saúde da Família pela Escola Estadual de Saúde Pública Prof. Francisco Peixoto de Magalhães Netto(2010). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem em Saúde Coletiva.

Joacir Mauro da Silva Junior

Doutorando em Educação pela Unisinos. Mestre em Políticas Públicas e Gestão de Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará (2020). Graduado em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) (2010). Atua como professor no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Exerce o cargo de Coordenador do Curso de Bacharelado em Direito do Núcleo Pedagógico de Campos de Júlio, turma fora de sede da UNEMAT. Exerce o cargo de Diretor de Gestão de Extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNEMAT.

Leonarda Grillo Neves

Graduou-se em Agronomia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (1998), mestrado em Produção Vegetal pela mesma Universidade (2001) e doutorado em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). No período de 2016 a 2017 realizou o pos doutoramento em Melhoramento de fruteiras pela UFV. Possui experiência em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração universitária como professora da UNEMAT. É coordenadora de disciplinas na graduação e na pós-graduação, estando vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento de Plantas da UNEMAT, e também no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biodiversidade, ambos credenciados pela CAPES (nível 4). Atua como consultora ad hoc para agências de fomento e periódicos nacionais. É líder de grupo de pesquisa do CNPq na área de Melhoramento de Plantas. Atua como consultora ad hoc para agências de fomento e periódicos nacionais. Coordenou e é membro de REDE de pesquisa no tema “Identificação de tecnologias sustentáveis de produção de fruteiras e geração de informação conforme diagnósticos dos potenciais agrícolas”. Foi assessora da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Coordenadora do curso de agronomia e da Comissão administrativa ética da UNEMAT. É Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UNEMAT (Gestão 2019-2022). Atua principalmente nas áreas de Melhoramento de espécies florestais, olerícolas e fruteiras, Resistência de Plantas a Doenças, modelos biométricos, análises de expressão gênica via RT qPCR, genotipagem via sequenciamento, mapeamento genético e físico entre outras ferramentas moleculares.

Tanismare Tatiana de Almeida

Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (2004), mestrado (2007) e doutorado (2010) em Fitotecnia, área de concentração em Produção e Tecnologia de Sementes e pós doutorado em biotecnologia. Possui licenciatura em Ciências Biológicas (2013) pela Universidade Vale do Rio Verde. Foi responsável técnica no laboratório de análises de sementes na empresa Aurora Sérios. Atualmente é professora adjunta na Universidade Estadual de Mato Grosso. Tem experiência na área de agronomia com ênfase em produção de sementes, atuando nos seguintes temas: Armazenamento, qualidade fisiológica, biotecnologia, controle de qualidade-ISO 17025 e plantas daninhas.